

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP



MARIANA GIACOMINI BOTTA

O VOCABULÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA *GAZETA DE LISBOA* NO SÉCULO XVIII: ESTUDO DO LÉXICO EM PERSPECTIVA DISCURSIVA

ARARAQUARA – S.P.
2011

MARIANA GIACOMINI BOTTA

**O VOCABULÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA *GAZETA
DE LISBOA* NO SÉCULO XVIII:**
ESTUDO DO LÉXICO EM PERSPECTIVA DISCURSIVA

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCL/CAr (UNESP) e à École Doctorale 268 - Langage et langues: description, théorisation, transmission da Université Sorbonne Nouvelle Paris III, para obtenção dos títulos de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa e de Doutor em Ciências da Linguagem.

Linhas de pesquisa: Estudos do Léxico / Ciências da Linguagem

Orientadoras: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa e Profa. Dra. Armelle Le Bars

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2011

Botta, Mariana Giacomini

O vocabulário político-ideológico da Gazeta de Lisboa no
século XVIII: estudo do léxico em perspectiva discursiva /

Mariana Giacomini Botta. – 2011

264 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

1. Análise do discurso. 2. Lexicologia. I. Título.

MARIANA GIACOMINI BOTTA

**O VOCABULÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA GAZETA DE LISBOA NO
SÉCULO XVIII: ESTUDO DO LÉXICO EM PERSPECTIVA DISCURSIVA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCL/CAr (UNESP), para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, e e à École Doctorale 268 - Langage et langues : description, théorisation, transmission da Université Sorbonne Nouvelle Paris III, para obtenção do título de Doutor em Ciências da Linguagem.

Linha de pesquisa: Estudos do Léxico

Orientadoras: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa / Profa. Dra. Armelle Le Bars

Data da qualificação: 05/07/2010.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara

Membro Titular e co-orientadora: Profa. Dra. Armelle Le Bars
Université Sorbonne Nouvelle Paris 3

Membro Titular: Profa. Dra. Sonia Branca-Rosoff
Université Sorbonne Nouvelle Paris 3

Membro Titular: Profa. Dra. Elis de Almeida Cardoso Caretta
Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Membro Titular: Prof. Dr. Luiz Antonio Amaral
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À Profa. Dra. Maria Tereza Camargo
Biderman (*in memoriam*), pelo exemplo
e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Às Professoras Doutoras Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa e Armelle Le Bars, que muito me ensinaram nos anos de convivência, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual. Todas as minhas palavras de agradecimento serão sempre poucas diante da dedicação e paciência com que me orientaram na realização dessa tese e se empenharam na administração da minha co-tutela.

Ao Professor Doutor Dieter Messner, pela generosidade e pelo interesse por meu trabalho.

À minha mãe e meus irmãos, pela compreensão e apoio durante a elaboração dessa pesquisa.

Ao Serge, pelo companheirismo e incansável incentivo.

Aos Professores Doutores Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, Rosane de Andrade Berlinck, Sonia Branca-Rosoff e João Moraes Pinto Junior, pela convivência e por toda atenção e apoio.

À Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e à Université Sorbonne Nouvelle Paris 3, pela oportunidade de realização do Doutorado em co-tutela.

Aos funcionários, colegas e amigos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 e do Laboratório de Lexicografia, pela atenção e pelo convívio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, ao Departamento de Linguística da FCL/CAR (UNESP) e à École Doctorale Langage et Langues (Paris 3), por disponibilizarem os recursos necessários para a realização dessa pesquisa e para a minha formação como pesquisadora.

Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo e carinho, em especial à Denise e José Carlos Bonato, Maria Rita Teixeira, Luciane Scarazzati, Marina Yakabe, Cleide Floresta, Gustavo Pereira, Tiago Galvão, Ubirajara Oliverio, Andrezza Capanema, Juliana Alencar, Luciano Veronezi e Juninho Kianek.

À Eliane Simões Pereira, pela amizade e companheirismo, sempre.

À Andreza Simioni, Máira Meyer e Luíza Geoffroy, pela companhia em Paris.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro, pela concessão das bolsas de doutorado no país e no exterior e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

“Les mots ne sont pas grains de sable dans le vent de l’histoire; ils sont le vent et l’histoire.”

Maurice Tournier (1997, p. 298)

RESUMO

Por meio dessa tese se propõe a análise do conteúdo ideológico expresso por meio das unidades lexicais do vocabulário do primeiro jornal periódico impresso em língua portuguesa, a *Gazeta de Lisboa*, num *corpus* composto por 99 edições dessa publicação, entre 1715 e 1810. Ela também pretende destacar as estratégias linguísticas e discursivas que são concebidas socialmente, e pelas quais os usuários de uma língua explicitam as suas opiniões e visões de mundo partilhadas por meio do léxico. Outro objetivo dessa pesquisa é mostrar a importância da solidariedade entre duas áreas distintas, a lexicologia e a análise do discurso, complementares e necessárias para os estudos sobre os sentidos dos enunciados. Propostas de estudos lexicais em perspectiva discursiva vêm, aos poucos, ganhando espaço nos estudos linguísticos, motivadas pela própria concepção teórica da Lexicologia e também pela prática lexicográfica, que privilegiam a consideração dos contextos e dos usos das unidades lexicais. Realiza-se uma pesquisa vinculada à teoria linguística da Lexicologia, desenvolvida em perspectiva discursiva, baseada em um modelo dialógico da enunciação, que considera que as palavras carregam consigo a memória de usos anteriores e, portanto, têm uma dimensão intertextual que determina seu emprego de acordo com as circunstâncias enunciativas. Parte-se do ponto de vista que o dialogismo está inscrito nas palavras, e a escolha das unidades da língua usadas na enunciação é negociada na interação entre a realidade e o sentido, que é construído por meio da circulação de informações na sociedade. Numa primeira etapa, foi feita uma ampla pesquisa histórica sobre a política e a sociedade portuguesa do século XVIII, e também sobre o surgimento dos primeiros jornais periódicos impressos na Europa. Em seguida, foram realizados estudos quantitativos dos dados do *corpus*, que indicaram o tema preferencial do jornal, a política militar, e a partir dessas informações e da leitura dos textos, foram selecionadas 22 unidades lexicais empregadas na narração de situações de desacordo ou de conflito. Verificou-se as relações de significação existentes entre as unidades e, em seguida, as análises das unidades lexicais coocorrentes e das ideias mais frequentemente associadas a elas nos textos. Na terceira etapa, a atenção foi concentrada no estudo discursivo das ocorrências da palavra guerra, e foram avaliados elementos do intradiscurso, como os discursos relatados, os verbos introdutórios de falas, os usos de aspas e de parênteses, e outras práticas discursivas observadas nos textos do jornal, como a omissão e a generalização dos coenunciadores e os usos de pronomes possessivos de primeira pessoa. A parte final da tese é dedicada ao estudo do interdiscurso e dos gêneros, pois se mostra que a escolha dos elementos lexicais está relacionada à intenção comunicativa do enunciador e às coerções impostas pelo gênero e pelo discurso. Os estudos aqui desenvolvidos provam que os sentidos são constituídos em discurso por meio da construção dos referentes, que é baseada nas possibilidades do sistema lexical, em práticas linguísticas compartilhadas pela comunidade e em conhecimentos coletivos. A escolha dos elementos do léxico usados para nomear os referentes em discurso é condicionada em parte pelos gêneros e pelas práticas discursivas associadas às palavras, que juntas apontam para a visão de mundo dos participantes do discurso e para o conhecimento partilhado pela sociedade.

Palavras – chave: Lexicologia. Análise do discurso. Vocabulário político-militar. Imprensa. Século XVIII.

ABSTRACT

This thesis provides an analysis of the ideological content expressed through the lexical units of the vocabulary of the first newspaper printed in Portuguese, the *Gazeta de Lisboa*, in a corpus consisting of 99 editions of the publication, between 1715 and 1810. It also aims to highlight the linguistic and discursive strategies that are designed socially, and by which users of a language formulate their opinions and points of view through the lexicon. Another objective of this research is to demonstrate the importance of the solidarity between two distinct areas, lexicology and discourse analysis, which are complementary and necessary for studies on the meanings of the utterances. Proposals for lexical studies in discursive perspective have gradually gaining ground in linguistic studies, motivated by the theoretical conception of lexicology and lexicography, which favor the consideration of the contexts and the uses of lexical units. This study is linked to the linguistic theory of lexicology, developed in a discursive perspective, based on a dialogical model of enunciation, which believes that words carry the memory of past use and therefore have an intertextual dimension that determines their use according to the circumstances of utterance. We start from the standpoint that dialogism is recorded in words, and the choice of language units used in the utterances is made on the basis of the interaction between reality and sense, which is built by the circulation of information in society. As a first step, we conducted a broad historical research on the Portuguese politics and society in eighteenth-century, and about the emergence of the first printed newspapers in Europe. Next, quantitative studies were performed on the corpus data, which indicated the preferential issue of the journal, the military policy. From this information and the reading of the texts, 22 lexical units employed in the narration of disagreements or conflict were selected. Relations of meaning between these units were analyzed, as well as the co-occurrent lexical units and the ideas more often associated with them in the texts. In the third step, attention was focused on the discursive study of the occurrences of the word war, and we analyzed some intra-discursive elements, such as reported speech, the verbs which introduce speech, the uses of quotation marks and parentheses, and other discursive practices found in the texts of the newspaper, such as the omission and generalization of co-enunciators and uses of first-person possessive pronouns. The final part of the thesis is devoted to the study of the interdiscourse and the gender. It shows that the choice of lexical items is related to the communicative intent of the utterer and to the constraints imposed by the gender and discourse. The studies made here prove that the senses are constituted in discourse through the construction of the referent, which is based on the possibilities of the lexical system, on linguistic practices shared by the community and on collective knowledge. The choice of the elements of the lexicon used to name the referents in discourse is partly conditioned by the gender and the discursive practices associated with the words, which together highlight the point of view of the participants in the discourse and the knowledge shared by the society.

Keywords: Lexicology. Discourse analysis. Political and military vocabulary. Press. Eighteenth century.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse le contenu idéologique exprimé à travers les unités lexicales du vocabulaire du premier journal imprimé périodique en langue portugaise, la *Gazeta de Lisboa*, à partir d'un corpus constitué de 99 éditions de cette publication, entre 1715 et 1810. Elle vise également à mettre en évidence les stratégies linguistiques et discursives conçues socialement et par lesquelles les utilisateurs d'une langue expriment leurs opinions et leurs points de vue à travers le lexique. Un autre objectif de cette recherche est de démontrer l'importance de la solidarité entre deux domaines distincts, la lexicologie et l'analyse du discours, complémentaires et nécessaires pour l'étude du sens des énoncés. Actuellement, les études lexicales dans une perspective discursive gagnent progressivement du terrain parmi les études linguistiques, motivées par la conception théorique propre de la lexicologie et de la lexicographie, qui favorisent la prise en compte des contextes et des emplois des unités lexicales. Cette étude est liée à la théorie linguistique de la lexicologie, développée dans une perspective discursive, fondée sur un modèle dialogique de l'énonciation, qui considère les mots comme porteurs de la mémoire d'usages antérieurs ; ils ont donc une dimension intertextuelle qui détermine leur emploi selon les circonstances énonciatives. Nous partons du point de vue que le dialogisme est inscrit dans les mots et que le choix des unités de la langue utilisées dans les énoncés est négocié par l'interaction entre la réalité et le sens, qui est construit par la circulation de l'information dans la société. Dans un premier temps, nous avons mené une large recherche historique sur la politique et la société portugaise du dix-huitième siècle ainsi que sur l'émergence des premiers journaux imprimés en Europe. Ensuite, des études quantitatives sur le corpus ont été réalisées, révélant le sujet préférentiel du journal, à savoir la politique militaire. À partir de ces données et de la lecture des textes, 22 unités lexicales employées dans la narration de situations de désaccord ou de conflit ont été sélectionnées. Nous avons vérifié les relations de signification entre ces unités, puis nous avons analysé des unités lexicales co-occurentes ainsi que les idées qui leur étaient le plus souvent associées. Dans la troisième étape, nous avons focalisé notre attention sur l'étude discursive des occurrences du mot guerre et nous avons évalué des éléments intradiscursifs, tels que le discours rapporté, les verbes introducteurs de parole, l'utilisation de guillemets et de parenthèses et d'autres pratiques discursives observées dans les textes du journal, comme l'omission et la généralisation des co-énonciateurs et l'utilisation des pronoms possessifs de première personne. La dernière partie de cette thèse est consacrée à l'étude de l'interdiscours et du genre, celle-ci montre que le choix des éléments lexicaux est lié à l'intention communicative de l'énonciateur et aux contraintes imposées par le genre et le discours. Les études menées ici prouvent que les sens sont constitués dans le discours grâce à la construction du référent, qui est basé sur les possibilités du système lexical, sur les pratiques linguistiques partagées par la communauté et sur la connaissance collective. Le choix des éléments du lexique utilisés pour nommer les référents dans les discours est en partie conditionné par les genres et par les pratiques discursives associées aux mots, qui, ensemble, soulignent le point de vue des participants du discours et la connaissance partagée par la société.

Mots-clés: Lexicologie. Analyse du discours. Vocabulaire politique et militaire. Presse. Dix-huitième siècle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Equivalências usadas na revisão dos textos do <i>corpus</i> .	p.62
Quadro 2	Principais características lexicométricas do <i>corpus</i> Gazeta de Lisboa.	p.63
Quadro 3	Principais características lexicométricas do subcorpus guerra.	p.69
Quadro 4	Palavras lexicais mais frequentes do <i>corpus</i> .	p.115
Quadro 5	Países, cidades e nacionalidades mais frequentes no <i>corpus</i> .	p.117
Quadro 6	Lista das palavras lexicais mais frequentes do subcorpus.	p.118
Quadro 7	Países, cidades e nacionalidades mais frequentes no subcorpus.	p.120
Quadro 8	Unidades lexicais selecionadas e reagrupadas em campos léxico-semânticos.	p.122
Quadro 9	Frequências no <i>corpus</i> das unidades em análise.	p.123
Quadro 10	Decomposição do significado das unidades lexicais do campo léxico-semântico I.	p.129
Quadro 11	Decomposição do significado das unidades do subcampo das ações militares unilaterais.	p.134
Quadro 12	Decomposição do significado das unidades do subcampo das ações militares bilaterais.	p.137
Quadro 13	Ocorrências do <i>corpus</i> de falas de autoridades em que aparece o pronome nosso.	p.192
Quadro 14	Ocorrências do <i>corpus</i> de falas de origem não identificada com o pronome nosso.	p.195
Quadro 15	Ocorrências em que o pronome nosso aparece em falas que expressam reverência.	p.196
Quadro 16	Ocorrências dos pronomes possessivos de primeira pessoa no subcorpus guerra.	p.197
Quadro 17	Coocorrências das unidades voz e correr no <i>corpus</i> da <i>Gazeta de Lisboa</i> .	p.219
Quadro 18	Coocorrências das unidades vozes e espalhar/correr no <i>corpus</i> da <i>Gazeta de Lisboa</i> .	p.221
Quadro 19	Coocorrências das unidades notícia e correr no <i>corpus</i> da <i>Gazeta de Lisboa</i> .	p.221
Quadro 20	Expressões com verbos na forma impessoal encontrados no <i>corpus</i> da <i>Gazeta de Lisboa</i> .	p.222
Ilustração 1	Anúncio publicitário publicado na <i>Gazeta de Lisboa</i> , em 1715.	p.108
Ilustração 2	Relações da unidade guerra com as demais unidades dos campos léxico-semânticos.	p.126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição das edições que compõem o corpus da Gazeta de Lisboa.	p.61
Tabela 2	Número de edições que compõem o subcorpus guerra.	p.68

ABREVIATURA

GDL	Gazeta de Lisboa
------------	------------------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p.15
2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA	p.21
2.1 Ideologia e discurso	p.29
2.2 A questão da consideração do contexto	p.33
2.3 O papel dos dicionários nas análises	p.36
2.4 Algumas considerações sobre os campos léxico-semânticos	p.40
2.5 Análise lexical em perspectiva discursiva	p.43
2.5.1 Referência, nominação, denominação e designação	p.50
2.5.2 2 Elementos e categorias de análise	p.54
2.5.3 Intradiscurso e interdiscurso	p.55
2.5.4 O cotexto	p.57
3 METODOLOGIA DE CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E DE ANÁLISE	p.61
3.1 O subcorpus guerra	p.67
4 SITUAÇÃO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO	p.70
4.1 Dados históricos	p.70
4.1.1 O período Joanino	p.73
4.1.2 A era Pombalina	p.80
4.1.3 O reinado de Dona Maria I, a Revolução Francesa e a ida da corte para o Brasil	p.87
4.2 Breve história sobre a imprensa periódica	p.91
4.2.1 História e linha editorial da <i>Gazeta de Lisboa</i>	p.95
4.2.2 Características da produção e dos textos das gazetas	p.98
5 A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO, GÊNERO E VOCABULÁRIO	p.102
5.1 Os gêneros jornalísticos no século XVIII	p.106
6 ANÁLISE DOS DADOS	p.114
6.1 Análise quantitativa dos dados	p.114
6.1.1 Análise quantitativa do subcorpus guerra	p.117
6.2 Análise dos campos léxico-semânticos	p.121
6.3 A unidade lexical guerra	p.125
6.4 Campo léxico-semântico das designações de desacordo	p.129
6.5 Campo léxico-semântico das ações militares	p.133
6.5.1 Ações militares unilaterais	p.133
6.5.2 Ações militares bilaterais	p.137
6.5.3 Designações de sentido genérico	p.142
6.6 Análise do cotexto	p.145
6.6.1 O cotexto da unidade guerra	p.146
6.6.2 O cotexto das unidades que expressam desacordo	p.148
6.6.2.1 As ideias recorrentes associadas às unidades	p.149
6.6.3 O cotexto das unidades que referem ações militares	p.154
6.6.3.1 As ideias recorrentes associadas às unidades	p.156
6.7 A construção do referente guerra nos discursos	p.161
6.7.1 As ideias associadas ao referente guerra	p.162
6.7.1.1 Ideia de algo que poderia ser evitado	p.162
6.7.1.2 Ideia de algo que não pode ser evitado	p.164
6.7.1.3 Ideias de potência e vigor	p.164
6.7.1.4 Ideia ligada à duração	p.165
6.7.1.5 Ideia ligada a questões econômicas	p.166

6.7.1.6 Ideia ligada a consequências negativas	p.166
6.7.1.7 Ideia de morte e crueldade	p.167
6.7.1.8 Ideia de derrota	p.168
6.7.1.9 Ideia de um fato situado no tempo e no espaço	p.169
6.7.1.10 Ideia de identificação das partes adversárias	p.169
6.7.1.11 Ideia de missão ligada à religião	p.170
6.7.2 A conotação da unidade	p.170
6.7.3 As ideias contrárias	p.171
6.8 Análise no intradiscurso	p.173
6.8.1 Quem é autorizado a falar sobre a guerra	p.175
6.8.1.1 Citação de fontes postais	p.175
6.8.1.2 Citação das fontes oficiais	p.177
6.8.1.3 Fontes insuficientemente identificadas	p.179
6.8.1.4 Citação de fontes jornalísticas	p.180
6.8.2 Como são apresentadas as falas	p.180
6.8.2.1 Os verbos introdutórios de falas (<i>verba dicendi</i>)	p.180
6.8.2.2 Os discursos relatados	p.182
6.8.2.3 Elementos do metadiscurso	p.187
6.8.3 Omissão e generalização dos coenunciadores	p.188
6.8.4 O uso de pronomes possessivos de primeira pessoa	p.190
6.8.4.1 Uso da primeira pessoa do plural	p.191
6.8.4.2 Usos da primeira pessoa do singular	p.197
6.8.5 Outros usos das aspas	p.200
6.8.6 O uso de parênteses	p.201
6.8.6.1 Explicação ou observação sobre uma palavra do texto	p.202
6.8.6.2 Explicação sobre a origem da informação	p.203
6.8.6.3 Contextualização do que é dito	p.203
6.8.6.4 Posicionamento em relação ao assunto tratado	p.205
6.8.6.5 Comentário sobre a situação de fala	p.206
6.8.6.6 Comentário do coenunciador sobre a própria fala	p.206
6.8.6.7 Comentário sobre a distribuição do conteúdo no jornal	p.206
6.8.6.8 Detalhamento sobre características do texto reproduzido	p.207
6.8.6.9 Reprodução de elementos da situação oral	p.207
6.9 Análise no interdiscurso	p.208
7 OS GÊNEROS DA GAZETA DE LISBOA NO SÉCULO XVIII	p.215
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.225
REFERÊNCIAS	p.234
OBRAS CONSULTADAS	p.248
ANEXOS	p.256
ANEXO A – A primeira edição da <i>Gazeta de Lisboa</i> do corpus	p.257

1 INTRODUÇÃO¹

A curiosidade sobre o funcionamento da língua portuguesa em uma época passada e o interesse sobre a atividade da imprensa periódica inaugural motivaram a realização dessa pesquisa, que tem como foco a questão da expressão da ideologia por meio da seleção e do emprego de unidades lexicais em discurso.

Sabe-se que o papel fundamental da imprensa é dar a conhecer fatos e acontecimentos considerados relevantes para grande parte dos membros de uma comunidade. Para relatar tais fatos, jornalistas e outros profissionais têm como ferramentas as palavras e estruturas de uma língua, que são cuidadosamente escolhidas na tentativa de representarem verbalmente os acontecimentos. Mas essas palavras e estruturas não correspondem exatamente aos fatos como se apresentam na realidade, elas servem para dizer o que foi percebido e o que se deseja contar sobre eles.

É dessa forma que a ideologia se mostra sempre presente no discurso da imprensa. A seleção das palavras usadas para relatar um acontecimento é feita segundo as intenções e os pontos de vista do enunciador e, portanto, parece ser motivada pela cultura e pela experiência de quem fala, e por suas formações ideológicas.

A problemática que envolve a relação entre o uso do vocabulário e a expressão da ideologia já havia sido objeto de um estudo anterior, em nível de Mestrado, submetido à banca em 2006 e realizado a partir de textos da imprensa escrita brasileira contemporânea. O interesse pela *Gazeta de Lisboa* nasceu da vontade de tratar a questão por meio de dados de uma outra época, numa abordagem mais ampla, tentando relacionar a seleção e o emprego de unidades do léxico à situação de produção do discurso e ao gênero.

Os trabalhos dessa tese tiveram início com a exploração do material escolhido em sua totalidade, com o objetivo de descobrir o assunto prioritário da imprensa escrita portuguesa do século XVIII. Uma primeira leitura do textos do jornal e um breve estudo sobre a situação histórica da Europa naquele período levaram o foco das análises novamente ao vocabulário político-militar, que havia sido contemplado na pesquisa anterior. Mesmo não intencionalmente, a manutenção da temática parece acrescentar coerência a esse percurso acadêmico, ao aliar o estudo da expressão da ideologia por meio do vocabulário da imprensa a

¹ O texto dessa tese segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990 pelos membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo n.º 54, de 18 de abril de 1995, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009.

uma perspectiva discursiva e ao desafio de tratar a problemática a partir de textos antigos, que correspondem a um estado de língua diferente do atual.

Muitos pesquisadores da língua portuguesa, entre eles Messner (2005, p. 1)² e Gonçalves (2007, p. 46)³ atestam a escassez de estudos sobre a língua portuguesa no século XVIII, o que também é comprovado pela dificuldade de sua periodização histórica, geralmente dividida em três fases: Português Arcaico, Português Clássico e Português Moderno. O século XVI é considerado o marco que separa a língua antiga da clássica e, portanto, textos quinhentistas tardios, seiscentistas e setecentistas costumam ser classificados como exemplares do chamado Português Clássico, período que vai até o século XIX, quando, segundo alguns estudiosos, a língua portuguesa contemporânea se estabelece nos textos, aproximando-se do português falado hoje.

Existem, entretanto, entre os historiadores da língua, aqueles que acrescentam a essa classificação um período intermediário, chamado Português Médio, que estaria situado na virada dos séculos XIV e XV, e que deslocam para o início do século XVIII a emergência de uma gramática do Português Europeu Moderno. Acredita-se que o estudo sobre o léxico desse período contribua para trazer à tona uma parte fundamental, e um pouco desprezada, da história do português, principalmente no que diz respeito à influência de outras línguas de maior prestígio naquela época.

Pode-se também assinalar a importância desse trabalho para a história da imprensa escrita em língua portuguesa e, conseqüentemente, para os estudos da comunicação, uma vez que seu objeto é a atividade jornalística recém-criada e que tentava se consolidar como campo de trabalho e de difusão de conhecimentos, numa época sócio-historicamente tumultuada.

Mas é à linguística que essa tese pretende dar sua maior contribuição. A proposta principal, de articular estudos lexicais e discursivos, não surgiu ao acaso. A necessidade da condução dos trabalhos nessa direção já se evidenciava na conclusão da pesquisa anterior, principalmente por conta das relações existentes entre o funcionamento da imprensa, o uso da língua e a expressão da ideologia.

Nos estudos linguísticos, aceita-se que, independentemente de as palavras possuírem um significado abstrato, elas somente adquirem sentido em relação às outras palavras que as

² “Vários estudiosos da língua portuguesa lamentam que a época moderna, quer dizer os séculos XVIII e XIX, não seja tão bem analisada, como por exemplo a que chamam a galaico-portuguesa” (MESSNER, 2005, p.1).

³ “Afora os estudos centrados nas reformas do ensino, na polémica da gramática latina e na gramaticografia portuguesa [...] é ponto consensual que boa parte do século XVIII permanece na sombra, motivo por que também o léxico, excepto talvez no que tange à metalexicografia, não tem sido alvo de análise, facto tanto mais curioso quanto se reconhece ter sido a discussão da variação lexical tema privilegiado no discurso metalinguístico de Setecentos” (GONÇALVES, 2007, p. 46).

circundam nos contextos em que aparecem, elas apenas atualizam as virtualidades do sistema da língua em um enunciado realizado. Esse é um dos motivos que leva, por exemplo, os lexicógrafos a orientarem seus trabalhos na confecção de dicionários considerando os contextos de usos reais das unidades lexicais.

No estoque lexical de uma comunidade linguística, ao sentido primeiro de uma palavra, a denotação, recebido pelo conjunto de locutores, acrescenta-se a conotação, formada por acepções particulares a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos. Esse conteúdo conotativo existe porque a palavra é emitida por um sujeito em uma situação determinada. Existe, assim, no vocabulário de cada locutor ou grupo de locutores, o que Chiss, Filliolet e Maingueneau (2001, p. 119) chamam de “coeficiente de experiências pessoais”, pois as palavras ressonam a sociedade e a história.

Considerar as práticas sociais e históricas leva a pesquisa a uma abordagem discursiva, na qual a análise semântica é inseparável da análise do discurso. Somente em *corpus* construídos podem ser observados os traços reais da atividade da nominação, pois nomear em discurso é empregar, frequentemente, nomes modalizados, metáforas ou perífrases. É em relação com outras unidades do enunciado que a palavra assume um sentido que desambigua a polissemia.

Percebe-se que a nominação é uma atividade de semiotização de fragmentos da realidade em função da experiência social dos locutores. Observar as nominações é ao mesmo tempo estudar o modo como o locutor contextualiza as unidades das quais ele trata e a forma como, fazendo isso, ele exprime sua posição em relação ao que fala. A referência é, assim, sempre uma atividade projetiva: ao escolher entre diferentes opções disponíveis no sistema da língua, o locutor constrói um referente distinto.

Relacionar o sentido que as palavras assumem nos discursos à sociedade e à história também implica considerar o seu funcionamento dialógico, pois nas palavras permanecem traços da memória de discursos anteriores, dos quais elas fizeram parte. Também o discurso que está sendo elaborado se relaciona aos discursos que fazem parte da memória do locutor.

Segundo Chiss, Filliolet, Maingueneau (2001 p. 120)⁴, as palavras estão impregnadas de valores que lhes conferem sua inserção histórica nos discursos políticos e ideológicos. Para esses autores, a ligação entre uma língua e a cultura, a civilização onde ela se formou, faz de cada língua o mais inestimável dos documentos históricos.

⁴ Tradução nossa. No original : « les mots s'imprègnent des valeurs que leur confère leur insertion historique dans les discours politiques ou idéologiques. [...] Ce lien fondamental entre une langue et la culture, la civilisation où elle s'est formée, fait de chaque langue le plus inestimable des documents historiques. ».

Por isso, parte-se do princípio que o conhecimento de um grupo social pode ser observado nos discursos, por meio das unidades lexicais que nele são empregadas. O significado é visto como unidade sócio-cultural, reafirmando a visão saussuriana sobre a relação indissociável entre a língua e a sociedade.

Como objetiva o estudo do conteúdo do vocabulário, essa pesquisa é orientada pelas teorias da Semântica Lexical, realizada por meio da análise sêmica e da verificação das relações de significação existentes entre as unidades que integram um mesmo campo léxico-semântico. Os elementos do vocabulário são considerados do ponto de vista de sua produção nas situações comunicativas, o que justifica a proposta de realização de uma análise lexicológica em perspectiva discursiva.

O objeto desse estudo, o vocabulário político-ideológico no discurso da imprensa no século XVIII, supõe esse tipo de abordagem, uma vez que se considera o estatuto dinâmico das lexias de um vocabulário, vistas ao mesmo tempo como constituintes e como difusoras da consciência social, dos recortes culturais de uma época. A perspectiva discursiva visa destacar as estratégias linguísticas e discursivas que são concebidas socialmente, pelas quais os usuários de uma língua explicitam as suas opiniões e visões de mundo partilhadas por meio do léxico. Enfim, ela é coerente e necessária quando se considera a palavra a partir de seus usos.

Ainda de acordo com Chiss, Filliolet e Maingueneau, trabalhos em lexicologia social e política mostram que as palavras usadas nos discursos são unidades léxico-sintáticas, que atuam tanto no eixo paradigmático das associações, quanto no eixo sintagmático das combinações. Observadas em seus funcionamentos argumentativos, elas carregam traços de conflitos sociais, políticos e culturais.

Portanto, essa tese se apoia em quadros teóricos já estabelecidos: de um lado o da Semântica Lexical, e de outro, o da Análise do Discurso de linha francesa, revisitado pela noção de dialogismo, num modelo dialógico da enunciação, cujos fundamentos são expostos no primeiro capítulo, “Enquadramento teórico e metodológico da pesquisa”, assim como a revisão das teorias e conceitos da Lexicologia.

Na seção seguinte, “Metodologia de constituição do *corpus* e de análise”, justifica-se a opção por se trabalhar com textos do jornal *Gazeta de Lisboa* e também são descritas algumas características do *corpus*, composto por 99 edições desse jornal, que vão desde o primeiro ano de sua publicação, 1715, até 1810. Também se explica a necessidade de constituição de um subcorpus, usado em algumas etapas das análises, formado exclusivamente por textos em que aparece a unidade lexical guerra. Quanto à metodologia de seleção e análise das unidades,

trabalha-se a partir de dados quantitativos, obtidos por meio do uso do programa *Léxico 3*, e qualitativos, recolhidos por meio da leitura dos textos.

A terceira parte desse trabalho, intitulada “Situação de produção do discurso”, é dedicada à contextualização histórica e social, por meio da pesquisa de dados referentes à política, à economia, à cultura e aos costumes do século XVIII, com ênfase nas informações sobre Portugal e o povo português. Nessa seção também se encontra um estudo resumido sobre as origens da imprensa periódica, uma pesquisa sobre a história e a linha editorial da *Gazeta de Lisboa*, e a descrição de características referentes à situação de produção e aos textos das gazetas europeias daquela época.

No quarto capítulo, “A relação entre discurso, gênero e vocabulário”, é realizada uma revisão da bibliografia sobre os conceitos de discurso e gênero, relacionando-os às possibilidades de seleção e restrições combinatórias das unidades do léxico. Entende-se que, de certa maneira, o gênero e o discurso condicionam as escolhas vocabulares feitas pelo enunciador. Em seguida, expõem-se alguns estudos, históricos e recentes, sobre os gêneros jornalísticos, e é feito um levantamento das particularidades observadas nos textos da *Gazeta de Lisboa* que podem auxiliar na caracterização dos gêneros que são atualizados nesse discurso.

A análise dos dados, realizada no quinto capítulo dessa tese, tem início com a apresentação dos resultados obtidos por meio do estudo quantitativo do *corpus*, que revela informações relevantes sobre a sociedade da época, sobre os textos e os temas prioritários do jornal estudado. Também é feita uma análise quantitativa do subcorpus formado pelos textos em que aparece a unidade guerra, com o objetivo de evidenciar regularidades que são limitadas a esse contexto.

Em seguida, é realizado um estudo sobre a significação de unidades semanticamente próximas e frequentemente associadas em textos de temática político-militar no discurso jornalístico da época, por meio de seu reagrupamento em dois campos léxico-semânticos: das unidades que designam uma situação de desacordo e de falta de entendimento (contenda, desavença, diferenças, disputa, dissensão e oposição), e das unidades que referem ações militares (ações unilaterais: assalto, acometimento, ataque, conquista, expugnação, invasão e tomada; ações bilaterais: batalha, combate, choque, conflito, escaramuça e peleja; e unidades de sentido genérico: ação e operação). Para a apreensão dos semas que compõem os significados das unidades, o que permite o estudo das relações de significação que elas entretêm entre si em discurso, são verificados os contextos em que as palavras aparecem, depois são comparados com as acepções dadas a elas pelos dicionários da época. A unidade

lexical guerra é estudada separadamente, por estar relacionada a todas as unidades dos dois campos e ter potencialidade para atualizar semas também comuns a todas as unidades.

A análise discursiva tem início na sequência, com o estudo do cotexto das unidades que compõem os campos léxico-semânticos. São comparados dados quantitativos sobre o cotexto verbal e nominal, com o objetivo de enquadrar as ocorrências das unidades segundo uma temática preferencial. Também se realiza um estudo do cotexto preposicional, revelador de pontos de vista explícitos sobre os acontecimentos narrados, e da posição sintática das unidades, que mostra se elas assumem nos discursos caráter mais ou menos agentivo, ou seja, se são apresentadas ou não como o assunto principal de que se trata. Na mesma seção é feito um levantamento das principais ideias que são frequentemente associadas às unidades nos discursos, mostrando que seu cotexto também lhes atribui alguns traços de significação.

O sétimo tipo de análise realizada nesse trabalho abrange a construção do referente guerra nos discursos, por meio de três diferentes estudos: a) a investigação das ideias recorrentes associadas à essa unidade; b) a verificação das conotações da unidade, por meio da observação das adjetivações e sintagmas qualificativos a ela relacionados; e c) um exame das unidades que exprimem sentidos contrários aos de guerra.

A etapa seguinte, “Análise no intradiscurso”, tem como foco os coenunciadores que frequentam os discursos da *Gazeta de Lisboa*. Começa-se pela verificação de quem são os informantes, as fontes de notícia citadas pelo jornal quando os textos tratam de guerra. Na sequência, estuda-se a forma como as falas dos coenunciadores são apresentadas no jornal, por meio dos *verba dicendi* e dos discursos relatados. A presença do redator do jornal também é avaliada, através de elementos metadiscursivos presentes nos textos.

Característica marcante do gênero jornalístico em estudo, a omissão e a generalização dos coenunciadores é prática recorrente, analisada na próxima parte desse trabalho, assim como o emprego de pronomes possessivos de primeira pessoa. O uso de sinais gráficos, como aspas e parênteses, também são temas desse estudo, cuja discussão é apresentada logo depois.

Para finalizar as análises, verifica-se a ocorrência de alusões a outros discursos que circulavam na sociedade naquele período, como uma amostra de dialogismo interdiscursivo, e um estudo aprofundado sobre os gêneros do discurso encontrados na *Gazeta de Lisboa* no século XVIII.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

A proposta dessa pesquisa é analisar o conteúdo ideológico expresso no vocabulário da primeira publicação noticiosa periódica em língua portuguesa, surgida no século XVIII: a *Gazeta de Lisboa*. O foco da pesquisa está na nomeação de acontecimentos políticos e militares feita pela imprensa, ou seja, a denominação dada a esses eventos nos textos do jornal, decorrente da construção discursiva de tais referentes. Como será mostrado no capítulo seguinte, foram selecionadas para a análise as unidades empregadas na narração de situações de desacordo ou de conflito, que integram campos semântico-lexicais relacionados.

Essa pesquisa também pretende destacar as estratégias linguísticas e discursivas que são concebidas socialmente, e pelas quais os usuários de uma língua explicitam as suas opiniões e visões de mundo partilhadas por meio do léxico. Para dar conta de tais objetivos, propõe-se uma análise lexical em perspectiva discursiva, que considere o funcionamento das palavras em situações reais de uso.

Entende-se por vocabulário o conjunto de palavras disponíveis na língua em um determinado momento, que podem ser usadas e compreendidas pelos falantes em uma determinada situação. O léxico, acervo dos lexemas de uma língua, é onde se configura a realidade extralinguística e se arquiva os saberes de uma comunidade. O conhecimento acerca do léxico de um período da língua possibilita a apreensão da história modelada pela dinâmica das comunidades, pois o léxico evidencia as mudanças linguísticas e sociais.

A relação entre vocabulário e léxico é de inclusão: vocabulário é a realização do léxico numa situação de enunciação. Vocabulário é, então, o conjunto das lexias registradas em um determinado contexto como, por exemplo, a obra de um autor ou o repertório de um falante, e também é o lugar da atualização das virtualidades do léxico do sistema da língua. Esta relação mostra que, para chegar ao conhecimento do léxico, é necessário conhecer o funcionamento dos vocabulários.

Apreender o funcionamento de um vocabulário implica levar em consideração o uso que se faz das unidades da língua. Para Eluerd (2000, p. 10), vocabulário é um conjunto de palavras ou de sequências fixas que aparecem num mesmo domínio de uso. Para este autor, “domínio de uso” engloba o domínio de emprego da palavra (que leva em conta a atividade humana no exercício dessa atividade, sua aprendizagem, suas práticas diversas, sua evolução) e a noção de uso que está ligada a este domínio de emprego. Conforme afirma Mortureux (2001, p. 48), não se deve procurar o sentido, mas o uso, pois o léxico subentende um reconhecimento coletivo.

Para Biderman (1978, p. 139), o léxico constitui um universo de limites imprecisos e indefinidos e abrange todo o universo conceptual de uma língua. Qualquer sistema léxico é a soma da experiência de uma sociedade e do acervo de sua cultura através dos tempos, e se origina da tensão em movimento entre dois pólos opostos: o indivíduo e a sociedade. Segundo Dubois (1962, p. 2), o estado de um léxico, num determinado momento, em uma determinada sociedade, é a imagem da estrutura econômica e social.

O estudo das unidades lexicais demanda que se leve em consideração duas características complementares da concepção de palavra, a sua autonomia e a sua dependência, que atuam em três aspectos: sentido, conjunto de sons e emprego gramatical. Para Meillet (1921, p. 30), “uma palavra resulta da associação de um sentido dado a um conjunto de sons dado, suscetível a um emprego gramatical dado” (tradução nossa)⁵.

A lexicologia se ocupa de uma prática e de um conhecimento compartilhados pelos falantes, e deve, segundo Eluerd (2000, p. 34), adotar o ponto de vista do uso e da validade das trocas na linguagem. Ao se considerar o uso da língua feito pelos falantes, percebe-se que, assim como afirma Matoré (1953, p. 42), o vocabulário não tem um papel passivo. Ele não é o reflexo da realidade ou a reprodução mecânica de novas concepções históricas, sociais, científicas, mas pode também, em certa medida, determiná-las, pois as palavras não exprimem as coisas, mas a consciência que se tem sobre elas.

A análise dos vocabulários é a tarefa principal da lexicologia, ciência que estuda o léxico e a sua organização. Suas funções são apresentar as informações sobre as unidades lexicais necessárias à produção de um discurso e caracterizar a estrutura interna do léxico, tanto em relação ao conteúdo quanto à forma. Os objetivos da lexicologia são, segundo Biderman (1978, p. 16), a análise da palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico.

Para que se chegue a estes objetivos, Barbosa (1992, s/p) enumera 13 tarefas que cabem à lexicologia, entre elas: a) analisar e descrever as estruturas morfo-sintático-semânticas de tais unidades, sua estruturação, tipologia e possibilidades combinatórias; b) examiná-las em sua carga ideológica, força persuasiva, natureza modelizante; c) abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma "visão de mundo", de uma ideologia, de um sistema de valores [...]; d) analisar a influência do contexto em cada palavra e, reciprocamente, a determinação e a atuação de cada palavra em seus diferentes contextos possíveis; e) analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os

⁵ Texto original: « un mot résulte de l’association d’un sens donné à un ensemble de sons donnés susceptible d’un emploi grammatical donné ».

fenômenos daí decorrentes; f) estabelecer a rede de relações das palavras de um sistema linguístico; g) procurar circunscrever a aptidão das palavras, para se interligarem, nos planos morfossintático, sintático e semântico, nos eixos paradigmático e sintagmático; h) estudar o conjunto de palavras de determinado sistema, ou de um grupo de indivíduos [...].

A semântica lexical trabalha com a análise e a descrição do conteúdo das unidades lexicais. Por ter como objeto o conteúdo, esta disciplina não pode ser pensada como sendo separada da semântica, embora suas funções não se sobreponham. A descrição semântica do léxico parte de uma lógica indispensável tanto aos seus próprios trabalhos como a numerosos aspectos da investigação lexicológica. É o caso, por exemplo da descrição semântica segundo a hierarquia das categorias ontológicas aristotélicas (gênero próximo e diferenças específicas) ou segundo relações estruturais (sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia), que não esgotam os trabalhos da lexicologia, de acordo com Eluird (2000, p. 30). Este autor afirma que, diferentemente do semanticista, o pesquisador do léxico deve se limitar aos modelos que estão em torno dele e que ele pode utilizar, como, por exemplo, associar à forma significante uma plasticidade semântica suficiente para que ela exprima o sentido que o uso propõe. “É em função do uso que é preciso encontrar o foco de uma descrição lexicológica do sentido” (ELUIRD, 2000, p. 75 e 76; tradução nossa)⁶.

A tarefa da semântica lexical é estudar o conteúdo das unidades lexicais em duas direções complementares, o que dá sistematicidade a esta disciplina: a direção das combinações sintagmáticas nas quais uma unidade pode entrar, as significações ou os empregos diferentes que essas combinações suscitam (como a homonímia e a polissemia); e a direção das relações paradigmáticas que existem entre as unidades (relações de sinonímia, antonímia ou de superordenação, como a hiperonímia e a hiponímia, por exemplo).

A semântica estrutural se desenvolveu, segundo Greimas e Courtès (1979, p. 395), na década de 60, a partir da criação do modelo fonológico. Da semântica estrutural, a semântica lexical incorporou conceitos e metodologia de análise, pois aquela considera que o plano da expressão de uma língua é constituído de desvios diferenciais, e postula que a esses desvios do significante devem corresponder desvios do significado (interpretados como traços distintivos da significação). Tal abordagem encontra um meio de analisar as unidades léxicas decompondo-as em unidades subjacentes, menores, que são os traços de significação ou semas.

⁶ O texto original é « C’est donc dans la lumière de l’usage qu’il faut trouver le cadre d’une description lexicologique du sens ».

Este quadro de análise lexical, derivado dos princípios da Escola de Praga, segundo Vilela (1992, p. 25), considera os semas como unidades teóricas construídas a partir da comparação de lexemas. A análise em semas, os traços mínimos de conteúdo, distintivos e em dimensões, permite a identificação da estrutura do conteúdo dos lexemas e das relações existentes entre eles.

Tão fundamental para a semântica lexical quanto o conceito de sema é a diferenciação entre lexema, como unidade da língua, e lexia, como unidade do discurso. Foi Pottier (1964⁷) quem cunhou o termo lexia para tratar das unidades lexicais na *parole*, na atualização da língua. Da mesma forma que vocabulário se relaciona ao léxico, a lexia é a manifestação dos lexemas nos discursos. O lexema é relacionado ao signo lexical, que tem a capacidade de se referir a elementos distintos da realidade. Esta referência permanece virtual até que seja atualizada pelo emprego da lexia em discurso. É a repetição no uso, a recorrência de emprego, que proporciona a estabilidade de uma lexia, pois mostra que ela é aceita e compreendida por uma comunidade linguística.

Além de ser fator de estabilização das lexias, o uso é também constituinte do significado das mesmas. É por meio da verificação das ocorrências de uma unidade lexical que se torna possível analisar seu uso efetivo. Ao tratar das dificuldades na determinação do significado linguístico, Geckeler (1976, p. 92) o define como a soma dos contextos em que uma palavra aparece, ou seja, suas distribuições. São essas distribuições que Guiraud (1972, p. 18-19 e 27-37) considera quando diz que os sentidos dependem das relações de uma palavra com as outras que aparecem no mesmo contexto. Para ele, à medida que essas relações são realizadas e reconhecidas pelos falantes, o efeito de sentido que daí resulta é memorizado e se liga ao signo, conferindo-lhe um conteúdo. No desenvolvimento desse pensamento, Tamba (1988, p. 38) considera que o significado existe no interior e também no exterior da língua. O mesmo fato admite Geckeler (1976, p. 92-94), para quem o significado é definido pelos entornos linguísticos (estrutural e contextual) e não-linguísticos (objetivo e subjetivo).

A partir da verificação das formas de emprego das unidades é possível tratar da carga semântica específica que uma palavra adquire em determinados contextos e das relações significativas entre as unidades. O campo semântico de uma determinada palavra é dado pelos significados que ela assume em suas ocorrências. Segundo Ullmann (1977, p. 522-523), o

⁷ No texto : « Vers une sémantique moderne ». In: **Travaux de linguistique et de littérature** (TraLiLi). Strasbourg, 1964, II-1, p. 107-138.

campo semântico não reflete apenas ideias, valores, perspectivas da sociedade, mas também os cristaliza e perpetua, o que ele chama de experiência de “visão de mundo”.

Enquanto a perspectiva que trata da relação entre o sentido e os usos era desenvolvida nos campos de estudos semânticos e lexicais, nas teorias focadas na enunciação partilhava-se ponto de vista semelhante. Tal fato pode ser comprovado pela definição dada por Benveniste (1995, p. 290), para quem o sentido de uma forma linguística é definido pela totalidade de seus empregos, sua distribuição e pelos tipos de combinações que daí resultam. Isso demonstra a proximidade e a interação entre as diferentes abordagens. De uma forma mais ou menos intensa, os estudos do léxico são frequentemente ligados aos conceitos de uso, enunciado e discurso.

A consideração do uso como constituinte do significado pode parecer incômoda à metodologia científica pelo fato de ele não ser sempre sistematizável. Quanto a isso, Martin diz:

[...] o ‘componente semântico-lógico’ da linguagem [...] não é um lugar de conteúdos estáticos, mas de operações de desconstrução, de decomposição, de montagem e de reestruturação, realizadas de forma contínua na atividade de linguagem, especialmente na tradução e na memorização, e que têm seu ponto de partida na movediça complexidade do léxico. (MARTIN, 1983, p. 87; tradução nossa⁸).

A complexidade do léxico está relacionada, segundo Biderman (1998, p. 92), à capacidade humana de associar palavras a conceitos, pois cada indivíduo conceptualiza dados da realidade de maneira pessoal. Mas, visto como elemento cultural, o significado é tanto unidade linguística quanto extralinguística, e se relaciona ao evento cognitivo de percepção e fabricação linguística do referente. Entre as etapas da fabricação do referente, além da realidade, dos estímulos e da prática social, estão a percepção, o ponto de vista e a interpretação.

Para Blikstein (1985 p. 61), a prática social age como um filtro e, por isso, uma descrição semântica deve abranger os elementos da práxis que modelam a percepção e geram a significação do mundo. Para ele, traços discriminatórios, seletivos e ideológicos desencadeiam isotopias da cultura de uma comunidade e definem os padrões perceptivos. Nesse sentido, Ullmann (1977, p. 189) afirma que o significado provém da tradição, da

⁸ O texto original é « la ‘composante sémantico-logique’ du langage [...] est le lieu non pas de contenus immuables, mais d’opérations de déconstruction, de décomposition, de réassemblage et de restructuration, constamment réalisées dans l’activité langagière, notamment dans la traduction et dans la mémorisation, et qui prennent leur départ à la mouvante complexité du lexique ».

convenção, do contrato firmado entre os indivíduos de uma sociedade. Baldinger (1970, p. 51), considera que o mundo é visto através das lentes da própria língua, por meio de conceitos, objetos mentais e esquemas de representação da língua materna. Ao conceber a língua como um produto social, conjunto de convenções necessárias, adotadas pela sociedade para permitir o exercício da linguagem pelos indivíduos, Saussure (1972, p. 25) admite a relação indissociável entre a língua e a sociedade.

Se o estudo de um vocabulário implica que se leve em consideração a situação real de uso, a análise dos elementos que o compõem também precisa ser considerada sob o ponto de vista de sua produção na situação de comunicação. Jakobson (1971, p. 122-130) afirma que no processo linguístico do ato de comunicação verbal há seis fatores envolvidos: remetente (emissor), destinatário (receptor), mensagem, código, contexto e canal (contato entre o emissor e o receptor), e que cada um desses fatores determina uma função da linguagem. As funções são as formas pelas quais a linguagem se reveste de acordo com a intenção da mensagem que se quer transmitir.

Para ele, a estrutura verbal da mensagem mantém uma relação de dependência com a função predominante, que pode ser: função referencial (denotativa ou cognitiva), que se relaciona ao referente/contexto; função emotiva ou expressiva, centrada no remetente (expressão direta da atitude de quem fala àquilo que está falando); função conativa, com ênfase no destinatário; função fática, focada no canal; função metalinguística, com foco no código; e função poética, com pendor para a mensagem.

Esta sucinta revisão das principais noções e das teorias sobre os estudos do léxico delimita o quadro teórico do qual partem as análises apresentadas nesta pesquisa, que tem a finalidade de identificar o sentido das unidades da língua constitutivas dos enunciados. Sabe-se que a lexicologia padece, como assinala Cusin-Berche (2003, p. 51) de uma certa marginalização científica, pois não se enquadra confortavelmente na divisão clássica da linguística entre forma (fonologia, morfologia, sintaxe) e sentido (semântica, pragmática), uma vez que seu objetivo é dar conta da constituição e do funcionamento lexical, tanto do ponto de vista morfológico quanto semiótico e semântico.

Portanto, o léxico funciona e evolui numa constante interação entre língua e discurso, o que implica a adoção de uma abordagem não apenas sintagmática, mas também paradigmática. Apesar de se aceitar que o acesso aos sentidos das unidades lexicais é possível graças à observação de seus usos em contextos e ao estudo de suas distribuições, admite-se, em concordância com Cusin-Berche (2003, p. 32), que não são os empregos que determinam os sentidos, mas que são os sentidos que condicionam os empregos das unidades lexicais. Os

usos das unidades são reveladores de seus sentidos, porque os empregos, em termos distribucionais e sintáticos, são necessários para se apreender as diversas acepções, mas esses sentidos são permanentemente condicionados pelo próprio sistema lexical.

Pela abordagem da semântica lexical, realiza-se nessa pesquisa a análise semântica das unidades lexicais em traços de significação, apreendidos pelas definições lexicográficas, pelas ocorrências das unidades lexicais em seus contextos de uso e em sua relação com outras unidades. Tal análise é de caráter sincrônico, pois se consideram apenas os empregos das unidades numa época dada, o século XVIII, e os significados apreendidos de tais usos.

Deve-se, entretanto, considerar a ligação da lexicologia com os estudos diacrônicos. Os estudos sincrônicos, segundo Eluird (2000, p. 97) visam uma estruturação operada e operativa, que é descrita abstraindo-se o tempo, e necessariamente situada no campo de fatos relativamente sistematizáveis, que podem se tornar diacrônicos. Tal perspectiva não se opõe ao que postula Saussure, mas trata de se situar não num estado de língua, mas num certo estado de uso. De acordo com Bizzocchi (1997, p. 45) a configuração do léxico de uma língua num dado momento é resultado de todos os processos lexicogênicos nele verificados ao longo do tempo até o momento considerado.

Ainda de acordo com a abordagem léxico-semântica, trabalha-se com a noção de campos, indispensável ao se tratar das relações entre as unidades que partilham traços conceituais. Entende-se campo léxico-semântico como um conjunto formado por unidades lexicais que possuem traços de significação em comum e que pertencem a um mesmo campo conceitual, o que será apresentado mais detalhadamente na seção 2.4, “Algumas considerações sobre os campos léxico-semânticos”. O objetivo das análises em campos semânticos é mostrar como as unidades que compõem o campo conservam ou atualizam suas relações em discurso. Propõe-se a hipótese de que a variação entre os usos das unidades de um campo em determinado discurso configura a forma como o acontecimento é tratado no vocabulário estudado. Segundo Mortureux (2001, p. 98), a observação de alguns vocabulários permite a apreensão de como um campo semântico se realiza em um discurso.

A essa abordagem alia-se um estudo enunciativo-discursivo, coerente com os objetivos e com a linha teórica adotada. Por se considerar o sistema lexical como repositório do saber de uma comunidade, as lexias de um vocabulário são vistas ao mesmo tempo como constituintes e como difusoras da consciência social, dos recortes culturais de uma época. Entende-se, com Chiss, Filliolet e Maingueneau (2001, p. 120), que as palavras estão impregnadas de valores que lhes conferem sua inserção histórica nos discursos políticos e ideológicos.

Essa ligação fundamental entre uma língua e a cultura, a civilização onde ela se formou, faz de cada língua o mais inestimável dos documentos históricos. Se nas palavras se “reflete” mais ou menos diretamente a história, as palavras estão inseridas na história (Chiss, Filliolet, Maingueneau, 2001, p. 120, tradução nossa)⁹.

Segundo Dubois (1969, p. 116), a análise do vocabulário é uma parte da análise das performances verbais, ou seja, do discurso, e não pode ser isolada. “É essencial que a lexicologia seja considerada somente como um dos meios, privilegiado, sem dúvida, mas não único de análise de enunciados realizados” (DUBOIS, 1969, p. 116, tradução nossa¹⁰).

O apoio em uma perspectiva discursiva é necessário quando se leva em conta a palavra a partir de seus usos, o que é fundamental ao se buscar descrever a maneira pela qual os usuários de uma língua explicitam as suas opiniões e visões de mundo partilhadas por meio do léxico. Por isso, pretende-se verificar como a construção discursiva em torno de um grupo palavras pode ter colaborado para estabilizar, fixar e perpetuar alguns de seus sentidos. Não se trata apenas das palavras que são empregadas em determinado discurso, como afirmam Haroche, Henry e Pêcheux (1971) no texto considerado fundador da Análise do Discurso francesa¹¹, mas também de como as palavras são usadas, das construções em que se combinam e de como seu funcionamento determina, em parte, sua significação: “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições tomadas por aqueles que as empregam, [...] elas ‘mudam de sentido’ ao passarem de uma *formação discursiva* a uma outra” (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971, p. 102-103).

Nesse trabalho, o discurso não é considerado apenas como a atualização do sistema da língua, mas levam-se em conta características próprias, como, por exemplo, o intradiscurso e o interdiscurso, que não são reputadas em outras correntes semântico-lexicais que se declaram discursivas. A abordagem discursiva aqui adotada, apoiada num modelo dialógico, será explicada mais detalhadamente nas páginas subsequentes, na seção 2.5, “Análise lexical em perspectiva discursiva”.

⁹ Do original : « Ce lien fondamental entre une langue et la culture, la civilisation où elle s'est formée, fait de chaque langue le plus inestimable des documents historiques. Si dans les mots se "reflète" plus ou moins directement l'histoire, les mots eux-mêmes sont insérés dans l'histoire ».

¹⁰ No texto original : « Il est essentiel que la lexicologie soit considérée seulement comme un des moyens, privilégié sans doute, mais non unique de l'analyse des énoncés réalisés ».

¹¹ HAROCHE, C., HENRY, P., PECHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: **Langages**. Épistémologie de la linguistique. Paris: Didier; Larousse, 1971, n° 24, p. 93-106. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608>.

Como essa pesquisa propõe ainda a verificação do componente ideológico do conteúdo das unidades, mostra-se necessário explicitar o objeto de análise, aqui chamado de léxico político-ideológico. Por meio desse sintagma entende-se o conjunto de unidades lexicais que são usadas em textos da *Gazeta de Lisboa* para tratar de acontecimentos políticos e que trazem consigo traços de significação reveladores das opiniões e visões de mundo predominantes na sociedade europeia na época estudada.

2.1 Ideologia e discurso

Ao se tratar a palavra como atuante, não mais vista como testemunha ou reflexo da realidade, toma-se a linguagem como uma forma de ação, o que a relaciona com as visões de mundo, que são, segundo Fiorin (1995, p. 33), dela indissociáveis. Ideologia é, para esse autor, o nome dado ao conjunto de ideias e representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. Entende-se que não há conhecimento neutro, pois esse sempre expressa um ponto de vista a respeito da realidade, ou seja, há um permanente comprometimento com os interesses sociais.

Vista por Chauí (1993, p. 31) como um “fato social”, a ideologia é produzida pelas relações sociais e possui razões determinadas para surgir e se conservar. Ela não é, como diz esta autora, um “amontado de ideias falsas”, mas uma forma de produção de ideias pela sociedade ou pelas relações sociais. Para Marcondes (1992, p. 115), as ideologias são as visões de mundo: “a consciência de uma época, a maneira como uma sociedade ou um grupo concebe a si mesmo”. A ideologia deve ser entendida como algo iminente à realidade.

Segundo Žižek (1996), ideologia é o meio em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social: “[...] o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação” (ŽIŽEK, 1996, p. 9-16).

A palavra ideologia, de acordo com Eagleton (1997, p. 15-19), pode fazer referência não somente a sistemas de crenças, mas a questões de poder. Para ele, há uma série de significados convenientes ao termo ideologia, mas nem todos são compatíveis entre si. “Se [...] ideologia significa *qualquer* conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, então não pode simplesmente representar as formas de pensamento *dominantes* em uma

sociedade.”, exemplifica esse autor, que vê a necessidade de uma definição mais ampla do conceito de ideologia, como uma intersecção entre sistemas de crença e poder político.

Esse autor lista seis definições distintas de ideologia aceitas e empregadas em diferentes ramos de pesquisa: a) processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social, assemelhando-se ao significado mais amplo do termo cultura; b) crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo, aproximando-se da ideia de “visão de mundo”; c) promoção e legitimação dos interesses de grupos sociais em face de interesses opostos (preocupada com a produção de efeitos eficazes para propósitos políticos); d) promoção e a legitimação de interesses setoriais das atividades de um poder social dominante; e) ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante; e f) crenças falsas ou ilusórias, oriundas da estrutura material da sociedade como um todo. (EAGLETON, 1997, p. 38-41).

Segundo Orlandi (2005, p. 92-96), em análise do discurso a ideologia é vista como constituinte tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos. É a ideologia que torna possível a relação entre a palavra e a coisa por ela nomeada, a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo.

[...] consideramos que a ideologia se materializa na linguagem. Ela faz parte do funcionamento da linguagem. [...] Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação. [...] a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. (ORLANDI, 2005, p. 96)

É a partir desse pensamento que se fala nesse trabalho de vocabulário político-ideológico, pois se considera que as unidades lexicais, aceitas, compreendidas e empregadas por uma comunidade, estruturam os sentidos e carregam consigo uma consciência social que é atualizada e reiterada a cada nova ocorrência em discurso. Assume-se o ponto de vista de que a ideologia determina as tomadas de decisão, linguísticas ou não, do enunciador.

Nesse trabalho, aceita-se o sentido descritivo ou antropológico de ideologia, próximo da noção de visão de mundo, que entende as ideologias como “sistemas de crenças característicos de certos grupos ou classes sociais, compostas por elementos tanto discursivos quanto não-discursivos” (EAGLETON, 1997, p. 40).

Para esse autor, um enunciado político só é ideológico se envolver crenças. Ele justifica essa afirmação com o seguinte exemplo: dizer que existe na Inglaterra uma monarquia constitucional é um enunciado político; para ser ideológico, precisaria trazer implícito um anexo como “o que é uma coisa boa”. Assim, ele conclui que a ideologia se ocupa menos com significado do que os conflitos no campos do significado, e que diz respeito aos modos pelos quais os processos de poder se ligam e se estabilizam no nível do significado.

Dizer que um enunciado é ideológico, segundo Eagleton (1997, p. 28), significa afirmar que está carregado de motivos relacionados com a legitimação de interesses em uma luta de poder. A ideologia diz respeito aos usos efetivos da linguagem entre determinados sujeitos humanos, para a produção de efeitos específicos. O que há de ideológico nas palavras são os interesses de poder a que elas servem e os efeitos políticos que geram. “O mesmo fragmento da linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social” (EAGLETON, 1997, p. 22).

Para esse autor, os enunciados ideológicos são ao mesmo tempo subjetivos e universais, pois a ideologia tanto constitui identidades como também se apresenta como um tipo de verdade universal, um “todos sabem disso”. Pela universalização, valores e interesses específicos de uma época e lugar são projetados como valores e interesses de toda a humanidade. A ideia de universalidade representa as ideias como as únicas racionais e universalmente válidas.

Em uma concepção ampla, ideologia é um conjunto de significados e valores que codificam interesses relevantes para o poder social. Ela é frequentemente considerada unificadora, orientada para a ação, racionalizante, legitimadora, universalizante e naturalizante. Para Eagleton (1997, p. 171-172), o termo ideologia é “apenas uma maneira conveniente de classificar em uma única categoria uma porção de coisas diferentes que fazemos com signos”. Por isso, ele afirma ser útil ver a ideologia menos como um conjunto particular de discursos do que como um conjunto particular de efeitos dentro dos discursos.

Dijk (2006, on-line), adota em seu trabalho uma concepção particular da noção de ideologia, usando-a para descrever as crenças particulares e fundamentais de qualquer grupo de pessoas.

[...] uma ideologia é o fundamento das representações sociais partilhadas por um grupo. Essas ideias de grupos podem ser avaliadas positivamente, negativamente ou não serem avaliadas, e isso em função do ponto de vista, do pertencimento a um grupo ou da ética de cada um. Dito isso, nós

não identificamos as ideologias exclusivamente aos grupos dominantes [...]. Os grupos dominantes podem igualmente ter ideologias, a saber ideologias de resistência e de oposição. As ideologias são mais geralmente associadas aos grupos sociais, às classes, às castas ou às comunidades e representam seus interesses fundamentais. (DIJK, 2006, on-line, tradução nossa¹²)

Para esse autor, as ideologias são, no plano cognitivo, uma sistema de crenças sociais, armazenadas na memória de longo prazo. Tanto no plano social quanto no cognitivo, esses sistemas de crenças ideológicas são compartilhados pelos membros de grupos sociais específicos. Ele destaca a relação entre língua e ideologia: “as ideologias, como as línguas, são essencialmente sociais. Não existem ideologias ‘pessoais’ ou ‘individuais’, mas somente empregos pessoais ou individuais das ideologias” (tradução nossa¹³).

Ainda segundo Dijk, as ideologias materializam os princípios gerais que controlam a coerência global das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. Ele afirma que é por meio de modelos mentais que os discursos podem influenciar as representações sociais e as ideologias, e as reproduzir. Assim, as ideologias representam uma das facetas da identidade social e da imagem que os membros de um grupo têm de si mesmos.

Esse autor também afirma que as ideologias são relativamente estáveis, pois são adquiridas com o passar dos anos, e mantêm-se ativas durante toda a vida dos membros de um grupo. Elas são estruturadas por um esquema social que agrupa certas categorias que representam cognitivamente as principais dimensões sociais dos grupos, como suas propriedades distintivas, seus critérios de pertencimento ao grupo, suas ações típicas, seus objetivos, suas normas e valores, suas referências e seus recursos de base ou seus interesses.

A ideologia atua também internamente no léxico de uma língua. Bizzochi (1997, p. 39) diz que o léxico de cada língua apresenta um comportamento diferente, cria ou renova suas unidades por meio de processos distintos. Nos processos de criação, empréstimo ou fixação lexical, cada língua realiza opções e demonstra certas preferências individuais.

Para Dijk (2006), grande parte das ideologias se revela em situações de competição, de conflito, de dominação e de resistência entre grupos, ou seja, elas fazem parte de uma

¹² Do original: “[...] une idéologie est le fondement des représentations sociales partagées par un groupe. Ces idées de groupes peuvent être évaluées positivement, négativement ou ne pas être évaluées du tout, et ce en fonction du point de vue, de l'appartenance à un groupe ou de l'éthique de chacun. Cela étant, nous n'identifions pas exclusivement les idéologies aux groupes dominants [...]. Les groupes dominés peuvent également avoir des idéologies, à savoir des idéologies de résistance et d'opposition. Les idéologies sont plus généralement associées aux groupes sociaux, aux classes, aux castes ou aux communautés et représentent leurs intérêts fondamentaux.”

¹³ Do original: “les idéologies, comme les langues, sont essentiellement sociales. Il n'y a pas d'idéologies ‘personnelles’ ou ‘individuelles’, mais seulement des emplois personnels ou individuels des idéologies.”

combate social. As ideologias são, então, adquiridas individualmente e reproduzidas em nível social, através de práticas sociais do grupo, em particular nos discursos.

Para esse autor, a política é o campo social ideológico por excelência, pois o processo político é essencialmente um processo ideológico. Os discursos tornam as ideologias observáveis, uma vez que, por meio do discurso elas podem ser expressas ou formuladas explicitamente. Assim, ele afirma que estratégias de expressão das ideologias podem ser aplicadas a todos os níveis de ação, desde o sentido até a forma textual ou verbal, mas que é mais provável que a maioria das variações ideológicas se encontrem no nível do sentido. Isso porque,

[...] o sentido pode ser reforçado de muitas maneiras pela entonação ou pela acentuação, por meios visuais ou gráficos, pela ordem das palavras, pela escolha de um título, pela topicalização, pela repetição, etc. (DIJK, 2006, on-line, tradução nossa¹⁴)

Como todo discurso objetiva produzir certos efeitos nos destinatários e é emitido a partir de uma “posição subjetiva” tendenciosa, a linguagem mais significa do que reflete a realidade, pois dá a ela uma forma conceitual. Assim, segundo Eagleton, o conceito clássico de ideologia se refere ao “processo pelo qual os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político” (EAGLETON, 1997, p. 178). Ele aponta os trabalhos de Voloshinov e de Pêcheux como teorias que permitem o rastreamento da inscrição do poder social na linguagem em estruturas lexicais, sintáticas e gramaticais.

2.2 A questão da consideração do contexto

Ao se aceitar o pressuposto de que a lexicologia deve procurar os usos para chegar aos sentidos, insere-se na pesquisa, além da noção de discurso, o elemento contexto. Esse não é entendido apenas como o texto ou as frases mais próximas à ocorrência da unidade lexical a ser estudada, mas está relacionado à situação histórico-social-ideológica de um enunciado. Tal conceito envolve também outros textos que foram e que são produzidos ao redor daquele a que se dedica o estudo, e que com ele se relacionam. Percebe-se, desta forma, que a

¹⁴ No original : « [...] le sens peut être renforcé de multiples façons par l'intonation ou l'accentuation, par des moyens visuels ou graphiques, par l'ordre des mots, par le choix d'un titre, par la topicalisation, la répétition, etc. »

concepção de contexto ultrapassa os limites linguísticos e se relaciona com a ideia de dialogismo.

Porém, nos estudos linguísticos, a palavra contexto sempre gera ambiguidades. Geckeler (1976, p. 53) diferencia contexto linguístico de contexto da situação, e sublinha que ambos atuam na significação de uma palavra. Para ele, o segundo tipo de contexto envolve elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor, e é a análise destes elementos que ajuda a determinar o sentido empregado na linguagem.

Mas o sintagma “contexto da situação” pode levar a uma ideia pouco precisa, pensando-se apenas na situação de enunciação. Tal ponto de vista é adotado por pesquisas ligadas ao que se conhece atualmente como lexicologia discursiva¹⁵, como, por exemplo, a linha de pesquisa em que trabalha Mortureux (2001). Nessa mesma perspectiva, Cusin-Berche (2003, p. 19) considera que o contexto pode ser tanto o emprego quanto a distribuição das unidades nos discursos. Ligada à abordagem estruturalista, essa perspectiva vê o contexto como provedor de semas secundários ou como atualizador dos semas virtuais dos lexemas, uma vez que o discurso é visto apenas como a atualização do sistema da língua.

Ao se propor uma análise que pressupõe uma interação constante entre língua e discurso, é preciso expandir a noção de contexto, aproximando-a do que se conhece por contexto pragmático. Esse engloba tudo o que é exterior à linguagem e que faz parte da situação de enunciação, como o enquadramento espaço-temporal, idade e sexo dos locutores, momento da enunciação, estatuto social dos enunciadores, etc.

O trabalho de análise de textos jornalísticos implica que se leve em conta não apenas o ambiente contextual próximo, mas também a situação real de produção do discurso, que engloba os agentes envolvidos no ato de enunciação, seus interesses, as fontes de informação e motivações históricas e sociais que podem ter influência na construção dos sentidos do discurso e, conseqüentemente, no sentido das unidades lexicais. Para Fiorin (1995, p. 31), “o modo de produção determina as ideias e os comportamentos do homem”. Dessa forma, esses elementos parecem ser fundamentais ao se buscar identificar de que maneira se expressa o conteúdo ideológico por meio de unidades lexicais.

A partir desse ponto de vista, insere-se na pesquisa a noção de “condições de produção” que, segundo Brandão (2009, p. 86), é fundamental em análise do discurso. As condições de produção podem ser definidas como o “conjunto dos elementos que determina a

¹⁵ “La sémantique discursive décrit les mécanismes de passage de la langue au discours, et inversement. Ce sont deux SAVOIR-FAIRE complémentaires. Les signifiés de langue deviennent des significations en discours, contextualisées.” (POTTIER, 1992, p. 20)

produção de um discurso” e diz respeito tanto à situação de enunciação imediata (que compreende o eu/tu-aqui-agora) quanto o contexto histórico, social e ideológico, “o lugar de onde falam os interlocutores, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando”.

Dubois et al. (2001, p. 149) definem contexto tanto como o ambiente linguístico em que uma palavra se encontra em determinado discurso, como também o contexto social, “conjunto de condições sociais que podem ser levadas em consideração para estudar a relação entre o comportamento linguístico e o comportamento social”, e citam, ainda, o contexto situacional ou de situação, que inclui dados comuns ao emissor e ao receptor numa situação comunicativa.

Essa segunda concepção vai ao encontro das ideias de Ullmann (1977, p. 106), para quem a noção de contexto deve ultrapassar os limites da linguística e ser conduzido simultaneamente com o estudo da cultura e do meio-ambiente. Para Palmer (1979, p. 61-66), o significado das palavras e das frases depende do contexto extralinguístico, que se relaciona ao conceito de referência, e diz respeito às relações entre a língua e o mundo da experiência. Posição parecida é a de Lyons, para quem o contexto “deve ser considerado como correspondendo todas as convenções e pressuposições aceitas na sociedade na qual os participantes vivem, na medida em que estas são importantes para a compreensão da elocução” (LYONS, 1974, p. 138).

Desta forma, o conceito de contexto necessário para a análise da língua em interação com o discurso está ligado a elementos cognitivos, situacionais, intertextuais e interdiscursivos, que podem intervir nos processos de construção referencial e dos sentidos das unidades lexicais.

Maingueneau (2004, p. 26-27) cita três tipos de contextos que devem ser observados nas análises de textos de comunicação: a) o ambiente físico da enunciação, ou contexto situacional; b) o cotexto, sequências verbais localizadas no mesmo ambiente da palavra que se pretende interpretar, relacionando as unidades de um mesmo texto; e c) os saberes anteriores à enunciação.

A ampliação da noção de contexto se relaciona, segundo Moirand (2007c, p. 94), a uma concepção dinâmica, pois as condições de produção da enunciação podem ser identificadas por meio de índices de contextualização distribuídos no fio do discurso. Esses tipos de contextualização vão do contexto próximo ao mais distante, ou seja, do contexto no sentido restrito do termo (o cotexto) ao contexto sócio-histórico em sentido mais amplo.

Essa autora lista seis tipos de contextos que podem ser considerados ao se trabalhar com textos midiáticos: a) o cotexto linguístico de uma palavra, de uma formulação ou de uma construção sintática; b) o cotexto intratextual da ordem do discurso, com repetições intratextuais no fio da unidade discursiva; c) o contexto de textos no espaço da página ou no conjunto do número (presença de ecos semânticos formais); d) o contexto de séries, ou seja, de números e edições que tratam de um mesmo assunto, de um mesmo momento discursivo; e) o contexto intertextual, que permite encontrar textos anteriores, relacionados com a história recente; f) o contexto interdiscursivo, que se manifesta de maneira alusiva em algumas palavras ou construções, em evocações de dizeres anteriores (que fazem parte das memórias coletivas).

Esses diferentes níveis de contextualização possibilitam, de acordo com Moirand (2007c, p. 103), a identificação das diversas comunidades convocadas e dos gêneros dos discursos. A contextualização ampla permite caracterizar os gêneros segundo sua textura enunciativa, mas também segundo a função que as diferentes formas de dialogismo desempenham na orientação pragmática ou argumentativa do enunciado.

2.3 O papel dos dicionários nas análises

Definidos por Dubois et al. (2001, p. 186) como objetos culturais que têm a intenção de investigar os usos das palavras, os dicionários são importantes ferramentas de apoio para as análises linguísticas e discursivas realizadas nessa pesquisa. Para Pruvost (2006, p. 11-15), os dicionários são lugares privilegiados de saberes sobre a língua e sobre o mundo e têm finalidade pedagógica e cultural. Além disso, são obras temporais, que retratam a época em que foram produzidas.

Os dicionários são, segundo Rey-Debove (1998, p. 233), obras de consulta que devem permitir ao leitor a compreensão e o emprego correto das palavras. Vistos por ela também como a memória lexical de uma comunidade, essas obras permitem ao usuário controlar e enriquecer seu vocabulário.

Rémi-Giraud (1996, p. 19) considera que a língua é construída a partir de discursos e que os dicionários são discursos sobre as palavras, que visam construir significações de vocação coletiva e que implicam o reconhecimento da comunidade falante, ou seja, uma representação compartilhada. Partindo da ideia de que as palavras não dizem as coisas, mas a representação que se tem delas, essa autora considera que formas comuns e estáveis de

representações se fixam nas palavras e constituem sua significação. Essas representações, que circulam por meio das palavras em diferentes sociedades e épocas, são o que os dicionários tentam reproduzir. A “boa definição”, segundo essa autora, é a melhor tentativa de formulação dessa representação comum.

Nos dicionários é possível observar a estrutura profunda do significado das palavras, pois eles estão situados entre os planos referencial e conceptual. Ilari e Cunha Lima (s/d, p. 10) afirmam que as definições situam as palavras umas em relação às outras e explicitam a maneira, não simples e unívoca, como recortam a realidade. Para Rey-Debove (1976, p. 181), a definição lexicográfica é um discurso que articula, ao mesmo tempo, um sistema semiótico e implicações metalinguísticas, pois relaciona os conceitos “ser”, “chamar-se” e “designar”. Essa mesma autora afirma que os dicionários de língua se relacionam a uma teoria semântica da designação (da relação entre o signo e o objeto) e não da significação, porque as definições são predicções de identidade e não de significação, produzidas pelo verbo ser (REY-DEBOVE, 1998, p. 20-23). O significado de uma palavra é uma implicação do que ela designa, pois “a palavra significa, ao menos, o que ela designa”. Para essa autora, a definição lexicográfica supõe o conhecimento de um conjunto de representações, que são constituídas pela apreensão do real, mas que contêm uma parte puramente social. Em relação ao discurso, o referencial pertence ao mundo e não ao signo.

Para Rémi-Giraud (1996, p. 36), embora o significado das palavras seja constituído pelas representações compartilhadas por uma comunidade, as palavras possuem um “programa semântico” mínimo, que diferencia umas das outras no interior dos campos lexicais e que permite a compreensão de referentes específicos correlacionados. Tais traços diferenciadores são relativamente estáveis e podem ser apreendidos pela observação do funcionamento polissêmico e das aptidões combinatórias das palavras.

A ideia de que as palavras possuem um sentido de base está de acordo com o posicionamento de Lyons (1977, p. 103), que afirma que as palavras têm um significado independente dos contextos, pois “há habitualmente em cada palavra um núcleo sólido de significado, relativamente estável, e que só dentro de certos limites pode ser modificado pelo contexto” (LYONS, 1977, p. 104). Esse autor também afirma ser o contexto crucialmente importante para a determinação do significado das palavras.

Por esse estudo ter caráter prioritariamente sincrônico, privilegia-se a consulta a obras lexicográficas em língua portuguesa, produzidas entre os séculos XVII e XIX, mas em alguns casos, mostrou-se necessária a verificação das unidades lexicais em dicionários franceses e espanhóis. Foram consideradas as acepções de todas as unidades selecionadas para análise

encontradas nos dicionários de Raphael Bluteau¹⁶ (1712-1728) e de António de Moraes Silva¹⁷ (1813)¹⁸, obras de grande importância na lexicografia portuguesa.

Segundo Murakawa (2007, p. 187), o *Vocabulario portuguez & latino* de Bluteau marca o início da atividade lexicográfica portuguesa baseada em um *corpus* de referência “organizado a partir de obras dos séculos XV ao XVIII, pertencentes às mais diversas áreas de conhecimento do período”. Ele representa um acervo da cultura portuguesa, pois

Utilizando-se das obras de autores de sua época, muitos dos quais foram contemporâneos seus, Bluteau deixa impresso em seu Vocabulario o pensamento da sociedade de seu tempo. (MURAKAWA, 2007, p. 167).

Dentre as obras que compunham o *corpus* do dicionário de Bluteau, essa autora destaca os livros de história, os itinerários e as relações de viagens, que “além de ressaltarem os feitos passados e presentes dos portugueses, eram um meio de exaltação da Pátria que se encontrava retraída e submissa ao jugo espanhol” (MURAKAWA, 2006, p. 32).

Além de palavras e expressões portuguesas e suas correspondências na língua latina, nesse dicionário são encontradas definições linguísticas das unidades e seus significados polissêmicos, e há ainda informações sobre os domínios de uso, a proveniência dos empréstimos, formação de palavras e até sobre arcaísmos e neologismos. Ele é considerado uma obra de caráter enciclopédico, pois não trata apenas das palavras, mas também das coisas.

Sobre a maneira peculiar de Bluteau redigir as palavras-entrada de seu dicionário, Murakawa (2007, p. 178) afirma que ele “deixa transparecer o seu modo pessoal e o da sociedade de seu tempo, de ver a realidade extralinguística”. Para essa pesquisadora, esse dicionário bilíngue abriu as portas para outras obras do gênero, como o *Diccionario da lingua portugueza*, de Moraes.

Também considerado difusor da cultura portuguesa da época em que foi escrito, o dicionário de Moraes, por meio de suas abonações, evidencia a grande influência da classe sacerdotal na produção literária do período e, conseqüentemente no pensamento da sociedade portuguesa. Murakawa (2006, p. 216-217) destaca como constituintes do *corpus* dessa obra

¹⁶ BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

¹⁷ SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza** - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

¹⁸ Nesse trabalho, opta-se pela menção a essa obra pela forma como ela é mais conhecida, ou seja, como dicionário de Moraes, embora as citações dela extraídas sigam a referência bibliográfica, como SILVA (1813).

também livros de exaltação à Pátria e, assim como no de Bluteau, relações de viagens, que “apresentam os feitos heróicos dos navegantes”.

Para essa autora, além de contribuir para o conhecimento da mentalidade e dos comportamentos da época, a obra de Moraes é importante ferramenta para as pesquisas etimológicas, sendo testemunha da influência de outras línguas sobre o português.

Moraes elaborou um dicionário que registrou a norma linguística culta, corrente na sociedade portuguesa da época. Desta forma, as definições foram adequadas aos padrões culturais então vigentes, e por esta razão seu trabalho vem a ser um “texto cultural”, no dizer de Jean Dubois e Claude Dubois (1971), ou seja, um testemunho da cultura portuguesa dos séculos XV ao XVIII. (MURAKAWA, 2006, p. 220).

Por o século XVIII se caracterizar como uma época de intensa comunicação entre os Estados europeus, e pelo fato de a *Gazeta de Lisboa* apresentar grande quantidade de textos traduzidos, em alguns casos também foi preciso consultar o *Dictionnaire de L'Académie Française* (1ª edição: 1694; 4ª edição: 1762; 5ª edição: 1798 e 6ª edição: 1832-5), o *Thresor de la langue françoise* (1606), o *Dictionnaire critique de la langue française* (1787-1788) e o *Diccionario de la lengua castellana*¹⁹ (1726), todos bastante representativos no que diz respeito à expressão da cultura de seus países nesse período da história.

Segundo Tournier (1992, p. 10), todo dicionário reconstrói uma visão hierarquizada de valores. As definições que integram as obras lexicográficas são feitas de escolhas da sociedade, pois os dicionários repertoriam representações sociais, muitas vezes estereotipadas, que moldam a ordem existente. Esse autor afirma que todo semantismo mostrado nessas obras representa uma tomada de posição, e que as definições, que são afirmações lexicalizadas, se impõem como uma estrutura de evidência e como um patrimônio comum de uma classe ou de uma sociedade. “Assim, o vocabulário, devido a suas acepções normalizadas, é colocado, querendo ou não o lexicógrafo, a serviço de mitos ideológicos” (TOURNIER, 1992, p. 11, tradução nossa²⁰).

Mazière (1989, p. 47) afirma que as representações e posições assumidas pelo lexicógrafo podem ser reveladas pela materialidade da sintaxe da definição, pois leva em

¹⁹ O nome completo da obra é *Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*. Imprenta de Francisco del Hierro. Disponível em: <<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0.>>.

²⁰ No original : « Ainsi le vocabulaire, de par ses acceptions normées, est mis, que le lexicographe le veuille ou non, au service des mythes idéologiques. »

consideração que o discurso nunca é transparente e que a gramática particular de uma língua impõe escolhas significativas ao escritor.

2.4 Algumas considerações sobre os campos léxico-semânticos

Ao se trabalhar com grupos de palavras, a associação de unidades pode ser feita com base em critérios morfológicos, lexicais, semânticos ou conceituais, que partem das palavras ou das ideias. Quando é possível estabelecer relações de sentido entre unidades, fala-se em estruturação semântica.

Unidades que designam diferentes aspectos comuns a uma técnica, a um objeto ou a uma noção constituem um campo lexical. Quando o interesse está nas formas de emprego das unidades que compõem um grupo, caracteriza-se o campo semântico. Num campo semântico trata-se da carga semântica específica que as palavras adquirem e das relações significativas entre elas. Assim, o campo semântico de uma determinada palavra é dado pelos significados que ela assume.

Quando falou sobre o valor do signo linguístico, Saussure (1972, p. 133) mencionou a noção de campo. Para ele, o valor de um signo “resulta da presença simultânea de outros signos dentro do sistema e aos quais ele se contrapõe, formando uma rede semântica”.

Nesta pesquisa, por se trabalhar com o aspecto semântico de grupos de palavras pertencentes a uma mesma área (política/militar), fala-se em campos léxico-semânticos. Segundo Mounin (1975, p. 65), o campo lexical é uma das faces do campo semântico, a que se ocupa dos significantes, em oposição ao campo conceitual, que seria a outra face, a que trata da denotação. Portanto, entende-se campo léxico-semântico como o conjunto de unidades lexicais que representam um conjunto de conceitos incluídos dentro de uma etiqueta que define o campo. Ele é formado por unidades que possuem traços de significação em comum e que pertencem a um mesmo campo conceitual. Varó e Linares (2004, p. 105) afirmam que o campo léxico-semântico é o campo semântico por excelência, pois sua estrutura parte dos signos linguísticos aos conceitos, e é formado com metodologia semasiológica. Para isso, usa como material as unidades léxicas de um *corpus*, em busca de uma sistematização baseada nas relações léxico-semânticas.

Considera-se o estudo dos campos léxico-semânticos fundamental para os objetivos desse trabalho, uma vez que as relações que as palavras entretêm entre si no interior de um campo também atuam decisivamente na seleção lexical realizada pelo falante no momento em

que este fala ou escreve um texto. É a partir dessas relações que o falante pode escolher, dentre as opções possíveis, a palavra que expressa da melhor maneira o que ele tem a intenção de dizer. A esse processo de investigação, mental e automático, que o falante realiza acerca da substância e da forma mais apropriada para representar o que pretende enunciar, Pottier et al. (1975, p. 122) dão o nome de mecanismo onomasiológico.

Entretanto, Mounin (1975, p. 151) assinala que as pesquisas com campos léxicos e semânticos mostram que muitos conceitos são mais ligados à história que às relações dentro de um campo. Por isso, a delimitação dos campos léxico-semânticos desta pesquisa foi feita com base em critérios históricos, considerando-se a relevância das unidades para a época estudada, e também a partir dos resultados da análise quantitativa. Optou-se pela realização de um estudo sobre o sentido lexical de unidades que são empregadas na narração de acontecimentos militares, políticos e diplomáticos motivados pela falta de entendimento entre duas ou mais nações, ou seja, conflitos armados ou não. Também se estuda as unidades que expressam essa falta de acordo entre dois lados. Desta forma, não se limita a pesquisa às unidades que designam ações militares, embora esse grupo seja preponderante nesse trabalho.

De um universo de mais de 25 mil formas encontradas no *corpus*, foram selecionadas 22 unidades para a análise. Considera-se como unidade o núcleo de significação, independentemente de a ocorrência encontrada no *corpus* ser apresentada na forma nominal ou na forma verbal. Por exemplo: considera-se como uma unidade as formas **atacar** e **ataque**, por ambas serem constituídas pelo mesmo núcleo de significação e também por uma ser derivada da outra. Assim, prioriza-se a forma de conteúdo (significado) em detrimento da forma de expressão (significante), o que parece ser coerente num estudo sobre o sentido lexical.

Tal posicionamento aproxima-se da noção de semantema definida por Bally, que seria o “signo que exprime a ideia puramente lexical, isto é, uma substância, uma qualidade, um processo, uma modalidade (da qualidade ou da ação), por exclusão dos signos gramaticais [...] e que é suscetível de revestir formas gramaticais variadas” (DUBOIS et al., 2001, p. 527). Entretanto, as diferentes formas das ocorrências encontradas no *corpus* serão assinaladas sempre que essa variação de emprego for relevante para a análise.

Não apenas o uso contextual, mas também os usos gramaticais revelam dados importantes sobre a intenção comunicativa do locutor, como pode ser visto nos excertos²¹ abaixo:

²¹ Nessa tese, a reprodução de trechos de textos do *corpus* é apresentada em fonte menor que a do corpo do texto, separada por espaço simples e com a indicação da data da publicação. Em todas as ocorrências extraídas do

Estas circunstancias confirmão a verdade dos confidentes avisos que s. mag. recebeo, de que os designios delrey de Suecia eraõ fazer huma **invasão** neste reyno, favorecido dos mal contentes delle [...]. (GDL, 7/09/1715)

[...] se confirmaõ os avisos ja recebidos de outras partes, dos grandes aprestos que faz o pretendente para **invadir** os reynos da Grã Bretanha. (GDL, 14/09/1715).

No primeiro exemplo, vê-se o sintagma **fazer uma invasão**, que é uma paráfrase de **invadir**, ocorrência verificada no segundo trecho aqui citado. Quando se faz a opção pelo uso da forma encontrada no primeiro exemplo, o objetivo é dar ênfase à ação, ao ato de invadir, enquanto no segundo, a ênfase está na ação em si, no processo de entrada em local inimigo. Apesar de sutil, a diferença entre os dois usos existe. Normalmente o substantivo dá a um fenômeno uma visão estática, enquanto um verbo lhe confere um aspecto dinâmico.

[...] se um substantivo deriva de um verbo, ele pode conservar no seu bojo semântico um dinamismo mais próprio do verbo, ou seja: indicar o fenômeno como um processo; porém morfológica e sintaticamente ele apresenta os marcadores e determinantes típicos do substantivo. (BIDERMAN, 2001, p.251).

Grande parte das ocorrências encontradas no *corpus* que são relevantes para a análise aqui proposta é de substantivos derivados de verbos, pois estes nomeiam ações. A estreita ligação entre os substantivos que fazem parte dessa análise e os verbos que lhes originam pode ser vista também em outra ocorrência:

Entendendose que o **assaltar** Pennamunder com a espada na mão, seria occasião de derramarem as tropas muyto sangue [...]. (GDL, 14/09/1715)

Nesse excerto, mesmo sendo a forma infinitiva do verbo, **assaltar** tem função muito próxima à de um substantivo, o que também é marcado pela presença do determinante “o”. O uso do infinitivo como nome é, no português, uma opção de caráter estilístico. Nesse caso, poder-se-ia parafrasear esta ocorrência como **o ato de assaltar...** ou **o assalto a...** Isso é possível, como afirma Biderman (2001, p. 251), porque o infinitivo constitui um “nome de ação” e, como nome, pode, inclusive, ser pluralizado. A autora considera como homônimas as formas que se apresentam de maneira semelhante a esta, que podem ser tanto verbo como

corpus é mantida a ortografia original e citada a data de publicação. Quando necessario, também é indicado o país ou cidade de origem da informação. Nas citações retiradas de dicionários da época, usados nas análises, também foi mantida a grafia original.

substantivo. Quase todas as unidades analisadas nesse trabalho apresentam ocorrências relevantes de uso nas duas formas. Isso justifica a opção por se trabalhar tanto com a forma nominal quanto com a verbal, desde que compartilhem um mesmo elemento (núcleo) semântico. Optou-se por representar o núcleo de significação das unidades pelas suas formas nominais.

As 22 unidades selecionadas para a análise foram reagrupadas em dois campos léxico-semânticos, o segundo dividido em três subcampos, definidos por critérios como a proximidade de significação e a similaridade de emprego. As unidades selecionadas e o seu reagrupamento em campos pode ser visto na seção 6.2, “Análise dos campos léxico-semânticos”, a partir da página 121.

2.5 Análise lexical em perspectiva discursiva

No sistema da língua, o léxico é a parte em que se realizam a produção e a transformação dos recortes culturais de determinada comunidade linguística. Como repositório dos elementos da língua, o léxico armazena também valores ideológicos, como opiniões e visões de mundo dos sujeitos pertencentes a esta comunidade, que os expressam por meio dos elementos da língua, em sua atualização nos discursos. O léxico não é apenas acervo de lexemas da língua, ele reúne a experiência humana acumulada ao longo dos tempos, as ideias e técnicas, as práticas sociais e culturais de diferentes épocas e as transformações pelas quais passam as sociedades.

Os vocabulários, vistos como o local onde se opera a realização das virtualidades do léxico, são produtores e definidores de recortes culturais. Isso significa que é nas manifestações discursivas que os usuários da língua atuam sobre as estruturas do léxico, atribuindo sentidos variados aos lexemas, de acordo com a visão, os valores ou os sentimentos que pretendem expressar.

A análise do discurso se ocupa, segundo Mazière (2005, p. 23), do estudo do sentido, entendido como o resultado de uma interpretação complexa, incluindo elementos circunstanciais e contextuais. A análise do léxico sob a perspectiva discursiva objetiva descrever o tratamento dado pelos falantes às unidades lexicais em situações específicas de discurso, ou seja, pretende mostrar de que maneira visões, opiniões e pensamentos são explicitados nos discursos por meio do léxico, formando ou reiterando os recortes culturais partilhados pela comunidade linguística da qual fazem parte.

O sentido, como foi dito, está no centro das pesquisas em análise do discurso, que buscam atualizar o papel da língua na interação verbal. Na abordagem discursiva trabalha-se com o sentido tanto das palavras quanto das construções gramaticais. Segundo Mortureux (2001, p. 59), o sentido lexical, decomponível e diferencial, pode ser definido como uma coleção de diferenças significativas, que nos discursos “depende do jogo entre significação e designação”. Esses dois aspectos são princípios de organização constitutivos do sentido das unidades lexicais: o primeiro, semiótico, atua no léxico da língua; o segundo, referencial, realiza-se nos vocabulários dos discursos (MORTUREUX, 2001, p. 102).

Charaudeau (1971, p. 6) afirma que os significados nascem no cruzamento de um “estímulo externo”, o referente, ligado à realidade extralinguística, e de “estímulos internos”, que são os signos disponíveis na língua, ou seja, do encontro de relações referenciais e estruturais. Dentre os objetivos da análise do discurso, estão, segundo Moirand²²: a) encontrar a relação interacional entre os discursos apresentados, representados e esquecidos; b) identificar traços de operações de referência, de predicação e de enunciação (em nível local); c) identificar traços de transformações intratextuais no fio do texto (como, por exemplo, o papel das determinações na transformação dos objetos do discurso); d) a identificação de traços da distância enunciada com os discursos representados, citados, mencionados ou evocados; e) identificar traços de discursos anteriores, sugeridos ou não no discurso, que reenviam a memórias coletivas ou à história, recente ou não (interdiscurso).

É nesse ponto que se entende que a análise lexical em perspectiva discursiva pode oferecer dados importantes para a descrição e análise do sentido das unidades lexicais usadas na *Gazeta de Lisboa*. Ela se mostra necessária ao se propor a verificação do conteúdo ideológico do léxico, uma vez que as ideologias podem ser entendidas como um conjunto de práticas materiais que são expressas pela língua e que se perpetuam e se transformam através da história.

[...] Althusser parte do pressuposto de que as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não só como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. (MUSSALIM, 2001, p. 103)

Dubois (1969, p. 121) considera que a distribuição das palavras nos textos não é aleatória e implica um modelo ideológico subjacente. Como o funcionamento de uma

²² Informação oral, obtida nas aulas do seminário “Analyse du discours: un modèle dialogique”, cursado entre outubro de 2008 e janeiro de 2009 na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3.

estrutura linguística não obedece exclusivamente a fatores da ordem da língua, mas à associação entre o que é da língua e o que é da formação discursiva, o elemento ideológico e cultural se evidencia a cada manifestação discursiva concreta e, dessa forma, o sentido não depende exclusivamente do linguístico, mas de sua relação com fatores que regulam o uso da língua, concernentes à formação social em que se inscrevem usos e sujeitos.

Segundo a teoria do texto de orientação sócio-cognitivista, já aplicada aos estudos lexicais por Gil (2002; 2006), é nos usos discursivos que os indivíduos atuam sobre o léxico, em um processo de construção e reconstrução permanente, que acontece por meio de operações cognitivas que são determinadas socialmente.

A ação linguística é uma atividade conjunta, determinada pelo conhecimento construído socialmente que, armazenado na memória individual, é ativado e reconstruído no momento da produção discursiva. Assim, cabe ao analista destacar quais das estratégias adotadas na construção do conhecimento são concebidas socialmente. O ato linguístico é um evento interativo, “em que os sentidos são construídos pelos interlocutores nessa ação conjunta que realizam” (GIL, 2006, p. 403).

Em relação à Lexicologia, esse conhecimento produzido por um conjunto social e renovado na interação discursiva explicita-se na seleção lexical realizada pelos locutores. Para se descrever qual é o conhecimento partilhado pelos locutores em determinada situação de comunicação, é preciso que as unidades lexicais sejam analisadas como objetos do discurso. “A cada escolha lexical os objetos do discurso vão se construindo e se reconstruindo de acordo com o projeto de dizer do enunciador” (GIL, 2006, p. 407). Segundo esta autora, a análise lexical em perspectiva discursiva permite verificar como o léxico contribui para a constituição de sentidos que apontam para a visão de mundo dos participantes do discurso.

Por ter como objetivo a observação de traços e de características ideológicos no vocabulário da imprensa, esta pesquisa propõe a descrição dos mecanismos linguísticos e discursivos que atuam na seleção de unidades de língua usadas para narrar acontecimentos de ordem política. Esse estudo não se limita a uma palavra, mas leva em consideração conjuntos de unidades coocorrentes e semanticamente próximas, que designam um mesmo tipo de fato ou acontecimento narrado pela imprensa do século XVIII. Supõe-se que este tipo de objeto, observado no processo da escolha lexical, permita a descrição das características ideológicas presentes no vocabulário, pois, segundo Larrivé (2008, p. 9), “o essencial para o sentido da palavra é a finalidade para a qual é destinado o referente”.

É o modo de funcionamento, segundo Orlandi (2005, p. 86), que caracteriza o discurso. Entre os aspectos definidores do que se nomeia discurso nos trabalhos de análise do

discurso, Brandão (2009, p. 82-84) e Maingueneau (2004, p. 52-56) citam: a) É uma unidade translinguística, que ultrapassa o nível linguístico; apoia-se sobre a gramática da língua, mas leva em conta os interlocutores (com suas crenças, valores) e a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que é produzido; b) É orientado, se desenvolve no tempo, é linear, e pressupõe que o usuário da língua tem conhecimentos linguísticos e extralinguísticos; c) Ele é contextualizado, ou seja, só tem sentido no contexto em que é produzido; d) Ele é interativo e é uma forma de atuar, de agir sobre o outro; e) Trabalha com enunciados concretos, realmente produzidos, e os estudos que se fazem deles visam descrever suas normas, como a língua funciona no seu uso efetivo; f) Ele é regido pelo princípio geral do dialogismo, pois sempre se dirige a um interlocutor, e também porque dialoga com outros discursos, trazendo a fala do outro, explícita ou implicitamente; g) Tem efeito polifônico por causa de seu caráter dialógico; isto é, ele é sempre atravessado por várias outras vozes; h) Está numa rede interdiscursiva, em interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos.

[...] a contribuição da Análise do Discurso é mostrar que a leitura, os modos de ver/ler a realidade, não é um processo mecânico de decodificação de um sistema linguístico (gramática + léxico), mas é um processo dialógico em que o leitor, numa atitude responsiva, dialoga com o texto, respondendo aos desafios de interpretação que ele impõe. (BRANDÃO, 2009, p. 94)

Uma análise linguística em perspectiva discursiva pode ser ancorada em diferentes quadros teóricos, que se diferenciam segundo as concepções da produção da linguagem e da noção de situação de discurso. Os conceitos expostos aqui até integram a teoria da Análise do Discurso derivada da “escola francesa”, que concebe o discurso como sendo produzido por um sujeito marcado pela historicidade, situado na história da sua comunidade, num tempo e num espaço concreto.

Bakhtin (1988, p. 409-410) vê a consciência como social e não individual, uma vez que ela é constituída pelo discurso. Ao tratar do caráter dialético do signo linguístico, esse autor afirma que é nos elementos da língua que se confrontam significados de valores contraditórios. Esse autor observou que a seleção das palavras usadas nos discursos responde a um julgamento de valor fundamentado no sentido que as palavras ganharam no contexto de vida dos interlocutores, no uso cotidiano onde são empregadas, e não no sentido do dicionário.

Segundo Moirand²³, uma abordagem linguística do discurso pressupõe que se considere que o sentido é construído na história através do trabalho da memória, o que está de acordo com a proposta da semântica discursiva de Pêcheux. Para esse autor, a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido produzidos pelos processos discursivos. Segundo Brandão (2004, p. 42), uma vez que Pêcheux considera o processo discursivo como produção de sentido, o discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. “A contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de ‘organismos humanos individuais’, mas a representação de ‘lugares determinados na estrutura da formação social’ [...]”. (BRANDÃO, 2004, p. 46).

A perspectiva discursiva com a qual se trabalha nessa pesquisa inclui elementos da teoria do texto/enunciação e adota uma concepção da linguagem assentada na noção de heterogeneidade. Considera-se que os sujeitos são condicionados por uma ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais. Mussalim (2001, p. 113) afirma que a análise do discurso de linha francesa desconsidera a intenção do sujeito como determinante do sentido. Portanto, essa abordagem pede, de acordo com Veniard (2007, p. 44), um sujeito coletivo, sociológica e historicamente constituído.

Segundo Brandão (2004, p. 59), esse sujeito, por meio de sua fala faz um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social, e situa seu discurso em relação aos discursos do outro. Esse outro não é apenas o destinatário para quem o sujeito ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas também “envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo)”. (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Dentre as problemáticas enunciativas dominantes na linguística da enunciação atualmente, destacam-se duas grandes correntes, que Moirand (2004, p. 191) chama de quadro indicial e de quadro pragmático.

A teoria indicial, que tem entre os principais representantes Bally, Benveniste, Jakobson e Culioli, estuda, segundo essa autora, o funcionamento da língua por meio do ato individual de uso e está centrada nas formas de inscrição do “aqui e agora”. Neste quadro, que segue a tradição lógico-gramatical, focada no signo, descrevem-se os fatos da língua que se atualizam numa situação a partir das categorias gramaticais, como os dêiticos e as modalizações. Nela, o dialogismo é visto como instrumento de classificação das diferentes formas de discurso citado ou de citação.

²³ Informação obtida em texto distribuído em sala de aula pela autora, que cita como referência: « Réponses à un questionnaire sur les relations entre sciences du langage et sciences de la communication dans un ouvrage collectif dirigé par Marcel Burger: Une analyse linguistique des discours médiatiques. Presses de l’université Laval, éditions Nota Bene, Canada, 2008. »

O quadro pragmático, presente nos trabalhos de Austin, Grice e Searle, parte de uma outra concepção de enunciação e estuda o funcionamento da língua em atos. Ele está centrado na identificação do ato, na intencionalidade do sujeito e nos “efeitos” do enunciado. As pesquisas sustentadas por essas teorias privilegiam, segundo essa autora, um tipo de ato (explicação, conselho, ameaça) e não consideram que o sentido se forma no processo histórico. O estudo do sentido em contexto passa a um estudo do sentido psicossocial ou sociocultural.

Ainda segundo Moirand (2004, p. 194), esses dois modelos remetem mais à noção da situação que às de discurso e de intertextualidade. Por isso, ela propõe um terceiro modelo, que chama de dialógico. Nele trabalha-se com a ideia de que o sentido se forma na história, por meio do trabalho da memória, e que as palavras que os locutores utilizam estão inscritas nessa história, independentemente de quem as emprega.

O modelo dialógico da enunciação leva em conta a sequência discursiva com suas características intratextuais, intertextuais e interdiscursivas. Não se trata de questionar o que é dito, mas o como é dito, ou seja, tenta-se articular as maneiras de dizer ao que é exterior ao discurso, aos contextos sócio-históricos. O foco das pesquisas inseridas nesse modelo está em questionamentos sobre o ato de nomear e o ato de citar, visando explicar os funcionamentos discursivos a partir do que está inscrito na materialidade da sequência discursiva.

Ao se adotar essa concepção, integra-se a situação de enunciação a uma dimensão interdiscursiva, não limitada a uma identificação material (de tempo, lugar e participantes), e o que realmente importa são as relações interacionais entre os discursos que se enunciam e se reencontram, e que, ao mesmo tempo, enunciam suas relações a outros discursos.

Esse modelo pode ser incluído entre as análises linguísticas do discurso que levam em conta a enunciação, e se inscreve na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, mas de forma “revisitada”, pois articula o sentido linguístico e o sentido social na construção dos acontecimentos sociais. O quadro dialógico coloca o discurso no centro da enunciação, a enunciação no centro das relações interdiscursivas, e opera com o apoio de categorias de análise emprestadas dos quadros indicial e pragmático.

Ao adotar princípios da semântica discursiva, o modelo dialógico considera que o sentido é duplamente determinado: no intradiscurso (o discurso em seu desenvolvimento linear e sequencial), e no interdiscurso (o discurso como sendo constitutivamente formado de outros discursos). Nessa perspectiva, a análise semântica é inseparável da análise discursiva, porque somente em um *corpus* de usos reais se podem observar os traços da atividade

linguística de semiotização dos elementos da realidade em função da experiência social dos locutores.

No momento da enunciação, ao escolher entre diversas opções disponíveis no léxico da língua para expressar o que tem a intenção de dizer, o locutor constrói um referente, que não seria o mesmo se fosse feita a opção por uma unidade lexical diferente. A maneira pela qual o locutor insere seu objeto no enunciado, a escolha que ele faz de falar de um objeto ou de outro, a maneira como ele fala, tudo isso depende da situação em que ele se encontra.

Desta forma, Branca-Rosoff (2007, p. 15) afirma que o estudo das escolhas lexicais possibilita verificar o modo como o locutor contextualiza as unidades das quais ele trata, e também permite observar a forma como, fazendo isso, ele exprime sua posição em relação ao que fala.

O método de análise desenvolvido por Moirand (2007a, p. 66) se apoia em formas linguísticas (pronominais e lexicais) e semióticas (iconografia), que são articuladas às funções sintático-pragmáticas que se apreendem do cotexto e da forma dos enunciados. Tal metodologia se justifica pelos objetivos dessa abordagem, pois, segundo Orlandi (2005, p. 86), o que interessa na análise do discurso “são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento”. Entre os elementos observáveis da análise estão as recorrências, repetições, reformulações de palavras, construções sintáticas e enunciados, que são categorizados e remetem, segundo Moirand (2007a, p. 15) às funções essenciais da linguagem verbal: representar e comunicar.

Representar e comunicar são os dois conceitos que estão na base da análise linguística do discurso, que parte da hipótese de que os constituintes principais da situação de discurso (quem fala, a quem, de onde, quando e por que) se inscrevem materialmente nos textos, nos documentos e nas interações.

A noção de dialogismo está no centro desse modelo de análise, pois se considera que nas palavras permanecem traços da memória de discursos anteriores dos quais elas fizeram parte, e das relações do discurso que está sendo elaborado com discursos que fazem parte da memória do locutor (que se evidenciam na repetição, oposição, marcação de desacordo, transformação). Assim, parte-se do dialogismo como categoria transdiscursiva, procuram-se traços concretos do dialogismo inscritos na materialidade verbal ou paraverbal (como a entonação), e se tenta identificar suas diferentes formas de atualização.

Segundo Moirand (2007a, p. 68), nessa perspectiva o que importa são os discursos dos outros e as formas como eles são representados. É importante ressaltar que o quadro dialógico

é indissociável da teoria do enunciado, da translinguística²⁴ e da teoria dos gêneros do discurso, esta última por permitir a reflexão sobre as diferentes orientações dialógicas do discurso. A análise discursiva deve ser realizada em três níveis: a) micro, das palavras ou construções; b) meso, das sequências; e c) macro, de todo o enunciado e do gênero do discurso.

Essa autora considera os textos jornalísticos como plurilogais, pois nele estão presentes o autor (jornalista), as fontes (especialistas, comentaristas) e o leitor (por meio da antecipação das necessidades deste ou de sua opinião). Portanto, na análise é importante recuperar os traços que evidenciam a imagem que o locutor apresenta de si mesmo, como ele se representa, e seus conhecimentos e opiniões. Em seguida é preciso ver as representações, inseridas na materialidade textual na forma de se tratar os assuntos, de designar os atores, os destinatários e outros possíveis enunciadoreis. Resumindo-se, é necessário, ao menos, reconstruir três tipos de imagens: do que se fala, do mediador e do destinatário.

2.5.1 Referência, nominação, denominação e designação

Aceita-se neste trabalho a ideia de que a construção da realidade social depende e passa pela linguagem, sendo o sentido construído na interação entre a língua e a realidade. Sabe-se que não há coincidência de relações entre a realidade e o discurso. Na nomeação de um referente, realiza-se uma semiotização da realidade. Assim, pela nominação, os eventos e acontecimentos passam de fatos físicos, da realidade, a fatos sociais, objetos do discurso.

Entende-se a nominação como a forma de se nomear pessoas, eventos ou acontecimentos nos discursos. Para Siblot (2007, p. 30), as práticas linguísticas categorizam as coisas, os seres e os atos a partir de certas necessidades, e com referências, intenções e finalidades concretas. Nomear é, de acordo com Moirand (2007b, p. 5) fazer uma escolha entre as diferentes designações armazenadas na memória, tratando-se tanto de denominações estabilizadas (o léxico ligado ao sistema da língua e estocado na memória cognitiva), como de caracterizações ligadas a eventos da história recente ou antiga, ou a enunciados produzidos por outros locutores em outras situações (palavras tais como foram encontradas, utilizadas em contextos e situações diversas).

²⁴ A translinguística ultrapassa a visão de língua como sistema. O conceito está relacionado ao trabalho de Bakhtin, para quem não se pode entender a língua isoladamente, mas qualquer análise linguística deve incluir fatores extralinguísticos, como contexto de fala, a relação do falante com o ouvinte, o momento histórico, etc.

As caracterizações são, para essa autora, o resultado das percepções que o locutor tem dos objetos e atores, mas igualmente de conhecimentos e de discursos anteriores que ele possui armazenados na memória e dos quais o discurso que ele produz apresenta traços. “Através da designação do objeto nomeado, exprimimos um ‘ponto de vista’ a seu respeito, inscrito na categorização ou na qualificação (SIBLOT, 2007, p. 38, tradução nossa²⁵). Frequentemente, as caracterizações manifestam a intencionalidade do locutor.

[...] nomear, designar, caracterizar são atos que implicam ter em conta não somente a linguagem, mas igualmente os saberes, a cultura e a memória que se estima ser compartilhada pelos destinatários: nomear é também *nommer* para o outro, em função das representações que se têm dele e das representações que se quer dar de si mesmo, o que transparece nas escolhas que se faz das palavras e dos enunciados. (MOIRAND, 2007b, p. 5, tradução nossa²⁶)

Trata-se de formulações e reformulações do referente, objeto concreto da realidade, no nível das palavras. O ato de nomear está ligado ao ato de categorização de um referente e, desta forma, o conceito é entendido como a soma das representações desse referente. Pela nominação cria-se a imagem do referente, sua representação, que está inserida nos discursos, assim como sua significação. Isso se deve ao fato de as palavras em discurso sempre desempenharem a dupla função de designar algo dando-lhe um nome, ou seja, a nominação designa algo, pessoa ou acontecimento, ao mesmo tempo que o significa.

A um único tipo de acontecimento correspondem diversas palavras que podem designá-lo na sequência do discurso, e cada uma dessas palavras possui diferentes facetas semânticas. Isso se deve ao fato de o ato de nomear, como já foi dito, ser também uma atividade discursiva (realizada na designação). Assim, em toda nominação encontram-se discursos outros, o que leva a escolha das palavras a ser feita em relação a esses discursos, que estão sempre presentes no ato enunciativo. O emprego da palavra no discurso depende da visão que o enunciador tem do coenunciador a quem se destina sua enunciação, da sua visão sobre o assunto de que trata e, ainda, da imagem que este faz e quer mostrar de si mesmo.

Para Moirand (2010, p. 9), nomear é dar um ponto de vista, tomar uma posição sobre um objeto escolhendo designá-lo ou caracterizá-lo de uma certa maneira, conforme a

²⁵ No original : « À travers la désignation de l’objet nommé, nous exprimons à son égard un ‘point de vue’ inscrit dans la catégorisation ou la qualification ».

²⁶ No original : « [...] nommer, désigner, caractériser sont des actes qui impliquent de tenir en compte non seulement de la langue, mais également des savoirs, de la culture et de la mémoire qu’on estime partagés par les destinataires : nommer, c’est aussi *nommer* pour l’autre, en fonction des représentations que l’on a de lui et des représentations que l’on veut donner de soi-même, ce qui transparaît des choix qu’on fait des mots et des énoncés. »

percepção que se tem dele. Não apenas o sentido das palavras, mas o que elas transportam consigo, sua história e os diferentes sentidos que foram sendo armazenados no decorrer do tempo, diferem de uma pessoa para outra, pois há nuances afetivas particulares e variações conotativas segundo quem as emprega. Mas essa autora afirma que a realidade social não se constrói apenas através do ato de nomear, das representações dadas pelas palavras, mas também por meio das representações dos discursos dos outros.

No ato de nomear se encontra parte da teoria de Bakhtin, que afirma que as palavras são sempre habitadas e transportam consigo os sentidos adquiridos em outras situações, e parte da teoria de Pêcheux, para quem as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra. Nomear é, dessa forma, construir um sentido em função do contexto. A escolha da palavra, assim como a escolha de designar apenas uma das “facetas” do referente, tem uma significação para o locutor que marca, dessa forma, sua intenção.

Resultado do ato de nomeação, a denominação é, segundo Kleiber (1984, p. 77;90), produto de um hábito associativo (do estoque cognitivo), que atua no nível do sistema da língua. Por isso, nomear é sempre categorizar, pois o funcionamento das palavras é ligado à história, à memória e à cultura.

De acordo com Veniard (2007, p. 15), pela nomeação, reagrupam-se elementos do real e constitui-se um referente que é mais ou menos compartilhado dentro de uma comunidade. E é “nessa dialética entre designação e significação que se constrói a referência ao acontecimento” (VENIARD, 2007, p. 15). Para essa autora, um acontecimento só tem sentido numa sociedade e numa conjuntura histórica definidas. Dessa forma, trabalhar sobre a nomeação de um acontecimento não é apenas trabalhar sobre os sentidos das palavras que o designam, mas sobre a maneira pela qual a nomeação participa da configuração do sentido social do acontecimento.

Muitos elementos são ligados à nomeação de um acontecimento, como representações semânticas, referenciais e sócio-históricas, associadas às palavras. Assim, a abordagem de um acontecimento sob o ângulo da linguagem corresponde à descrição dos mecanismos linguísticos e discursivos que permitem a construção do acontecimento como entidade referencialmente múltipla e constituída por um sentido socialmente definido.

Bakhtin (1997, p. 319) propõe que não se considere os nomes como etiquetas aplicadas ao real, mas que se integre ao seu sentido o discurso, pois “apenas o contato entre a significação linguística e a realidade concreta, apenas o contato entre a língua e a realidade - que se dá no enunciado - provoca o lampejo da expressividade” (BAKHTIN, 1997, p. 311). Para ele o sentido é sócio-historicamente determinado pelas interações sociais que o

constituem, pois quando se fala de algo, utilizam-se palavras que já foram usadas anteriormente, fala-se do que já foi falado e do que já foi julgado por outras pessoas em outros momentos.

Nenhum membro de uma comunidade verbal pode encontrar palavras na língua que sejam neutras, isentas de aspirações e avaliações de outros, desabitadas pelas vozes dos outros. Não, ele recebe a palavra pela voz do outro, e esta palavra se mantém completa. Ela intervém no seu próprio contexto a partir de um outro contexto, penetrado das intenções dos outros. Sua própria intenção encontra uma palavra já habitada. (TODOROV, 1981, p. 77, tradução nossa)²⁷

Considera-se que as palavras têm uma dimensão intertextual, pois carregam consigo a memória de usos anteriores (discursos outros). Portanto, entende-se que o dialogismo está inscrito nas palavras, pois existem circunstâncias enunciativas que caracterizam seus usos. Dessa forma, aceita-se a ideia de que a escolha das unidades da língua usadas na enunciação é baseada na negociação interativa da relação entre a realidade e o sentido, que está sendo construído por meio da circulação de informações na sociedade. O ato de nomear engloba, então, três elementos: a) o que o enunciador tem em mente e pretende compartilhar; b) as representações sociais e os usos das palavras feitos por outros enunciadores (concepção dialógica); e c) os eventos físicos e sociais, que são sintetizados nos discursos pelas palavras.

Maingueneau (2004, p. 179) afirma que, na produção de um enunciado, dispõe-se de diversos meios para se designar um referente, ou seja, a pessoa ou acontecimento de que se trata no discurso podem ser apresentados de diferentes formas. A identificação do referente por parte do coenunciador dependerá de fatores como sua competência lexical e enciclopédica, do ambiente da enunciação e do conhecimento de regras pragmáticas. Para esse autor, a referência é uma atividade que depende da cooperação entre os coenunciadores, pois, por meio do enunciado, o enunciador deve informar ao coenunciador os dados necessários para que esse possa identificar os referentes visados por aquele. Assim, os diversos tipos de designação que são evocados em discurso pelo enunciador solicitam diferentes recursos interpretativos do coenunciador e podem orientar e condicionar a interpretação do texto.

²⁷ No original: “Aucun membre de la communauté verbale ne trouve jamais des mots de la langue qui soient neutres, exempts des aspirations et des évaluations d'autrui, inhabités par la voix d'autrui. Non, il reçoit le mot par la voix d'autrui, et ce mot en reste rempli. Il intervient dans son propre contexte à partir d'un autre contexte, pénétré des intentions d'autrui. Sa propre intention trouve un mot déjà habité. (TODOROV, 1981, p. 77)

No modelo dialógico, segundo Veniard (2007, p. 396), o ato de nomear se atualiza num ambiente constituído não apenas por características materiais, como tempo, local e participante, mas também num ambiente discursivo, o que insere o discurso no contexto. Privilegia-se o estudo de estratégias discursivas, como o emprego de nomes modalizados, metáforas ou perífrases.

Trabalhar com o discurso midiático implica a escolha de textos de um mesmo tipo ou sobre um mesmo acontecimento. Opta-se nessa pesquisa por se estudar um mesmo tipo de acontecimento (a realização de ações militares desencadeadas por desentendimentos de ordem política), os nomes dados a esses acontecimentos e as relações existentes entre estes nomes. Assim, pode-se dizer que o objeto desse trabalho é a nomeação feita pela imprensa de acontecimentos político-militares no século XVIII, ou seja, as designações encontradas nos textos da *Gazeta de Lisboa* dadas a tais eventos.

2.5.2 Elementos e categorias de análise

Ao se considerar elementos exteriores como constituintes do sentido das palavras, passa-se da análise lexicológica propriamente dita, ou da análise discursiva no nível micro (das palavras e construções), ao nível meso, das sequências frásticas, e ao nível macro, de todo o enunciado e do gênero do discurso, conforme metodologia e terminologia propostas por Moirand (2003b, p. 8.; 2007a, p. 68), já citadas em 2.4, “Análise lexical em perspectiva discursiva”.

Os níveis meso e macro remetem, respectivamente, aos conceitos de intradiscurso e interdiscurso, centrais na linha francesa da Análise do Discurso, e que possibilitam a apreensão do sentido das palavras em discurso em todas as suas dimensões.

Entre as categorias observáveis de análise nessa perspectiva, estão, segundo Moirand (2007a, p. 15-16), as recorrências, repetições e reformulações de palavras, construções sintáticas e maneiras de dizer. Relatar um fato ou acontecimento, uma das atividades que é realizada pela imprensa, supõe que se faça uso de palavras ou de estruturas que o representem verbalmente, ou seja, que deem conta das operações de designação e de caracterização. Na verdade, essas formas e estruturas são usadas para dizer o que se percebe do fato ou acontecimento, e os observáveis devem ser noções que possam ser representativas para o acontecimento em causa.

Entre as categorias descritivas que atualizam os falares que circulam, Moirand (2004, p. 203-205) cita como observáveis no modelo dialógico: a) as palavras resultantes do ato de nominação, tanto as que se referem ao objeto de que trata o discurso, como as que designam ações dos atores implicados ou os próprios atores participantes do tema abordado; b) alguns tipos de construções que podem favorecer a inscrição de dizeres anteriores ou de dizeres de outros sujeitos (como verbos que introduzem citações e menções); c) os dizeres inseridos explicitamente na sequência do texto (como as construções que aparecem entre aspas); d) alusões a outros pontos de vista ou a outros discursos.

Apesar de repertoriar alguns dos observáveis da análise, essa autora adverte que sua identificação é apenas uma etapa da abordagem, pois “somente sua combinação no fio da sequência ou no ‘todo’ do enunciado, permite estudar os funcionamentos dialógicos dos gêneros discursivos atualizados pelas unidades empíricas analisadas”. (MOIRAND, 2004, p. 205; 208). Para se expor os diferentes funcionamentos dialógicos é necessário, ainda, apoiar-se em categorias emprestadas das teorias indicial e pragmática da enunciação, como, por exemplo, as marcas de pessoa e de tempo, os tipos textuais e os atos de linguagem.

2.5.3 Intradiscurso e interdiscurso

Nos estudos lexicais, observa-se que certas práticas e associações no ambiente léxico-sintático das unidades parecem ser mais recorrentes que outras, e algumas destas práticas e associações são constituintes dos significados das palavras. Tal constatação é confirmada quando Benveniste (1995, p. 290) considera a totalidade dos empregos, a distribuição e os tipos de associações como constituintes dos sentidos de uma palavra. Também a confirmam Guiraud (1972, p. 18-19 e 27-37), para quem os sentidos dependem das relações de uma palavra com as outras que aparecem no mesmo contexto, e Rio-Torto (2006, p. 2), ao afirmar que a caracterização e o funcionamento de uma palavra são articulados em diferentes dimensões complementares: funcionais, gramaticais e lexicais, paradigmáticas, sintagmáticas e discursivas.

Os autores acima citados aceitam a ideia de que os elementos que se encontram na sequência textual, na linearidade da estrutura discursiva, são constituintes do sentido lexical. Percebe-se, assim, que o intradiscurso, que pode ser representado como o eixo horizontal do discurso, contém elementos importantes para a apreensão do sentido, esses relacionados à história e a outros momentos discursivos.

O conceito de intradiscurso é ligado ao de interdiscurso, esse representando o eixo vertical do discurso, de ordem paradigmática. Portanto, intradiscurso e interdiscurso são conceitos relacionados a diferentes níveis da articulação dos enunciados: o intradiscurso é visto como o nível da formulação, que se difere, segundo Courtine (1981, p. 40-41), do nível da enunciação, que é o interdiscurso.

O intradiscurso é o “discurso como estrutura” e compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva. Esse “nível da sequência discursiva concreta” é, para Foucault (1969, p. 100), formado por elementos que apresentam uma “coerência visível”.

Para Pêcheux (1975, p. 167), o intradiscurso é uma “interioridade” inteiramente determinada no “exterior”. Assim, os objetos de discurso que são materializados na enunciação de uma sequência discursiva foram elaborados no interdiscurso (exterior constitutivo) e são retomados no intradiscurso na forma de pré-construídos, sendo responsáveis pelo estabelecimento das relações de sentido linearizadas naquela sequência. As condições de produção estão relacionadas às sequências discursivas e, conseqüentemente, ao intradiscurso.

O interdiscurso é o lugar dos sentidos construídos por outros sujeitos em outros momentos, mas que retornam suscitados pelas palavras usadas nas enunciações. É o nível do enunciado, do funcionamento dialógico, o “exterior constitutivo”, lugar em que se manifestam a repetição, a refutação ou a transformação de fórmulas que constituem a memória da formação discursiva. O interdiscurso funciona como um discurso transversal, em que se realiza a articulação pela qual o sujeito enunciador dá coerência ao “fio do discurso” (o intradiscurso).

Courtine (1981, p. 36) afirma que, como lugar de constituição do pré-construído, o interdiscurso fornece os objetos apreendidos na enunciação de uma sequência discursiva ao mesmo tempo em que atravessa e conecta esses objetos entre si. Para esse autor, é no intradiscurso que o interdiscurso se nominaliza e se consolida. O intradiscurso de uma sequência discursiva surge como um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Nesse nível o interesse está em verificar as relações que um discurso mantém com outros discursos.

Para Pêcheux (1975, p. 178), há sob o texto uma realidade planejada, que faz parte de um “funcionamento ideológico” prévio. Ao analista cabe verificar o itinerário instaurado pelo processamento dos efeitos de sentidos e apreender-lhe o ideológico preso à realidade desenvolvida durante o agrupamento das enunciações nos enunciados.

No interdiscurso é abordada a exterioridade, o tecido social, histórico e cultural. Segundo Moirand (2007a, p. 15), é a esse nível que se referem as noções de intertextualidade, interdiscursividade e memória interdiscursiva. Essa última trata da inscrição, em certas formas linguísticas, da memória de momentos discursivos anteriores, e é constituinte do sentido social que é dado aos acontecimentos (MOIRAND, 2003, p. 85).

Na análise das palavras em discurso, o intradiscurso será considerado por meio da recorrência e repetições de ideias e também numa dimensão reduzida, no cotexto, o entorno das palavras nos textos, pois, segundo Veniard (2007, p. 133-4), a semântica discursiva postula que o sentido das palavras não se reduz às palavras em si, mas é elaborado à partir de sua inscrição em discurso.

Com o objetivo de realizar uma análise que articule os níveis linguístico e discursivo, considera-se o discurso como um objeto construído, ao mesmo tempo, por um movimento no qual não se dissociam o intradiscurso e o interdiscurso. A análise compreende os efeitos de sentido que se instituem no ponto de encontro entre o que está sendo dito na sequencialidade linguística e a rede de sentidos socioculturais e ideológicos existentes do interdiscurso, que vêm da memória e da história.

2.5.4 O cotexto

Ver a palavra em discurso implica analisá-la na cadeia sintagmática e supõe um ato de enunciação de um sujeito. A análise da palavra em discurso permite abordar a palavra na língua, pois a significação é um processo de sedimentação do sentido, que acontece por meio de regularidades contextuais que acompanham as palavras nos textos.

As relações que as palavras entretêm em um determinado contexto são mais associativas que estruturais e se manifestam no ambiente em que se encontram. Portanto, sempre existe a possibilidade de uma tendência de especialização léxico-semântica da palavra, que pode ser verificada por meio das coocorrências estatísticas. As coocorrências são unidades textuais que têm forte tendência a serem encontradas no mesmo ambiente (vizinhança) da unidade.

Entende-se que os elementos sintáticos, lexicais, morfológicos e fonológicos regem a formação dos sintagmas, permitem ou impedem a substituição em paradigmas e limitam e/ou restringem a utilização dos lexemas dentro de diferentes contextos, por meio das regras impostas pelo sistema estruturado da língua, com a finalidade de atingir a função

comunicativa da linguagem. Segundo Pottier (1992, p. 35), uma lexia produz pressões semânticas e sintáticas sobre seu entorno, relacionadas a retificações, seleções, afinidades, etc.. Por isso, mostra-se necessária para a análise aqui proposta a consideração do cotexto, uma dimensão reduzida do intradiscurso, conjunto formado pelos elementos que estão no entorno de uma palavra e que revela as práticas sociais associadas a ela, deixando transparecer as associações lexicais preferenciais.

O cotexto integra a dimensão intratextual e intradiscursiva e, para Cusin-Berche (1997, p. 142), seu estudo permite alcançar o sentido das palavras, pois ele serve como revelador semântico e indicador contextual. Essa autora afirma que a verificação dos verbos associados às palavras nos contextos de uso ajudam a recuperar os traços semânticos que as compõem. Para ela, o sentido das unidades está na língua e é ele que determina seus empregos, mas a análise dos usos é uma forma de acesso ao sentido da unidade, que é condicionado pelo sistema lexical.

Segundo Branca-Rosoff (2001, p. 48) a análise do cotexto frástico da palavra permite estudar, além das associações preferenciais, as formulações mais sedimentadas na língua. Permite, ainda, reconstruir as matrizes de sentido, relacionadas à produção e ao enraizamento dos traços distintivos ao longo do tempo.

Como algumas práticas linguísticas podem tanto refletir quanto integrar práticas sociais, o cotexto pode ser concebido, segundo Veniard (2007, p. 134), como um índice de representações sociais que acompanham a palavra nos discursos, relacionado ao sentido que essa adquire. Ao se propor a pesquisa de traços de discursos anteriores ligados às memórias coletivas ou à história, entende-se que tais traços integram o sentido das unidades e se pressupõe a existência de um referente disponível na realidade e ao qual a língua se refere.

Não apenas as coocorrências, mas o comportamento sintático das unidades nos discursos pode revelar dados que compõem seus significados. Ao tratar da ligação entre a lexicologia, a gramática e semântica, Togeby (1965, p. 4) afirma que esses domínios são ligados e se baseiam uns nos outros, pois há uma transição gradual entre eles.

Cada palavra [...] é descrita a partir de suas combinações possíveis ou impossíveis com as outras da língua. É preciso, então, representar o léxico como uma enorme combinatória, dando as regras dessa rede que reúnem, na cadeia falada, os diferentes morfemas²⁸ entre si. (TOGEBY, 1965, p. 4; tradução nossa²⁹).

Ele considera, por exemplo, que os substantivos têm um comportamento sintático, submetido a regras, que deve ser descrito, e que a semântica somente é acessível por meio do conhecimento do comportamento das palavras. Nessa afirmação, esse autor usa a metáfora de que o comportamento sintático é a chave linguística para abrir as portas da semântica. Para ele, a descrição semântica das palavras deve considerar também as informações referentes ao seu comportamento sintático.

Sobre a necessidade de se considerar o caráter combinatório na descrição lexicológica, Mel'čuk et al. (1995) afirmam que a Lexicologia deve atentar para os tratamentos efetuados pelas quatro disciplinas linguísticas de base: semântica, sintaxe, morfologia e fonologia, pois aquela se encarrega da lexia, a unidade central de todos estes níveis linguísticos. Para estes autores, o papel da Lexicologia é fornecer, para cada lexia, as informações necessárias para que esta possa ser adequadamente tratada pelas quatro disciplinas citadas.

Considerando a interação léxico-sintaxe, acredita-se que uma análise das funções sintáticas desempenhadas pelas unidades em estudo contribua para o estudo de seus significados. Com objetivo semântico e não sintático, o estudo da presença das unidades nas posições sintáticas de sujeito ou de objeto possibilita a comparação de seus funcionamentos discursivos. Segundo Cusin-Berche (1998), a perspectiva sintática é pertinente nos planos semântico e discursivo, pois as diferenças semânticas são correlacionadas às diferenças nas posições sintáticas.

Este tipo de análise distribucional objetiva comparar o estatuto discursivo das diferentes unidades. Por exemplo, se uma palavra aparece mais frequentemente em posição de objeto, menos ela é portadora de agentividade. Ao contrário, se aparece mais como sujeito, mais ela possui potencialmente um caráter agentivo.

Nesse trabalho, o estudo do cotexto tem o objetivo de descrever as práticas associadas às palavras, o que contribui para a caracterização do funcionamento dos campos léxicos-

²⁸ Por considerar morfema toda unidade da língua portadora de significante e significado, este autor trata das unidades lexicais como morfemas radicais.

²⁹ Texto original: « chaque mot (c'est-à-dire chaque morphème radical) est décrit d'après ses combinaisons possibles et impossibles avec autres morphèmes de la langue. Il faut donc se représenter le lexique comme une énorme combinatoire, donnant les règles qui réunit, dans la chaîne parlée, les différents morphèmes entre eux ».

semânticos e para a verificação de estratégias discursivas ligadas às palavras. Por isso, a análise do cotexto, baseada na noção de intradiscurso, apresentada na seção 6.6 desse trabalho, é realizada em três etapas: a) uma análise dos cotextos verbal e nominal das unidades que referem situações de desacordo e ações militares, encontradas nos textos da *Gazeta de Lisboa*; b) uma análise da função sintática que é exercida pelas mesmas unidades nos contextos dos quais foram extraídas; c) uma análise das preposições que acompanham essas unidades nos textos; d) um levantamento das ideias mais frequentemente associadas às unidades nos textos.

3 METODOLOGIA DE CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E DE ANÁLISE

A lexicologia estuda o vocabulário de um domínio de uso, noção emprestada à Eluerd (2000), que engloba o domínio de emprego da palavra e a noção de uso que está ligada a ele. Um estudo lexicológico visa mostrar como se constitui e se valida o vocabulário considerado, investigando-se além da linguagem em si, as práticas (de definições e de julgamentos) compartilhadas.

A opção por se trabalhar com textos do jornal *Gazeta de Lisboa* justifica-se, ao menos, por dois fatores: 1) Constitui material linguístico rico que possibilita o estudo da língua portuguesa utilizada na época estudada (século XVIII); 2) Há relativa homogeneidade de gênero textual e de tipo de discurso (o da imprensa).

Compõem o *corpus* que serve como base para essa pesquisa 99 edições do jornal *Gazeta de Lisboa*, entre 1715 e 1810. Este *corpus* digitalizado e convertido em formato texto (.txt) foi cedido pelo Prof. Dr. Dieter Messner, da Universität Salzburg (Áustria). As edições estão distribuídas da seguinte forma:

Tabela 1 - Distribuição das edições que compõem o corpus da *Gazeta de Lisboa*.

ANO	Nº DE EDIÇÕES	ANO	Nº DE EDIÇÕES
1715	9	1755	4
1725	4	1785	8
1730	7	1790	9
1735	4	1795	6
1740	12	1800	9
1745	4	1805	4
1750	7	1810	12

É necessário esclarecer que entre 1762 e 1778 a publicação do jornal foi suspensa por ordens do marquês de Pombal, portanto, justifica-se, ao menos em parte, o hiato entre 1755 e 1785 existente no *corpus*.

Os textos, já convertidos em formato .txt, tiveram de passar por uma revisão de caracteres, já que ocorreram erros durante a conversão dos formatos .pdf e imagem para .doc e .txt. Pela comparação com outros textos escaneados do mesmo jornal, em formato .pdf, foi feita a edição e a revisão dos textos a serem trabalhados, da maneira explicitada a seguir:

Símbolo encontrado	Ocorrência	Equivalência	Correção realizada
”	n”o	ã	não
”	na”	õ	não
”	p”r	o	por
...	ach...ra encontr...ra"se	a	achara encontraraõse
£	h£a alg£s nenh£a	u	hua algun nenhua
§	pe§a	ç	peça
‡	for‡as	ç	forças
¢	p¢de	o	pode
Æ	rænha	ai	rainha
f	Graf Bretanha	-	Grã Bretanha
f	ebofs	é	eboés
f	chegfram	a	chegaram
f	voltarf	ão	voltarão
Š	atŠ porŠm galŠ	é	até porém galé
Š	padecŠra"	e	padeceraõ
Œ	aquŒ varŒa" guerras civŒs JamaŒca	i	aqui variaõ guerras civis Jamaica
,	offerec,ra"	e	offereceraõ
,	hom,s regim,tos muni‡",s	ẽ	homẽs regimẽtos munições

Quadro 1 - Equivalências usadas na revisão dos textos do *corpus*.

Outras edições do mesmo jornal, digitalizadas ou microfilmadas, obtidas junto à Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Pública de Évora, Bibliothèque Nationale de France e Harvard College Library (via Google Books³⁰) compõem um *corpus* de apoio, pois, o fato de estarem em formato .pdf ou de serem posteriores ao ano de 1810 impossibilitou o seu uso na realização das análises quantitativas.

A delimitação do *corpus* entre os anos de 1715 (início da publicação do jornal) e 1810 tem por base critérios históricos. Durante todo o século XVIII, não apenas Portugal, mas as nações de toda a Europa e Ásia passaram por conturbadas situações no que diz respeito à política e à diplomacia. A queda dos grandes impérios, a exploração das colônias e a decadência do regime colonial, a criação da república e a aprovação da *Declaração dos*

³⁰ Site<<http://books.google.com.br/>>. As edições da *Gazeta de Lisboa* estão disponíveis em: <<http://books.google.com.br/books?q=Gazeta+de+Lisboa&btnG=Pesquisar+livros>>.

direitos do homem e do cidadão são fatos de grande relevância histórica ocorridos nesse período. Já o ano de 1810 marca, na história de Portugal, uma fase de certa estabilidade, após a mudança da corte para o Brasil, em meio às guerras napoleônicas na Europa.

A seleção das unidades estudadas foi realizada por meio de análises quantitativas e qualitativas, por se entender que esta dupla abordagem já se mostra frutífera em recentes pesquisas de lexicologia e de análise do discurso, como mostram os trabalhos de Tournier (1996), Mayaffre (2004) e Veniard (2007), entre outros.

As análises quantitativas foram realizadas por meio do programa *Léxico 3*, desenvolvido pela equipe universitária SYLED-CLA2T (*Centre de lexicométrie et d'analyse automatique des textes, da Université Sorbonne Nouvelle Paris 3*). Tal ferramenta, além de fornecer dados estatísticos da frequência das unidades do *corpus*, permite a realização de gráficos comparativos de dados divididos por períodos. A análise inicial do *corpus* da *Gazeta de Lisboa* pelo programa *Léxico 3* fornece as seguintes características lexicométricas:

Total de ocorrências	249.881
Número de formas	25.255
Frequência máxima	14.657
Hapax	13.711

Quadro 2 - Principais características lexicométricas do *corpus* *Gazeta de Lisboa*.

Os dados referentes à frequência das unidades também forneceram informações sobre o tema preferencial do jornal: a política. As unidades que apresentam maior número de ocorrências são as relacionadas à corte, ao reino, sua estrutura e administração, e à política externa e militar. De acordo com Mortureux (2001, p. 98), pode-se supor, em função dos temas tratados em um discurso, que as palavras referentes a determinado domínio sejam particularmente numerosas, como se vê por meio da análise quantitativa realizada. Segundo esta autora, a observação de alguns vocabulários permite a apreensão de como um campo semântico se realiza em um discurso.

Quanto à metodologia da investigação lexicológica, Eluerd (2000, p. 97) afirma que a unidade a ser estudada deve ser obtida em seu contexto, sendo a primeira etapa da análise a retirada das ocorrências do contexto, de dimensões amplas. Em seguida, deve ser feita a seleção das unidades úteis para análise, que serão destacadas de seu microcontexto e reunidas segundo seu macrocontexto, ligações geralmente esquematizáveis. Após a seleção das unidades, parte-se para a formulação de fichas informativas, o que objetiva explicitar, por convergência de formas e de empregos, quais ocorrências podem ser extraídas de uma mesma

forma. O estudo de um vocabulário individual ou social demanda uma atitude semiológica (que parte das palavras para se chegar às coisas), contrariamente ao estudo do vocabulário de uma prática ou técnica, que pede uma atitude onomasiológica (que vai das coisas às palavras).

O trabalho de seleção realizado nesta pesquisa teve início com a leitura dos textos que compõem o *corpus*. Durante essa primeira etapa, foi possível destacar, a partir de critérios intuitivos, algumas unidades por sua relevância. Essa primeira leitura também permitiu que se conhecessem os tipos de textos que integram a publicação, e evidenciou a importância de uma profunda pesquisa sobre os fatos históricos da época estudada.

Cruzando-se os dados quantitativos com as primeiras observações feitas a partir da leitura dos textos, concluiu-se que a investigação do vocabulário político-ideológico deveria partir das unidades relacionadas à atividade militar, não apenas por sua alta frequência, mas também por serem de extrema importância na sociedade e política da época. Assim, foram selecionadas as unidades empregadas na narração de situações de desacordo ou de conflitos, que integram um mesmo campo semântico-lexical.

Uma volta aos textos, com o objetivo de se avaliar cada unidade pré-selecionada a partir de seus usos nos contextos, mostrou a necessidade de um conhecimento prévio da situação dos países envolvidos em cada uma das disputas narradas (se eram aliados ou adversários). Após consulta bibliográfica, compreendidos os fatos narrados e as situações de produção dos textos, foi feito o levantamento dos significados das unidades em cada uma de suas ocorrências nos contextos. Em seguida, foram redigidas fichas contendo os traços de significação das unidades, exemplos de ocorrências, informações históricas (quando necessárias), informações sobre a procedência do texto (o país de onde partiu a notícia publicada no jornal) e dados lexicográficos retirados dos dicionários de Antonio Moraes Silva³¹ (1813) e Raphael Bluteau³² (1712-1728).

Como afirma Eluerd (2000, p. 97-114), a ficha participa da elaboração do *corpus* e de sua análise, é a interface de dois aspectos do trabalho. Para ele, a redação da ficha é a etapa do trabalho em que se faz uma segunda triagem das unidades lexicais, o que foi comprovado neste estudo ao se verificar, a partir das fichas redigidas, que o campo semântico-lexical com o qual se trabalha comporta subdivisões.

³¹ SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

³² BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

O primeiro reagrupamento de unidades de um vocabulário resulta, de acordo com este autor, de análises morfológicas e semânticas da parte sistematizável desse vocabulário. Outros tipos de reagrupamentos procedem da comparação dos vocabulários e de seus domínios de uso. Por considerar dois domínios, o dos lexemas e o da presença de ocorrências, a lexicologia vê a união de ambos no uso aprendido, compreendido e compartilhado. Desta forma, a estruturação relativamente sistematizável dos lexemas não é linguisticamente mais pertinente que a descrição das ocorrências. Eluerd (2000) afirma, ainda, que nenhum estudo de vocabulário pode ignorar os *principes accoutumés* (princípios habituais, costumeiros, em tradução livre), ou seja, as condições sociais, institucionais e didáticas que acompanham e validam o vocabulário considerado, ao lado das práticas de poder e de persuasão, de emoções e interesses diversos.

Considerando-se as ocorrências em discurso, o sentido lexical é obtido colocando-se uma unidade em equivalência com uma série de outras unidades que se pressupõe dizerem a mesma coisa, explicitando os elementos que constituem esse sentido. Portanto, sendo decomponível e analisável, o sentido é constituído pela soma de traços semânticos que podem ser isolados na comparação entre as unidades. Como destaca Mortureux (2001, p. 63-70), existem diferentes métodos para a decomposição do sentido lexical em traços, como: a) a análise distribucional; b) traços contextuais e inerentes; c) estrutura sintagmática e papéis semânticos; d) valência; e) a análise sêmica; f) a análise da semântica estrutural; g) os primitivos semânticos. Todos estes métodos apresentam soluções e alguns problemas para a análise do sentido lexical, pois alguns são aplicáveis apenas a determinadas classes de palavras (a verbos ou a nomes) e atendem a objetivos distintos, priorizando um ou outro aspecto do objeto estudado.

A análise sêmica, que parte da comparação de unidades de um mesmo campo semântico (unidades de mesma categoria sintática e que mantêm entre si relações semânticas particulares, pois se referem a noções de um mesmo domínio), se mostra eficiente e responde às necessidades da pesquisa aqui apresentada. Desenvolvido por Pottier (1963), esse método é aplicado prioritariamente a nomes (substantivos e adjetivos). A análise sêmica nomeia o sema que é comum ao conjunto de unidades como sema genérico, e postula que sua presença determina o campo semântico. Os outros semas são chamados específicos. Segundo Mortureux (2001), a principal dificuldade desse método é a delimitação do campo semântico, o que pode ser resolvido pela intuição do pesquisador e controlado pela consulta de dicionários, que confirmam ou não a delimitação inicial. Complementar a este tipo de análise, a metodologia da semântica estrutural, desenvolvida por Greimas a partir de 1966, opera

sobre duas características da organização sêmica dos lexemas: o caráter homogêneo dos sistemas sêmicos e o princípio de hierarquia, que rege as relações entre os semas num semema.

Considerando-se as diferentes perspectivas de análise, dois aspectos caracterizam o sentido lexical: seu caráter decomponível e sua organização diferencial (por oposições distintivas). Estes dois aspectos mostram que o significado de uma unidade é heterogêneo, e que, por isso, o léxico é lugar de uma contradição permanente que determina a articulação entre significação e designação. Assim, os semas são diferentes uns dos outros por sua significação, mas os vocábulos que os atualizam no discurso podem designar uma mesma coisa, tornando-os intercambiáveis.

O jogo entre significação e designação, que constitui o sentido lexical, conduz a escolher a todo instante, para falar das coisas, o sentido das palavras que corresponde melhor ao que se pretende exprimir. (MORTUREUX, 2001, p. 72, tradução nossa³³).

Com base no exposto, a análise aqui proposta, que num primeiro momento segue o método da decomposição do sentido contextual das unidades em traços de significação, é validada pela prova da comutação, para o estabelecimento dos traços distintivos que as caracterizam. A apreensão dos traços semânticos é apoiada também nas definições de obras lexicográficas da época da *Gazeta de Lisboa*.

A verificação das definições propostas pelos dicionários é válida, segundo Remi-Giraud (1996, p. 19), uma vez que um dicionário é também um discurso (um discurso sobre as palavras), que visa construir significações de vocação coletiva e que implicam o reconhecimento da comunidade falante, ou seja, uma representação compartilhada. Para esta autora, os dicionários são um lugar privilegiado para a observação da estrutura profunda do significado das palavras e são um tipo de “meio-caminho” entre os planos referencial e conceptual.

Em seguida, passa-se ao estudo das unidades a partir do conceito de campo semântico. Muito úteis em semântica lexical, as análises em campos semânticos mostram, segundo Polguère (2003, p.158), melhores resultados que os estudos baseados em seleções arbitrárias de unidades. O objetivo das análises em campos semânticos é mostrar que as unidades que compõem o campo conservam suas relações em discurso.

³³ O texto original é « Le jeu entre signification et désignation, qui constitue le sens lexical, conduit à choisir à tout instant, pour parler des choses, celui des mots qui doit correspondre le mieux au propos ».

É justamente a variação entre os usos das unidades de um campo que vai configurar a forma como o acontecimento foi tratado no vocabulário estudado. Não se pode deixar de reconhecer que a maneira de tratar um acontecimento pode assumir diferentes formas, que vão do sentido denotativo ao conotativo em grau máximo, segundo a intenção expressiva na enunciação.

Quanto à análise em perspectiva discursiva, sabe-se que a observação das práticas linguísticas e discursivas associadas às palavras necessita de um método que permita verificar as recorrências relacionadas ao emprego das unidades em diferentes textos. Por isso, a primeira parte da análise discursiva das unidades lexicais é baseada na noção de cotexto e foi realizada em três etapas: a) uma análise dos cotextos verbal e nominal das unidades; b) uma análise da função sintática que é exercida pelas unidades nos contextos; c) uma análise das preposições que acompanham as unidades; e d) um levantamento das ideias mais frequentemente associadas às unidades nos contextos em que elas aparecem.

A segunda parte da análise discursiva inclui a verificação da construção do referente **guerra** por meio dos empregos dessa unidade nos textos da *Gazeta de Lisboa*. Ainda com base nas noções de intradiscurso e interdiscurso, realiza-se um estudo sobre as falas citadas pelo jornal, que engloba a pesquisa dos *verba dicendi*, dos coenunciadores, dos usos de aspas e parênteses. Para essa análise trabalha-se com um subcorpus constituído apenas pelos textos do *corpus* em que aparece a unidade lexical guerra, como será explicado na seção seguinte.

3.1 O subcorpus guerra

Na seção 6.1, “Análise quantitativa dos dados” (pág. 114), serão mostradas as unidades de maior número de ocorrências no *corpus*. A alta frequência de palavras referentes a atividades militares foi um dos critérios que orientou a seleção das unidades analisadas nessa pesquisa, ao lado de sua importância político-social no século XVIII. Por meio desse estudo das frequências, conclui-se que a unidade **guerra** desempenha papel fundamental nos textos da *Gazeta de Lisboa*, da mesma forma que a guerra era, na época, uma das principais atividades políticas, pois garantia a manutenção e a conquista de territórios, e econômicas, pelo fato de incentivar a fabricação de armas e navios, garantir a oferta de empregos no exército e estimular a produção da indústria alimentícia, para assegurar a subsistência das tropas durante os longos períodos de conflitos.

Portanto, para realizar a análise discursiva de maneira mais objetiva, optou-se pela constituição de um subcorpus formado apenas pelos textos do *corpus* da *Gazeta de Lisboa* em que aparece a unidade lexical guerra. As ocorrências dessa unidade em sintagmas que designam objetos ou cargos ou aquelas em que a palavra guerra tem papel de qualificador (como nau de guerra, navio de guerra, conselho de guerra, general de guerra, oficial de guerra, prisioneiro de guerra, gente de guerra, tribunal de guerra, colégio de guerra e junta de guerra), não foram consideradas na seleção dos textos. Ou seja, foram consideradas apenas as ocorrências da unidade e os sintagmas em que essa tem papel principal, que referem uma ação ligada à guerra (declarar a guerra, preparações de guerra, guerra civil, armar em guerra, crime de guerra).

Esse recorte permitiu a focalização das análises em contextos em que há predominância temática relacionada às áreas política e militar, além de uma diminuição considerável dos dados a serem analisados. Das 99 edições da *Gazeta de Lisboa* que compõem o *corpus* inicial, com um total de 350 páginas, no subcorpus há textos de 72 edições, num total de 89 páginas. Apresenta-se a seguir o número de edições que compõem o subcorpus, divididos por ano:

Tabela 2 - Número de edições que compõem o subcorpus guerra.

Ano de publicação	Número de edições
1715	7
1725	3
1730	5
1735	3
1740	11
1745	4
1750	5
1755	3
1785	4
1790	7
1795	5
1800	7
1805	1
1810	8
<i>TOTAL</i>	72

A dimensão da redução da quantidade de textos também pode ser observada pela descrição das principais características lexicométricas do subcorpus guerra:

Número de ocorrências	66.888
Número de formas	10.759
Frequência máxima	3.512
Número de hapax	6.152

Quadro 3 - Principais características lexicométricas do subcorpus guerra.

Passa-se de um total de quase 250 mil ocorrências do *corpus* inicial para um universo de 66.888 ocorrências do subcorpus. As análises quantitativas desse subcorpus e a comparação com os dados do *corpus* inicial serão apresentadas posteriormente, na seção 6.1, “Análise quantitativa dos dados”.

4 SITUAÇÃO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Nessa seção é apresentado um panorama histórico e social da Europa no século XVIII, com ênfase aos fatos relacionados a Portugal, em seus aspectos políticos, diplomáticos, sociais, econômicos, educacionais e culturais, por se julgar necessário o conhecimento do modo de pensar da época como forma de embasamento para as análises linguísticas e discursivas. Não foram descartados detalhes relevantes da vida pessoal da realeza, uma vez que os casamentos dos reis e príncipes e o nascimento de herdeiros, entre outros assuntos, eram considerados fatos políticos, pois se relacionavam à sucessão do trono e, assim, ao governo.

4.1 Dados históricos

Entre 1715 e 1810 passaram pelo governo de Portugal cinco soberanos, entre reis, rainhas e regentes temporários, originários da dinastia de Bragança, que conquistou a coroa após a guerra da Restauração (1640-1668), colocando fim ao domínio espanhol de seis décadas. Enquanto Portugal se esforçava para consolidar e manter sua independência e seus domínios ultramarinos, toda a Europa enfrentava sucessivas guerras, que obrigaram, vez ou outra, o governo lusitano a tomar partido, participar de alianças e assinar tratados, em sua maioria, desvantajosos para si. Tais acordos beneficiavam comercialmente seus parceiros da ocasião, o que colaborava para agravar a situação econômica de Portugal, quase inteiramente dependente da produção colonial e da movimentação comercial em seus bem localizados portos.

O país chegou ao século XVIII marcado pelo nacionalismo da população, mas enfraquecido militar e economicamente devido aos 28 anos de guerra contra a Espanha. No século anterior, a maioria das nações da Europa enfrentara a Guerra dos 30 anos (1618-1648), motivada por desavenças religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. Apesar de os conflitos religiosos (entre católicos e protestantes) terem sido apontados como a causa direta dessa guerra, ela envolveu um grande esforço político da Suécia e da França para tentar diminuir a força da dinastia dos Habsburgos, governante do Sacro Império Romano Germânico (962-1806), que no seu ápice englobou os territórios da Alemanha, Áustria, Suíça, Liechtenstein, Luxemburgo, República Tcheca, Eslovênia, Bélgica, Países Baixos e grande

parte da Polônia, França e Itália. As hostilidades tiveram fim com a assinatura, em 1648, de um conjunto de tratados, chamados de Paz de Westfalia.

Como não conseguira o reconhecimento de sua independência por parte da Espanha, cuja coroa também pertencia aos Habsburgos, Portugal se aliou à Catalunha e à França, para que ambas apoiassem sua resistência. Com isso, Portugal conseguiu também o apoio da Holanda, que combatia o Sacro Império ao lado de Suécia e França e, mais tarde, também de Andaluzia, Roma e Inglaterra. Com tanto apoio e com a Espanha envolvida em outras três guerras (contra Catalunha, Flandres e Itália), o exército português teve finalmente êxito.

Após a Guerra da Restauração, Portugal tinha ente 1,3 e 1,5 milhões de habitantes, com um grande número de escravos negros, mulatos, índios e mouros. Povos ciganos, armênios, árabes, persas e mouriscos eram proibidos de viver no país. Depois de seis décadas de domínio espanhol, o sentimento nacionalista, como já foi dito, guiou todo o pensamento do século XVIII.

Os primeiros sinais do nacionalismo apareceram na economia, já no reinado de D. João IV (1649), quando foi criada a Companhia do Brasil. Ela tinha o monopólio da exploração do pau-brasil e detinha o direito da venda de vinhos, azeites, farinhas e bacalhau em todo o território brasileiro. A política econômica nacionalista tinha inspiração francesa e visava proteger a produção nacional, inclusive com a criação de leis que proibiam, por exemplo, o uso de roupas fabricadas em outros reinos. Os muitos incentivos dados à indústria nacional tiveram resultados discretos, pois os comerciantes estrangeiros, principalmente ingleses, mostraram-se mais hábeis que os portugueses. A Companhia das Índias Orientais, por exemplo, criada em 1600, era inglesa e explorou durante dois séculos o comércio na Ásia.

As ciências tiveram expressivo desenvolvimento depois da Restauração portuguesa, seguindo a tendência científica que surgiu na época dos descobrimentos. Foi ainda durante os anos 1500 que apareceram estudos de matemática, geografia e náutica (a astronomo-náutica, principal ciência nacional, teria sido a responsável pela expansão marítima do país). No século XVI, a exploração dos novos mares e mundos contribuiu para a evolução da cartografia em Portugal, enquanto no Brasil nasciam a antropologia, etnografia, botânica e zoologia. Na literatura, os principais autores da época foram Pero Vaz de Caminha, José de Anchieta, Manoel da Nóbrega, Fernão Cardim e João dos Santos.

Neste período inicial, a química e a farmácia ainda se baseavam em conhecimentos empíricos e supersticiosos, mesclando-se à alquimia, mas começaram a surgir estudos sobre as drogas medicinais que eram trazidas da Índia e também a sobre a importância da higiene na prevenção de epidemias. Na tentativa de combater o charlatanismo, o ensino da medicina

começava a contar com aulas práticas, mas suas técnicas se limitavam a tratamentos como a sangria, a purga e o clister (os dois últimos, métodos de lavagem intestinal e/ou estomacal).

No século XVII, com a descoberta do ouro no Brasil, a área de maior expressão foi a mineralogia, seguida por alguns avanços na anatomia. A partir de 1700, houve intensa dedicação ao desenvolvimento de técnicas industriais e comerciais, e o ensino da medicina foi ampliado.

Na esfera política, antes da paz com a Espanha, em 6 de novembro de 1656, o rei de Portugal, D. João IV, morreu, e quem subiu ao trono foi o príncipe herdeiro D. Afonso, que tinha apenas 13 anos. Obedecendo ao testamento do marido, a rainha Luisa de Gusmão, de origem espanhola (Andaluzia), assumiu a regência.

Sobrevivente de uma grave doença na infância, D. Afonso tinha dificuldades de mobilidade e era considerado “de frouxa inteligência”. Por temer um reinado desastroso de seu filho, a rainha prolongou sua permanência no comando. Mas por meio de uma manobra política (uma ordem régia), D. Afonso VI tirou sua mãe da vida pública em 1662. Quatro anos depois, em junho de 1666, ele se casou com D. Maria Francisca Isabel de Savóia, Mademoiselle d’Aumale. Em 1667, convencido pelo irmão, o infante D. Pedro (II), D. Afonso VI afastou-se do trono. D. Pedro assumiu o poder como regente, alegando ser uma exigência do senado lisboeta, também devida à instabilidade mental de seu irmão.

No mesmo ano em que subiu o poder (1667), ele apoiou a cunhada em seu processo de anulação de casamento e, em 28 de março de 1668, casou-se com ela. O casal teve uma filha, a princesa D. Isabel Luisa Josefa (1669). O rei teve mais sete filhos com sua segunda esposa, Dona Maria Sofia, condessa palatina de Neuburgo (casaram-se em 1687): João de Bragança, príncipe do Brasil (que morreu com um mês de vida), João V, que se tornou rei de Portugal (1689-1750), Francisco, duque de Beja e condestável de Portugal (1691-1742), António de Bragança (1695-1747), Teresa de Bragança (1696-1704), Manuel de Bragança (1697-1766) e Francisca Josefa de Bragança (1699-1736). Teve ainda outros três filhos naturais: Luísa de Bragança (1679-1732), Miguel de Bragança (1699-1724) e José de Bragança (1703-1756).

D. Pedro II continuou como príncipe regente até 1683, quando foi coroado rei após a morte do irmão. Seu governo antecedeu a época aqui estudada, que foi marcada principalmente pelo ultra-absolutismo de D. João V, que se manteve no poder durante 44 anos, de 1706 a 1750.

A cultura e a educação portuguesas foram dominadas por mais de dois séculos pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, que adotavam a concepção aristotélica do mundo, trabalhando, em resumo, com suposições e não com provas. Seu objetivo era fazer dos

portugueses bons católicos. A visão da realidade era limitada por receios transcendentais e tudo era subordinado à necessidade de salvação da alma. O domínio filipino (espanhol) também havia fechado as portas para as culturas estrangeiras, resultando num fraco desenvolvimento da literatura.

Um dos mais influentes personagens na literatura portuguesa do século XVII foi o padre António Vieira (1608-1697), até hoje admirado não apenas por suas qualidades como escritor, mas também por sua ação política na luta em defesa dos direitos humanos dos povos indígenas e dos judeus. Na literatura, seus sermões possuem considerável importância no barroco brasileiro e português.

De maneira resumida, a história de Portugal no século XVIII pode ser dividida em dois períodos principais: a época Joanina, do reinado de D. João V que teve início em 1706, e a era Pombalina, que vai de 1750 a 1777, época do reinado de D. José I. Na última parte desse capítulo, será apresentado um panorama do reinado de D. Maria I e da regência de D. João até a ida da família real portuguesa para o Brasil, em 1807.

4.1.1 O período Joanino

Apesar de D. João V desejar manter a política de neutralidade começada por seu pai, D. Pedro II (que governou de 1667 a 1706), adotando uma estratégia de afastamento dos conflitos europeus, logo no começo de seu reinado, não conseguiu ficar de fora da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714).

A crise foi desencadeada pela morte do último monarca da casa de Habsburgo, Carlos II da Espanha, que era casado com a rainha Maria Luísa de Orleans (da nobreza francesa) e não deixou herdeiros. O arquiduque Carlos, da Áustria, era o herdeiro contratado pelos Habsburgos espanhóis em 1698. Mas o rei espanhol Carlos II, pouco antes de sua morte e após o falecimento do príncipe José Fernando da Baviera (1699), publicou um testamento declarando como seu sucessor Filipe, duque de Anjou (neto de Luís XIV, da França), que subiu ao trono da Espanha como Filipe V, violando o contrato de 1698.

Em setembro de 1703, em Viena, Carlos também foi aclamado rei da Espanha, como Carlos III de Aragão e Castela. Ele era apoiado pela Grande Aliança, composta por Inglaterra, Províncias Unidas/República Neerlandesa (Holanda) e o Império (Prússia, que englobava partes da Alemanha, Polônia, Áustria e Rússia, e a casa de Savóia, soberana em

partes do atual Piemonte, na Itália, e da Savóia na França), que pretendia evitar a união dinástica de Espanha e França.

Num primeiro momento, D. Pedro II aliou-se à França, mas arrependido de sua decisão, anulou o tratado que havia feito com Luís XIV. Em seguida, graças à intervenção do embaixador inglês John Methuen, em 1703, o rei português passou a integrar a Grande Aliança (anglo-luso-alemã), que queria o arquiduque Carlos (futuramente Carlos VI da Áustria) no trono espanhol.

Em março de 1704, Carlos III desembarcou em Lisboa para tentar chegar a Madri e assumir a Espanha à força. Como Filipe V respondeu a este ato com hostilidades, no ano seguinte Carlos III saiu de Portugal para se fixar na Catalunha. Porém, as mortes de seu pai, o imperador Leopoldo I (1705), e de seu irmão, o imperador José I da Germânia (1711), fizeram com que ele retornasse à Áustria para assumir o trono de sacro imperador romano.

A guerra pela disputa do trono espanhol continuava na Península Ibérica, mas uma das batalhas decisivas foi travada longe dali, em Blenheim (1704), na Baviera. Embora a França tenha sofrido sucessivos revezes, o partido dos Bourbons saiu vencedor, e os tratados de Utrecht (1713), de Rastatt e de Baden (1714) puseram fim ao conflito. Filipe V se manteve no trono espanhol, que até hoje pertence à dinastia dos Bourbons, mas teve de renunciar por toda sua descendência a qualquer direito sobre a coroa da França.

A Guerra da Sucessão Espanhola foi particularmente significativa para as relações, sobretudo as comerciais, entre Portugal e Inglaterra. Em 1703, quando o embaixador inglês John Methuen foi a Lisboa para negociar a entrada do país na liga contra a França, teve início um tratado comercial com a Inglaterra, o Tratado de Methuen, que foi assinado em 27 de dezembro daquele ano. Para a Inglaterra, este e os demais tratados assinados com o final da guerra contribuíram fundamentalmente para o crescimento de seu poderio marítimo e colonial.

Portugal também obteve vantagens com o apoio inglês: na assinatura do primeiro Tratado de Utrecht, em abril de 1713, obteve a renúncia francesa às possessões portuguesas na margem esquerda do rio Amazonas, no Estado do Maranhão, confirmada com a assinatura do segundo Tratado de Utrecht, em fevereiro de 1715, que também restituiu aos portugueses a Colônia de Sacramento, no Uruguai.

Até hoje o Tratado de Methuen é motivo de controvérsias entre os historiadores, pois uma grande maioria acredita que ele tenha definido toda a vida econômica do país a partir do século XVIII, de forma desvantajosa, uma vez que este teria representado a renúncia de Portugal ao desenvolvimento manufatureiro. Mas ao analisar as condições econômicas

portuguesas e inglesas da época, Macedo (1971, p. 48-55)³⁴ diz que o ponto de vista sobre a influência do tratado ter sido decisiva tanto na decadência da indústria portuguesa como no desenvolvimento da exportação inglesa deve ser considerado com ponderação. Para ele, a ideia de ele tenha tornado Portugal subordinado e excessivamente dependente da Inglaterra é um tanto exagerada e superficial, pois este não criou uma situação nova para as manufaturas lusitanas e, além disso, já havia no país a presença de produtos industrializados ingleses e de outras nações. Para este autor, a lentidão no desenvolvimento da indústria portuguesa pode estar relacionada à descoberta do ouro e outros metais preciosos no Brasil, pois além de o reino ter se despovoado por causa das emigrações, a entrada desses metais em Portugal desestimulou a indústria, “que perdeu muito de sua razão de ser, que era a economia de pagamento” (MACEDO, 1971, p. 54).

Fato incontestável é que, se até o início do século XVII Portugal e Espanha eram os grandes impérios coloniais, a falta de uma visão mercantilista de longo prazo e os vários conflitos armados que ocorreram durante a União Ibérica, levaram esses países ao enfraquecimento econômico e à perda do prestígio anteriormente alcançado. Nessa nova fase, o equilíbrio das relações políticas internacionais se organizava em torno de França e Inglaterra, e as monarquias ibéricas ficaram em segundo plano.

Após a Restauração (1640-1668), Portugal teve de se adaptar à nova configuração do poder na Europa, e toda a sua política externa foi guiada por três objetivos: manter a economia em funcionamento, proteger-se de ataques e, principalmente, resguardar as posses coloniais ultramarinhas.

A Inglaterra, interessada no comércio com a nação ibérica, visando estender a rota comercial de suas manufaturas às colônias portuguesas e ampliar sua esfera de poder na Europa, tirando aliados potenciais da França, sua maior concorrente, mostrou-se a parceira mais conveniente para o reino português, que desejava se manter vivo na conjuntura europeia e colonial. Desta forma, os ingleses assumem uma importância vital para a sobrevivência dos domínios ultramarinos e da economia portuguesa, enquanto aos portugueses cabe um papel secundário no que se refere ao mundo inglês.

Segundo Belatto (2006, on-line), o primeiro acordo comercial entre a Inglaterra e Portugal data de 1373, quando este, por conta de seu prestígio, ainda dominava as relações entre os dois países. Nos acordos posteriores, de 1642, 1654 e 1661 a situação se inverteu completamente: “os portos de Portugal eram abertos aos navios ingleses (que controlarão

³⁴ Informação retirada do verbete “Methuen” do *Dicionário de história de Portugal*, de Joel Serrão (1971).

importações e exportações); comerciantes ingleses residentes em Portugal obtinham privilégios fiscais, civis e judiciais [...]”. Além disso, Portugal era obrigado a comprar navios na Inglaterra, e os comerciantes ingleses participavam do comércio com as colônias, exportando seus produtos e fazendo fretes, “dividindo com Portugal os lucros de venda na Europa”, perdendo o monopólio comercial.

Com três artigos, o Tratado de Methuen estipulava que a Inglaterra se obrigaria a adquirir os vinhos de Portugal, pagando por eles dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses, e os portugueses se comprometiam a adquirir produtos têxteis ingleses. Desta forma, o tratado veio reforçar a dominação comercial inglesa, que havia começado a se estabelecer logo após a Restauração.

No ano seguinte à assinatura do tratado, Portugal exportou 331 mil libras em produtos para a Inglaterra, e a Inglaterra, 781 mil libras em produtos para Portugal. Quase cinquenta anos mais tarde, no fim do reinado de D. João V, as exportações de Portugal permaneceram as mesmas, enquanto a Inglaterra havia ultrapassado 1 milhão de libras por ano nos vinte anos anteriores. (PAICE, 2010, p. 48)

Se a aliança com a Inglaterra garantia a Portugal uma certa segurança de caráter político, no que diz respeito à proteção de suas colônias, as relações comerciais geravam déficit na balança portuguesa, pois o valor gasto com as importações era sempre superior ao lucro com as exportações.

Foi o ouro extraído das minas do Brasil que assegurou o equilíbrio nessa relação. Transferido quase que em sua totalidade para a Inglaterra, ele possibilitou o acúmulo de capitais e motivou o crescimento do mercado local, tendo sido fator essencial para a Revolução Industrial, que transformou a Inglaterra em líder mundial.

Pela metade do século, mais de 2,5 milhões de libras em ouro português haviam sido escoados para a Inglaterra em pagamento por tecidos e outros produtos – uma soma três vezes maior do que a quantia total de moedas de ouro em circulação no país no início do século –, e esse fluxo formou a base do crescimento do mercado de crédito e da emissão de ações, estabelecendo dessa forma Londres como o principal mercado financeiro do mundo e lançando as fundações para o desenvolvimento industrial da Inglaterra. (PAICE, 2010, p. 57)

Além do estreitamento das relações comerciais com a Inglaterra, a participação de Portugal na Guerra de Sucessão da Espanha levou D. João V a permanecer fiel a seus

interesses atlânticos, comerciais e políticos. Em relação ao Brasil³⁵, que era uma das suas maiores preocupações, ele não conseguiu impedir a ida de emigrantes, principalmente depois da descoberta de ouro, o que gerou contrabando do metal e, por isso, menor arrecadação de impostos, agravando a fase de dificuldades econômicas da metrópole. Segundo Paice (2010, p. 49), meio milhão de pessoas partiu para o Brasil no século XVIII.

Considerado o “rei-sol” português (em analogia a Luis XIV, da França, hegemônico na Europa), D. João V subiu ao trono aos 17 anos e ficou conhecido como “o magnânimo”, sendo considerado o representante do ultra-absolutismo português. Casou-se, em 1708, com a arquiduquesa Maria Ana de Áustria, filha do imperador Leopoldo I. Nos dois primeiros anos do casamento, como a rainha não conseguia engravidar, o rei fez voto a Santo Antônio. Em 1711 nasceu a princesa Maria Bárbara, a primeira dos cinco filhos que tiveram (Dom Pedro, morto aos 2 anos, Dom José, Dom Carlos e Dom Pedro, sucessor ao trono). O rei mandou construir, em ação de graças, o Convento de Mafra, inaugurado em 1744 pelo Papa Bento XIV, uma das principais realizações arquitetônicas de seu reinado.

Muito religioso, D. João V manteve, na maior parte do tempo, boas relações com Roma, tendo recebido, ao final de seu reinado, em 1747, o título de Sua Majestade Fidelíssima, sendo este extensível aos seus sucessores (funcionava da mesma forma que os títulos de Sua Majestade Católica, na Espanha, e Sua Majestade Cristianíssima, na França). Roma, aliás, sempre foi para o monarca português o ponto de equilíbrio europeu, pois Portugal era um país em que Estado e Igreja continuavam a ser um bloco homogêneo. O reinado de D. João V ficou conhecido por sua feição fradesca e beata.

Logo após a Guerra de Sucessão Espanhola, o rei português envolveu-se, a pedido do Papa, num conflito entre Veneza e o Império Otomano, comandado pelo sultão Achmet III. Em apoio aos venezianos, a Áustria havia iniciado a guerra contra os Otomanos em 1716, ao mesmo tempo em que o Papa pedia aos reis da França, Espanha e Portugal que enviassem as suas armadas em socorro a Veneza. Franceses e espanhóis não atenderam ao pedido, sendo D. João V o único monarca católico que respondeu positivamente ao apelo.

³⁵ Segundo CALDEIRA, Jorge, (In: **A nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 165), D. João IV referia-se ao Brasil como a vaca leiteira do reino de Portugal, pois exportava pau-brasil, açúcar, diamantes, cacau e tabaco para a metrópole. O lucro da coroa após a descoberta de minas de ouro no fim do século XVII ultrapassou o que era obtido com os outros produtos do comércio. A corrida ao ouro aumentou consideravelmente as receitas da coroa e atraiu uma grande quantidade de imigrantes.

A intensa religiosidade do rei também tinha outro lado, que lhe rendeu também o apelido de “freirático”³⁶, devido à sua apetência sexual por freiras. Com algumas delas teve filhos ilegítimos: Dom José, Dom Gaspar, Dom António e Dona Maria Rita.

D. João V ficou conhecido por apreciar o luxo e a ostentação, assim como os demais soberanos do período. O rei português era chamado de “sardanapalo”, que de acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa* (Porto Editora) é designação de homem rico, devasso e glutão, expressão que deriva de Sardanapalo, nome de um rei da Assíria do século VII a.C., muito culto e pouco belicoso.

No volume IV da coleção *História de Portugal* (1928-1981), Damião Peres explica o pensamento da época a respeito do luxo:

O fausto das cortes, no galante e redoirado século XVIII, tornara-se para elas e para os seus governos uma necessidade instantânea, uma afirmação de força, de poderio, sem o qual o Estado apareceria apagado, desprezível, no meio das reverberantes claridades dos outros Estados. O prestígio da Nação era o prestígio do rei e da sua corte. Por isso, o absolutismo monárquico da centúria dos setecentos vivia da pompa exterior, que deveria precisamente apressar-lhe a queda. (PERES, 1934, p. 182).

Essa característica contribuiu para a evolução cultural do reino, com manifestação do estilo barroco na arquitetura, mobiliário, azulejos e ourivesaria. Foram construídas verdadeiras obras de arte, como a Basílica de Mafra, a Capela de São João Batista e a Biblioteca da Universidade de Coimbra. Além disso, fundou-se a Real Academia Portuguesa de História, e a ópera italiana foi introduzida em Portugal. Na mesma época foi iniciada a construção do aqueduto das Águas Livres, para o regular abastecimento de água de Lisboa.

Foi durante esse reinado que o pensamento moderno começou a entrar no país, mas sofreu certa resistência, pois tanto tempo sob o pensamento aristotélico-jesuítico rendera aos portugueses o que Macedo³⁷ (1934) chamou de “incapacidade metafísica”, uma certa tendência a desconfiar do racionalismo cartesiano. E o novo ambiente ideológico do século XVIII era exatamente relacionado à concepção naturalista da realidade, voltada ao racionalismo e ao empirismo, marcado pelo ceticismo, hostilizando todo tipo de especulação. Tais ideias levaram à adoção, a partir da segunda metade dos anos 1700, de um sistema pedagógico físico-experimental, em substituição ao lógico e metafísico, seu extremo oposto.

³⁶ “Apesar da sua exagerada devoção, não tinha escrúpulo em profanar a clausura das virgens do Senhor [...]” (TORRES, 1904-1915, p. 1048-1051). Disponível on-line em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/joao5.html>>.

³⁷ Essa informação pode ser encontrada no primeiro capítulo da 3ª. parte, “Cultura”, do 4º volume da coleção “História de Portugal”, de Peres e Cerdeira (1928-1981), p. 421 e seguintes.

Na área acadêmica, um dos grandes nomes da época é o do padre Raphael Bluteau (1638-1734), que foi membro da Academia dos Generosos, da Academia dos Aplicados e, mais tarde, foi nomeado para a Academia Real de História, por D. João V. Grande divulgador da atividade científica das academias europeias, é o autor do *Vocabulario portuguez & latino*³⁸ (1712-1728), considerado até hoje um dos principais dicionários da língua portuguesa.

Na política externa, após a paz de Utrecht e do apoio dado à Veneza e à Áustria contra o Império Otomano, Portugal se viu incluído em outro conflito, a Guerra da Quádrupla Aliança³⁹ (1718-1720).

O rei Filipe V da Espanha, que em tratado anterior havia perdido a posse da Sardenha e da Sicília, tentou retomar os ducados da Itália para os filhos de seu segundo casamento, que não concorriam à sucessão do trono. Em novembro de 1717, ele enviou um corpo do exército à Sardenha austríaca, pois a Áustria combatia os otomanos ao lado de Veneza. A Áustria, apoiada por Grã-Bretanha, França e Holanda, formou a Quádrupla Aliança, da qual Portugal passou a fazer parte em 1719. Os países da aliança deveriam garantir o equilíbrio de forças entre as potências europeias.

Em tratado assinado em Londres, em 1718, o imperador Carlos VI renunciou a pretensões ao trono da Espanha em troca de deixar a Sicília nas mãos dos Savóia, e a Sardenha para um ramo dos Bourbons da Itália. Tais decisões seriam propostas à Espanha, contra quem declarariam guerra em caso de recusa. As batalhas da Guerra da Quádrupla Aliança aconteceram principalmente na Itália. Enfraquecido, o governo espanhol negociou com os aliados e, em fevereiro de 1720, foi assinada a Paz de Haya, que pôs fim ao conflito.

Após esse período, as relações entre Portugal e Espanha correram relativamente bem. Em 1725 a diplomacia espanhola começou a ver D. José, príncipe do Brasil e herdeiro da coroa portuguesa, como o noivo ideal para a infanta Maria Ana Vitória, filha de Filipe V. A aliança foi transformada em consórcio duplo, oferecendo-se a infanta portuguesa D. Maria Bárbara de Bragança como esposa de D. Fernando, príncipe das Astúrias. A troca aconteceu em janeiro de 1729, criando boas condições para a unidade peninsular.

Pouco tempo depois, recomeçaram os problemas entre as duas nações. A segunda esposa do rei espanhol, Isabel Farnesio, que já havia incentivado o marido a participar da

³⁸ O nome completo da obra é “Vocabulario Portuguez & Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V”.

³⁹ Por falta de detalhes sobre este conflito nas obras referentes à história de Portugal, parte das informações foram obtidas por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Guerre_de_la_Quadruple-Alliance>.

Guerra da Quádrupla Aliança, começou a se incomodar com a influência que Dona Maria Barbara, filha de D. João V, tinha sobre o marido, D. Fernando. Em 1735, a Espanha invadiu a embaixada portuguesa em Madri, prendendo 19 funcionários. Também voltou a invadir a Colônia de Sacramento, na América. Em represália, Portugal mandou assaltar a embaixada espanhola. Em 1737, França, Inglaterra e Holanda mediarão um acordo de paz entre as duas nações ibéricas.

Com a Inglaterra, as relações se mantinham amistosas, pois Portugal tinha o apoio de que necessitava para conter as ambições de Espanha e França em relação a suas colônias. Foi neste ambiente que começou a aparecer a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal), enviado a Londres como embaixador em 1739.

Em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, que substituiu o Tratado de Tordesilhas estabelecendo os limites da América meridional, e pelo qual Portugal cedeu à Espanha a Colônia de Sacramento. No mesmo ano, morreu D. João V, aos 61 anos, e Dona Maria Ana assumiu a regência até a aclamação de seu filho, D. José, como rei.

Nos primeiros 50 anos do século XVIII, a decadência econômica de Portugal contribuiu para reforçar pontos de vista preconceituosos sobre o país e sua população, alguns deles permanecendo até hoje na Europa. Segundo Paice (2010, p. 76), para os franceses, por exemplo, Portugal era uma colônia da Inglaterra, e seu povo era alimentado e vestido pelos ingleses, que também conduziam todo o seu comércio.

Ainda de acordo com esse autor, falava-se na época que os padres, monges e frades que viviam em Lisboa eram mais numerosos que os soldados que havia em Berlim. A capital do reino de Portugal era nitidamente diferente das outras cidades europeias, pois a grande quantidade de escravos, que conservavam suas línguas de origem e “se exibiam em danças lascivas”, chamava a atenção, assim como a quantidade de ciganos, videntes, saladores, hordas de “meninos desamparados”, mendigos e cegos. “A miséria era mais evidente que em qualquer outra capital da Europa e a violência, epidêmica. [...] à noite ladrões reinavam sem que houvesse vigilância de qualquer força policial” (PAICE, 2010, p. 32-33).

4.1.2 A era Pombalina

Após a morte do marido, Dona Maria Ana contou com a ajuda de Sebastião José de Carvalho e Melo para governar durante sua regência. O ex-embaixador em Londres era casado com Leonor Ernestina, da Áustria, parente da rainha. Em 1750, quando D. José I

assumiu a coroa, aos 36 anos, ele nomeou Carvalho e Melo secretário de negócios estrangeiros e de guerra. O rei, considerado pouco apto a exercer o comando e demonstrando pouco interesse por política, deixou o governo praticamente nas mãos do secretário que, administrando as minas do Brasil, em pouco tempo (até 1754) conseguiu estabilizar a economia de Portugal, em meio ao surgimento da classe média (burguesia) na Europa. Para conseguir tal feito, o secretário impôs barreiras aos vendedores estrangeiros. Foi ele quem criou a Companhia da Ásia Portuguesa (1753) e as Companhias do Grão-Pará (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759), que detinham os monopólios de importação e nas quais todos os membros tinham de ser portugueses.

Figura mais ilustrativa que ativa no cenário político, o rei D. José I casou-se com Dona Mariana Vitória de Bourbon, filha de Filipe V da Espanha, com quem teve quatro filhas: D. Maria Francisca, D. Maria Ana Francisca, D. Maria Francisca Dorotéia e D. Maria Francisca Benedita. A mais velha, princesa do Brasil, princesa da Beira e duquesa de Bragança, viria a ser rainha de Portugal.

Além de estipular preços fixos de venda e de criar uma inspeção da qualidade dos produtos, Carvalho e Melo incentivou a nobreza a entrar na atividade comercial e, em 1759 criou a Aula de Comércio, que ensinava técnicas comerciais. Na mesma época, para aumentar a produção industrial, levou para o país operários de fábricas estrangeiras, para ensinarem suas técnicas de trabalho. O secretário também contribuiu para a emancipação dos índios da América portuguesa e, por discordar dos métodos dos jesuítas nas colônias, extinguiu a Companhia de Jesus.

Mesmo com tantas medidas, a economia portuguesa foi deficitária durante quase todo o século XVIII, e uma de suas principais características era a intensa cobrança de impostos (décima, quinto do ouro, quinto dos diamantes, direitos de exportação e importação de mercadorias e rendimentos dos monopólios). Um dos efeitos da fraca economia foi a quase inexistência de um exército capaz de defender o país, o que era compensado pelos interesses da parceira Inglaterra. Na opinião de Dumouriez (1797, p. 102), político francês que passou 13 meses em Portugal no século XVIII fazendo pesquisas sobre o país, nada era mais desprezível na época que a força militar portuguesa, “totalmente negligenciada e em estado miserável”.

Este autor escreveu:

[...] o português é naturalmente inimigo da aplicação, os grandes têm pouca disposição para a atividade militar [...] a falta de cuidados de higiene e a indisciplina fazem progressos diários nas tropas portuguesas, [...] que passam vergonhosamente a vida em cafés e “billards”. (DUMOURIEZ, 1979, p. 103-105, tradução nossa).

Quanto às características da sociedade portuguesa da época, esse autor, apesar do tom extremamente crítico, e levando-se em consideração se tratar de um informante de uma potência adversária à Inglaterra, relata o que percebeu enquanto esteve no país e o que era a visão corrente na Europa. Comparando o povo português aos espanhóis, diz que aquele demonstrava ter “o mesmo fundo de preguiça e de superstição, o mesmo tipo de coragem, o mesmo orgulho [...]”, e que os fidalgos “não são tão ignorantes quanto os da Espanha, mas eles também são pouco comunicativos, orgulhosos e ciumentos” (DUMOURIEZ, 1979, p. 162-163, tradução nossa).

Esse autor acrescenta que se contavam em Portugal 18 cidades, mas que não havia passeios públicos em Lisboa, e que as “boas companhias” se reuniam nas quintas, “casas de campo muito agradáveis”. (p. 172; 185).

Quanto à religião, Dumouriez afirma que o clero era muito poderoso e que havia mais de 200 mil religiosos no reino, que tinha população secular de menos de dois milhões de almas. Apesar do grande número de religiosos, esse autor afirma que o judaísmo era o “vício favorito” da nação portuguesa. Ele conta que os monges viviam “na libertinagem” e que as religiosas eram como “cortesãs enclausuradas”.

Todos os conventos de Portugal seguem o modelo do de Odivelas, onde trezentas religiosas belas e coquetes formam o harém de João V, donde saíram todos os bastardos daquele rei, e as quais tinham, cada uma, um ou mais amantes que as entretinham [...]. (DUMOURIEZ, 1979, p. 186, tradução nossa).

Muito desse comportamento, segundo esse autor, seria devido “ao calor do clima, à força do temperamento, à ignorância e à ociosidade” dos portugueses, que conheciam um único tipo de pecado, o da carne. Para compensar esse desvio de conduta, além de participar de cultos religiosos, os portugueses alimentavam todos os tipos de superstições. “Em nenhum outro país católico se tem tanta confiança na crença nos santos, nos milagres, nas preces dos outros [...]”(DUMOURIEZ, 1979, p. 192).

No que diz respeito às relações com outros povos, o político francês afirmou ter observado que a nação com a qual os portugueses mais simpatizavam era a francesa, “por

quem eles têm um temor e um respeito singular”, o que seria devido à crença de que os franceses tinham o melhor “espírito escolar” da Europa.

Vale ainda registrar outros relatos desse autor, referentes ao estado das artes, da cultura e da educação em Portugal no século XVIII. Sobre a produção artística, ele afirma que o espetáculo português era “ainda pior” que o gênero espanhol, pois apenas se explorava o estilo burlesco e que nenhum bom escritor havia trabalhado para o teatro, com “exceção de Camões e de António Ferreira”.

Quanto à educação, o autor diz que as crenças e temores eram ligados ao ensino, e que a Universidade de Coimbra, “mãe dos sábios de Portugal”, era uma escola bárbara, repleta de pré-julgamentos escolásticos⁴⁰, “atrasada em dez séculos”. Ele observa, ainda que a literatura era quase inexistente no país.

Apesar dessas opiniões, sabe-se que durante o período Pombalino, principalmente após a expulsão dos jesuítas, em 1759, houve um maior desenvolvimento do ensino e da ciência em Portugal. Foram criados estabelecimentos como o observatório astronômico, museu de história natural, gabinete de física, laboratório químico, teatro anatômico, dispensário farmacêutico e jardim botânico, que formaram naturalistas, físicos, químicos e mineralogistas. Também tiveram início os estudos paleográficos e diplomáticos, os estudos de medicina passaram a ter base científica, com a utilização de cadáveres nas aulas, e o ensino da farmácia foi modernizado. Todas essas reformas foram orientadas pelo empirismo sistemático, que motivou a reforma no ensino superior e a criação dos ensinos secundário e primário.

Na literatura surgiu o nome de Luis Antonio Verney (1713-1792), conhecido também sob o pseudônimo Frade Barbadinho, autor de *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), onde inseriu ideias iluministas e anti-escolásticas, que ele desenvolveu durante seu doutorado, realizado em Roma. Foi o mais conhecido e ativo “estrangeirado” português, que colheu fora do país os pensamentos de renovação que iluminavam a Europa.

Ainda na literatura, destacaram-se nesta época autores brasileiros ou que viviam no Brasil, como Tomás Antônio Gonzaga (*Marília de Dirceu*, 1792; e *Cartas Chilenas*, 1789), frei José de Santa Rita Durão (*Caramuru*, 1781), Manuel Maria Barbosa du Bocage (*Rimas*, 1791, 1799 e 1804; *Idílios Marítimos*, 1791; e *Mágoas Amorasas de Elmano*, 1805, entre outros). No anos finais do século XVIII, a literatura portuguesa tinha como característica a

⁴⁰ A escolástica foi uma filosofia medieval, de acentos cristãos e ensinada pela igreja, que surgiu da necessidade de responder às exigências da fé.

aproximação da vida e da realidade e, entre seus temas prioritários estavam a vida da burguesia, o individualismo e a liberalidade.

Além do caos econômico e social, um desastre natural de grandes proporções atingiu a nação lusitana na segunda metade dos anos 1700. Em 1º de novembro de 1755 Lisboa sofreu um terremoto devastador, seguido de uma onda gigante (que hoje seria considerada um tsunami) e de incêndios que duraram cerca de cinco dias e que destruíram a cidade. Toda a região do Algarve, no sul de Portugal, foi atingida, e houve impacto em Córdoba, Cádiz e Sevilha, na Espanha. Não há um consenso nos registros da época sobre o número de mortes, que falam de 5.000 a 40 mil mortos, o que classifica o evento como um dos abalos sísmicos mais mortíferos da história. Cerca de 85% das construções de Lisboa foram destruídas, incluindo palácios, bibliotecas, conventos, igrejas e hospitais.

Toda a família real e parte da corte do rei D. José I tinham deixado a cidade pela manhã, após a missa do Dia de Todos os Santos. No momento em que aconteceu o terremoto, eles estavam em Santa Maria de Belém, nos arredores da capital.

Mesmo sendo de enorme importância, o terremoto foi noticiado com pouco destaque na *Gazeta de Lisboa*⁴¹:

O dia 1º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares. (GDL, nº 45, 1755).

Entre os horrorosos efeitos do terremoto, que se sentiu nesta cidade no primeiro do corrente, experimentou ruína a grande torre chamada do Tombo, em que se guardava o Arquivo Real do Reino e se anda arrumando; e muitos edifícios tiveram a mesma infelicidade. (GDL, nº 46, 1755)

De acordo com Belo (1999, p. 628), periódicos de outros países, como o *Courrier d'Avignon* e a *Gazette de Cologne*, por exemplo, publicaram cada um mais de 50 artigos, entre 22 de Novembro de 1755 e Setembro de 1756, sobre o terremoto de Lisboa e seus desdobramentos. Segundo Paice (2010, p. 177), o *Mercure de France* teria publicado mais de cem artigos sobre o terremoto no período de um ano.

O fato de o terremoto ter ocorrido num dia santo e destruído igrejas importantes levantou questões religiosas em toda a Europa. Para a mentalidade religiosa do século XVIII, ele seria uma manifestação da ira divina de difícil explicação. Ocorrido numa época em que a Europa passava por transformações sociais, com a Revolução Industrial, o Iluminismo e o Capitalismo, o terremoto influenciou pensadores, como o filósofo Immanuel Kant (1724-

⁴¹ As edições que tratam do terremoto não fazem parte do *corpus* dessa tese.

1804). Também abalado com a catástrofe, Voltaire⁴² (1694-1778) tratou do evento em duas obras: *Précis du siècle de Louis XV* (1768; *Resumo do século de Luis XV*) e *Poème sur le désastre de Lisbonne* (1756; *Poema sobre o desastre de Lisboa*), além de ter usado o terremoto como tema de sua obra mais célebre, o conto filosófico *Candide* (1759; *Cândido ou o otimismo*).

O secretário de guerra do rei também sobreviveu ao terremoto e tomou rapidamente as primeiras providências, restabelecendo a ordem e a segurança pública, sem deixar o povo passar fome. Ele ordenou a organização de equipes de bombeiros para combater os incêndios e recolher os cadáveres, com o objetivo de evitar epidemias. A Inglaterra enviou a Portugal mantimentos, roupas, ferramentas e dinheiro, e a Espanha também contribuiu financeiramente com o país.

D. José I e o secretário Carvalho e Melo deram início a um ambicioso plano de reconstrução de Lisboa e, para isso, instituíram um novo imposto, de 4% sobre todas as mercadorias que entrassem na capital. O rei tinha grande preocupação estética e queria uma cidade nova e ordenada, com praças e avenidas largas e retas. Foram contratados arquitetos e engenheiros, e alguns autores afirmam que em menos de um ano depois do terremoto os trabalhos de reconstrução estavam adiantados. A eficácia do secretário rendeu a ele maior poder e influência perante o rei, que se consolidava absolutista, causando grande descontentamento da aristocracia.

Ao promover burocratas, membros da burguesia e do baixo clero, Carvalho e Melo foi capaz de solapar a estrutura semifeudal de poder em Portugal, e obter forte apoio das camadas inferiores em sua luta com a nobreza e o alto clero. (ALMEIDA, 2004 p. 16)

O número de insatisfeitos com o governo só aumentava e surgiram boatos de tramas e conspirações contra o monarca, o que deu início a uma forte repressão contra a oposição. Em 1757, a cidade do Porto foi palco de movimentos populares, e os líderes dos protestos foram perseguidos como criminosos: 478 pessoas foram julgadas, das quais, cerca de 26 condenadas à morte.

No ano seguinte D. José I foi vítima de um atentado, do qual os marqueses de Távora e o duque de Aveiro, entre outros, foram acusados da organização e acabaram executados ou presos. Alguns padres jesuítas, insatisfeitos por terem sido afastados da vida política, também

⁴² ALMEIDA, José Oscar . Voltaire e um episódio da história de Portugal. In: **Mediações**. Revista de Ciências Sociais. Londrina: UEL, 2004, p. 37-52.

foram acusados de participação na tentativa de regicídio e foram presos. Na sequência, mais de mil jesuítas foram deportados para Roma⁴³. Em 1760, Portugal cortou relações com a Santa Sé, devido a divergências sobre o julgamento de ações de membros da Companhia de Jesus, acusados de agir com crueldade em suas missões evangelizadoras.

No plano econômico, o reinado de D. José I foi marcado pela criação de instituições como a Real Junta do Comércio, o Erário Régio e a Real Mesa Censória. Apesar da política de incentivo à indústria e às atividades nas colônias, o país não conseguiu superar a crise econômica.

No cenário internacional, à exceção de Inglaterra, Holanda e Suíça, a Europa era governada por monarquias absolutistas: Luis XV na França, Frederico III na Prússia, Maria Teresa na Áustria, czarina Isabel na Rússia, além dos principados da Alemanha e Itália. Sob o comando militar de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras, Portugal mantinha uma política de neutralidade em conflitos internacionais, voltando-se para a reestruturação da economia e da política interna. A aliança comercial com a Inglaterra sustentava esse posicionamento, garantindo proteção naval.

Mas o rentável comércio marítimo internacional era constante causa de confrontos entre as duas potências da época: Inglaterra e França, que disputavam territórios na América do Norte (Canadá). Em 1759, após ter um navio atacado por ingleses, a França pediu a intervenção de Portugal no caso, sem sucesso.

Com a nação vizinha, a diplomacia igualmente enfrentava problemas. O rei espanhol Carlos III queria um acordo de casamento entre seu irmão, o infante Luis Antonio, e a herdeira do trono português, a princesa do Brasil, D. Maria Francisca Isabel. Também concorriam à mão da princesa o infante D. Pedro (seu tio, irmão de D. José I), D. João Carlos (primo de seu pai, neto de D. Pedro II) e o duque de Cumberland (filho do rei Jorge II, da Inglaterra). Em 1760, D. Maria Francisca casou-se com o tio, D. Pedro, para dar continuidade à dinastia da casa de Bragança, o que despertou o desejo de vingança por parte da Espanha, que não aceitava a recusa. No ano seguinte ao casamento, Portugal foi obrigado a abandonar a neutralidade.

Começava a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), considerada o primeiro conflito de caráter mundial. A Espanha aliou-se à França, Áustria, Saxônia, Rússia e Suécia contra Inglaterra, Prússia e Hannover. Em meio ao conflito, em 1761, a Espanha assinou com a França (rei Luis XV) e com o duque de Parma (Filipe I) o Pacto de Família, que estipulava

⁴³ Segundo Almeida (2004, p. 16), “[...] a expulsão dos jesuítas revelou-se uma medida pioneira, logo seguida pela França (1764) e pela Espanha (1767)”.

que o inimigo de um dos Bourbons seria inimigo de todos. O real objetivo desse acordo era se defenderem da superioridade marítima inglesa. No ano seguinte, após enviar seu exército para as fronteiras com Portugal, o rei Carlos III, ao lado de Luís XV, pediu que Portugal aderisse ao pacto. Tal demanda não foi aceita, por conta da ligação do país com a Inglaterra. Apoiado pelo rei britânico Jorge III, em 1762 o português declarou guerra à Espanha.

O conflito entre Portugal e Espanha durou seis meses e terminou quando esta propôs um armistício. No ano seguinte, para colocar fim à Guerra dos Sete Anos, foi assinado em Paris um tratado de paz entre Inglaterra, França e Espanha. Dentre as decisões desse tratado, a Espanha cedia a Flórida, e a França abria mão de Senegal, Canadá e Luisiana em favor da Inglaterra.

Em 1769, Sebastião José de Carvalho e Melo, já no cargo de primeiro-ministro do reino, recebeu o título de marquês de Pombal. No ano seguinte, foram reatadas as relações entre Portugal e a Santa Sé. Em janeiro de 1777, já bastante doente, D. José I se afastou do trono e declarou como regente a rainha Dona Mariana Vitória. Um mês depois, o rei morreu.

4.1.3 O reinado de Dona Maria I, a Revolução Francesa e a ida da corte para o Brasil

Dona Maria I, a primeira rainha reinante de Portugal, foi aclamada ao trono em maio de 1777. Muito religiosa, seu primeiro ato foi a demissão e exílio da corte do marquês de Pombal, acusado de despotismo e tirania, principalmente pela forma brutal com que havia comandado o processo contra os Távoras, após a tentativa de regicídio contra D. José I. Seu reinado ficou conhecido como “a viradeira”, período em que, com a perda de poder de Pombal, os fidalgos voltaram a dominar os assuntos políticos.

A rainha era casada com D. Pedro III, rei consorte, e com ele teve sete filhos: D. José, duque de Bragança e príncipe do Brasil, D. João (nascido morto), D. João Francisco, D. João Maria (futuro D. João VI), D. Mariana Vitória, D. Maria Clementina e D. Maria Isabel.

Durante seu reinado, ela pretendia regressar a uma política de neutralidade. O reino português conseguiu manter-se afastado da guerra de independência dos Estados Unidos (1775-1783), mas enfrentou pequenas disputas com a Espanha, pois além de ter invadido possessões portuguesas no sul Brasil, o rei Carlos III insistia no desejo de incorporar Portugal ao seu país. Neste período foram assinados entre os dois países os tratados de Santo Ildefonso (1777) e do Pardo (1778), ambos sobre os limites da América.

A partir de 1782, Portugal passou a integrar a Liga dos Neutros, quando assinou uma convenção com Catarina II da Rússia, que tinha como objetivo a proteção das Marinhas de guerra e o comércio marítimo destes países. Se a economia, a indústria e o comércio interno de Portugal davam alguns sinais de progresso, o comércio marítimo internacional passava por uma fase de grande instabilidade, com o desrespeito frequente por parte dos ingleses da neutralidade portuguesa, utilizando suas águas para operações de guerra.

Em 1784 foi assinado o tratado de casamento do príncipe D. João com Dona Carlota Joaquina, da Espanha. O casamento foi realizado no ano seguinte, mas como a filha do rei Carlos IV da Espanha tinha apenas 10 anos, o casamento seria consumado apenas cinco anos mais tarde.

Logo após a morte do marido, em 1786, e de seu primeiro filho, o príncipe herdeiro D. José Francisco, aos 27 anos, em 1788, a rainha D. Maria I começou a apresentar sinais de loucura. Quatro anos mais tarde, ela passou a ter alucinações, o que a obrigou a aceitar que o filho tomasse conta dos assuntos de Estado, a partir de 1792. Sete anos mais tarde, D. João subiu ao trono como Príncipe Regente, uma vez que uma junta médica reconheceu a impossibilidade de recuperação de sua mãe.

No mesmo ano em que D. João assumiu o poder, na França acontecia a Insurreição Parisiense, que seguiu a Tomada da Bastilha, em 1789, e o início da Revolução Francesa. O rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta fugiram, mas depois acabaram executados, e a realeza foi abolida na França. O país passou a ser governado pelos jacobinos (pequeno-burgueses ligados às suas origens rurais e pobres, com pensamentos políticos e sociais radicais), que realizaram uma enorme matança nas prisões de Paris, que ficou conhecida como os Massacres de Setembro, e que espalhou terror pela Europa.

De caráter liberal e democrático, a Revolução Francesa é considerada parte de um movimento revolucionário global, mas sua identidade própria é manifestada na tomada do poder pela burguesia, na participação de camponeses e artesãos, na superação das instituições feudais do Antigo Regime e no encaminhamento da França ao capitalismo industrial. Considerada o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea, foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana, está entre as maiores revoluções da história da humanidade. Além de ter motivado a abolição da servidão e dos direitos feudais, durante a revolução, em 26 de agosto de 1789, foi aprovada a *Declaração dos Diretos do Homem e do Cidadão*, que proclamava os princípios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". A declaração lista um conjunto de direitos naturais individuais e coletivos, e comporta 17 artigos com disposições sobre os direitos dos homens (franceses, estrangeiros ou

inimigos), a igualdade civil, as liberdades públicas e os direitos da sociedade. São disposições de direito positivo e de inspiração iluminista.

A ameaça à monarquia forçou novamente Portugal a deixar a neutralidade. Em 1793, um novo governo francês, a Convenção (uma contrarrevolução liderada pelo rei Luis XVI) tentou reatar relações com Portugal, que se negou a reconhecer o novo comando do país. Em seguida, D. João aliou-se à Espanha, participando da Campanha do Rossilhão (1793-1795), também ao lado da Inglaterra, contra os franceses.

Na França, um novo golpe de Estado, a Reação Termidoriana, armado pela alta burguesia financeira colocou fim à participação popular no movimento revolucionário. O novo governo, denominado Diretório (1795-1799), fundamentou-se numa aliança com o exército. Surgia, assim, a figura de Napoleão Bonaparte, que era um oficial militar de destaque.

Desde 1795, o governo português, visto por seus aliados como passivo e condescendente, queria que seu estatuto de neutralidade fosse reconhecido pela França, o que só ocorreu em 1797. Mas o acordo não mudou os objetivos franceses, esses agora apoiados pela Espanha, de separar Portugal e Inglaterra. A situação diplomática de Portugal se manteve indefinida até 1801.

Na França, o governo do Diretório foi derrubado sob o comando de Bonaparte, que atuou ao lado da alta burguesia (girondinos) no Golpe do 18 Brumário, de 1799, que encerrou a Revolução Francesa e instituiu o Consulado, primeira fase do governo ditatorial de Bonaparte.

O novo governante francês ofereceu uma proposta de paz a Portugal, mediante o pagamento de uma indenização de 18 milhões de libras. D. João protelou a negociação o quanto pôde, contando com o apoio de Inglaterra e Áustria, mas esta última acabaria por assinar um armistício com a França. Além disso, como forma de pressionar a Inglaterra na disputa pelo Egito, Bonaparte deu início à ocupação de Portugal.

Em 1801, na luta contra a Inglaterra, a França convenceu a Espanha a atacar o país vizinho, no episódio que ficou conhecido como Guerra das Laranjas. A neutralidade de Portugal, reconhecida pela Inglaterra, foi novamente negociada com os franceses em troca do pagamento de subsídio mensal. Em 1803 foi feito um acordo com a França, pelo qual Portugal pagaria 16 milhões de libras em 16 prestações mensais para ter sua neutralidade reconhecida.

Já na condição de imperador, Bonaparte decretou, em 1806, o Bloqueio Continental, que determinava o fechamento dos portos da Europa à Inglaterra e à Irlanda. O objetivo era

limitar as relações comerciais das ilhas britânicas, sob o argumento de ser uma resposta à ação de bloqueio dos portos franceses por navios da Marinha do Reino Unido. O imperador francês tentava obrigar D. João a romper a aliança com a Inglaterra e a fechar seus portos, mas o português temia pelos territórios ultramarinos, protegidos por seu aliado. Ao mesmo tempo em que recebia tropas inglesas em seu território, o príncipe lusitano enviava cartas a Bonaparte pedindo que ele respeitasse sua condição de neutralidade.

Começaram a circular boatos de que Portugal e suas colônias cairiam sob a soberania espanhola, com o apoio da França. Tal artifício talvez fosse uma tentativa de pressionar D. João a tomar uma posição efetiva na disputa. Não tendo condições de enfrentar a coligação franco-espanhola, o príncipe regente pediu a paz, prometendo fechar seus portos à Inglaterra, e conseguiu fazer, mesmo que com prejuízos para si, novos acordos de paz.

Mas, com a economia ligada à Inglaterra, Portugal não desejava ter seus portos bloqueados pela armada inglesa. Cedendo a ambas as partes, D. João tentava ganhar tempo. Em 1806, uma esquadra inglesa foi a Portugal para atuar na defesa contra invasões de Espanha e França, e o regente português desculpou-se com Bonaparte pela atitude britânica. No ano seguinte, o imperador francês intimou Portugal a fechar os portos à Inglaterra, caso contrário, invadiria o país. Como forma de ultimato, a França prendeu navios portugueses em seus portos.

A decisão que seria tomada pelo príncipe foi influenciada pela Inglaterra: ao garantir ao regente português a proteção de seus portos, este país também ofereceu transporte para a família real mudar-se para o Brasil.

Em 1807, diante da indecisão portuguesa, França e Espanha assinaram os Tratados de Fontainebleau, sobre a partilha das terras lusitanas, que previam a passagem de tropas francesas pelo território espanhol, a fim de invadir Portugal.

D. João decidiu-se pela saída da família real para o Brasil, escapando à invasão napoleônica. O embarque aconteceu em 27 de novembro de 1807; no dia anterior, fora publicado um comunicado informando que o governo de Portugal havia sido entregue a um conselho de regência. Cerca de 20 dias depois, a regência foi dissolvida e o poder assumido por um governo militar liderado pela França, que foi alvo de resistência popular.

Os franceses também ocuparam a Espanha, sua aliada até então. Ao eliminar a monarquia de Carlos IV de Bourbon da Europa e permitir a ida da família real portuguesa para o Brasil, Bonaparte abriu as portas para a independência das colônias da América, que foi amplamente incentivada pela Inglaterra.

Em 1808, ao desembarcar em Salvador, o príncipe regente assinou o decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. No mesmo ano, já instalado no Rio de Janeiro, D. João declarou guerra à França. A guerra se intensificou na Europa, terminando com a derrota de Bonaparte na batalha de Waterloo, em 1815. No tratado final assinado em Viena, Portugal foi beneficiado no estabelecimento dos limites das terras na região amazônica. Somente com a morte da rainha D. Maria I, em 1817, D. João tornou-se o rei D. João VI.

4.2 Breve história sobre a imprensa periódica

As origens da imprensa escrita remontam ao ano 59 a.C., quando em Roma surgiu a *Acta Diurna*, considerado o mais antigo jornal conhecido. As notícias eram expostas em grandes placas em lugares públicos, por ordem de Júlio César, com a intenção de informar o povo sobre os mais importantes acontecimentos políticos e sociais. Há registros da circulação, em Pequim, na China, a partir do ano 800, do *Kai-yuan tsa pao*, pequeno boletim informativo escrito à mão⁴⁴.

Mas a história da imprensa está ligada a uma atividade mais antiga. Remonta ao Antigo Egito, em que já se dispunha de um sistema postal, pelo qual mensageiros realizavam a pé (daí a origem dos nomes em português “correo” e correio) o percurso entre diversas povoações. Esse sistema foi reorganizado, segundo Bluteau (1712-1728), pelo príncipe persa Ciro (424-401 a.C.), que estabeleceu uma rede de 111 pousadas entre o mar Egeu e a cidade de Susa (Shush ou Šuša), que distavam entre si cerca de um dia de percurso, o que possibilitava contabilizar o tempo de entrega das correspondências. No império de Augusto (27 a.C.-14 d. C.), o trabalho dos “correos” foi oficializado e, segundo Bluteau, as pessoas encarregadas de levar mensagens de um lugar a outro passaram a usar carros e, posteriormente, cavalos.

O surgimento da imprensa foi motivado pelo aperfeiçoamento e expansão desse sistema de correios. A família Tasso (também conhecida como Taxis, Torre e Tasso ou Thurn und Taxis) teve papel importante na fundação e gestão da *Compagnia dei Corrieri della Serenissima*, de Veneza, que tinha o objetivo de transmitir mensagens comerciais. A eficiência do sistema chamou a atenção do imperador Frederico III, do Sacro-Império Romano Germânico e, pouco tempo depois, um membro daquela família foi contratado para criar um serviço de correio que ligasse as cidades do império à França e à Espanha. Entre

⁴⁴ Dados obtidos junto à World Association of Newspapers, no site <<http://www.wan-press.org>>.

1460 e 1539, alguns membros dessa família foram encarregados de organizar o serviço postal do Papa, ao mesmo tempo em que assumiam as comunicações postais do imperador Maximiliano I de Habsburgo, do Sacro Império. Essa empresa deteve durante séculos o monopólio do serviço postal entre o Império e outros países europeus, formando uma densa rede de conexões entre centenas de cidades⁴⁵. Enquanto trabalhavam a serviço do imperador, os primeiros carteiros também atuavam para a iniciativa privada, percorrendo toda a Europa.

Esse sistema consistia em disponibilizar, em cidades de posição estratégica, homens e cavalos para transportar cartas. Segundo Silva (1813 p. 477, v. 2), nessas paradas havia homens de prontidão, e a eles se entregavam as notícias. Eles levavam a mensagem até a parada seguinte, e assim sucessivamente, até que a carta chegasse ao destinatário. De acordo com Behringer (2007, p. 167-169), os responsáveis pelo recebimento das correspondências começaram a fazer listas (relações) dos assuntos que eram recebidos e remetidos, relacionando-os com seus locais de origem, o que, com o passar dos tempos, deu origem a boletins que circulavam de um lugar para outro, criando o embrião do jornal impresso.

Graças à intensa atividade dos serviços postais e ao interesse pelas notícias de outras localidades, esses boletins manuscritos que circulavam entre as cidades da Europa foram aperfeiçoados. O sucesso da circulação das relações de correspondências recebidas e emitidas motivou a publicação de folhas informativas ocasionais, que narravam acontecimentos de grande importância, como guerras, festas religiosas e mortes de membros da realeza. Elas recebiam os seguintes nomes: *Relationes*, em latim, *Zeitungen*, em alemão, *Relaciones*, em espanhol, *Corantas*, em italiano, e *Relações*, em português.

Por volta de 1555, o governo veneziano publicava o *Notizie scritte* ou *Gazeta de le novità*, que também ficou conhecida como *Fogli d'avvisis*. Por essa folha, os leitores pagavam uma pequena moeda, chamada *gazzetta*⁴⁶, que aos poucos também passou a designar outros tipos de impressos informativos, e a nomenclatura foi logo adotada em toda a Europa. No começo, essas obras noticiosas eram anuais. A primeira de circulação semestral foi o almanaque *Postrema Relation Historica*, lançado em 1538, em Colônia, na Alemanha.

A popularização da prensa com tipos metálicos móveis, criada por volta de 1450 pelo alemão Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg (1390-1468), tornou possível que essas informações chegassem a uma maior número de leitores e também foi fundamental para a consolidação da imprensa escrita ocidental. Somente quase um século e meio depois da

⁴⁵ Informações obtidas em CATTANI, A. I Tasso fondatori del servizio postale europeo. In: **Museo dei Tasso**. Disponível em: <<http://www.museodeitasso.com>>. Consulta em 22/01/2011.

⁴⁶ Informação também encontrada em BONOMI, F. **Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana** (2004-2008). disponível on-line em <<http://www.etimo.it/>>.

invenção de Gutenberg, foi criada a primeira publicação de periodicidade mensal, *Historische erzählung* ou *Historische relatio* (também conhecida como *Annus Christi*), escrita por Samuel Dilbaum em 1597, em Augsburgo, na Alemanha, e impressa na Suíça (em Rorschach, por Leonhard Straub)⁴⁷. Como não foram encontrados exemplares de anos posteriores, os historiadores acreditam que dificuldades financeiras ou a falta de leitores tenham levado os criadores a abandonarem seu projeto. Sabe-se, porém, que sua tiragem era de cerca de 150 exemplares e que o texto consistia em notícias breves sobre guerras, crimes, pirataria, e informações sobre impostos e preços.

Em 1605, foi publicada em Estrasburgo, hoje na França, a primeira gazeta semanal⁴⁸, a *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien* (Comunicação de todas as histórias importantes e memoráveis), pelo impressor Johann Carolus, que também criou o *Ordinarii Avis*, em 1609. Nesse mesmo ano, apareceu o *Avisa Relation oder Zeitung*, de Julius Adolf von Schoene, impresso na Alemanha, provavelmente em Augsburgo⁴⁹. Em 1610, na França, surgiu a publicação anual *Mercure François*, editado por Jean e Étienne Richer.

Durante muito tempo, o *Nieuwe Tijdinghen*⁵⁰, surgido em Antuérpia, na Bélgica, foi considerado o primeiro jornal impresso da Europa. Hoje sabe-se que se tratava de uma série de livretos de notícias, impressos entre 1620⁵¹ e 1622. Esses folhetos traziam informações sobre a segunda fase da Guerra dos 80 Anos, ou Revolta Holandesa (1568-1648), e sobre a primeira década da Guerra dos 30 Anos (1618-1648), com linha editorial pró-católica e pró-Habsburgos⁵². Seu impressor, Abraham Verhoeven (1575-1652), recebeu, em 1605, a licença para imprimir em seu estúdio, em Lombardenvest, notícias de vitórias militares.

A primeira publicação periódica semanal a aparecer foi o *Weekly Newes from Italy, Germany, Hungaria, Bohemia, the Palatinate, France and the Low countries*, em Londres, em 1622. No ano seguinte, na França, foi publicada a *Nouvelles ordinaires de divers endroits*,

⁴⁷ Informações e Bollinger (2008), no *Dictionnaire historique de la Suisse*, 2008, disponível online em: <<http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F43367.php>>. Consulta em 20/09/2010.

⁴⁸ Na bibliografia sobre a origem da imprensa periódica há grande desencontro de informações, pois diferentes países atribuem a seus cidadãos a autoria das invenções. A publicação de 1605 passou a ser considerada apenas a partir de 2005 pela WAN – World Association of Newspapers (disponível em <www.wan-press.org>) após a descoberta de um documento comprobatório pelo professor Jean Pierre Kintz, registrada em seu livro “Regards sur l’histoire de l’Alsace XVI^e-XX^e siècle”, lançado em 2008 pela Fédération des Sociétés d’Histoire et d’Archéologie d’Alsace (www.alsace-histoire.org).

⁴⁹ Pelo fato de não constar na publicação informações sobre sua impressão, alguns autores consideram que tenha sido feita na cidade de Wolfenbüttel, na Alemanha. Estes mesmos autores, creditam a obra a Lucas Schulte. A dificuldade da identificação da autoria e do local de impressão das obras precursoras do jornalismo impresso periódico é devida à situação religiosa da época, uma vez que estas surgiram na região protestante da Europa.

⁵⁰ Dados obtidos na página da internet “Aardling”, disponível em <<http://aardling.com/vierhonderd-jaar-kranten-abraham-verhoeven-en-de-nieuwe-tijdinghen/>>, com informações do Centro Internacional de Imprensa de Flandres (IPV). Consulta em 22 fev. 2010.

⁵¹ Alguns autores consideram o ano de 1616 como o início da publicação dos folhetos.

⁵² Informação obtida em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Abraham_Verhoeven>. Consulta em 30 jan. 2010.

de Louis Vendorsme e Jean Martin. Nesse país, em 1631, surgiu a *La Gazette*⁵³, criada por Théophraste Renaudot, médico do rei Luis XIII. Ela era publicada todas as sextas-feiras, trazendo notícias internacionais e da corte, sobretudo de política e diplomacia. Com circulação de 1.200 exemplares, a *La Gazette* inovou ao trazer as notícias em ordem cronológica, sendo as mais antigas as que iniciavam o número.

Em 1655, surgiu na Inglaterra a *Oxford Gazette*, que depois se tornou *London Gazette*, de periodicidade bissemanal. Em 1660, em Leipzig, na Alemanha, foi criado o primeiro jornal diário, o *Einkommenden Zeitungen*, de Timotheus Ritzsch (1614–1678), com seis edições por semana⁵⁴.

Na maioria dos países europeus, a imprensa funcionava em regime de privilégio, sendo necessária uma autorização prévia do governo para que os jornais pudessem ser publicados. Eram, assim, submetidos a uma organização corporativa e a uma regulamentação minuciosa sobre a impressão de folhetos e livros.

Em Portugal, a primeira gazeta impressa foi publicada em 5 de dezembro de 1641: *Gazeta em que se relatam as novas tôdas, que houve nesta côrte, e que vieram de várias partes no mês de Novembro de 1641, com todas as licenças necessárias*, também conhecida como *Gazeta da Restauração*. Sob a responsabilidade de Antonio Coelho de Carvalho, ela noticiava os eventos da guerra contra a Espanha e outros acontecimentos de Portugal, como a aclamação de D. João IV como rei, procurando auxiliar na consolidação da independência do país. Também trazia notícias curtas sobre outros países da Europa.

A segunda publicação impressa portuguesa foi o *Mercúrio Português*, que surgiu em Lisboa, em janeiro de 1663 e foi publicado até 1667. Ele é considerado o primeiro periódico político português, e seu tema principal era apresentado no subtítulo "as novas da guerra entre Portugal e Castela". O jornal era impresso mensalmente na oficina de Henrique Valente de Oliveira, e seu diretor e redator foi o escritor, político e diplomata António de Sousa de Macedo, considerado o primeiro jornalista português. Na primeira edição desse jornal, o redator expressava o objetivo de relatar o "estado em que se acha o governo de Portugal", e narra como é o dia-a-dia do rei D. Afonso VI.

O primeiro jornal diário português surgiu apenas em 1º de maio de 1809: o *Diário Lisbonense*, fundado por Estevão Brocard e impresso na Impressão Régia, em Lisboa.

⁵³ Stéphane Haffemayer, *L'information dans la France du XVII^e siècle : la gazette Renaudot de 1647 à 1663*, Honoré Champion, 2002.

⁵⁴ Informação obtida em BEHRINGER, Wolfgang. *La « révolution des communications » au début des temps modernes*. Mots-clé pour une systématisation. In : *Francia – Forschungen zur westeuropäischen Geschichte*, 2007. Disponível em: <<http://www.perspectivia.net/content/publikationen/francia/francia-retro/34-2-2007/0155-0194>>.

4.2.1 História e linha editorial da *Gazeta de Lisboa*

Em agosto de 1715 surgiu o primeiro periódico regular de Portugal, o jornal oficial do reino, *Gazeta de Lisboa*, que foi dirigido por José Freire de Montarroyo Mascarenhas desde o lançamento até o final de sua vida, em 1760. Ao longo de sua história, o jornal recebeu diferentes títulos⁵⁵, e existe até hoje como jornal oficial do governo português. Em seu primeiro número apareceu com a denominação *Notícias do Estado do Mundo*, mas no seguinte já constava *Gazeta de Lisboa*, que foi mantido até dezembro de 1717. Entre 1718 e 1741, o título passou a ser *Gazeta de Lisboa Occidental*. Voltou a se chamar *Gazeta de Lisboa* ente 1741 e 1760, quando teve o nome alterado para *Lisboa* (até 1762), sob o comando do redator e poeta Pedro António Correia Garção.

No reinado de D. José I, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (marquês de Pombal), suspendeu a licença de impressão do jornal por 16 anos, de junho de 1762 a agosto de 1778. No início do reinado de D. Maria I, no dia 4 de agosto de 1778, a *Gazeta de Lisboa* reapareceu, conservando este título até 30 de dezembro de 1820, tendo inicialmente como redator Félix António Castrioto.

Dados da Biblioteca Nacional de Portugal dão conta de que durante a primeira invasão francesa, em 1808, Pierre Lagarde, Intendente Geral da Polícia, era quem dirigia a gazeta, ditando em francês os artigos que eram depois traduzidos por oficiais portugueses às suas ordens. Ele substituiu as armas reais portuguesas pela águia imperial francesa no cabeçalho do jornal.

Em 1820 passou a ser publicado também o *Diário do Governo*. Neste ano, entre 16 de setembro e 30 de dezembro, ele era produzido simultaneamente à *Gazeta de Lisboa*. Apenas este último foi mantido na sequência, e passou a se chamar *Diário da Regência*, em 12 de fevereiro de 1821, mantendo o nome até 4 de julho do mesmo ano, quando D. João VI voltou à Lisboa.

No dia 5 de junho de 1823, quando o então regente de Portugal, D. Miguel, substituiu sua sobrinha D. Maria II no trono e dissolveu as cortes, o jornal oficial voltou a se chamar *Gazeta de Lisboa*. Na edição daquele dia foi feito o seguinte esclarecimento: “Advertimos aos

⁵⁵ Informações obtidas junto à Biblioteca Nacional de Portugal, também disponíveis em <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-gazeta_de_lisboa.html>.

nossos leitores que em conformidade das instruções que recebemos, este periodico de hoje em diante, volta a ter o titulo “Gazeta de Lisboa”⁵⁶.

O periódico português recebeu ainda os títulos *Crónica Constitucional de Lisboa* (1833-1834), *Gazeta Oficial do Governo* (de julho a outubro de 1834), *Gazeta do Governo* (entre outubro e dezembro do mesmo ano), *Diário do Governo* (1835- 1859), *Diário de Lisboa* (1859 a 1868) e novamente *Diário do Governo* (1869-1976). Recebeu o nome *Diário da República*, em 10 de abril de 1976, título que mantém até hoje.

Em meados do século XVIII, a tiragem da *Gazeta de Lisboa* era, segundo Belo⁵⁷ (1999, p. 616-617), em torno de 1.500 exemplares, o que mostra sua restrita circulação.

A Gazeta devia chegar a várias regiões, dentro e fora do Reino, mas era presumivelmente lida sobretudo em Lisboa, meio urbano macrocéfalo de um território largamente rural e analfabeto. Ela não informava o grande público. E numa época em que a informação adquirida através de textos era menos importante do que aquilo que se via e do que aquilo que se transmitia oralmente [...]. (BELO, 1999, p. 617)

Ao estudar a abordagem dada pelo jornal ao terremoto de 1755 em Lisboa, este autor observa que a *Gazeta de Lisboa* era um noticiário local, mas diferentemente da noção que se tem hoje de jornalismo comunitário e de serviços, ela priorizava as notícias de regiões mais distantes do reino: “[...] a Gazeta reproduz a informação distante e omite as notícias próximas” (BELO, 1999, p. 617).

Prosseguindo em sua análise⁵⁸ sobre os periódicos do século XVIII, este autor avalia que, assim como as gazetas de outros países, a portuguesa também era limitada do ponto de vista informativo. Ao tratar de eventos importantes (como o terremoto ou graves questões diplomáticas) em algumas poucas linhas, o que o periódico deixava de noticiar dizia mais sobre sua linha editorial do que os acontecimentos narrados em suas páginas. Para esse autor, o silêncio do jornal estava relacionado a uma evidente intencionalidade política, pois as poucas referências a acontecimentos importantes apareciam “de modo fragmentado e despojadas de elementos de contextualização”, o que impossibilitaria uma leitura política explícita de tais fatos.

⁵⁶ Nesta transcrição, manteve-se a grafia original.

⁵⁷ BELO, André. **A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito**. Análise Social, vol. XXXIV, 1999. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799295R1gOI5ej4La97VE7.pdf>>.

⁵⁸ BELO, André. **Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 2004, v. 10, n° 22. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000200002>.

Não sabemos até que ponto estes silêncios politicamente significativos resultaram de cortes vindos da censura prévia, feita no palácio real, a que o periódico se devia submeter a cada semana, ou se eles eram previamente decididos pela redacção. [...] Para além da censura semanal prévia do manuscrito do periódico, o redactor recebia reacções vindas do Paço sobre certas notícias que tinham desagradado ao rei, por vezes com instruções precisas sobre o modo de proceder no futuro. [...] notícias detalhadas sobre questões de ‘política interna’ não faziam parte das atribuições de uma gazeta, e nada nos permite dizer que quem a publicava estivesse em oposição a esse princípio. A política da gazeta da corte não devia afastar-se da política da corte: o respeito pelos *arcana imperii*, do segredo com que se governavam os assuntos de Estado, era o melhor espelho dessa política. (BELO, 2004⁵⁹, s/p.)

Belo observa ainda que, além das restrições políticas, o espaço tipográfico disponível para estas publicações era limitado pelo seu ritmo de produção. Para contornar os prazos rígidos necessários para a impressão, era preciso planejar cada número com antecedência: as notícias sobre fatos que aconteciam em Portugal não ultrapassavam uma a duas páginas do periódico, enquanto aquelas vindas do exterior, principalmente sobre guerras e a política entre outras nações, por exigirem menor atualidade, ocupavam a maioria das páginas e constituíam a parte predominante da *Gazeta de Lisboa*.

Tal característica era partilhada por outras gazetas europeias que também funcionavam em regime de privilégio (monopólio), o que só seria alterado, segundo Popkin⁶⁰ (1999, p. 285) com a criação da nova imprensa, na França, nascida com as revoluções liberais e com o fim dos privilégios.

Sobre o que chama de contexto político “implícito” ou “escondido” das notícias, Belo conclui que, para os leitores do jornal que também tinham acesso às gazetas estrangeiras, o que era ocultado pelo impresso português ficava bastante visível. Para ele, a maneira como o periódico era produzido levava a isso: comparando alguns conteúdos da *Gazeta de Lisboa* com jornais de Amsterdã, esse autor percebeu que a redação da gazeta portuguesa traduzia notícias que haviam sido publicadas em folhas do norte europeu. “Ao publicar – ou não – as suas próprias notícias em português, Montarroyo tinha presentes as notícias internacionais que lia sobre o mesmo assunto”.

Esse autor afirma ser evidente que tanto o redator da gazeta portuguesa quanto os leitores da imprensa internacional que moravam perto da corte não se informavam sobre os acontecimentos locais por meio dos jornais vindos de outros países, mas por via da oralidade

⁵⁹ O texto, em formato digital, é apresentado em uma única página, no endereço eletrônico anteriormente citado.

⁶⁰ POPKIN, Jeremy D. La presse et la politique étrangère de l'Ancien Régime à la Révolution. *apud* DURANTON, Henri; RETAT, Pierre (Org.). **Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime**. Saint-Etienne: Publications de l'Université, 1999. p. 281-289.

e/ou de textos manuscritos. Assim, as notícias que vinham do exterior juntavam-se às informações que já estavam disponíveis por outros meios.

Para exemplificar o que diz, Belo cita o caso de Tristão da Cunha de Ataíde, 1º Conde de Povolide, que em seu diário pessoal manuscrito descrevia com maior riqueza de detalhes alguns dos acontecimentos que eram noticiados pela gazeta, revelando um ponto de vista crítico sobre a redação do periódico e as pressões às quais ele provavelmente estava sujeito.

A estreita ligação com os folhetos informativos manuscritos era outra importante característica da imprensa dos anos 1700. Além de narrarem o mesmo universo informativo, os dois tipos de noticiários circulavam pelos mesmos agentes sociais, sendo realizado um tipo de intercâmbio de informações impressas e manuscritas. Espalhados pelo reino, leitores dos periódicos atuavam também como correspondentes, relatando aos redatores os acontecimentos locais. Para ter acesso às informações das gazetas manuscritas, o redator da *Gazeta de Lisboa* atuaria também como correspondente, recebendo e fornecendo informações.

As notícias impressas e manuscritas desempenhavam, de acordo com Belo (2004), funções complementares, pois nesta última era publicado o que não tinha lugar no impresso, que tinha liberdade editorial restrita, principalmente no que se referia à corte portuguesa. Além disso, a circulação do manuscrito era mais rápida, pois ele não precisava passar por censura prévia e nem pela composição tipográfica. Outra característica importante é que as gazetas manuscritas registravam maior quantidade de informações recebidas por via oral, mesmo que não fossem confirmadas, como rumores e boatos.

4.2.2 Características da produção e dos textos das gazetas⁶¹

A forma como as notícias eram apresentadas na *Gazeta de Lisboa* seguia um padrão que era comum à maioria das publicações noticiosas da Europa nos séculos XVII e XVIII. Criados com o objetivo de resumir as informações que circulavam pelo meio postal estatal ou por mensageiros particulares, esses periódicos se beneficiavam de uma ampla rede de comunicação que interligava as principais cidades europeias, e que, por isso, possibilitou o desenvolvimento desse meio de divulgação de informações.

A relação das gazetas com os serviços postais e de mensageiros é explicitamente marcada desde as primeiras publicações desse tipo, que apresentavam as notícias divididas de

⁶¹ As observações aqui descritas foram reunidas por meio da leitura dos textos do *corpus* e da comparação com outras gazetas da mesma época.

acordo com o país de origem das informações e textos com algumas características ainda próximas do gênero epistolar. Cada seção do jornal era dedicada a uma localidade, que vinha expressa no início do texto, seguida pela data da postagem das informações. Em seguida, eram transcritos trechos de cartas e de comunicados oficiais que tinham saído daquele local ou que haviam sido recebidos por lá, além de informações pouco precisas ou não confirmadas. Não é incomum encontrar na seção dedicada às notícias de Roma informações sobre outras cidades e países, pois o que interessava não era apenas o que acontecia, mas o que se falava em Roma (e em outras regiões) naquele momento.

Como os serviços postais dependiam do transporte por meio de navios ou de entregadores a pé ou a cavalo, as informações das localidades mais distantes demoravam, às vezes, vários meses para chegar aos redatores das gazetas. As notícias provenientes de lugares mais afastados, devido ao atraso em relação à data de publicação, eram as que abriam as edições desses jornais e, normalmente, as que ocupavam maior número de páginas. A distribuição das informações nessas publicações, assumia, assim, uma ordem geográfica e cronológica: as notícias de lugares mais distantes e mais antigas em relação à data da edição eram encontradas nas páginas iniciais, enquanto os acontecimentos locais e de regiões mais próximas ao reino, mais recentes, ficavam no final.

Fato interessante, também assinalado por Belo (2004), é que os acontecimentos locais tinham pouco espaço nesses jornais. Na *Gazeta de Lisboa*, observa-se que a maior parte das notícias sobre Portugal é limitada à descrição das atividades sociais e religiosas da família real e de membros da corte e à nomeação de nobres a cargos públicos. Em poucas ocasiões há a menção a atividades comerciais, como a entrada e a saída de navios dos portos de Lisboa e do Porto, com a breve descrição dos produtos que eles transportavam.

Além de pessoas que atuavam como correspondentes em diversas regiões, os noticiários de outros países eram fonte de informação para essas publicações. Não é raro encontrar nos textos esse tipo de menção, o que é observado no *corpus* principalmente a partir de 1785 (são citadas as gazetas das cortes de Nápoles, Londres, Viena, Paris e Suíça). Os redatores de uma gazeta acabavam servindo de informantes para outras, e além destes, como foi dito anteriormente, também havia troca de informações com redatores das gazetas manuscritas. O prestígio alcançado por este tipo de publicação impressa levou, muitas vezes, embaixadores sediados em outros países a também lhes fornecerem notícias.

Em um estudo sobre o vocabulário de oito gazetas europeias de 1785, Labrosse (1996, p. 233) afirma que os textos deste tipo de publicação não se apresentam como um discurso coerente em que se desenvolve um tema único. Trata-se da justaposição de enunciados de

natureza e de proveniências diferentes, como ordens reais, relatos de sessões parlamentares, cartas e boletins de correspondentes de outras localidades, trechos de outras gazetas e de memoriais políticos e reflexões e observações do redator do jornal. Percebe-se, assim, que tais características, encontradas também nas páginas da *Gazeta de Lisboa*, não eram exclusivas da realidade portuguesa.

As diversas fontes informativas nem sempre eram (ou podiam ser) identificadas pelo jornal. Especulações e informações não confirmadas ou de origem duvidosa não deixavam de ser publicadas, mas seu caráter incerto era destacado pelo redator, por meio de formas e sintagmas que expressam generalização e imprecisão, como “corre a voz que...”, “nam falta quem diga que...”, “corre a noticia que...”, “os ultimos avisos dizem que...”, “dizem que...”, “continuase a voz de se achar...”, “segundo as vozes que correm...”, “torna-se a falar de...” e “continua-se em dizer que...”, entre outros exemplos. Em algumas ocorrências, o redator deixava claro seu posicionamento ou a incerteza sobre a informação que estava divulgando, como pode ser visto em:

Começa-se a dizer (mas nam se sabe bem com que fundamento)... (GDL, 18/02/1740).

Ainda se nam sabe com certeza se... (GDL, 25/02/1740).

Assegura-se... mas tambem se diz que... (GDL, 25/02/1740).

Tambem temos avisos certos de... (GDL, 25/02/1740).

Continua-se a assegurar que... (GDL, 3/03/1740).

Parece que confirmam a voz que corre de... (GDL, 3/03/1740).

A não citação das fontes nesses casos também pode ser um indício de que as gazetas recebiam informações que deveriam ser confidenciais. Vivia-se uma fase de grande expansão dos serviços secretos que, segundo Cepik (2001, p. 85), tiveram sua origem na Europa no século XVI. Esse autor afirma que em 1573, durante o reinado de Elizabeth I da Inglaterra, o secretário de estado Francis Walsingham era encarregado do *The intelligence*, órgão governamental que coletava informações sobre potências inimigas, conspiradores internos e notícias internacionais. Esse tipo de atividade incluía a repressão a dissidentes e críticos do governo, e também existia em outros países: na França era realizada pelo *Cabinet Noir*, criado em 1590, e na Rússia pela *Cavalaria Negra* ou *Oprichnina*, criada em 1565.

[...] embora o uso de espiões e informantes especializados remonte à Antiguidade e ao Império Romano, a atividade de inteligência adquiriu nova escala operacional como função social organizada, profissional e permanente com o surgimento do Estado moderno na Europa (CEPIK, 2001, p. 9).

Considera-se que todas essas observações sobre as características editoriais e sobre as formas de recebimento de informações pela *Gazeta de Lisboa* são relevantes para a análises linguística e discursiva, uma vez que “o que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é seu tipo, é seu modo de funcionamento” (ORLANDI, 2005, p. 86).

Portanto, além da descrição que vem de ser exposta, será realizado na sequência um estudo mais aprofundado sobre o discurso jornalístico do século XVIII, e no capítulo final dessa tese é apresentada uma discussão sobre os gêneros discursivos encontrados no jornal estudado.

5 A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO, GÊNERO E VOCABULÁRIO

Relacionar um texto à situação extralinguística implica levar em consideração as noções de discurso e de gênero, pois ambas envolvem a produção de textos em situações comunicativas definidas.

Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. Em outros termos, os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas. Os textos são acontecimentos discursivos para os quais convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas [...] (MARCUSCHI, 2002, p. 24).

Para esse autor, o gênero é um fenômeno histórico, vinculado à vida social e cultural, sendo, ao mesmo tempo, uma entidade sócio-discursiva e uma forma de ação social, que ordena e estabiliza as atividades comunicativas. Os gêneros não são entidades formais, mas entidades comunicativas: são formas verbais “de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (MARCUSCHI, 2002, p. 19-25).

Complementando essa definição, Machado (2005, p. 158) afirma que o gênero é um “dispositivo de organização, troca, divulgação, armazenamento, transmissão e, sobretudo, de criação de mensagens em contextos culturais específicos”.

Conclui-se, então, que os textos sempre integram discursos e se manifestam em algum gênero, e que este último funciona como um modelo comunicativo, e pode ser considerado como manifestação de cultura. Segundo Orlandi (2005, p. 89), “não há texto, não há discurso que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade”.

Ao considerar o dialogismo no processo comunicativo, Bakhtin (1997) introduziu a ideia de que as relações interativas são processos produtivos de linguagem. Gêneros e discursos são vistos como esferas de uso da linguagem verbal, pensados no contexto enunciativo da comunicação e não no plano da estrutura linguística. O gênero é, então, uma forma enunciativa, que depende mais do contexto e da cultura que da palavra. O que o caracteriza são suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais, ou seja, os aspectos sócio-comunicativos e funcionais.

Esse autor observa que todo discurso é uma resposta a outros discursos, e afirma que os gêneros são adquiridos nos processos interativos, pois aqueles estão inseridos na cultura e se manifestam como “memória criativa”. Portanto, o estudo dos gêneros deve considerar “a

‘natureza do enunciado’ em sua diversidade e nas diferentes esferas da atividade comunicacional” (MACHADO, 2005, p. 156-159).

Por serem “formas relativamente estáveis” de manifestação de discurso, segundo Silva (1999, p. 92), os gêneros refletem “os modos de sistematização e/ou normatização historicamente construídos pelos sujeitos em seus processos interacionais”. Dentre essas normas, que são constantemente atualizadas pelos interlocutores em suas atividades sociais, podem ser destacadas certas formas de restrições linguístico-discursivas e temáticas, relacionadas a práticas sócio-históricas. Essas coerções são determinadas pelo gênero e devem ser seguidas no momento de enunciação para que a comunicação seja estabelecida de maneira eficaz. É com base nesse conceito que se pode perceber a relação entre o gênero e o vocabulário que é utilizado pelo falante no momento da enunciação, pois o primeiro delimita as possibilidades combinatórias das formas linguísticas na comunicação.

No contexto de um gênero determinado, a palavra tende a aparecer em certos momentos e não em outros, tende a evocar certas associações e não outras, tende a ser escolhida não a partir do leque mais amplo do vocabulário da língua, mas a partir do vocabulário potencialmente limitado daquele gênero. [...] Há uma expectativa relativamente definida entre o gênero e o léxico, e vice-versa. (ILARI, s/d, p. 6)

Historicamente originados do trabalho linguístico dos indivíduos, os gêneros são submetidos a condições que delimitam seu funcionamento sócio-interlocutivo, definidas “em e por seus processos de produção e recepção [...]” (SILVA, 1999, p. 94). Suas características sócio-comunicativas são definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Dessa citação depreendem-se os três elementos que compõem os gêneros: a) conteúdo temático; b) estilo; e c) construção composicional, aos quais Marcuschi (2002, p. 24) acrescenta outros três: d) ação prática; e) circulação sócio-histórica; e f) funcionalidade.

Segundo Moirand (2004; 2007c) as três categorias de análise propostas por Bakhtin (conteúdo temático, estilo e construção composicional) desembocam mais numa concepção de texto que de discurso e, por isso, ela propõe que o estudo dos gêneros, principalmente os da imprensa escrita, seja realizado a partir de um modelo dialógico. O objetivo dessa autora é ver como as interações discursivas atualizam as diferenças entre os gêneros, “em particular por meio dos diferentes usos que são feitos do intertexto e do interdiscurso” (MOIRAND, 2007c, p. 91).

O quadro dialógico vê o dialogismo como parte inteira e autônoma (e não como instrumento descritivo), sendo indissociável da teoria da enunciação, da translinguística e da reflexão sobre os gêneros do discurso. (MOIRAND, 2004, p. 189).

Para Moirand (2007c, p. 95), os componentes internos que constituem os gêneros inscrevem na estrutura semântica os constituintes da situação, percebidos e avaliados pelos interlocutores na ordem espacial (esfera de atividade) e temporal (no nível da família, da nação, da classe social, dos dias, anos e épocas inteiras). Ela afirma ser o dialogismo a categoria que permite o acesso, ao menos parcialmente, a esses elementos exteriores.

Segundo essa autora, os gêneros da imprensa se caracterizam pela utilização diferenciada que fazem dos textos de outros, pelos traços de intertextualidade ou de interdiscursividade que os atravessam. Para estudar as diferentes formas de atualização dos gêneros, é preciso seguir rastros de operações de referência, de predicação e de enunciação deixados na superfície do texto (as formas da língua em nível local) e suas distribuições, repetições e combinações no fio horizontal. Assim, o quadro dialógico, que coloca a enunciação no centro da constituição dos gêneros e a intertextualidade no centro do esquema da comunicação, inscreve-se imediatamente numa perspectiva discursiva e dá profundidade histórica e social à situação.

Os gêneros da imprensa [...] são lugares de reencontros múltiplos, pertencentes a diferentes comunidades de fala e a épocas históricas distintas. Lugares privilegiados de interações entre os dizeres que vêm de mundos sociais distintos, e às vezes até de outras línguas e de outras culturas, eles se caracterizam pelas diferentes formas de dialogismo que eles atualizam e pelo modo de as distribuir, diferentemente segundo o gênero, em unidades discursivas empíricas que se encontram numa mesma página ou numa sequência de edições. (MOIRAND, 2007c, p. 107, tradução nossa).

Muitos pontos de vista teóricos têm sido atualmente desenvolvidos sobre o estudo dos gêneros discursivos, pelo fato de essa noção ser, desde sua origem, uma “categorização ordinária da comunicação verbal, intrinsecamente confusa, mas que pode ser objetivada” (BEACCO, 2004, p. 109, tradução nossa⁶²).

Para este autor, os gêneros discursivos são entidades linguísticas, culturais e sócio-históricas, que podem ser estudadas em três espaços descritivos: a) no domínio da sociolinguística, o gênero é uma forma de representação metalinguística da comunicação, que faz parte do saber comum; b) nas descrições linguísticas, o gênero é um objeto verbal distinto do enunciado, do texto, do ato de fala, dos tipos textuais; e c) para a análise do discurso, o gênero é uma forma estruturante da comunicação social, cuja configuração parte da conjuntura sócio-histórica e na qual se ancoram as formações discursivas e se apreende o sentido social. Esse autor considera que os três espaços descritivos devem ser conjuntamente constitutivos do estudo linguístico dos gêneros.

Visto como um modo de ser que é compartilhado pelas línguas, o gênero constitui uma categoria de análise da comunicação e é uma especificação do uso social da língua, o que torna seu estudo interessante para a linguística. Por ser uma atividade de interação verbal e também a forma imediata de acesso à língua pelos falantes, o gênero também é uma representação metalinguística, visto que os falantes têm a capacidade de usá-los e identificá-los.

Segundo Beacco, a análise linguística dos gêneros discursivos encontra dificuldades devido ao seu caráter instável, pois estes apresentam como características a heterogeneidade e a variabilidade. As regularidades que devem ser analisadas são muito diversificadas e podem variar consideravelmente de um gênero a outro. Por isso, ele os considera como “entidades discursivas de geometria variável”. “As ‘cristalizações’ linguísticas que os caracterizam parecem ser mais salientes nos gêneros discursivos dentro de esferas profissionais, científicas ou técnicas” (BEACCO, 2004, p. 115). Ainda segundo esse autor, os gêneros são formas de interação de caráter consensual e produtos de uma convergência histórica e social, isso é, de uma tradição.

O estudo histórico dos gêneros constitutivos do discurso jornalístico interessa tanto aos jornalistas quanto aos analistas e leitores, pois diz respeito não somente à produção discursiva, mas também à sua recepção. Além de levar em consideração o fato de que os gêneros exercem coerções sobre os textos, inclusive no que diz respeito ao vocabulário, a

⁶² No original: “[...] une catégorisation ordinaire, intrinsèquement floue mais que peut être objectivée, de la communication verbale” (BEACCO, J.-C., 2004, p. 109).

abordagem histórica dos gêneros vai ao encontro da teoria das tradições discursivas, que vem ganhando espaço entre linguistas alemães⁶³.

Essa teoria considera, segundo Kebatec (2004, p. 161), que a atividade da fala passa por um duplo filtro de tradição: da língua e das tradições discursivas. Dessa forma, o falar, o ato comunicativo tem de ser alinhado à organização linguística (às regras e associações preferenciais da língua) e, ao mesmo tempo, a uma ordem textual que atualiza determinadas tradições discursivas.

Isso implica dizer que toda produção textual requer o conhecimento das tradições discursivas, que são os modelos de realizações discursivas anteriormente produzidos pela sociedade. Para se reconhecer um gênero, é preciso verificar características fixas presentes na estruturação formal dos textos, de forma que a comunicação do falante se organize e se fundamente seguindo os moldes tradicionais de realização discursiva. Partindo da identificação de esquemas textuais e de modelos de realização discursiva que orientam a produção dos discursos individuais, a teoria das tradições discursivas visa o estudo histórico dos gêneros discursivos e o mapeamento de suas origens.

Nessa pesquisa, trabalha-se com a noção de gênero em perspectiva histórica, levando-se em consideração aspectos sociais e situacionais, com a intenção de identificar seus traços característicos originais.

5.1 Os gêneros jornalísticos no século XVIII

Na seção 4.2, quando se tratou da história das gazetas e das origens do jornalismo impresso, destacou-se que o surgimento desse novo meio de comunicação foi influenciado pela criação do sistema postal. Ao se referir à história dos gêneros discursivos, Marcuschi (2002, p. 19) diz que eles se expandiram com o florescimento da cultura impressa, a partir do século XV. No caso do jornalismo, isso se deve também ao desenvolvimento dos serviços de entrega de correspondências. Esse autor afirma que a tecnologia sempre favorece o surgimento de formas inovadoras, mas não absolutamente novas. Partindo desse pensamento, pode-se fazer uma comparação com as novas formas de comunicação existentes hoje, graças à internet: apesar de inovadoras, a maioria delas mantém algumas semelhanças com formas que já existiam anteriormente, como, por exemplo, o e-mail em relação à carta ou ao bilhete.

⁶³ Informação obtida em PEREIRA, V. L. C. Tradições discursivas no português do Brasil: as origens do editorial jornalístico na imprensa paulistana. In: **Revista Linha d'água**. DLCV-FFLCH-USP: 2007, nº 20.

Sobre o surgimento da imprensa escrita, considera-se que seus textos constituíam um gênero emergente nos séculos XVII e XVIII, pois a criação dos correios motivou o surgimento de um novo uso da linguagem: a realização de listas descrevendo as notícias recebidas e enviadas, organizadas pelos responsáveis dos serviços postais, que logo se transformaram em publicações periódicas, conhecidas primeiramente como relações e, depois, como gazetas.

Nos textos da *Gazeta de Lisboa*, assim como em outras gazetas europeias daquela época, observam-se características que revelam uma certa proximidade com as cartas, como, por exemplo, a indicação da localidade de origem das informações e da data de emissão. Mas não se pode considerar os textos desse tipo de periódico como pertencendo ao gênero epistolar, uma vez que também se distanciam deste. Os textos eram inicialmente listas das correspondências que circulavam entre vários países e foram se adaptando às expectativas de um público mais amplo. Destinavam-se a um conjunto de pessoas e não possibilitavam a interação do leitor, como acontece com a carta, que é escrita à espera de uma futura resposta do destinatário.

Quanto à tipologia textual, as gazetas já apresentavam um aspecto que pode ser observado até hoje na imprensa (e em grande parte dos discursos): a heterogeneidade. Encontram-se textos com características narrativas, expositivas, descritivas e argumentativas.

Em relação à composição construcional, algumas informações são apresentadas de forma telegráfica (no sentido figurado da palavra), ou seja, bastante resumidas, condensadas em uma única frase, como verdadeiras listas de notícias, com o objetivo de informar apenas o essencial. Pode-se fazer um paralelo com o que se conhece hoje como as “chamadas”⁶⁴ de primeira página de jornais ou de abertura de noticiários de rádio e de televisão, que resumem algumas das notícias que serão apresentadas posteriormente, de modo a apresentar ao público a variedade de temas tratados.

Em outros casos verificados na *Gazeta de Lisboa*, quando o relato do acontecimento pedia maior detalhamento, eram dedicados vários parágrafos para tratar do assunto, com riqueza de detalhes. Acredita-se que a definição do que deveria (ou poderia) ser tratado com maior ou menor detalhamento estaria relacionada ao posicionamento do jornal e também ao fato de este passar por censura prévia, o que determinaria as suas prioridades editoriais.

⁶⁴ O termo, do jargão jornalístico, é registrado pelo *Dicionário Houaiss Eletrônico*, de 2009: “a) Rubrica: jornalismo – resumo de notícia, na capa ou no sumário de um caderno de jornal ou revista, indicando a localização da respectiva matéria; b) Rubrica: jornalismo, radiofonia, televisão – resumo de notícia apresentado na abertura de um noticiário, ou em momentos que antecedem o programa, o bloco ou a notícia propriamente dita; c) Rubrica: radiofonia, televisão – anúncio de programa ou atração a ser apresentado brevemente

Excluindo-se a censura, ainda hoje a seleção das notícias prioritárias e a definição do espaço que será dado a elas num jornal (impresso, on-line, de rádio ou de TV) também é definida pela linha editorial da empresa, por seu posicionamento político e ideológico e por interesses comerciais e econômicos.

Quanto ao conteúdo temático, observa-se nos jornais do século XVIII a predominância de assuntos políticos, principalmente os relacionados à diplomacia e às relações internacionais. A vida social da realeza e da nobreza, também relacionada ao interesse político, aparecia como tema de destaque nesses periódicos, sobretudo no que diz respeito à sua posição de superioridade, suas atividades religiosas e de lazer e sua saúde. Há, ainda, espaço para questões de interesse comercial, como informações sobre os produtos que eram recebidos, expedidos ou comercializados nos portos, e também eram publicadas algumas notícias sobre crimes ou ocorrências miraculosas.

Segundo Grosse (2001, p. 26), na época pré-capitalista, os mercadores e banqueiros internacionais, assim como os príncipes, necessitavam de notícias sobre conflitos e guerras e sobre outros importantes fatos políticos para definirem suas estratégias de ação.

Os primeiros indícios do nascimento do gênero publicitário também são encontrados no jornal português desde o início de sua existência. Na primeira edição que compõe o *corpus* dessa tese (a quinta desde sua criação), encontra-se, na última página, separadamente das notícias, o seguinte texto:

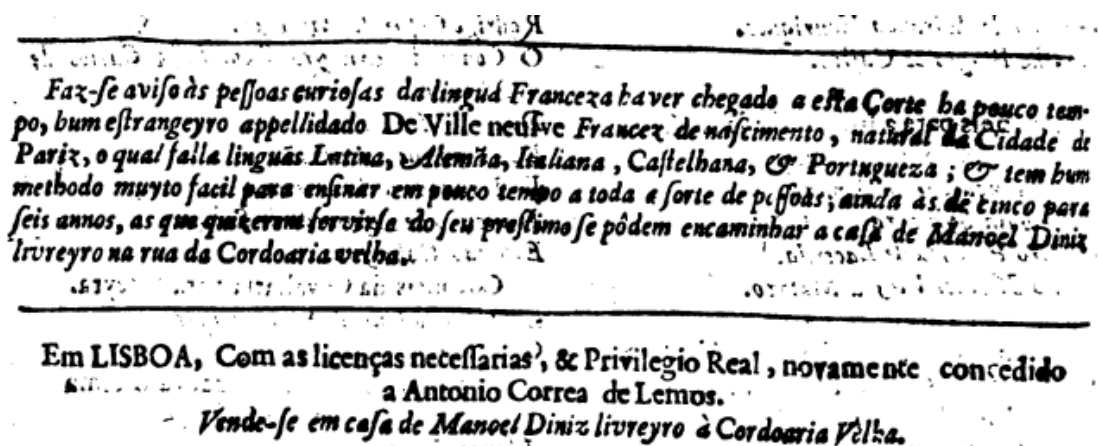


Ilustração 1 - Anúncio publicitário publicado na *Gazeta de Lisboa*, em 1715.

Transcrito abaixo:

Faz-se aviso às pessoas curiosas da lingua franceza haver chegado a esta corte ha pouco tempo, hum estrangeyro appellidado de Ville Neufve francez de nascimento, natural da cidade de Pariz, o qual falla

linguãs Latina, Alemãa, Italiana, Castelhana, & Portugueza; & tem hum methodo muyto facil para ensinar em pouco tempo a toda a sorte de pessoas; ainda às de cinco para seis annos, as que quizerem servir-se do seu prestimo se pôdem encaminhar a casa de Manoel Diniz livreyro na rua da cordoaria velha. (GDL, 7/09/1715).

Anúncios desse tipo são encontrados durante todo o período analisado, e aparecem na *Gazeta de Lisboa* geralmente separados dos textos noticiosos por duas linhas contínuas, uma anterior e outra posterior, como pode ser visto na imagem reproduzida acima, e também, frequentemente, pelo título “Avisos”.

Ainda quanto ao conteúdo, uma outra característica observada nas notícias das gazetas do século XVIII é a pouca precisão na descrição das fontes de informação. Embora haja, no início de cada seção, dados sobre o país de origem e a data de envio dos dados, grande parte das informações veiculadas não é atribuída a uma pessoa ou instituição que seria autorizada a divulgá-la, algo de ocorrência pouco provável no jornalismo de hoje.

Alguns exemplos da indefinição e imprecisão das fontes é a introdução de informações por meio de sintagmas como: “corre a voz que...”, “nam falta quem diga que...”, “he voz geral que...”, “corre a noticia que...”, “os ultimos avisos dizem que...”, “dizem que...”, “querem alguns que...”, “continuase a voz de se achar...”, “segundo as vozes que correm...”, etc., que são tema das discussões apresentadas na seção 6.8.3, “Omissão e generalização dos coenunciadores”.

Em diversas ocasiões, o próprio redator da gazeta questionava a veracidade da informação que estava publicando, ou fazia uma ressalva para que o leitor a interpretasse criticamente, como em: “Começa-se a dizer (mas nam se sabe bem com que fundamento)...”, “Ainda se nam sabe com certeza se...” e “Parece que confirmam a voz que corre de...”. Essa comunicação do redator com o leitor, algumas vezes realizada na primeira pessoa do plural, dava ao texto um caráter opinativo, explicitando o ponto de vista do jornalista ou da gazeta sobre o fato. Como pode ser visto, por exemplo, em:

Atendendo o Divan a ter sempre refreada a curiosidade dos revoltosos animos dos habitantes desta Cidade, tomou por sua conta dar lhe de tempos em tempos alguns guizados novos, com que a satisfaçam, temperando os sempre de maneira que possam achar nelles o gosto, que desejam. Ultimamente lhes fez presente de hum, que constava da relaçam de varios progressos das armas Ottomanas, sucedidos no sitio de Karsa; e como por ser grande, podia enfastiar o publico, o *convidaremos* so com o resumo della. [...] Como nam *temos* visto, o que os Persas referem, *suspendemos* o credito destas noticias; porem ha outra, que ainda que estas sejam verdadeiras, as contrapeza muito a favor dos inimigos. (GDL, 6/04/1745).

O trecho citado faz parte da relação das notícias vindas da cidade de Constantinopla, na Turquia, em 13 de janeiro de 1745. Na época, os impérios Otomano e Persa (Turquia e Irã modernos) estavam em guerra pela disputa de territórios. A última frase do excerto leva a crer-se tratar da opinião do redator da gazeta, pois diz enfaticamente não dar crédito à informação, introduzindo o ponto de vista de que a versão da história por parte dos persas seria outra.

Percebe-se a existência de elementos que dão ao texto um ar subjetivo, como o uso de metáforas (guizado, temperar, gosto), os verbos “convidaremos”, “temos” e “suspendemos”, na primeira pessoa do plural, e o posicionamento favorável aos inimigos, o que aproxima esse relato dos gêneros artigo de opinião, comentário ou editorial. Nestes casos, deve-se também levar em consideração que, por o texto ser proveniente de outra localidade, as opiniões expressas podem não ser exatamente as da gazeta portuguesa, mas da fonte emissora da notícia, pois não fica claro se tratar da tradução fiel do que foi recebido pela redação.

Há ainda um outro tipo de texto que aparece no periódico lusitano: a transcrição de sessões parlamentares, de tratados e de comunicações oficiais, ou seja, de discursos institucionais.

É relevante ressaltar que algumas das características observadas na *Gazeta de Lisboa*, na tentativa de descrever os gêneros que compunham o discurso jornalístico no século XVIII, também foram observadas, a título de comparação, na *Gazette de France* (1772, 1775 e 1786), *Gazette d’Amsterdam* (1750) e na *Gazette de Cologne* (1785).

Observações muito próximas foram feitas pela pesquisadora alemã Hrbek (1995), em sua tese sobre a *Gazeta de Mântova*, desde sua criação, em 1664, até os dias atuais. Em artigo em que descreve parte dos resultados do trabalho daquela, que foi sua aluna, Grosse (2001, p. 17) afirma que a diversidade de gêneros observada no jornalismo contemporâneo é resultado de uma diversificação histórica, iniciada no século XVII.

Naquela época, as notícias impressas eram destinadas a uma minoria, a elite alfabetizada, e os textos apresentavam expressões que demonstravam respeito e conformismo, pois qualquer crítica poderia provocar a censura. Além do relato sobre o acontecimento, encontram-se palavras elogiosas, claros elementos de opinião e de avaliação, que são, segundo Grosse, sinais da época absolutista. Para se referir aos reis franceses, por exemplo, usava-se o sintagma Sua Majestade Cristianíssima, e ao Papa, Sua Santidade.

Nessa primeira fase do jornalismo impresso, o resumo (*brève*, em francês) dos acontecimentos era o gênero elementar e, por isso, esse autor o considera como o gênero primitivo do jornalismo. A primeira frase do resumo continha uma informação curta, que respondia às questões: quem? (as pessoas envolvidas no fato relatado), o quê? (as ações),

quando? (tempo) e onde? (localidade), e, normalmente, num mesmo texto, eram encadeados de três a seis resumos relatando diferentes acontecimentos, que tinham como origem a carta de um mesmo correspondente.

Mais raramente, ainda segundo esse autor, a *Gazeta de Mântova* apresentava notícias maiores, de até quatro parágrafos, que ele classifica em dois tipos: relatórios cronológicos e relatórios temáticos, que respondiam basicamente a duas questões: como? e por quê?. Segundo esse autor, os resumos e os relatórios foram os únicos gêneros jornalísticos observados naquele jornal até o início do século XVIII.

Grosse observa que o nascimento de outros gêneros jornalísticos está ligado a mudanças ou ramificações a partir desses dois tipos primitivos (o resumo e o relatório). Na gazeta italiana, essa evolução é marcada pelo aparecimento do resumo de propaganda, entre 1750 e 1755, que era apresentado de maneira diferente e separado das notícias, antecedido por um asterisco, com a descrição exata do comerciante, do lugar onde ele morava e dos produtos que oferecia. Somente na segunda metade do século XIX, os pequenos anúncios passaram a ser publicados na página final da edição.

Como foi dito anteriormente, textos publicitários já existiam na *Gazeta de Lisboa* desde 1715 e figuravam na última página dessa publicação.

Outras diferenças entre os dois jornais podem ser apontadas. Em primeiro lugar, quanto à macroestrutura. Grosse afirma que a *Gazeta de Mântova* era uma folha de papel dobrada ao meio, o que dava quatro páginas de 17 X 24 cm. Sobre a *Gazeta de Lisboa*, sabe-se que tinha tamanho parecido, de cerca de 16 X 20 cm, mas, logo em sua primeira edição, apresentava 7 páginas, número que variava de acordo com o montante de notícias recebidas. Nos quatro primeiros números, observa-se uma variação entre 4 e 8 páginas, o que também é verificado na *Gazette de France* (entre 1700 e 1772).

Em relação à estrutura interna, a existência dos gêneros resumo e relatório também é observada no jornal português desde sua criação, aos quais se acrescenta o anúncio publicitário, que pode ser considerado uma variante de gênero jornalístico, pois não havia uma distinção bem marcada entre eles na época. Apesar de ser separado visualmente das notícias, o anúncio do jornal português mantinha uma certa proximidade com o noticiário, principalmente nos casos em que aquele tinha como função divulgar a prestação de serviços, como pode ser visto em:

Avisos. Hoje a noite se ha de representar no real theatro de S. Carlos, pelos actores italianos, a opera semi-seria Raollo de Crequi, em que depois do primeiro acto tocarão os dous irmãos José e Pedro

Petrides, professores de trompa, que ha pouco tempo chegarão de Vienna a esta corte, hum concerto de duas trompas, e outras peças de musica de nova invenção. Findo o segundo acto do mesmo drama, haverá a dança que seria intitulada o telemaco, em que entra de primeira bailarina Josefa Radaelli, a qual executará também hum novo solo, acompanhado de duas trompas, composto expressamente para este dia pelo mestre de baile Domingos Rossi. (GDL, 21/02/1800).

Ainda quanto ao surgimento de outros gêneros, Grosse diz ter observado na *Gazeta de Mântova* o aparecimento da crítica, de “forma muito simples”, numa edição de 1815. Para esse autor, era um tipo de relatório sobre a apresentação de uma ópera, que tinha poucos elementos persuasivos e bastante estereotipados. Textos com temática e características parecidas podem ser encontrados na *Gazeta de Lisboa* no século XVIII, como no excerto a seguir:

Acha-se actualmente nesta corte huma extraordinaria affluencia de estrangeiros, e vão chegando cada dia mais, para participarem dos divertimentos do carnaval, que aqui começou a 26 do mez passado com a opera intitulada Vologeso, que tem sido geralmente aplaudida, tanto pelas excelentes vozes dos representantes, como pelo que toca a decoraçam dos bastidores, e das maquinas. Brevemente se pora sobre o theatro outra nova, que tem por titulo Marcio Coriolano. (Modena, 8 de janeiro. GDL, 17/02/1750)

Neste parágrafo destaca-se o uso de sequências com função persuasiva, como “tem sido geralmente aplaudida” e “excelentes vozes”, que mostram uma avaliação positiva sobre a qualidade do espetáculo ao qual se faz menção. Levando-se em conta que a adjetivação era frequente nos textos desse jornal nos casos em que era feita referência a pessoas da nobreza e às suas realizações, considera-se que aqui se encontra o que pode ter sido a origem do gênero crítica de arte no jornal, pois se trata de um novo uso da adjetivação neste meio, com uma nova função, a avaliação, mas ainda muito ligada ao enaltecimento.

Em relação à gazeta italiana, Grosse afirma que o gênero reportagem também teria se desenvolvido a partir do relatório, aparecendo nesse jornal pela primeira vez em 1848. A reportagem seria caracterizada pelo fato de o redator enfatizar ter ele sido testemunha ocular do acontecimento que relatava, incluindo impressões visuais e acústicas concretas sobre o fato, que era apresentado em estrutura textual cronológica e descritiva.

No *corpus* da *Gazeta de Lisboa*, que inclui edições até 1810, não foram encontrados textos com todas essas características, porém há muitas ocasiões em que, mesmo o texto não sendo narrado em primeira pessoa e sem mencionar a presença do correspondente no local, a descrição é cronológica e extremamente rica em detalhes. Como foi dito na seção anterior, o prestígio das gazetas motivava alguns nobres, que atuavam no exterior como embaixadores, a se tornarem correspondentes dos jornais, o que colocava a fonte de informação da notícia no

local em que o acontecimento se desenrolava. Se não se considera esse fato suficiente para caracterizar a existência do gênero reportagem naquela época, principalmente porque quem relatava o acontecimento não se identificava nos textos, ele é ao menos prova de que já havia pessoas que começavam a desempenhar a função de repórter.

Grosse (2001, p. 17) afirma que a linguagem usada nos textos sempre depende dos gêneros do discurso convocados, e que os jornais se caracterizam e se diferenciam entre si pelos gêneros que favorecem. Com base nos elementos aqui apresentados e nas análises realizadas nas seções posteriores desse trabalho, uma discussão mais elaborada sobre os gêneros discursivos observados na *Gazeta de Lisboa* será apresentada no capítulo 7, a partir da página 215.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção são apresentados diferentes tipos de estudos: o primeiro é uma análise quantitativa dos dados gerais da *Gazeta de Lisboa*, que foi de extrema importância para a delimitação do tema da pesquisa (área política e militar) e para a seleção das unidades lexicais para análise lexical e discursiva. O segundo é um estudo quantitativo comparativo dos dados do *corpus* inicial e do subcorpus guerra, esse último constituído especificamente para fins da análise discursiva.

A terceira etapa é a análise dos campos léxico-semânticos, formados pelas unidades relacionadas a ações militares, seguida pelo estudo quantitativo das unidades que compõem os campos léxico-semânticos analisados, que também são verificadas comparativamente entre si. A quarta fase da análise, chamada de discursiva, tem início com o estudo dos cotextos verbais, nominais e preposicionais das unidades, o que visa a obtenção de mais dados sobre as características do funcionamento das mesmas no intradiscurso.

Em seguida, é realizado o estudo de elementos do intradiscurso relacionados à construção do referente guerra no discurso da *Gazeta de Lisboa*, que compreende a verificação das ideias que são associadas à unidade nos textos, das ideias opostas também associadas a ela e da adjetivação que ela recebe. Na sequência, apresenta-se uma análise sobre os coenunciadores que são autorizados a falar sobre a guerra nos textos do jornal e sobre a forma como esses falares são reproduzidos, omitidos e generalizados. São, ainda, observados os usos dos pronomes pessoais de primeira pessoa e de elementos gráficos, como parênteses e aspas, além do estudo e identificação da metadiscursividade nos textos.

Para finalizar, é feita uma análise no nível interdiscursivo, levando-se em consideração algumas categorias identificadas no intradiscurso e também aquelas relacionadas a outros discursos em circulação na época estudada.

6.1 Análise quantitativa dos dados

Em relação aos dados referentes à frequência das unidades, por meio do uso do programa *Léxico 3* foi possível comprovar que as unidades com maior número de ocorrências no *corpus* são as relacionadas à corte ou ao reino, à sua administração e à política externa e militar. Dentre as 70 unidades mais frequentes (considerando-se apenas as palavras lexicais,

sem desambiguação de homônimos), verifica-se que 23 são referentes à atividade militar, o que representa quase 33% e mostra ser este o tema preferencial do periódico.

Na tabela a seguir são apresentadas as 70 unidades lexicais que apresentam maior número de ocorrências no *corpus*, descartadas as palavras gramaticais, nomes de países, de cidades e gentílicos. As unidades que são relacionadas à atividade militar estão assinaladas em negrito:

Unidades	Ocorrências
1. Corte	794
2. Grande	674
3. Cidade	590
4. Príncipe	585
5. Parte	561
6. Tropas	545
7. Estados	529
8. Ministro	506
9. Conde	490
10. Imperador	448
11. General	426
12. Guerra	411
13. Exercito	330
14. Cartas	323
15. Navios	316
16. Reyno	308
17. Homens	294
18. Pessoa	260
19. Porto	249
20. Rey	247
21. Embayxador	243
22. Regimentos	237
23. Imperial	235
24. Magestade	224
25. Corpo	197
26. Imperio	194
27. Negocios	190
28. Republica	189
29. Officiaes	189
30. Praça	186
31. Paz	174
32. Igreja	157
33. Poder	150
34. Rainha	146
35. Princeza	145
36. Povo	141
37. Duque	140
38. Commercio	134
39. Inimigos	133
40. Brevemente	132

41. Tratado	130
42. Forças	124
43. Marquez	123
44. Armas	118
45. Real	110
46. Estrangeiros	101
47. Audiência	94
48. Soldados	94
49. Campo	92
50. Mar	87
51. Respeito	82
52. Artelharia	82
53. Marechal	81
54. Emperatriz	79
55. Morte	79
56. Militares	79
57. Sitio	76
58. Cardeal	72
59. Partido	72
60. Marcha	72
61. Naus	71
62. Coroa	70
63. Campanha	70
64. Embargo	64
65. Ouro	64
66. Actualmente	62
67. Batalha	60
68. Ultimamente	59
69. Potencias	58
70. Fronteiras	57

Quadro 4 – Palavras lexicais mais frequentes do *corpus*.

É interessante notar que a segunda unidade mais frequente é o adjetivo **grande**, com 674 ocorrências. Isso mostra muito sobre a época, uma vez que se vivia sob regimes monárquicos absolutistas em que pompa, luxo e ostentação eram vistos como necessidades dos reinos para afirmarem sua força e poderio⁶⁵.

Verifica-se também que há 13 unidades que designam títulos ou cargos (**rei**, **imperador**, **marquês**, etc.), o que representa 19% das 70 unidades de maior ocorrência no *corpus*. Além disso, 11 das unidades mais frequentes são relacionadas à corte e à sua administração, cerca de 15,7% das 70 unidades que mais aparecem nos textos.

⁶⁵ No volume IV da coleção *História de Portugal* (1928-1981), Damião Peres explica o pensamento da época a respeito do luxo: “O fausto das cortes, no galante e redoirado século XVIII, tornara-se para elas e para os seus governos uma necessidade instantânea, uma afirmação de força, de poderio, sem o qual o Estado apareceria apagado, desprezível, no meio das reverberantes claridades dos outros Estados. O prestígio da Nação era o prestígio do rei e da sua corte. Porisso, o absolutismo monárquico da centúria dos setecentos vivia da pompa exterior, que deveria precisamente apressar-lhe a queda.” (PERES, 1934, p. 182).

Correndo um pouco mais os olhos sobre a tabela, encontra-se a unidade **tropas** na 6ª colocação, com 545 ocorrências no *corpus*. Ainda no domínio militar, **guerra** aparece em 12º lugar, com 411 aparições, seguida por **exército**, com 330 ocorrências. Foram esses dados que levaram à seleção das unidades para a análise com base em acontecimentos militares.

Retirados da primeira lista de frequências, os nomes de países, cidades e também os gentílicos foram reagrupados numa segunda tabela, que destaca outras características importantes dos textos da *Gazeta de Lisboa* (os nomes de cidades e gentílicos são marcados em itálico).

Países / nacionalidades	Frequência
1. França	309
2. Rússia	180
3. <i>Vienna</i>	163
4. Bretanha	138
5. Hespanha	135
6. <i>Francezes</i>	114
7. Inglaterra	114
8. Prússia	108
9. Alemanha	84
10. Polônia	74
11. Itália	72
12. <i>Constantinopla</i>	58
13. Portugal	57
14. Suécia	57

Quadro 5 - Países, cidades e nacionalidades mais frequentes no *corpus*.

A tabela mostra que a **França** era o país mais citado nos textos do jornal, seguida pela **Rússia**. Entre as cidades, a que aparece em primeiro lugar é **Viena**, a capital do Sacro Império Romano Germânico. Com relação aos gentílicos, apenas a unidade **franceses** aparece entre as de maior número de ocorrências.

6.1.1 Análise quantitativa do subcorpus guerra

Como já foi explicado na seção 3.1 (pág. 67), o subcorpus formado apenas pelos textos em que aparece a unidade lexical guerra tem como objetivo concentrar a análise discursiva nos contextos de temática político-militar. Ele representa uma redução considerável dos dados em relação ao *corpus* inicial, que tem como consequência a alteração dos resultados das análises quantitativas.

Se os primeiros resultados da análise quantitativa mostraram algumas das principais características do vocabulário empregado na *Gazeta de Lisboa*, a observação dos dados de frequência do subcorpus contribui de maneira decisiva para a análise discursiva, pois revela as associações preferenciais e as coocorrências nos textos que tratam exclusivamente de ações políticas e militares, como será visto na sequência. Num primeiro momento, expõem-se as unidades mais frequentes do subcorpus, excluídos os verbos e algumas palavras gramaticais (as unidades relacionadas à atividade militar são destacadas em negrito):

Unidade	Freq.
1. guerra	251
2. corte	202
3. tropas	177
4. parte	146
5. grande	141
6. Mag	138
7. todos	125
8. principe	124
9. conde	108
10. homens	107
11. tempo	106
12. exercito	99
13. cidade	95
14. general	92
15. aqui	84
16. também	82
17. paz	81
18. republica	79
19. Gram	78
20. Estados	75
21. dias	72
22. numero	72
23. ordem	69
24. muito	70
25. nosso	62
26. imperador	59
27. anno	55
28. senhor	54
29. cartas	53
30. regimentos	53
31. Officiaes	52
32. navios	50
33. agora	43
34. ElRey	42
35. annos	42
36. nossa	42
37. Ministros	40
38. noticia	39

39. Imperio	38
40. forças	38
41. ordens	38
42. governo	37
43. delRey	36
44. ministro	36
45. nossos	36
46. pessoas	35
47. paiz	34
48. muitos	33
49. nova	33
50. Emperador	32
51. nossas	32
52. Emperatriz	31
53. armas	31
54. daquela	31
55. negocios	31
56. Reyno	30
57. porto	30
58. Embayxador	29
59. esquadra	29
60. poder	29
61. real	28
62. muy	28
63. corpo	27
64. grandes	27
65. respeito	27
66. commercio	26
67. conferencias	26
68. principio	26
69. tratado	25
70. resolução	25

Quadro 6 – Lista das palavras lexicais mais frequentes do subcorpus.

Quanto ao total de ocorrências, o subcorpus (66.888) representa menos de 27% do *corpus* inicial (249.881). Entretanto, observa-se que o número de ocorrências das unidades mais frequentes no subcorpus não segue essa mesma proporção. A unidade mais frequente do *corpus* inicial, **corte** (com 794 ocorrências), é a segunda mais frequente do subcorpus, com 202 ocorrências, o que corresponde a 25,44% das ocorrências do primeiro. Porém, a unidade mais frequente do subcorpus, **guerra**, com 251 ocorrências, era a 12^a mais frequente no *corpus* inicial, com 411 ocorrências (61,07% do total de ocorrências).

Entre as coincidências dos dois *corpora*, ainda pode ser citada a unidade **grande**, que é a segunda mais frequente no *corpus* inicial, com 674 ocorrências, e aparece na 7^a colocação no subcorpus, com 141 ocorrências (20,92%).

É interessante observar que no subcorpus, entre as palavras de maior frequência há menos unidades relacionadas ao campo militar que no *corpus* inicial, que se esperava apresentar vocabulário mais genérico que o do subcorpus. Das 70 unidades mais frequentes, no *corpus* inicial há 23 relacionadas ao vocabulário político-militar, enquanto no subcorpus esse número cai para 12, sendo que 11 delas também aparecem entre as mais frequentes do *corpus* inicial, mas em posição diferente. A exceção é **esquadra**, que está entre as mais frequentes apenas no subcorpus, com 29 ocorrências.

Ainda em relação ao vocabulário político-militar, no subcorpus não aparecem entre as 70 mais frequentes as unidades: praça, inimigos, soldados, campo, artilharia, marechal, militares, sítio, marcha, campanha e batalha. Quanto às unidades que designam cargos e títulos, há a presença de 13 no subcorpus (18,57% do total), enquanto no *corpus* original aparecem 18 (25,71%). Não estão entre as de maior frequência no subcorpus as unidades rainha, princesa, duque, marquês, soldado, marechal, militar e cardeal.

Verifica-se nos dois *corpora* a presença da unidade **cartas** (323 ocorrências no *corpus* inicial e 53 no subcorpus), mas no segundo figuram **notícia** e **nova**, não relacionadas na lista do primeiro. Também não aparecem nessa relação as unidades **ordem** e **ordens**, bastante frequentes no subcorpus (com 69 e 38 ocorrências respectivamente).

Assim como foi feito na análise do *corpus* inicial, os nomes de países, de cidades e os gentílicos que mais ocorrem no subcorpus foram reagrupados numa segunda tabela, como pode ser visto a seguir (os nomes de cidades e gentílicos são marcados em *itálico*):

Países/ nacionalidades	Frequência
1. França	96
2. Rússia	68
3. Bretanha	49
4. <i>Vienna</i>	46
5. Hespanha	45
6. Alemanha	36
7. Inglaterra	36
8. Polónia	36
9. Itália	34
10. <i>Londres</i>	32
11. Prússia	31
12. <i>Constantinopla</i>	28
13. <i>Paris</i>	27
14. Pérsia	27
15. Portugal	26
16. Holanda	25
17. Suécia	24
18. Áustria	23

19. Hungria	22
20. <i>Franceza</i>	21
21. <i>francezes</i>	19

Quadro 7 - Países, cidades e nacionalidades mais frequentes no subcorpus.

Essa tabela mostra coincidência das unidades mais frequentes do *corpus* e do subcorpus, e a **França** permanece sendo o país mais citado (309 ocorrências no *corpus* e 96 no subcorpus). Na segunda posição, em ambos os *corpora*, aparece a **Rússia** (com 180 e 69 ocorrências). Entre as cidades, **Viena** é a mais citada, mas no subcorpus aparece **Londres**, que não figurava na relação do *corpus*. Com relação aos gentílicos, encontra-se no subcorpus as unidades **francesa** e **franceses**.

6.2 Análise dos campos léxico-semânticos

O estudo das relações de significação permite que se conheça as diferentes formas de empregos das unidades lexicais, como os empregos preferenciais, as recorrências, as coocorrências e as restrições de uso, o que leva a análise do nível linguístico para o nível discursivo.

Das 22 unidades lexicais do *corpus* selecionadas para a análise, 21 foram reagrupadas em dois campos léxico-semânticos, definidos por critérios como a proximidade de significação e a similaridade de emprego. A unidade **guerra**, considerada holônimo⁶⁶ do campo II, será analisada separadamente, no item 6.3.

As unidades selecionadas e o seu reagrupamento em campos pode ser visto no quadro a seguir:

⁶⁶ Segundo o dicionário Houaiss, um holônimo é a “unidade léxica que designa uma totalidade da qual outras unidades (merônimos) fazem parte”.

CAMPO I	CAMPO II			
Expressão de falta de acordo	Ações militares unilaterais		Ações militares bilaterais	Designações de sentido genérico
	iniciais	não-iniciais		
1. Contenda	7. Assalto	11. Conquista	14. Batalha	20. Ação
2. Desavença	8. Acometimento	12. Expugnação	15. Choque	21. Operação
3. Diferenças	9. Ataque	13. Tomada	16. Combate	
4. Disputa	10. Invasão		17. Conflito	
5. Dissensão			18. Escaramuça	
6. Oposição			19. Peleja	

Quadro 8 - Unidades lexicais selecionadas e reagrupadas em campos léxico-semânticos.

No primeiro campo léxico-semântico foram agrupadas unidades que designam uma situação de desacordo e de falta de entendimento entre duas ou mais nações ou países, que geralmente motivam as ações militares.

O segundo campo, das unidades que dão nome a ações militares, é dividido em 3 subcampos: das ações militares unilaterais, das ações militares bilaterais e das ações designadas por unidades de sentido genérico.

O primeiro subcampo, das ações unilaterais, é composto por unidades que designam ações que começam por iniciativa de um dos lados envolvidos, comporta uma subdivisão em ações iniciais e não-iniciais, dado obtido pela observação dos usos e das definições das unidades. Vê-se que **assalto**, **acometimento**, **ataque** e **invasão** são ações que iniciam um confronto, diferentemente de **conquista**, **expugnação** e **tomada**, que não possuem essa característica.

O segundo subcampo reagrupa as unidades que denominam ações militares bilaterais, ou seja, ações em que há reciprocidade, que são realizadas reciprocamente entre dois ou mais adversários e que não partem de um contra o outro. Nesse grupo, pelas definições encontradas nos dicionários, algumas unidades também parecem indicar uma ação inicial ou derradeira, mas esse traço, muitas vezes não é atualizado nos enunciados.

No terceiro subcampo, das ações designadas por unidades de sentido genérico, estão reunidas as duas palavras utilizadas no *corpus* para tratar de ações militares e políticas de maneira mais geral e com sentido mais amplo: **ação** e **operação**, que podem ou não integrar sintagmas, como ação militar ou operação de guerra.

Dentre as unidades selecionadas para a análise, as de maior frequência no *corpus* estão nos dois primeiros subgrupos do segundo campo léxico-semântico: **tomada**, com 67 ocorrências; **ataque** e **combate**, cada uma com 56 ocorrências, e **conquista**, com 38 ocorrências. As que aparecem em menor número são: **desavenças** (1 ocorrência), **choque** (2), **conflito** (3), **dissensão** (4), **assalto** (5), **escaramuça** (6) e **expugnação** (7). O quadro de frequências das unidades no *corpus* é apresentado a seguir:

Unidade	Frequência	Forma verbal	Forma nominal
1. Guerra	191	-	191
2. Contenda	11	2	9
3. Desavença	1	-	1
4. Diferenças	24	-	24
5. Disputa	19	8	11
6. Dissensão	4	-	4
7. Oposição	17	2	15
8. Assalto	05	01	04
9. Acometimento	10	10	-
10. Ataque	56	30	26
11. Invasão	25	07	18
12. Conquista ⁶⁷	38	17	21
13. Expugnação	07	03	04
14. Tomada	67	48	19
15. Batalha	28	-	28
16. Choque	02	-	02
17. Combate	56	19	37
18. Conflito	03	-	03
19. Escaramuça	06	-	06
20. Peleja	18	12	06
21. Ação	20	-	20
22. Operação	17	-	17

Quadro 9 - Frequências no *corpus* das unidades em análise.

Pelo quadro das frequências, percebe-se que apenas a unidade **acometimento** não ocorre na forma nominal. Em relação à forma verbal, 10 unidades não se apresentam no *corpus* desta maneira: **guerra**, **batalha**, **choque**, **conflito**, **escaramuça**, **desavença**, **diferenças**, **dissensão**, **ação** e **operação**. Apesar de não serem usadas na forma verbal, as

⁶⁷ Não foram consideradas as 11 ocorrências da forma **conquistas** por se referirem não à ação, mas ao local já conquistado.

unidades **guerra** e **batalha** integram sintagmas verbais como **apresentar batalha** e **fazer a guerra**.

Os dados que constam na tabela foram calculados após a desambiguação das formas **conquista** e **tomada**. A primeira pode designar tanto a ação de se conquistar um local como o local que já foi conquistado (nesse caso, a unidade é mais usada no plural). Foram considerados apenas os casos em que esta é empregada para designar a ação de conquistar. Comportamento semelhante apresenta a unidade **tomada**. Feita a desambiguação, foram considerados apenas os contextos em que ela aparece com o sentido da ação que objetiva a posse e conquista de uma terra ou de um povo.

A análise dos campos léxico-semânticos foi feita em várias etapas. Na primeira, foram extraídas do *corpus* todas as ocorrências das 22 unidades, selecionando-se apenas aquelas em que as unidades apresentavam o sentido condizente com a designação do campo. Em seguida, foi feita a verificação das definições das unidades nos dicionários de Bluteau e de Moraes, com o objetivo de se obter os traços de significação que estas palavras compartilham, os que as diferenciam e observar se todos os semas são atualizados nos empregos da *Gazeta de Lisboa*.

Em alguns casos, devido à grande influência de outras línguas no português no século XVIII e ao fato de muitos textos publicados no jornal terem sido traduzidos de gazetas de outros países, foi necessário recorrer às informações de dicionários franceses e espanhóis, como o *Dictionnaire de la langue française*, de Émile Littré⁶⁸ (1863, 1ª edição), o *Thresor de la langue françoise, tant ancienne que moderne*, de Jean Nicot⁶⁹ (1606), o *Dictionaire critique de la langue française* (1787-1788) e o *Diccionario de la lengua castellana*, da Real Academia Española⁷⁰ (1726), conforme explicado em 2.3.

Por oferecem uma visão estruturada e estabilizada do significado das palavras, os dicionários funcionam como um discurso de produção de um imaginário comum, conforme afirmam Collinot e Mazière (1997), pois apresentam uma descrição racional do significado. As definições encontradas nos dicionários mostram, segundo esses autores, significações “coletivas”, que implicam o reconhecimento de uma comunidade. O estudo das definições lexicográficas das unidades contribuiu para a identificação dos semas que compõem sua significação, que foram comparados com o que se pôde apreender das ocorrências retiradas do *corpus*. Definidos os semas genérico e específicos, foi feita uma tabela comparativa da

⁶⁸ Disponível em: <<http://francois.gannaz.free.fr/Littre/accueil.php>>.

⁶⁹ Disponível em: <<http://artfl.atilf.fr/dictionnaires/TLF-NICOT/index.htm>>.

⁷⁰ Disponível em: <<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtile>>.

composição do semema das unidades de cada grupo. A partir desses dados foi realizada a análise das relações de significação que as unidades entretêm dentro de seus respectivos campos.

6.3 A unidade lexical guerra

O estudo dos sentidos das unidades lexicais revela que as relações de significação existentes entre as unidades dos campos léxico-semânticos em estudo não podem ser definidas apenas pela ideia de hierarquia que caracteriza as relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia.

A hiponímia é uma relação lexical de inclusão, que pode ser parafraseada como “x é um tipo de y”. Mas há casos em que a relação existente é de parte-todo, chamada de meronímia, que pode ser parafraseada como “x é uma parte de y”. A meronímia é a relação semântica em que uma unidade lexical refere parte de um todo designado por outra unidade, por exemplo: a palavra dedo é merônimo de mão, que é o holônimo daquela.

Nas etapas iniciais dessa pesquisa, a palavra **guerra** foi classificada como pertencendo ao segundo campo léxico-semântico. No decorrer das análises, verificou-se que ela refere um conjunto de diversas ações e, portanto, engloba todo o grupo. A relação de **guerra** com as demais unidades do campo das ações militares não é apenas hierárquica. Ao mesmo tempo em que se pode afirmar que um ataque, um combate ou uma batalha são tipos de ações que fazem parte de uma guerra, e que são, portanto, co-merônimas, entre algumas unidades do campo é observada também uma relação cronológica. Ou seja, além da relação de parte-todo há também uma relação de anterioridade-posterioridade.

Tal relação pode ser verificada entre unidades dos dois campos léxico-semânticos em análise, por exemplo, entre oposição, disputa e dissensão, ou entre assalto e tomada, como será mostrado nas seções seguintes.

Quanto à unidade lexical **guerra**, ela refere um acontecimento de ordem política que engloba diversas ações militares, que se desenvolvem no decorrer do tempo e de acordo com estratégias bem definidas. Os dois campos léxico-semânticos analisados nessa pesquisa são intimamente ligados a essa unidade: o primeiro é constituído de unidades que expressam desacordo em situações políticas que antecedem e motivam a tomada de decisão da realização de uma guerra, e o segundo campo é composto por unidades que designam ações militares, em relação de meronímia com **guerra**.

Outros dois campos léxico-semânticos também podem ser relacionados a essa unidade, mas não serão considerados nessa pesquisa, por não expressarem a ideia de desentendimento: o das unidades que referem derrota e/ou rendição (capitulação, sujeição) e o das que tratam dos acordos de paz (armistício, convenção, tratado, etc.). De forma resumida, as relações de **guerra** com as demais unidades selecionadas no *corpus* pode ser expressa pela ilustração a seguir:

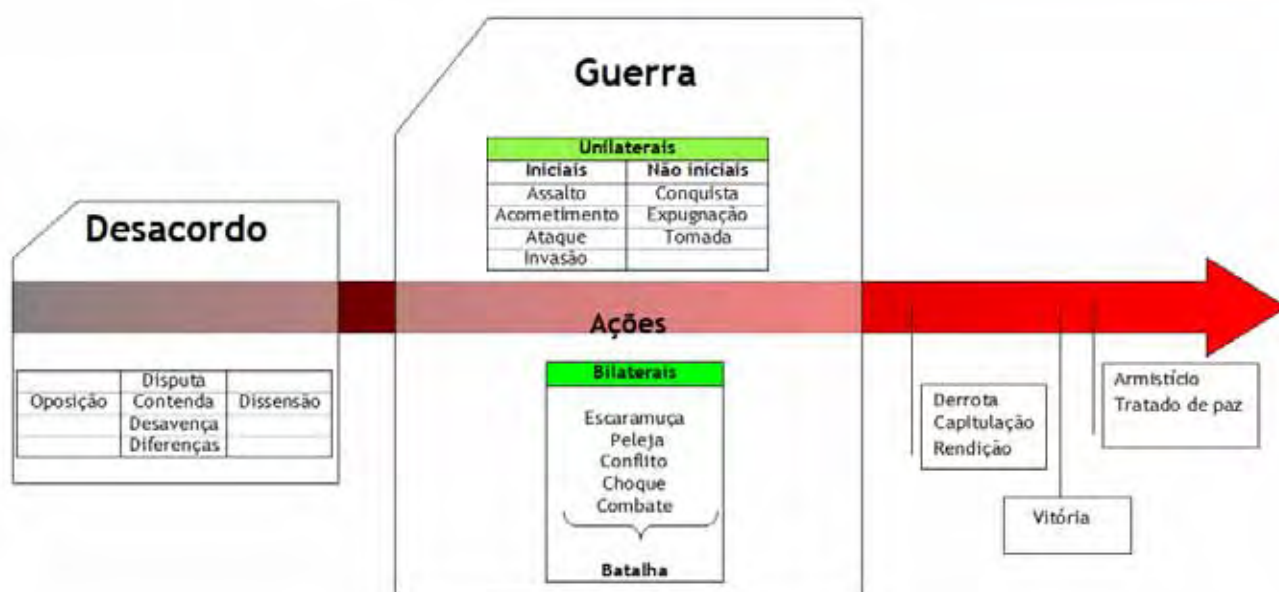


Ilustração 2 - Relações da unidade guerra com as demais unidades dos campos léxico-semânticos.

A figura acima esquematiza as relações existentes entre **guerra** e as demais unidades lexicais em estudo, pois ela se refere a um amplo conjunto de ações realizadas em etapas sucessivas, que vão da falta de acordo sobre uma questão, a disputas armadas e acordos de paz. Mostra-se a existência de uma ligação cronológica entre os campos léxico-semânticos vinculados a essa atividade militar, pois a decisão de se fazer uma guerra contra alguém é precedida de uma situação de oposição de opiniões, que pode evoluir para uma disputa (ou desavença, contenda, diferenças), cujo último estágio, a dissensão, abre caminho para o enfrentamento físico, por meio de ações militares. Quanto a essas operações, geralmente são executadas num primeiro momento as que dependem apenas da iniciativa de um dos lados envolvidos, ou seja, as ações unilaterais. Mas, segundo o grau de rivalidade dos adversários, ações bilaterais podem ocorrer em concomitância. Nesse grupo, a unidade batalha é representada em destaque, pois ela designa uma ação considerada decisiva e mais importante.

A palavra guerra é a 12ª mais frequente do *corpus*, com 411 ocorrências, 191 delas referindo o conjunto de ações militares praticadas entre duas ou mais nações quando em situação de desacordo ou de disputa. Nos demais casos, ela integra sintagmas nominais, como **general de guerra**, **armas de guerra**, **navio de guerra**, etc.. Essa unidade não aparece no *corpus* na forma verbal, mas integra sintagmas verbais como: **declarar guerra**, com 9 ocorrências; **fazer guerra**, com 8 ocorrências; **entrar em guerra** – 3 ocorr.; **se achar em guerra** – 3 ocorr.; **estar em guerra** – 3 ocorr.; e **empreender a guerra** – 2 ocorr..

A opção pela análise dessa unidade separadamente das outras se deve ao fato de ela ter a potencialidade de atualização de quase todos os semas que compõem as unidades dos dois campos léxico-semânticos em estudo. Dessa forma, percebe-se que **guerra** refere um tipo de acontecimento que representa o todo do qual fazem parte as demais unidades.

O dicionário de Bluteau informa que a palavra guerra tem origem alemã e significa “discórdia, inimizade”. Ele cita uma definição do autor holandês Gerardus Joannes Vossius (1645)⁷¹: “He huma execução de vontades discordes, entre principes, Estados ou Republicas, que não admittindo razoens, só com armas se decide.” Pela definição encontrada em Moraes, **guerra** é “todo o acto hostil, com que se faz, ou procura mal ao inimigo, para o vencer, aprisionar, matar, tomar-lhe terras, ou navios, &c.”. As acepções encontradas nesses dicionários revelam a existência de traços como [+inimizade], [+discórdia], [+com armas] e [+com objetivos], que também podem ser apreendidos pelos contextos de uso das unidades.

Do ponto de vista da esfera ou setor de atividade, a **guerra** pode ser considerada tanto como fato político e diplomático quanto militar, pois envolve a ação de exércitos para a resolução de conflitos políticos entre duas ou mais nações. Assim, pode atualizar nos discursos os traços [+político], [+diplomático] e [+militar].

Quanto aos tipos de atividades que envolve, uma **guerra** é marcada por ações realizadas por meio do enfrentamento de exércitos de forma violenta e objetiva, em operações coordenadas, que seguem determinadas estratégias e com o uso de armas. Percebe-se a presença de traços como [+entre nações], [+com ações entre exércitos], [+violento], e [+com estratégias].

Em relação às motivações e aos objetivos, uma **guerra** é reflexo da falta de acordo entre duas partes que se tornam adversárias, que mostram a contrariedade e rivalidade em ações que visam derrotar o inimigo para conquistar riquezas, ocupar territórios, reafirmar seu poder e acertar diferenças político-diplomáticas. Algumas dessas ações visam, ainda, resistir

⁷¹ Na obra *De vitiis sermonis, et glossematis latino-barbaris, libri quatuor : partim utiles ad pure loquendum, partim ad melius intelligendos posteriorum seculorum scriptores*. Cf. Bluteau (1728, p. 153, v. 4).

às ações do adversário. Podem ser apreendidos os seguintes traços: [+desacordo], [+contrariedade], [+rivalidade], [+para vencer], [+de conquista], [+de ocupação], [+disputa de poder], [+resolução de divergências] e [+resistência]. Além disso, a unidade também apresenta os semas [+de grande importância], [+localizado], este último relacionado com o lugar em que se realizam as ações.

Outra característica importante dessa unidade é que ela também é frequentemente usada na denominação de acontecimentos político-militares específicos, como Guerra dos Sete Anos e Guerra de Sucessão Espanhola, por exemplo. Ela não apenas designa e refere tais tipos de eventos, como também os nomeia.

Os 22 traços de significação aqui apresentados foram obtidos pela comparação das ocorrências da unidade no *corpus* com as definições dos dicionários da época, método aplicado a todas as unidades dos campos léxico-semânticos em estudo. Outros semas que compõem o significado da palavra **guerra** poderão ser recuperados pelo estudo do contexto e de outros elementos do intradiscurso, como será mostrados nas seções subsequentes.

Quanto ao referente designado pela palavra **guerra** nos textos da *Gazeta de Lisboa*, que será analisado mais detalhadamente na seção 6.7 desse trabalho, trata-se de um tipo de acontecimento bastante relevante para a organização política e econômica da Europa no século XVIII. As guerras eram a forma pela qual os países afirmavam seu poderio e soberania pelo uso das armas, assegurando o domínio de seu território e de suas colônias, consolidando o controle de rotas comerciais e garantindo sua influência em lutas dinásticas. A guerra era vista como uma necessidade e uma continuidade da política, uma tentativa de proteger e de aumentar a prosperidade econômica, política e social. Um excerto extraído do próprio *corpus* desse trabalho mostra essa visão:

Na verdade *grande parte da nossa renda presente nasce da guerra*; Ss. excellencias devem examinar attentamente o estado dos negocios publicos, e prevenir os vergonhosos excessos das despesas publicas. (GDL 14/02/1810).

Em um estudo sobre o vocabulário e a sociedade francesa do século XVI, Matoré (1988, p. 188-195) afirma que naquela época a guerra tinha importante papel econômico e era geralmente ligada a catástrofes financeiras, despovoamento e devastação, visão que foi mantida nos séculos seguintes e que era partilhada também em Portugal, como será mostrado no decorrer desse trabalho.

6.4 Campo léxico-semântico das designações de desacordo

Nesse campo léxico-semântico estão agrupadas as unidades que expressam a falta de entendimento entre dois países ou nações, o que geralmente motiva a realização de ações militares. Na seção anterior foi mostrado que uma das acepções dada à palavra guerra pelo dicionário de Bluteau é de “discórdia, inimizade”, o que a relaciona diretamente com as unidades lexicais que compõem esse campo. De acordo com as ocorrências do *corpus* e com as definições encontradas nos dicionários, o significado dessas unidades pode ser decomposto nos seguintes semas:

Unidade	Falta de acordo	caráter militar	caráter diplom.	rivalidade	contrariedade	resistência	necessidade de resolução
Contenda	+	+	+	+	-	+	+
Desavença	+	-	+/-	+	-	-	+
Diferenças	+	-	+	+	-	+	+
Disputa	+	+/-	+/-	+	-	+	+
Dissensão	+	-	+/-	+	-	+	+
Oposição	+	+/-	+/-	-	+	+	-

Quadro 10 - Decomposição do significado das unidades lexicais do campo léxico-semântico I.

Por possuírem muitos traços em comum, pode-se considerar que as seis unidades desse grupo entretêm entre si relação de parassinonímia. Observa-se que todas elas podem atualizar os traços [+falta de acordo] e [+rivalidade], que caracterizam o campo.

A unidade **contenda** é a única que possui os três primeiros traços de significação descritos na tabela. Isso se deve ao fato de, além de tratar da falta de acordo, essa unidade também poder designar uma disputa militar ou litigiosa decorrente desse desacordo. Essa palavra pode tanto referir a manifestação de uma oposição quanto uma briga ou desentendimento físico ou verbal.

Nos contextos em que ocorre na *Gazeta de Lisboa*, **contenda** se apresenta como algo que se pode ganhar ou perder, o que reforça a ideia de rivalidade e de confronto. Também parece ser alguma questão da qual se espera um desfecho positivo, ou seja, é algo que precisa ser resolvido. Em três das 11 ocorrências há referência explícita a um tipo de ação militar, como pode ser visto nos exemplos: *contender com ela no mar* ou *fazer uma contenda por mar*, encontrados no *corpus*, o que a aproxima também das unidades do segundo campo léxico-semântico.

Dependendo do contexto em que são empregadas, as unidades **disputa** e **oposição** também podem atualizar o sema [+de caráter militar], adquirindo o sentido de um confronto físico e não apenas verbal, de discordância de opiniões. Elas apresentam coincidência da maioria dos traços semânticos, diferenciando-se apenas pelas ideias de contrariedade, presente em **oposição**, e de algo que precisa ser acertado, ausente no semema desta. A unidade **disputa** possui o traço de algo que se procura ganhar ao adversário ([+rivalidade]), que também ocorre em **contenda**, mas que não é observado em **oposição**. Aquela também contém a ideia de algo que precisa ser ajustado, resolvido, ou que pode e deve ser revidado, para se defender de algo.

A unidade **oposição** é a única que apresenta o traço [+contrariedade], que pode ser entendida como defesa de um ponto de vista não-coincidente, e ainda contém a ideia de resistência a algo, no sentido de um impedimento à realização de alguma ação. O primeiro sentido pode ser observado em:

[...] e nam permitiremos nunca que se lhe faça *oposiçam*, nem ao prezente, nem no tempo vindouro. (GDL, 3/04/1755).

Relacionada ao sentido de contrariedade, de defesa de ponto de vista contrário, **oposição** é a designação geralmente dada ao estágio inicial de uma situação de falta de concordância e de divergência de opiniões, que pode evoluir para um confronto efetivo (físico ou verbal), representado nos discursos pelas unidades **disputa**, **contenda** e **desavença**, ou até chegar a um tipo de enfrentamento marcado por hostilidades, sendo referido como **dissensão**. O segundo sentido, como resistência, impedimento, encontra-se em:

[...] depois de hu vigoroso ataque de tres dias, & tomou a ilhota de Cerigo sem nenhuma *opposiçãõ*. (GDL, 14/09/1715).

Embora a unidade **oposição** seja mais frequentemente empregada no *corpus* para tratar de assuntos administrativos, como de votações nas câmaras, o sentido de desacordo político entre duas nações pode ser apreendido da seguinte ocorrência:

A prudencia dos Conselhos de V.Mag. e a sua natural constancia, unidas a harmonia, que subsiste entre V.Mag. e esta poderosa Republica, com quem tem concertado este grande negocio, prevaleceram a seu tempo, como esperamos, a toda a *oposiçam* injusta [...]. (GDL, 7/04/1735).

Apesar de estar em relação de parassinonímia com as demais unidades desse campo, **oposição** apresenta mais restrições no que diz respeito à comutação em contextos em que ocorrem as outras palavras, podendo ser empregada em apenas alguns casos. Isso é devido, à presença dos semas [+contrariedade] e [+resistência], que impossibilitam seu intercâmbio em todas as ocorrências.

A unidade **diferenças**, empregada no *corpus* apenas em uma ocorrência no singular, aproxima-se bastante do sentido mais frequente de **oposição**, como a etapa preliminar de um desentendimento que pode vir a se apresentar como um confronto mais importante, como pode ser visto nos exemplos:

[...] com o designio de observar huma exacta neutralidade nas *diferenças*, que ha entre o Rey Catholico e o da Gram Bretanha. (GDL, 4/02/1740).

[...] se nomearam brevemente Commissarios para entrarem em conferencia [...] a fim tambem de ajustar quaesquer *diferenças*, que possa haver entre ambas as Cortes [...]. (GDL, 10/03/1740).

Aumenta-se todos os dias a esperança de ver ajustar amigavelmente as *diferenças*, que havia entre as duas cortes da Russia, e Suecia [...]. (GDL, 10/02/1750).

É interessante assinalar que no *corpus*, essa unidade é utilizada de maneira recorrente, segundo a seguinte fórmula: *acomodar / ajustar + as diferenças + que há / havia / existem entre X e Y*.

No 9º volume de seu dicionário, Bluteau inclui a entrada *diferenças* e a classifica como um galicismo: “[...] é tomado do francês *different*, que val o mesmo que debate, controversia, disputa”. Entretanto, essa palavra não foi encontrada com este significado nos dicionários do francês da época e nem nos atuais. A informação dada pelo lexicógrafo português foi muito provavelmente baseada na fonte de informação da qual ele selecionou a acepção, pois a abonação que ele cita é de um texto da *Gazeta de Lisboa* de 18/04/1726, proveniente de Paris.

Mas esse sentido da unidade aparece no *Dicionário da real academia espanhola*⁷² (1732, p. 274): “*Se llaman freqüentemente las controversias, contrariedades y oposiciones de las personas entre si*”. Tal fato leva a crer se tratar de um neologismo semântico por empréstimo da língua espanhola, e não da francesa, como aponta Bluteau. A recorrência de

⁷² Real Academia Española. Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua [...]. Compuesto por la Real Academia Española. Tomo tercero. Que contiene las letras D.E.F. Madrid . Imprenta de la Real Academia Española por la viuda de Francisco del Hierro. 1732. (Reproducido a partir del ejemplar de la Biblioteca de la Real Academia Española). Disponível em: < <http://www.rae.es>>.

usos em uma forma fixa pode ser uma indicação da entrada e da adaptação desse neologismo no português.

Entre **disputa**, **contenda** e **desavença** a proximidade semântica é evidente pelo fato de as três unidades tratarem da etapa seguinte a uma situação de oposição, em que se tenta resolver, verbal ou fisicamente, um desentendimento. As três atualizam nos discursos os traços [+rivalidade], [-contrariedade] e [+necessidade de resolução], e apenas **desavença** não apresenta o sema [+resistência]. Com apenas uma ocorrência, **desavenças** é usada na *Gazeta de Lisboa* com o sentido de algo que perturba a tranquilidade de um país. Há nos dicionários a citação de **contenda** como sinônimo de **desavença**, mas a sinonímia só é observada quando **contenda** adquire o sentido de falta de acordo sobre algo, de manifestação de oposição, e não como briga, discussão.

Apesar da coincidência dos traços expostos na tabela com **desavenças** e **diferenças**, a unidade **dissensão** refere geralmente um desacordo no campo diplomático e não tem caráter militar, embora represente um estágio de desentendimento mais importante, geralmente marcado por hostilidades. Esse sentido, que não é dado pelos dicionários portugueses da época, pode ser apreendido das ocorrências que aparecem mais tardiamente do *corpus*. Observa-se que nas duas ocorrências anteriores a 1780, a palavra era empregada com o sentido de falta de concordância, discórdia, desavença, coincidente com as definições dadas por Bluteau e Moraes, como pode ser visto em:

[...] de sorte, que se fala ao presente em huma nova convençam para ajustar estas *dissençoens*. (GDL, 18/02/1740).

Reina huma *dissensam* entre os parmezanos, e os placentinos, pela inveja, que estes tem, de que a corte se estabelecesse em Parma [...] (GDL, 3/02/1750).

Nas ocorrências posteriores, a unidade adquire o sentido de um enfrentamento mais efetivo:

[...] o Ministro Musulmano procurou por varias vezes fallar no estado politico dos negocios da Christandade, especialmente nos projectos do Imperador, e no desassocego que estes havião occasionado a outras Potencias; nas *dissensões* daquelle Monarca com alguns dos seus vizinhos [...]. (GDL, 5/10/1785).

Tal he o remedio que se julga ter achado para a *dissensão*, que continua a reinar entre o directorio e o corpo legislativo desta republica. (GDL, 15/02/1800).

Acredita-se que a polissemia observada seja consequência da influência da língua francesa na época, pois nos dicionários daquela língua, a palavra *dissention* é definida como *querelle*⁷³: “*differend [...] dispute avec aigreur & animosité*”⁷⁴, uma briga com amargura e ressentimento. No dicionário francês *Le Littré* também é citada a possibilidade do desacordo expresso por meio dessa unidade ser seguido por manifestações de hostilidades.

A análise das unidades que integram esse campo mostra que todas têm em comum em seus usos no *corpus* a ideia de **desinteligência**, ou seja, de discrepância entre pontos de vista, desacordo, desentendimento e, em alguns casos, de falta de amizade e de hostilidade.

6.5 Campo léxico-semântico das ações militares

As unidades que integram esse campo têm forte conotação ideológica, pois exprimem a superioridade ou a submissão de um adversário em relação ao outro em situações de enfrentamento físico. As 15 unidades desse campo designam nos discursos ações que fazem parte de uma guerra, que podem ser realizadas em diferentes momentos do conflito militar e segundo os objetivos dos adversários envolvidos. Elas foram agrupadas em três subcampos, de acordo com a reciprocidade ou não na iniciativa do confronto e por terem sentido mais geral, como pode ser visto a seguir:

6.5.1 Ações militares unilaterais

As sete unidades desse subcampo léxico-semântico referem ações que são realizadas por iniciativa de apenas um dos lados envolvidos em uma disputa militar e que têm o objetivo de surpreender o inimigo para vencê-lo ou para obter alguma vantagem sobre ele. A partir de suas definições em obras lexicográficas da época e de seus usos no *corpus*, foi possível identificar os seguintes traços de significação:

⁷³ Apesar da semelhança fonética e ortográfica, no português a palavra querela tinha apenas o sentido de queixa ou causa judicial, conforme indicam os dicionários da época. Entre as obras lexicográficas atuais, o Houaiss registra: “Derivação: por extensão de sentido. conflito de interesses; briga, contenda, pendência. [...] Debate inflamado sobre pontos de vista contrários; altercação, debate, discussão”.

⁷⁴ Acepção extraída do *Dictionnaire de L'Académie Française* (1694, 1ª edição).

	Militar	Inicial	Violento	repen- tino	Apodera- mento	Seguido por ocupação	Expulsão do advers.	contra alvo animado
Assalto	+	+	+	+	+	+/-	+/-	-
Acometimento	+	+	+	+	-	-	-	+
Ataque	+	+	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-
Conquista	+	-	+/-	+/-	+	+	+/-	-
Expugnação	+	-	+	-	+	+	+	-
Invasão	+	+	+	+/-	+/-	+/-	+/-	-
Tomada	+	-	+	+/-	+	+	+/-	-

Quadro 11 - Decomposição do significado das unidades do subcampo das ações militares unilaterais.

O estudo do semema, a leitura dos textos e a verificação dos contextos onde aparecem essas sete unidades levaram à realização de uma nova subdivisão do campo léxico-semântico, em ações iniciais e não iniciais, o que é demonstrado a seguir, juntamente com a significação apreendida de cada unidade nos dicionários e contextos estudados (são citados apenas os significados que aparecem nas ocorrências do *corpus*):

1A - Subcampo léxico-semântico das ações militares unilaterais iniciais (primeira ação, a que desencadeia o confronto) – presença do traço [+inicial]

Assalto - Ação repentina e violenta contra um local (território, construção, obras) sem realização de sítio, nem formação de trincheiras; ocupação repentina.

Ataque – Ação de um adversário contra outro, que dá início a uma batalha; Ação contra um local (com o sentido de assalto, invasão).

Acometimento – Ato que principia uma batalha; Ataque com o uso de armas; Investida rigorosa, assalto inicial.

Invasão – Ação violenta e hostil de se entrar (por força) em um território ou construção (do adversário) para enfrentá-lo, apoderar-se dele, conquistá-lo ou danificá-lo.

1B – Subcampo léxico-semântico das ações militares unilaterais não-iniciais (que não desencadeiam o conflito) – presença dos traços [-inicial] e [+apoderamento]

Conquista – Ação de tomar, adquirir uma construção ou território com o uso da força; Ato de dominar alguém com o uso das armas.

Expugnação – Ação de tomada de um local (forte, ilha, cidade) que estava em posse do adversário; Tomar, render, abater com armas; Vitória, imposição da derrota a um rival.

Tomada – Ação de tomar, assaltar, expugnar uma cidade, forte ou praça com armas, combatendo.

As unidades de ambos os grupos supõem a existência de dois personagens, o que age e o que sofre a ação. Os semas prioritários que as agrupam são [+militar], [+unilateral] e [+violento]. As unidades do grupo 1A, contêm a ideia de algo inaugural, possuindo em comum o sema [+inicial], enquanto as do grupo 1B apresentam coincidência dos traços [-inicial] e [+apoderamento].

Quanto às relações semânticas, as unidades do primeiro grupo podem ser utilizadas como sinônimas na maioria dos contextos, o que permite considerar que se trata de um caso de parassinonímia próxima. A unidade **acometimento** é a que mostra um maior distanciamento de sentido em relação às outras unidades do campo, pois não possui como potenciais para atualização os semas [apoderamento], [seguido por ocupação] e [expulsão do adversário] e também não apresenta ocorrências na forma verbal, o que pode ser prova de uma restrição de emprego.

Por esse motivo, e também por aceitar a associação a alvos de ação com o traço [+animado], as possibilidades de substituição dessa unidade por outras do campo são reduzidas. Na frase: *O capitão veio acometer nossas tropas.*, apenas **atacar** pode ser usada no mesmo contexto, pois também apresenta o sema [+contra alvo animado]. Por isso, ela pode ser usada diante de pessoa ou de local ([-animado]), o que pode ser comprovado pelo teste de comutação na seguinte frase: *O rei mandou atacar nossos soldados.* A substituição de **atacar** por **assaltar** ou **invadir** não é semanticamente possível sem que seja alterado o sentido da unidade (principalmente no caso de **assaltar**, que é polissêmica).

Uma maior proximidade semântica é verificada entre as unidades **assalto**, **ataque** e **invasão**, que apresentam coincidência de grande parte dos semas que podem ser atualizados em discurso, como [repentino], [apoderamento], [ocupação], [expulsão do adversário] e [-contra alvo animado], este último potencial apenas para ataque.

Com apenas cinco ocorrências no *corpus*, a unidade **assalto** é empregada entre 1715 e 1745, caindo em desuso depois disso. Acredita-se que, em contexto militar, ela tenha sido gradativamente substituída por **ataque**, que apresenta maior força expressiva e menor ambiguidade, pois em **assalto** também está presente a noção de roubo, que permanece na língua até hoje e que já havia sido registrada por Moraes: “ataque repentino de feras ou ladrões aos que passam ou a um arraial”.

No dicionário francês *Le Littré* é registrada uma distinção entre **assalto** e **ataque**, que também poderia justificar essa hipótese: “assaltar, proveniente de saltar, indica algo brusco e imprevisto, que não existe em atacar” (tradução nossa)⁷⁵.

As unidades desse campo que apresentam restrições semânticas em relação ao alvo da ação são **assalto**, **conquista**, **expugnação**, **invasão** e **tomada**. O alvo da ação designada por uma dessas unidades não deve conter o traço [+animado], pois se pode falar normalmente de um assalto a uma fortaleza, da conquista de uma cidade, da tomada de um castelo, mas soam um pouco estranhas ao português construções como “realizar a invasão de uma tropa”, “expugnar um exército” ou “a tomada de um batalhão”.

Nos casos de **assalto** e **conquista**, que são polissêmicas, para se manter o sentido de ação militar, elas devem ser associadas a alvos [-animados], pois não se diz “assalto ao exército” ou “a conquista dos atiradores”. Isso é devido à especialização léxico semântica dessas unidades, que fica evidente no caso de assalto: quando associada a alvo com o sema [+animado], adquire o sentido de roubo mencionado acima, distanciando-se da ação de caráter militar.

As unidades **assalto**, **invasão**, **conquista**, **expugnação** e **tomada** e, em alguns casos, **ataque**, podem atualizar o sema [+de conquista], que demanda um alvo de ação [-animado]. Desta forma, na frase: *Os turcos assaltaram a fortaleza.*, todas as unidades do grupo são intercambiáveis. Mas na oração: *Ele repetiu no dia seguinte o ataque.*, apenas as unidades **assalto** e **invasão** podem ser empregadas nesse contexto, pois **conquista**, **tomada** e **expugnação** são ações que só podem ocorrer uma vez. A alteração do verbo introdutório permite a comutação de todas as unidades: *Ele fez um (novo) ataque.* Nesse caso, **ataque** pode ser substituída por qualquer uma das outras unidades do grupo.

Correndo o risco de parecer redundante, vale ainda registrar a maior proximidade entre **conquista**, **tomada** e **expugnação**, que integram o segundo subgrupo desse campo léxico-semântico. Na frase: *A corte otomana expediu ordens para emprender o sitio e expugnação daquela fortaleza.*, apesar da comutação de todas as unidades do campo ser possível, somente as unidades **conquista** e **tomada** e, com menor precisão, **assalto**, mantêm a ideia de uma ação que teria o objetivo do apoderamento de um local.

Ainda em relação aos usos das unidades do campo, por meio de uma detalhada pesquisa sobre a situação histórica narrada em cada um dos contextos onde as unidades aparecem, foi possível observar que todas elas ora designam uma ação que parte da situação

⁷⁵ No original : “assaillir, venant de salire, sauter, indique quelque chose de brusque et d'imprévu qui n'est pas dans attaquer”.

(considerada aqui como o país de onde se origina o texto publicado na gazeta), ora tratam de ato efetuado pelo inimigo, não havendo empregos preferenciais diferenciados para cada uma dessas situações.

Esse estudo das relações de significação entre as unidades do campo léxico-semântico mostra que o significado de cada palavra também é constituído nos e pelos contextos em que esta aparece.

Os usos que fazemos hoje de uma palavra têm a capacidade de evocar os usos que fizemos ontem e em situações mais antigas, e portanto, ensinam sempre comparações e generalizações. (ILARI; CUNHA LIMA, s/d).

Segundo esses autores, ao se trabalhar com o léxico, é preciso sempre levar em conta duas ideias: a) que as palavras têm um sentido literal, e b) que esse sentido literal pode variar de pessoa para pessoa, de tempo para tempo, de contexto para contexto, e está sempre sujeito a ajustes.

6.5.2 Ações militares bilaterais

As seis unidades que compõem esse campo léxico-semântico denominam ações militares que ocorrem de maneira recíproca, por iniciativa dos dois ou mais lados envolvidos na questão. A partir da leitura dos contextos em que aparecem no *corpus* e das definições encontradas nos dicionários, podem ser considerados os seguintes semas como relevantes para seu reagrupamento no campo:

Unidade	Militar	Com armas	Com todas as forças	Inicial	De grande importância	Entre nações	Entre exércitos
Batalha	+	+	+	-	+	-	+
Choque	+	+/-	+	-	+/-	-	+
Combate	+	+	+/-	-	+/-	-	+
Conflito	+	+/-	+/-	-	+/-	+/-	+/-
Escaramuça	+	+	-	+/-	-	-	+
Peleja	+	+	+/-	-	+/-	-	+

Quadro 12 - Decomposição do significado das unidades do subcampo das ações militares bilaterais.

Diferentemente da unidade **guerra**, que é usada apenas quando se trata de uma ação que envolve duas nações ou dois países, e de **conflito**, que também pode apresentar ocorrências com esse sentido diplomático, as unidades desse subcampo são empregadas somente para tratar de ações realizadas entre exércitos ou por partes deles.

Embora haja a coincidência de semas, as relações de significação existentes entre as unidades desse subcampo manifestam-se em diferentes níveis. Observa-se que as unidades entretêm entre si relação de hiperonímia/hiponímia, são co-hipônimas, pois todas designam um tipo de ação militar bilateral, sendo esse seu hiperônimo.

Verifica-se também a relação de meronímia, correspondente à metonímia, de parte-todo. A meronímia, como já foi exposto em 5.3, é uma relação partitiva e hierárquica, que pode ser parafraseada como “x é uma parte de y”. Ou seja, **batalha**, **combate**, **peleja**, **escaramuça**, **choque** e **conflito** designam ações que são partes de uma **guerra**.

De acordo com os dados da tabela, percebe-se que de todas as unidades do grupo, apenas **batalha** e **combate** possuem em seu semema a atualização dos semas [militar], [com armas], [com todas as forças] e [de grande importância] em todas as ocorrências. Isso levaria a pensar que se trata de um caso de parassinonímia, mas há diferenças relativas ao uso que é feito de cada uma.

Combate apresenta no *corpus* ocorrências tanto na forma nominal quanto na forma verbal. Encontram-se usos de **combater**, mas não de batalhar (ou guerrear), o que evidencia o caráter mais nominal de **batalha** e **guerra**, que referem ações específicas e decisivas. **Combate** representa também a ideia mais genérica, pois **peleja**, **escaramuça**, **choque** e até **conflito** (que pode também ser empregada de forma mais ampla) podem ser classificadas como tipos de combates. Nesse caso, **combate** funciona como hiperônimo dessas unidades.

No que diz respeito aos empregos da unidade **batalha**, esta pode ser usada para designar tanto uma ação entre exércitos ou entre parte deles. Segundo as definições dos dicionários consultados, **batalha** era usada anteriormente para designar uma parte do exército e, com o tempo, passou a ser empregada para designar o tipo de ação realizada por essa parte do exército. Encontra-se em Bluteau: “antigamente era o esquadrão com guarnição e alas de cavalaria; [...] a batalha era o todo constituído pela vanguarda, retaguarda e corpo”; e em Moraes: “antigamente era o centro do exército, entre a vanguarda e a retaguarda; Turma em que antigamente se dividia o exército”.

A principal distinção entre **batalha** e **combate** reside no fato de que a primeira pode designar ainda um acontecimento pontual e mais marcante ou decisivo. Um bom exemplo é a forma como é até hoje conhecida a última ação militar que contou com a participação de

Napoleão Bonaparte, em 18 de junho de 1815: batalha de Waterloo, e não o combate de Waterloo.

Batalha, assim como **guerra**, pode ser usada na denominação de um acontecimento militar específico (como a Guerra da Coreia, a Batalha dos Cravos), o que não ocorre com **combate**. Embora em uma guerra haja várias batalhas e combates, elas são empregadas de maneira diferenciada. Moraes registra que **batalha** “é a peleja entre dois exércitos ou duas armadas, na qual pode haver vários conflitos”, entendendo-se aqui conflito com o sentido de combate. **Combate** seria, então, uma parte de uma **batalha**, que é uma parte de uma **guerra**. A relação existente entre **combate** e **batalha** é, então, de meronímia.

Segundo o dicionário *Le Littré*, mesmo essas duas unidades tendo se originado de formas com sentidos bem diferentes, quando elas passarem a ser usadas quase como sinônimas, manteve-se uma inclinação de uso que consagra **batalha** ao conflito de um exército, enquanto **combate** pode ser usado para qualquer tipo de conflito⁷⁶. A esta informação o mesmo dicionário acrescenta: “Numa linguagem precisa, batalha significa um combate em que dois exércitos empenham todas as suas forças. Normalmente os exércitos têm combates antes de entrarem em uma batalha. Diz-se ganhar, perder uma batalha; o que não se diz para um combate” (tradução nossa)⁷⁷.

Caso que merece especial atenção é o da unidade **conflito**. Embora as definições encontradas nos dicionários da época citem como seus sinônimos **peleja**, **combate**, **batalha** e **luta armada**, a unidade possui um sentido de base mais amplo, de falta de entendimento, de desacordo. Por extensão desse sentido, ela pode designar o enfrentamento físico e, conseqüentemente, militar que decorre dessa falta de entendimento, que possibilita a relação de parassinonímia com as unidades citadas pelos dicionários. A unidade **conflito** também poderia ser usada em sentido mais amplo, como **conflito militar**, aproximando-se das unidades do terceiro subcampo léxico-semântico analisado nesta pesquisa, mas este tipo de emprego não foi verificado no *corpus*.

A proximidade semântica entre **conflito** e **guerra** pode ser vista em:

⁷⁶ No original do Le Littré : « On verra à l'étymologie que bataille a signifié anciennement et proprement troupe, bande; tandis que combat n'exprime que l'idée de se battre avec. De là, quand ces deux mots sont devenus synonymes, une inclination de l'usage à consacrer bataille au conflit d'une armée, et combat à tout conflit quelconque. »

⁷⁷ No original : « Dans un langage précis, bataille signifie un combat dans lequel deux armées ont engagé toutes leurs forces. Les armées ont ordinairement des combats avant d'en venir à une bataille. On dit gagner, perdre une bataille ; ce qui ne se dit pas avec combat. »

[...] então he que começara huma guerra da especie mais destructiva para os francezes, e mais segura para os hespanhõs; então começara esta especie de *conflicto*, em que o esforço individual he tudo, e a combinação desnecessaria. (GDL, 9/02/1810).

Mas ela também é empregada para tratar de ações entre exércitos, em relação de parassinonímia com as demais unidades desse subcampo, como pode ser observado em:

Durou o *conflicto* desde as 3 horas até as 7 da tarde, em que os Turcos o seguiram até o seu campo. (GDL, 6/04/1745).

[...] na terceira o renderam depois de hum porfioso *conflicto*, em que lhe mataram o capitam, e feriram o piloto [...]. (GDL, 12/02/1750).

Isso se deve à polissemia da unidade **conflicto**, que pode significar “falta de entendimento entre duas ou mais partes (países)” ou “choque, enfrentamento de dois exércitos, ou de parte deles”. Quando trata de uma situação em que atuam duas nações, essa unidade está em relação de parassinonímia distante com **guerra**. Quando designa a ação de um exército ou de parte dele, **conflicto** está em relação de parassinonímia com as unidades **choque**, **escaramuça** e **peleja**, e de co-meronímia com essas e também com **batalha** e **combate**, todas em relação de meronímia com **guerra**, que é o holônimo⁷⁸ delas.

Outro traço diferenciador das unidades desse subcampo é [+/- de grande importância], que trata da consideração da ação referida nos discursos como sendo de pequena ou de grande proporção. Esse sema está relacionado, por exemplo, com o fato de ação envolver apenas uma parte dos soldados de uma tropa e, portanto, ter menor amplitude e apresentar consequências e efeitos locais e menos importantes, como é o caso de **choque**, **conflicto**, **escaramuça** e **peleja**.

A unidade **peleja** designa o enfrentamento, a briga em si, e o foco é na ação dos soldados de uma parte do exército que está envolvida em um **combate**. Isso pode ser confirmado pela maior frequência dessa unidade no *corpus* na forma verbal, que demonstra seu caráter mais agentivo. Segundo as definições encontradas nos dicionários, ela trata de um enfrentamento militar com ou sem o uso de armas, com o objetivo de responder a um ataque, defender-se ou de atacar o inimigo. Bluteau informa que o objetivo de uma **peleja** é “lançar fora o inimigo”, o que a aproximaria de **expugnação**, **conquista** e **tomada**, mas esse sentido não é observado nas ocorrências do *corpus*, como pode ser visto em:

⁷⁸ Segundo definição do Dicionário Houaiss, holônimo é “unidade léxica que designa uma totalidade da qual outras unidades (merônimos) fazem parte (p.ex., corpo é h. de braço)”.

Acabou-se a *peleja*, retirou-se cada hum para o seu campo, sem a nenhum lhe parecer que tinha direito de cantar a victoria. (6/04/1745).

Entraram com a mais varonil actividade em nova *peleja*. (GDL, 9/01/1755).

[...] havendo-nos morto muitas nas tres *pelejas* [...].(GDL, 12/02/1750).

Peleja designa, então, um tipo de ação militar, que pode evoluir para uma **batalha**, que é parte importante de uma **guerra**.

Fato interessante é que em 11 das 18 ocorrências de **peleja** no *corpus*, a referência é a uma ação da Marinha ou ocorrida entre barcos. Seu uso para tratar de ações em terra ou entre partes de exércitos é mais recente, aparecendo no *corpus* a partir de 1745. Acredita-se ser este um caso de generalização de emprego de uma unidade que tinha anteriormente um uso mais restrito e específico.

Segundo os dicionários consultados, a unidade **escaramuça**, com 6 ocorrências no *corpus*, poderia ser diferenciada das demais do grupo por apresentar semas relacionados à ordem cronológica e à importância da ação militar por ela designada. Bluteau a define como “preludio de uma batalha campal”, enquanto Moraes registra “peleja começada entre poucos soldados de uma e outra parte, antes que os exércitos travem a batalha”. Nas ocorrências encontradas no *corpus*, não é possível apreender o traço [+ inicial], apenas entende-se que se trata de uma ação de menor importância, como pode ser visto a seguir:

[...] tem havido frequentes *escaramuças* entre os dous partidos [...]. (GDL, 21/09/1715).

Os destacamentos [...] tem muitas vezes *escaramuças* com os Hussares Imperiaes. (GDL, 7/04/1735).

Corre aqui ha dias a voz de ter havido humma pequena *escaramuça* entre as tropas eleitoraes de moguncia, e as do bispo principe de Wurtzburgo [...]. (GDL, 19/02/1750).

Com **choque** observa-se comportamento semelhante. Essa unidade, que contém a ideia inicial de reciprocidade, é definida por Moraes como “acommetimento, rencontro de inimigos”. Mas esse autor descreve acometimento como “ação de acommetter; tentativa, começo, empresa”, e acometer como “assaltar, investir, principiar a batalha, briga; empreender”. Esse traço [+ inicial] não é encontrado nos dicionários de francês da época. No *Le Littré*, a unidade **choque** é definida como “ação em que os combatentes se enfrentam corpo-a-corpo, em oposição à ação com armas”⁷⁹; e o *Dictionnaire de L'Académie Française*

⁷⁹ No original : « Action où les combattants s'abordent corps à corps, par opposition à action de feu ».

(1ª ed.) a define como “reencontro e combate de duas tropas de pessoas de guerra”⁸⁰. As ocorrências do *corpus* também não revelam essa característica, como pode ser visto no excerto abaixo:

[...] tem feito huma Relaçam muy estrondosa do *choque*, que houve no Condado de Glatz entre as suas tropas, e as Austriacas [...]. (GDL, 6/04/1745).

Diferentemente do observado no primeiro subcampo das ações militares, o traço [+inicial] não se mostra relevante como caracterizador das unidades desse segundo grupo. O sema diferenciador mais relevante é [+de grande importância], presente no semema de **batalha**, e que pode ser atualizado em alguns contextos por **choque**, **combate**, **conflito** e **peleja**.

6.5.3 Designações de sentido genérico

No estudo desse subcampo léxico-semântico são avaliados os usos das unidades **ação** e **operação** quando ocorrem no *corpus* com o sentido de um acontecimento ou uma realização de ordem militar ou política. O interesse de seu estudo nessa pesquisa está na verificação da alternância de usos entre essas unidades e as que compõem os subcampos das ações militares unilaterais e bilaterais.

Nas ocorrências do *corpus*, tanto ação quanto operação apresentam os semas [+militar] e [+/- violento], também recorrentes nas outras unidades do campo. Por terem um sentido mais geral, que caracteriza os hiperônimos, possuem menos traços diferenciais de significação.

A unidade **ação**, entre outras acepções, pode designar qualquer atividade ou evento militar e, dessa forma, é o hiperônimo de todas as unidades do campo léxico-semântico. Nas ocorrências do *corpus*, **ação** também pode designar uma parte ou etapa de um combate, como pode ser visto em:

[...] a batalha naval succedida a 8 deste mez entre as duas armadas sueca, & dinamarqueza, foy huma das mais disputadas *acções* deste seculo. (GDL, 28/09/1715).

⁸⁰ No origina: « Il se dit aussi de la rencontre & du combat de deux troupes de gens de guerre ».

Encontraraõse com os inimigos, & depois de disputarem porfiozamente huns & outros [...]. Nesta *acção* ficaraõ onze suecos prisioneyros com alguns cavallos, & houve alguns mortos. (GDL, 7/09/1715).

Os argelinos aprezaraõ, e trouxeraõ ao seu porto dous navios mercantis de Hollanda [...]. He verdade, que tambem esta *acção* dos argelinos [...]. (GDL, 16/02/1730).

[...] segundo tem corrido a voz intentavam passar para empreender alguma *acçam* por aquella parte [...]. (GDL, 7/07/1735).

Durou a *acçam* 7 horas, e foy igual a perda de parte a parte. (GDL, 6/04/1745).

Nenhuma pessoa com licença por qualquer motivo que seja, excepto quando for ferido em *acção*, tera direito ou recebera este augmento [...]. (GDL, 8/02/1810).

No dicionário de Moraes há a informação de que **ação** pode significar “estar a tropa, exército em acção, em actual exercicio de guerra, não acantonada, nem aquartelada”. Sentido semelhante é registrado pelos dicionários franceses. No *Dictionnaire de L'Académie Française* essa acepção aparece na 4ª edição, como “combate, reencontro entre tropas [...]”. Fala-se também que as tropas começam a entrar em ação, para dizer que elas começam a agir” (tradução nossa)⁸¹. O *Dictionnaire Critique de la Langue Française* dá uma explicação precisa sobre o uso dessa unidade no contexto militar: “assinala-se que ela (essa palavra) não se une a todos os verbos aos quais combate ou batalha se unem [...]. Diz-se que as tropas entram em ação, ou em campanha.” (tradução nossa)⁸².

Pela comparação das ocorrências, conclui-se que as duas unidades desse grupo são parassinônimas, o que confirma a informação dada por Bluteau: “Operação - geralmente se toma por *acção*”, e ele completa que as operações militares são as de guerra. O *Dictionnaire de L'Académie Française* (4ª ed.) apenas cita que a unidade pode ser usada na linguagem militar. Os exemplos retirados do *corpus* mostram o uso de **operação** com o sentido de **ação**:

[...] soube ganhar com a sua afabilidade, com que executava as ordens nas *operaçãoens* da campanha [...]. (GDL, 6/01/1735).

[...] se ha de fazer hum grande Conselho sobre as *operaçãoens* militares intentadas contra Suecia [...]. (GDL, 10/03/1740).

Por effeito daquella sortida forão reprimidas as *operaçãoes* do Inimigo até a manha do dia 6. (GDL, 6/01/1795).

⁸¹ No original : « Action se dit aussi d'un combat, d'une rencontre entre des Troupes. [...] On dit, que des troupes commencent à entrer en action, pour dire, qu'elles commencent à agir [...]. »

⁸² No original : « Mais remarquez qu'il ne s'unit point avec tous les verbes, avec lesquels combat ou bataille s'unissent. [...] On dit que les troupes entrent en action, ou en campagne. »

[...] porque estes importantes detalhes das *operações* dos nossos exercitos foraõ interceptados. (GDL, 1/02/1810).

[...] que durante o inverno emprenda *operação* alguma de consequencia, por estar o apenino liguriano e os alpes cubertos ja de neve, e separarem os dous exercitos. (GDL, 7/02/1800).

Apenas na 6ª edição, de 1832-5, o *Dictionnaire de L'Académie Française* registra uma definição mais detalhada de **operação**, ligada à ideia de estratégia: “em termos de guerra, de política, de administração, de finanças, de comércio, etc., se diz dos desenhos (projetos) que são ou devem ser executados” (tradução nossa)⁸³.

Pelo teste de comutação, percebe-se que a unidade **operação** pode ser substituída por **ação** em todos os contextos, mas na direção contrária a permuta não é possível. Pode-se empregar **operação** em apenas alguns casos onde ocorre a unidade **ação**, pois esta tem um sentido mais amplo que aquela. A troca de **ação** por **operação** nem sempre é possível sem a alteração do sentido nas frases:

[...] dando-lhes ordem, para que em vingança desta **acçam** passassem a espada todos os moradores e a batalha naval [...]. (GDL, 4/02/1740).

[...] foy huma das mais disputadas **acções** deste seculo [...]. (GDL, 28/09/1715).

Mas a substituição de **operações** por **ações** é perfeitamente aceitável em:

As **operações** do sitio de Stralsund caminhaõ com muyta lentidaõ [...]. (GDL, 2/11/1715).

Apesar da maior proximidade semântica, assim como as unidades estudadas nos subcampos anteriores, **operação** também mantém relação de hiponímia com **ação**, que é o hiperônimo do campo.

Como foi dito no início dessa seção, pelo estudo das relações que as palavras entretêm entre si no interior dos campos é possível conhecer e descrever as diferentes formas possíveis de empregos das unidades, o que envolve não apenas dados de ordem linguística, mas também discursiva. Pelo estudo do campo lexical das ações militares, podem ser observadas diferentes relações entre as unidades. **Guerra** é o holônimo de todas as unidades, o referente do todo do qual elas fazem parte. A unidade **ação** é o hiperônimo do grupo e, em alguns casos, **operação** também pode funcionar como hiperônimo. Desta forma, verifica-se que, independentemente das relações que mantêm entre si no interior dos subcampos, as unidades

⁸³ No original : « [...] en termes de Guerre, de Politique, d'Administration, de Finance, de Commerce, etc., se dit des desseins qui sont ou qui doivent être mis à exécution [...] ».

que designam as ações unilaterais, as ações bilaterais e também **operação** são co-hipônimas e co-merônimas.

6.6 Análise do cotexto

Nos estudos lexicais, observa-se que o sentido das unidades não é constituído apenas por semas que podem ser apreendidos pelo estudo do sistema da língua. Existem traços de significação variáveis, que possibilitam a polissemia e que são convocados segundo os empregos das palavras. Alguns desses traços, provenientes de práticas e de associações no ambiente léxico-sintático das unidades, podem ser mais recorrentes que outros e, pela sedimentação nos usos, tendem a integrar os significados das palavras. Aceita-se a ideia de que os elementos que se encontram na sequência textual, na linearidade da estrutura discursiva, também podem ser constituintes do sentido lexical.

A noção de cotexto, revista na seção 2.5.4 desse trabalho, remete às sequências verbais localizadas no mesmo ambiente da unidade em estudo, e relaciona as palavras de um mesmo texto. Trata-se do contexto entendido em seu sentido estrito, que engloba tanto o entorno linguístico de uma palavra em um enunciado quanto o ambiente intratextual da ordem sintagmática do discurso.

O estudo dos cotextos nesse trabalho visa identificar traços de significação que não puderam ser apreendidos pela análise sêmica das unidades e nem pelo estudo dos campos léxico-semânticos. Tem como objetivo também a verificação de práticas associativas e discursivas recorrentes no discurso da imprensa escrita periódica do século XVIII, que podem revelar parte do conteúdo ideológico expresso por meio dos elementos do vocabulário.

São analisados os cotextos verbal, nominal (somente substantivos) e preposicional das 22 unidades selecionadas do corpus e que são o objeto dessa pesquisa. Para isso, é feito um levantamento dos verbos, substantivos e preposições que figuram no entorno dessas unidades lexicais e também é realizado um estudo da posição sintática que as unidades assumem nos enunciados.

A análise cotextual foi feita de maneira individual, por meio da leitura dos textos em que as unidades são usadas, destacando-se os elementos verbais, nominais e preposicionais. Foram consideradas as unidades em estudo em sua forma nominal e verbal. Na análise do cotexto verbal foram observados os verbos que ocorrem próximos às unidades, não limitados à mesma frase, considerando-se também as frases anteriores e posteriores à oração em que a

unidade é encontrada. O mesmo se aplica à análise do cotexto nominal, em que foram verificados apenas os substantivos que ocorrem no entorno das unidades estudadas. O interesse está em verificar quais são os semas atualizados na sequência textual e quais são os traços de significação incorporados às unidades pelo ambiente linguístico em que são empregadas.

Um dos primeiros objetivos é a verificação da preferência temática, ou seja, se as palavras ocorrem em ambientes dominados por um tema prioritário. Nas seções seguintes são expostos os resultados obtidos das análises dos cotextos que relevantes para essa pesquisa.

6.6.1 O cotexto da unidade guerra

Das 411 ocorrências da unidade **guerra** no *corpus* inicial dessa pesquisa, em 191 ela designa a luta armada entre nações, e nas outras 220 integra sintagmas que referem nomes de cargos ou de equipamentos usados em ações militares. Em 44 dessas 191 ocorrências, a unidade guerra é empregada na posição sintática de objeto direto, a mais recorrente no *corpus*, seguida pela de objeto indireto, com 35 ocorrências. Como sujeito, a unidade é usada em apenas 14 ocorrências. Também é frequente o aparecimento da unidade em sintagmas verbais, tais como fazer a guerra, declarar a guerra, entrar em guerra, estar em guerra, se achar em guerra, como pode ser visto nos exemplos a seguir (o destaque em itálico é nosso):

[...] da sua Religiam , que so lhe ordenam *fazer a guerra* contra os Infieis [...]. (GDL, 4/02/1740).

[...] agora , que o Gram Senhor intenta *fazer a guerra* a Thomas Kouli Khan [...]. (GDL, 10/03/1740).

Dizem que o animo do Sultam he *fazer a guerra* com todas as suas forças [...]. (GDL, 12/05/1740).

[...] esperança da Coroa de Suecia emprenda *fazer a guerra* a Emperatriz. (GDL, 19/05/1740).

Por ventura he este o modo de *fazer a guerra*? (GDL, 6/02/1790).

[...] de armas entre as Potencias, que *estam em guerra*, ou havia alguma aparencia [...]. (GDL, 7/04/1735).

[...] em ordem as diversas Potencias, *que estam em guerra*. (GDL, 6/07/1745).

[...] poder-se-hia crer que não *estamos em guerra*. (GDL, 6/02/1790).

[...] se vira obrigada a *entrar em guerra* com a Gram Bretanha [...]. (GDL, 4/02/1740).

[...] nam esta ja inclinada a *entrar em guerra* com a Russia [...]. (GDL, 10/03/1740).

[...] no Continente a resolução de *entrar em guerra*; [...]. (GDL, 1/10/1805).

[...] motivo para crer, que esta *se achava em guerra* com a Toscana. (GDL, 3/02/1750).

[...] por quanto elles *se achão actualmente em guerra* declarada. (GDL, 401/1785).

[...] com quem a Republica Franceza *se acha em guerra* [...]. (GDL, 3/04/1795).

[...] os devedores a Nações, que *se achão em guerra* com a Republica [...]. (GDL, 3/04/1795).

[...] para qualquer das Potencias que *se achão em guerra* com a Republica [...]. (GDL, 3/04/1795).

[...] as Potencias que *se achão em guerra* com a França. (GDL, 4/07/1795).

Entre as preposições empregadas em associação com a unidade **guerra**, **contra** é a mais frequente, com 15 ocorrências no *corpus*, seguida por **com**, que é usada 14 vezes. **Entre** e **a** ocorrem 6 vezes cada uma. A preferência pela utilização de **contra** reforça as ideias de oposição, contrariedade e hostilidade, enquanto o uso de **com**, revela a existência de algum tipo de relação, seja de oposição ou de participação de forma equivalente ou recíproca.

O cotexto nominal de **guerra** é marcado por um certo equilíbrio de unidades que pertencem ao universo político-administrativo (Estados, país, corte, república, majestade) e a textos de característica militar (tropas, exército, homens, forças, etc.).

O estudo dos entornos linguísticos de **guerra** mostra que essa unidade, apesar de estar sempre presente nos textos, não é o foco dos enunciados, sendo empregada como complemento (objeto direto e indireto) em 41,3% das ocorrências. Em 42,5%, **guerra** compõe locuções adverbiais (*depois da guerra*, *na última guerra*, por exemplo). Isso revela que as gazetas não falavam diretamente sobre a **guerra**, pois não tinham a função didática característica da imprensa atual, mas tratavam de ações pontuais e relatavam seus desdobramentos.

Os sintagmas verbais em que **guerra** é empregada representam cerca de 9% das ocorrências dessa unidade, o que revela que ela é raramente relacionada à ideia de ação, pois a maioria dos empregos é com verbos de estado (*estar em guerra* e *se achar em guerra*).

Na seção 6.3 foram listados os semas apreendidos por meio dos usos da unidade **guerra** nos textos e pela comparação com as definições dadas pelos dicionários da época. Complementar àqueles resultados, o estudo do cotexto aqui exposto é revelador da presença dos seguintes traços: [+oposição], [+rivalidade] e [-agentividade].

O estudo das ideias frequentemente associadas à unidade **guerra**, que contribuem para a construção desse referente nos discursos, será apresentado na seção 6.7.1 desse trabalho, a partir da página 162.

6.6.2 O cotexto das unidades que expressam desacordo

Das unidades que expressam desacordo (**desavenças**, **diferenças**, **dissensão**, **disputa**, **contenda** e **oposição**), apenas as três últimas têm ocorrências na forma verbal, em menor frequência que na forma nominal. Mas em alguns casos, observa-se o emprego de formas nominais em sintagmas verbais, como em:

[...] e nam permitiremos nunca que se lhe *faça oposiçam*, nem ao presente, nem no tempo vindouro. (GDL, 3/04/1755).

Este tipo de emprego é raro neste grupo, mostrando-se mais relevante no caso da unidade **disputa**, que apresenta um certo equilíbrio entre os empregos na forma verbal (8 ocorrências) e nominal (11), como nos exemplos:

Encontraraõse com os inimigos, & depois de *disputarem* porfiozamente huns & outros o seu valor [...]. (GDL, 7/09/1715).

[...] que embaraçavaõ os caminhos, que s. mag. abria, para chegar ao ajuste desta *disputa*. (GDL, 2/11/1715).

Verifica-se também que as unidades desse grupo são empregadas mais frequentemente na posição de objeto direto, sendo exceções **contenda**, que aparece mais como objeto indireto, e **diferenças**, que apresenta no *corpus* maior número de ocorrências como sujeito.

No entorno nominal das unidades desse grupo predominam palavras ligadas à área administrativa, como negócios, corte, câmara, república, ministro, projeto, conferência, conselho, constituição, decreto, ordem, dieta, votos e assembleia, entre outras. Em menor quantidade, há ocorrências de unidades ligadas à terminologia militar, como guerra, tropas, munição e exército. Isso confirma que no discurso da imprensa essas unidades atualizam traço de significação [+caráter administrativo].

Quanto às preposições, a mais recorrente nos entornos dos elementos desse campo é **entre**, seguida por **com**, que reforçam a ideia de relação, de algo que é estabelecido ou realizado simultaneamente entre dois lados.

Pelo estudo do cotexto das unidades desse grupo, foi possível identificar um funcionamento recorrente ligado à unidade **diferenças**, já mencionado em 6.4, que na maioria de suas ocorrências no *corpus* com o sentido de desacordo aparece na seguinte estrutura:

as diferenças + que havia / há / existem + entre x e y
--

O emprego da oração relativa mostra a intenção de enfatizar a falta de concordância expressa pela unidade **diferenças** na frase, como pode ser visto nos seguintes excertos extraídos do *corpus*:

[...] para se acomodarem as *diferenças* que ha entre esta Corte, e o Magistrado da Cidade de Hamburgo. (GDL, 6/01/1735).

As *diferenças*, que ha entre esta Republica, e a Corte de Turim, sobre os limites, e jurisdiçam dos dous Estados [...]. (GDL, 18/02/1740).

Aumenta-se todos os dias a esperança de ver ajustar amigavelmente as *diferenças*, que havia entre as duas cortes da Russia, e Suecia [...]. (GDL, 10/02/1750).

Também na seção 6.4 desse trabalho, foi mostrada outra particularidade dessa unidade: a evidência de ser ela um neologismo semântico por empréstimo do espanhol. Acredita-se que a utilização de **diferenças** com essa acepção numa estrutura fixa seja devida à manutenção da estrutura de origem do empréstimo.

O estudo do cotexto das unidades que expressam desacordo mostra que elas são frequentemente empregadas nos textos do jornal em ambientes de temática mais político-administrativa que militar, e que a ideia de relação entre lados divergentes é reforçada pelo uso das preposições **entre** e **com**, que contêm o traço [+reciprocidade].

6.6.2.1 As ideias recorrentes associadas às unidades

Os entornos das unidades lexicais nos textos também revelam as ideias que são mais frequentemente associadas a elas. As unidades que expressam desacordo são geralmente

relacionadas a uma situação de perturbação da tranquilidade, que pode evoluir para um confronto de maiores proporções, como pode ser visto em:

Todas estas sam de alto bordo, desde 90 peças até 60 de forte, que se este Reyno *romper a paz* que tem com Inglaterra, se achara em estado de **contender** com ella no mar [...]. (França. Pariz, 23 de janeiro. GDL, 25/02/1740).

Ficando por este modo satisfeita a essencia, e o principal objecto do decreto de Wetzlaer, e perfeitamente *restabelecida a boa ordem e tranquillidade*, v. a. certamente não poria mais duvida a restituir-se ao seu paiz, e os subdelegados dos tres principes directores terão a felicidade de trabalhar a sua vista por compor todas as **desavenças**, que *tem perturbado* ha varios annos a esta parte a *tranquillidade* do paiz de Liege [...]. (Liege, 13 de janeiro de 1790. GDL, 20/02/1790).

[...] parece que a Corte nam esta ja inclinada a entrar em guerra com a Russia, mas antes *viver com ella em boa intelligencia; a fim de conservar a paz* no Norte; antes se diz, que se nomearam brevemente Commissarios para entrarem em conferencia sobre hum negocio muy importante com Mons. de Bestuchef, Ministro daquela Coroa, a fim tambem de ajustar quaesquer **diferenças**, que possa haver entre ambas as Cortes [...]. (Suécia, Stockholmo, 14 de janeiro. GDL, 10/03/1740).

As unidades **disputa** e **oposição** também referem ações de menor importância, que fazem parte de estratégias de combate, ligadas à evolução das tropas nos campos de batalha:

[...] construido alguns fortins, *para disputar a passagem* do rio cetina aos inimigos; que alguns avisos fazem subir ao numero de 60. mil. (Veneza, 27 de julho. GDL, 7/09/1715).

[...] dizem haver chegado naquelle ultimo dia hum correyo do exercito do Principe Carlos-de-Lorena com aviso de haver entrado a 27 na Silesia pelas gargantas de Jansdorff sem nenhuma perda, nem **oposiçam**, nam obstante ser facil aos inimigos *disputar-lhe a passagem* [...]. (Alemanha, Hamburgo, 1 de junho. GDL, 6/07/1745).

[...] a este momento chega a noticia de que o almirante Seestede estava pelejando a 25 do corrente com os navios suecos, que lhe *queriaõ disputar a passagem*, & que foraõ obrigados a retirar-se cinco a Osterdiep, & quatro a Stralsund. (Hamburgo, 27 de setembro. GDL, 2/11/1715).

O graõ senhor passou desta cidade a Despotialia para melhor se applicar as direcções da guerra contra Veneza, o graõ vizir entrou no reyno da Morea com o exercito otomano, *passando o isthmo* sem a menor **oposição**; & atravessando com grande trabalho alguns desfilhadeiros [...]. (Turquia, Adrianopla, 29 de junho. GDL, 14/09/1715).

O capitão baxa general da armada naval obrigou a render-se a ilha de Tenos a 14. do corrente, depois de hu vigoroso ataque de tres dias, & *tomou a ilhota* de Cerigo sem nenhuma **oposição**. (Turquia, Adrianopla, 29 de junho. GDL, 14/09/1715).

A unidade **oposição** também é frequentemente ligada à ideia de debate na esfera administrativa:

[...] e sendo a **oposição** de hum so homem, foy occasião de hum grande *debate*, em que se representaraõ muitas *razoens pro, e contra*, até que chegaraõ aos votos [...]. (Polonia, Varsovia, 14 de novembro. GDL, 4/01/1725).

A 8 e a 10 continuaraõ os *debates* na Camera, se se concluir cousa alguma, pela obstinada **oposição** do Nuncio Zenowicz, sem embargo de se haver declarado, que não fora legitimamente eleito, e que assim não podia ser assento, nem voz na Assembleia [...]. (Polonia, Varsovia, 14 de novembro. GDL, 4/01/1725).

Mons. Pulteney, Mons. Wyllimot, e o Cavalleiro Joz, Jachyle *combatéram esta proposta com grande força*; mas sem embargo da sua **oposiçã**, se resolveu com a pluralidade de 256 votos contra 183 [...]. (Gram Bretanha, Londres, 1 de março. GDL, 7/04/1735).

As unidades **dissensão** e **diferenças** aparecem como algo que precisa ser acertado:

[...] que aquelle Monarca tem mandado fazer representaçoens a ElRey de Sardenha, e declarar-lhe, que tem esta Republica debayxo da sua protecçã; de sorte, que se fala ao presente em huma nova convençã *para ajustar* estas **dissençoens**. (Genova, 30 de dezembro. GDL, 18/02/1740).

Tal *he o remedio* que se julga ter achado para a **dissensão**, que continua a reinar entre o directorio e o corpo legislativo desta republica. (Suissa, Berna, 1º de janeiro. GDL, 15/02/1800).

[...] sobre as propoziçoens, que os seus Soberanos lhes tem feito, *para se acomodarem* as **diferenças** que ha entre esta Corte, e o Magistrado da Cidade de Hamburgo. (Dinamarca, Copenhague, 20 de novembro. GDL, 6/01/1735).

[...] antes se diz, que se nomearam brevemente Commissarios para entrarem em conferencia sobre hum negocio muy importante com Mons. de Bestuchef, Ministro daquela Coroa, *a fim tambem de ajustar* quaesquer **diferenças**, que possa haver entre ambas as Cortes [...]. (Suécia, Stockholmo, 14 de janeiro. GDL, 10/03/1740).

Tem-se ajustado as **diferenças**, que havia entre esta Coroa, e a de França sobre o Tratado de Subsidio [...]. (Dinamarca, Copenhague, 2 de fevereiro. GDL, 24/03/1740).

O Conde de la Chetardie, Embayxador de França, tem oferecido a mediaçã delRey seu amo, *para ajustar* as **diferenças**, que ha entre esta Corte, e a de Suecia [...]. (Russia, Petrisburgo, 31 de março. GDL, 19/05/1740).

[...] que podera mandar informar aquellas cortes da disposiçã do animo da imperatriz, nossa soberana, *para ajustar* amigavelmente as **diferenças**, que tem com a de Stockholm [...]. (Russia, Moscow, 4 de dezembro. GDL, 10/02/1750).

O tempo sera, quem mais perfeitamente nos aclare a verdade; porem he certo, que sua mag. prussiana ajuda, quanto pode, as diligencias, que a nossa corte faz *para acomodar* as **diferenças**, que ha entre as da Russia, e Suecia. (Alemanha, Vienna, 10 de janeiro. GDL, 19/02/1750).

Continua a corte em empregar o seu cuidado *na acomodaçã* das **diferenças** da Russia com Suecia [...]. (Vienna, 14 de janeiro. GDL, 24/02/1750).

A disputa de terras ou a falta de entendimento sobre os limites de territórios também é muitas vezes associada à unidade **diferenças**, como pode ser visto abaixo:

As **diferenças**, que ha entre esta Republica, e a Corte de Turim, *sobre os limites, e jurisdiçam* dos dous Estados [...]. (Genova, 30 de dezembro. GDL, 18/02/1740).

A Republica de Genebra conseguiu dos Cantoens de Zurick, e de Berne, que escrevessem a S. Mag. sobre as **diferenças**, que ha entre ambos, *por causa dos limites das terras* de Chapitre, e de Sam Victor, que ainda subsistem. (Turin, 26 de dezembro. GDL, 18/02/1740).

[...] e dizem, serem sobre as **diferenças**, que ainda subsistem entre os dous Imperios *sobre a demarcação dos limites*. (Ratisbonna, 28 de março. GDL, 12/05/1740).

A unidade **disputa** é a única o grupo que é relacionada a questões religiosas:

[...] este caso não era para se **disputar** entre os dous partidos, que nelle deviaõ ser unanimes, & sacrificar os seus bens, & as suas vidas pelo serviço delrey, *pelo mantimento da religião*, & pelas suas liberdades. (Gran bretanha, Londres, 27 de julho. GDL, 7/09/1715).

Nella lhe expoz, que o rey de Sicilia mostrou sempre hum grande respeyto *a se apostolica*, & a pessoa de s. santidade, & estava pezarosissimo de ver produzir todos os dias difficuldades novas, que embaraçavaõ os caminhos, que s. mag. abria, para chegar ao ajuste desta **disputa**. (Italia, Roma, 10 de setembro. GDL, 2/11/1715).

[...] sobre a **disputa** dos quindenios, que desde muytos annos pertende *a se apostolica* das rendas das igrejas unidas a algumas comunidades [...]. (Italia, Roma, 21 de setembro. GDL, 9/11/1715).

Sendo a *Igreja de Jesus Christo* formada sobre estes misteriosos, e bem advertidos preceitos, sempre creu [...] que o *Senhor* escolheu para guardas da sua Vinha, a fim de que de commum acordo trabalhem em reformar os costumes, e terminar as **disputas** [...]. (Italia, Napoles, 30 de janeiro. GDL, 5/04/1725).

[...] fizera publicar immediatamente hum Edicto; no qual se dizia, que o *Papa*, nam somente confirmava os privilegios antigos da Republica, mas lhes deixava tambem a plena liberdade de votar nos negocios da conjuntura presente [...] de sorte que este negocio, segundo todas as apparencias, podera ainda dar ocasião a grandes **disputas**. (Florençia, 23 de janeiro. GDL, 17/03/1740).

Além de ser relacionada a uma situação de perturbação da tranquilidade, a unidade **contenda** também é associada a outros quatro pensamentos: a) como algo de grande importância política; b) como uma ação da qual decorre perda financeira; c) como uma ação na qual é preciso tomar algum partido; e d) uma ação que acontece no mar, como pode ser visto nas seguintes ocorrências:

a) evento importante:

As *grandes contendas* que ha entre o arcebispo de Santiago, & do cabido daquela metropoli sobre materias de jurisdicção, que *tem feyto tanto ruido* nestes reynos [...]. (Hespanha, Madrid, 18 de outubro. GDL, 2/11/1715).

[...] todos estes Exercitos, que se vão mover, não travarão talvez combate; e que esta *grande contenda* se podera terminar pela despeza d'alguns milhões, e não pela effusão de sangue. (Paris, 14 de dezembro. GDL, 4/01/1785).

[...] a concluir d'hum modo seguro e honroso a *grande contenda* em que s.m. se acha empenhado. (Londres, 1º de fevereiro. GDL, 22/02/1800).

b) perda financeira:

Os *grandes thesouros* que ajuntou o famozo Muley Ismael seu pay *se acham tam exhauridos* pelos tres principes que *contenderão* sobre a coroa, que apenas existem algumas peças antigas de prata, e poucas joyas, mas nenhu dinheiro amoedado. (Barbaria, Tanger, 2 de dezembro. GDL, 2/03/1730).

[...] e que esta *grande contenda* se podera terminar pela *despeza d'alguns milhões*, e não pela effusão de sangue. (Paris, 14 de dezembro. GDL, 4/01/1785).

c) ação realizada no mar:

Todas estas sam de alto bordo, desde 90 peças até 60 de forte, que se este Reyno romper a paz que tem com Inglaterra, se achara em estado de *contender* com ella *no mar* [...]. (França, Pariz, 23 de janeiro. GDL, 25/02/1740).

Talvez esta união occasionese mais cedo ou mais tarde alguma *contenda por mar* [...]. (Paris, 13 de setembro. GDL, 5/10/1785).

d) ação em que se toma ou não partido

He aqui constante haver mandado S. M. Britanica declarar, nos termos mais expressos, pelos seus Embaixadores nas differentes Cortes de Europa, que esta na determinada resolução de *não tomar parte alguma* na actual *contenda* entre o Imperador e a republica das Provincias-Unidas. (Londres, 14 de dezembro. GDL, 4/01/1785).

[...] que, se a Prussia *tomar* nas actuaes *contendas alguma parte* contra ella, haver-se-ha s. m. dinamarqueza por desligado da promessa que fez as cortes de Londres e Berlin de observar huma exacta neutralidade [...]. (Vienna, 2 de janeiro de 1790).

6.6.3 O cotexto das unidades que referem ações militares

Embora se esperasse encontrar as unidades que designam ações militares em ambiente de temática predominantemente militar, o estudo do cotexto mostra que, entre as palavras que tratam de ações unilaterais, em alguns casos é observada uma tendência de uso em textos ligados ao domínio administrativo. É o caso, por exemplo, de **conquista**, cujo entorno é marcado por verbos ligados à administração e pela não ocorrência de verbos de ações militares, como marchar, pelejar e combater, entre outros.

Dos substantivos que aparecem no cotexto das unidades analisadas, a maioria é relacionada à área militar (nomes de cargos do exército, de armas e de operações militares, entre outros). As unidades pertencentes ao domínio militar integram mais de 50% das coocorrências relacionadas às unidades **assalto**, **acometer**, **atacar/ataque** e **tomar**, do grupo de ações unilaterais, também representam mais da metade das coocorrências das unidades do grupo de ações bilaterais (tropas, inimigos e exército aparecem nas proximidades de todas as unidades), e ainda são maioria nos entornos de **expugnar/expugnação** e **tomada**. Tal situação se inverte em dois casos: no entorno de **invasão/invadir** há predominância de unidades referentes à administração. Um equilíbrio temático é verificado no cotexto da unidade **conquistar**, onde há paridade entre os domínios militar e administrativo.

Em relação aos verbos que são usados nos entornos das unidades desse grupo, dado interessante é a preferência pelo uso de sintagmas formados com o infinitivo ou com um substantivo em substituição às formas verbais flexionadas. São mais frequentes nos textos da *Gazeta de Lisboa* ocorrências do tipo dar um assalto, ir acometer, dever atacar, marcha a conquistar, resolveu expugnar, intentava invadir e querem tomar, entre outras, que o uso dos verbos flexionados sem o uso de auxiliares. As exceções são os verbos **tomar** e **pelejar**, que têm mais ocorrências nas formas flexionadas.

A verificação das preposições que acompanham as unidades lexicais estudadas tem grande valor para o estudo do conteúdo ideológico, uma vez que elas, mais frequentemente que os verbos, exprimem a noção de oposição e revelam o ponto de vista da enunciação. Elas mostram a maneira de dizer a oposição.

Nos entornos das unidades que designam ações unilaterais, verifica-se que a preposição mais utilizada é **de**, exceto com **assalto/assaltar** e **acometimento/acometer**, que só ocorrem como formas verbais ou em sintagmas verbais. A segunda preposição que mais aparece é **em** (no, na, naquela, nesta), em contextos das unidades **invasão** e **ataque**. A terceira

mais usada é **contra**, também no entorno de **ataque** e **invasão**. Destaca-se ainda o fato de a preposição **sobre** aparecer apenas associada à unidade **ataque**.

As preposições que coocorrem nos contextos dessas unidades reforçam o traço [+unilateralidade], uma vez que indicam, em sua maioria, o alvo da ação que é praticada. Nas ocorrências estudadas, as diferentes preposições desempenham a função indicativa/introdutória do alvo/objeto da ação, e podem ser substituídas umas pelas outras, por exemplo em: a invasão **da/na/contra a/sobre a/à** ilha. Elas introduzem o alvo da ação que sempre apresenta o traço [-animado]. Uma exceção aparece ao lado de **conquista**, que quando se relaciona a um alvo do tipo [+animado], como em *conquista dos povos*, por exemplo, seleciona sempre a preposição **de**.

As poucas ocorrências em que a preposição introduz o agente da ação são com a preposição **de** (*ataque do inimigo* e *invasões dos franceses*), e este agente apresenta o traço [+animado] por se tratar da nominalização da voz passiva (*ataque feito pelo inimigo*, *invasão feita pelos franceses*). A preposição **de** assinala, em uma única ocorrência, duração.

Outras preposições também indicam unilateralidade e o alvo da ação: **a**, **contra**, **sobre** e **em**. Em todas as ocorrências elas introduzem objetos não-animados, como nomes de países, cidades, localidades, construções. As preposições **contra** e **sobre**, que também possuem o traço [+unilateralidade], mostram mais explicitamente a oposição e atualizam também o traço [+oposição]. A preposição **em** reafirma o traço [+localidade] do alvo da ação.

Acredita-se que a baixa frequência de preposições com o traço [+oposição] indique que as unidades que designam as ações militares unilaterais, por já possuírem o traço [+unilateralidade], não necessitariam/aceitaram a atualização do traço [+oposição], pois o fato de o conflito partir de um dos lados já indica que há discordância e falta de entendimento. Dessa forma, o uso de preposições com o traço [+oposição] seria redundante.

Nos cotextos das unidades que referem ações bilaterais, a preposição mais recorrente é **entre** (com **escaramuça**, **choque**, **combate** e **batalha**), e a segunda mais empregada é **com** (com **escaramuça**, **peleja** e **combate**). Essas preposições indicam reciprocidade e bilateralidade, e contêm a ideia de paralelismo, tratando as ações como sendo praticadas igualmente por ambos os lados da disputa. A preposição **contra**, que como já foi dito, possui o traço [+unilateralidade], aparece no entorno das unidades **peleja**, **combate** e **operação**, reforçando o traço [+oposição]. Dessa maneira, acentua-se a rivalidade entre os participantes da ação, e se dá certa parcialidade ao enunciado.

A preposição **em** é usada em associação com as unidades **peleja** e **operação**, indicando o local em que acontecem as ações, sem adquirir conotação ideológica. Também

indicando lugar, a preposição **de** é empregada com a unidade **batalha**, em expressões denominativas do tipo “a batalha de X (nome de local)”, como em batalha de Pultowa, de Austerlitz, de Marengo, e de Vimeiro. Associada a **operação**, a preposição **de** expressa especificação (operação de guerra) e procedência, origem da ação (operação do inimigo).

Quanto à posição sintática, as unidades desse grupo desempenham mais frequentemente a função de objeto direto. Apenas as unidades **ação** e **tomada** são mais empregadas na função de sujeito. Considera-se que, se uma palavra aparece mais frequentemente em posição de objeto, menos ela é portadora de agentividade. Ao contrário, se aparece mais como sujeito, mais ela possui potencialmente um caráter agentivo.

6.6.3.1 As ideias recorrentes associadas às unidades

O levantamento das ideias que são relacionadas às unidades na sequência discursiva não se limita à mesma frase ou parágrafo em que a unidade ocorre e tem o objetivo de, por meio de traços cotextuais recorrentes, revelar dados da construção dos referentes no intradiscurso.

Por designarem operações militares que fazem parte de uma guerra, as unidades desse campo são frequentemente associadas às ações realizadas ou sofridas por exércitos e com o uso de armas, como pode ser visto em:

A 18 sahiraõ da praça 6 *esquadroens* de cavallaria sueca resolutos a **atacar** o quartel dos dinamarquezes, & arruinar toda a obra das linhas por aquella parte. (GDL, 07/09/1715).

O general determina **atacar** aquella forte a 10 do corrente, & para este effeyto o proveo o almirante Sehested de *artelharia grossa*, & de *morteyros*. (GDL, 21/09/1715)

[...] se puzera em marcha a 22 com todas as suas tropas, [...] o que lhe nam impidiu continuar a sua derrota, mas que pouco depois foy **atacada** a sua *retaguarda* [...]. (GDL, 06/07/1745)

[...] não se confirma o boato de terem os francezes **atacado** a *vanguarda* do grão visir. (GDL, 11/02/1800).

[...] se avisa que o *destacamento* que fez o *exercito* confederado para hir **expugnar** a ilha de uzedom com 1500 *infantes*, & 8 *esquadroens*, se havia posto em marcha [...]. (GDL, 7/09/1715).

[...] os confederados resolverão **expugnar** a Ilha de Ruden, & encarregarão esta empresa ao Principe de Anhalt cõ *hum grosso destacamento* [...]. (GDL, 12/12/1715).

Também é recorrente a ideia de perda, principalmente associada às unidades **assalto**, **ataque**, **ação**, **batalha**, **peleja** e **combate** como pode ser visto em:

[...] depois de 13 dias de **ataque**, & de 3 **assaltos**, em que inutilmente *padecerão a perda* de perto de tres mil homens, se retirarão ao seu primeyro campo. (GDL 21/09/1715).

[...] se soube depois, que os turcos deraõ differentes **assaltos** aquella fortaleza; & que o do dia 14 durara cinco horas; mas que em todas estas occasioens foraõ rebatidos *com grande perda sua*. (GDL, 5/10/1715).

Dizem, que os Hespamhoes na noite de 10 para 11 deste mez deram tres **assaltos** a algumas obras exteriores daquella Praça; mas de todos *foram rechaçados com perda*. (GDL, 06/10/1735).

[...] fez avançar as suas tropas, e ganhar a Cidade por **assalto**; porém *foy rechaçado*, e se retirou da empreza *com perda*. (GDL 06/04/1745).

Passaram-se 8 dias, e repetiu aquelle Principe os seus **ataques**. Durou a acçam 7 horas, e *foy igual a perda* de parte a parte. (GDL, 06/04/1745).

A *perda dos inimigos* foy ao menos igual a nossa. Isto he, o que asseguram os officiaes, que se acharam nesta **acçam**. (Vienna 27 de Fevereiro. GDL, 6/04/1745).

[...] se acabão de publicar as particularidades de tres **acções**, que houverão nas fronteiras da Croacia a 21, 23, e 24 do mez passado, sempre com vantagem nossa. Na principal destas **escaramuças** queria hum destacamento turco passar o rio Glina para ir a Swinitza; porém foi *embaraçado, e constrangido* a dar costas *não sem bastante perda*. (GDL, 19/02/1790).

[...] & achando ser mais numerosa do que se havia crido, tivera por mais conveniente, não arriscarse a *perda* de hua **batalha**, que na presente conjuntura podia causar a total ruina deste estado. (GDL, 2/11/1715).

[...] mandou occupar pelos seus soldados todas as entradas das montanhas, onde elle se havia refugiado, depois da *perda* da ultima **batalha**; o que o precisou a pedir partidos ao tio. (GDL, 16/02/1730).

Durou o **combate** perto de 5 horas; mas o Conde de Nadadsi, sem embargo do valor, com que dizem **pelejou** na Alsacia contra todo hum exercito, *foy posto em desordem* pelo nosso Coronel. (GDL, 6/07/1745).

Além da ideia da perda, as de destruição e morte também são muito frequentes nos entornos das unidades desse campo léxico-semântico, como pode ser visto nas seguintes ocorrências:

[...] e nos ficamos conservando os nossos postos em Mittelwalde; havendo tido nestas **escaramuças** 120 até 130 *feridos*, e perto de 180, entre *mortos*, e *perdidos*; dos quaes todos os dias vem chegando alguns. (GDL, 6/04/1745).

[...] apesar de suas manobras, e da rapidez dos seus movimentos, se reconheça cercado, e que não tem tempo senão para se render, ou **combater**, com *huma total destruição e ruina*. (GDL, 5/02/1810).

[...] havendo o principe Thamas recebido hum grande reforço de tropas commandado por Mahamud hum dos principaes senhores da provincia de Kandahar, *destrossara* em tres **batalhas** o exercito de sultam Eschereff [...]. (GDL, 2/03/1730).

[...] em cuja **acçam** morreu, ferido com hum bala pela cabeça o mesmo Coronel, dous Tenentes de Granadeiros, hum Sargento, e 35. Soldados [...]. (GDL, 6/10/1735).

Nesta **acção** ficaraõ onze suecos prisioneiros com alguns cavallos, & *houve alguns mortos*. (GDL, 7/09/1715).

[...] e sendo rebatidos nas duas primeiras com *grande mortandade*, na terceira o renderam depois de hum porfioso **conflito**, em que lhe *mataram* o capitam, e feriram o piloto, cortando-lhe hum mam, e metendo-lhe tres balas em hum braço, e dando-lhe hum grande golpe na cabeça, e outro na cintura, cativando 60 pessoas, havendo-nos *morto* muitas nas tres **pelejas** [...]. (GDL, 12/02/1750).

Em muitas ocorrências as unidades **tomada**, **acometimento** e **ataque** designam ações realizadas pela Marinha dos países envolvidos nos conflitos. Para tratar de ações militares ocorridas no mar também são usadas as unidades **peleja**, **combate** e **batalha**:

O capitão baixa general da *armada naval* obrigou a renderse a ilha de Tenos a 14 do corrente, depois de hu vigoroso **ataque** de tres dias, & **tomou** a ilhota de cerigo sem nenhuma opposição. (GDL, 14/09/1715).

[...] depois da **tomada** desta ilha padeceu a *armada* otomana hum grande tempestade que desarvorou muytos *navios*, de que se mandarão sete para negroponte. (GDL, 7/09/1715).

[...] dous dias depois de ter sahido de Flessinga foi **tomada** por hum *navio da Esquadra* do Alimrante Duncan; a dita corveta, durante o seu ultimo curso nos mares do Norte, **tomou** 21 *embarcações*, 12 das quaes metteo a pique. (GDL, 2/10/1795).

Os corsarios de barbaria continuam a infestar estes mares com hum grande numero das suas *embarcaçoens*, e **acometem**, e visitam todas, as que encontram [...]. (GDL, 17/02/1750).

O *almirante* de dinamarca Seested **acometeo** a 25 do corrente os oyto *cossarios* suecos que *infestavaõ* a *enseada* do Oder [...]. (GDL, 9/11/1715).

[...] a **batalha naval** succedida a 8 deste mez entre as duas *armadas* sueca, & dinamarqueza, foy hum das mais disputadas **acçoens** deste seculo. (GDL, 28/09/1715).

[...] se resolveo o general Arnheim a **combatello** com artelharia grossa, & morteyros, que o mesmo *almirante* fez desembarcar da sua *armada*. (GDL, 14/09/1715).

Por hum navio Inglez que passou por Zante se teve aqui noticia de que a nossa *Armada* se fizera a vela em dous do corrente, pra **pelejar** com a *armada* Ottomana; por cuja razaõ se fazem oraçoens publicas [...]. (GDL, 12/10/1715).

As unidades **conquista** e **expugnação** são algumas vezes descritas como ações que merecem ser recompensadas:

Generosamente tem os seus serviços sido sempre remunerados pela soberana, que, para lhe dar huma *prova do apreço* que faz da **conquista** de Bender, lhe mandou de presente huma peça de brilhantes, por forma de coroa de louro [...]. (GDL, 5/02/1790).

O tenente coronel Subow, que foi quem trouxe a primeira noticia da dita **conquista**, *foi promovido* ao posto de coronel, e ajudante de campo da imperatriz, que alem disso *o gratificou* com huma caixa de tabaco toda cravejada de brilhantes. (GDL, 5/02/1790).

O imperador, *em recompensa* da **conquista** da praça de Coni, houve por bem conferir ao tenente general principe de Lichtenstein, por quem foi commandado o cerco daquella praça, o 3º regimento de dragões, que daqui em diante tera o nome do dito principe. (GDL, 7/02/1800).

[...] tantas provincias ferteis, **conquistadas** no curto espaço de 8 mezes, dão até mesmo a cada soldado *as mais justas pertenções a algum merecimento pessoal* [...]. (GDL, 18/02/1800).

[...] resolveo o senado *mandar premiar* o governador, officiaes, & guarnição da de Sing, pelo bem que a defenderão, assim para estimular o valor, & o brio dos outros, como por se haver recebido a noticia, de que a corte ottomana havia expedido ordens ao baxa de Bosnia, para tornar a emprender o sitio, & **expugnação** daquella fortaleza. (GDL, 2/11/1715).

Nos textos, a unidade **invasão** é associada a diferentes ideias: a) defesa e prevenção de algo esperado; b) algo cuja execução é planejada; c) ação inesperada, repentina; é d) ação vigorosa, em que se empregam todas as forças. São alguns exemplos:

a) Ideia de defesa e prevenção de uma ação prevista

[...] toda a camera geralmente mostrou tanto zelo *da segurança* de s. magestade, & de *prevenir a invasão*, de que o reyno se acha ameaçado [...]. (GDL, 7/09/1715).

O cardinal Tanara cuydando na *defensa* destas costas, & de todas as mais do estado ecclesiastico, mandou a Roma hum papel, que fez sobre as tropas, & milicias necessarias para a sua *defensa*, de que se espera a resposta com impaciencia, pelo *receyo* em que nos tem sempre estas repentinas **invasões**. (GDL, 7/09/1715).

S. mag. fez chamar o lord Maire com todos os officiaes das ordenanças, & lhes deu parte dos *avisos que havia recebido* da **invasão**, que os inimigos da coroa *pretendem fazer* nestes reynos, & lhes recomendou cuydassem muyto na *segurança*, & cõservação desta grande cidade [...]. (GDL, 7/09/1715).

[...] todos em ordem a *segurar* a coroa, & o governo na pessoa de s. mag. a *sossegar*, & *impedir os tumultos* que tam frequentemente perturbaõ o sossego da nação, a levantar as tropas necessarias para a sua *defensa*, & a descobrir dinheyro para a satisfação, das despesas que pedem as presentes *prevenções*. Tudo se dispõem a *defensa da pretendida invasão*. (GDL, 14/09/1715).

O *receyo* que havia nesta corte da **invasão** *intendada* pelo pretendente, se acha quasi dissipada de todo, pelo muyto cuydado que se teve em *aplicar as cautelas necessarias para a nossa defesa* [...]. (GDL, 28/09/1715).

Naõ obstante a actividade com que tem procedido a junta superior de Cordova, a fim de evitar a **invasaõ**, que *intentava fazer* o inimigo naquelle reino [...]. (GDL, 1/02/1810).

b) Algo planejado e preparado com antecedência

[...] se confirmaõ os avisos ja recebidos de outras partes, dos *grandes aprestos* que faz o pretendente para **invadir** os reynos da Grã bretanha. (GDL, 14/09/1715).

[...] se aplaude agora muito depois das noticias, que chegaram da Persia, *indicando os intentos*, que o novo Schach tem de **invadir** as terras deste Imperio. (GDL, 18/02/1740).

[...] começara a correr a voz de que *intentava* **invadir** o Imperio Ottomano com hum poderoso Exercito [...]. (GDL, 19/05/1740).

[...] outras pessoas mal intencionadas, em occasiaõ que s. mag. brit. tem avisos seguros da **invasaõ**, que o *pretendente maquina* contra os reynos da Grã Bretanha [...]. (GDL, 28/09/1715).

[...] que podera padecer na **invasam**, que os Austriacos *pertendem fazer* nesta Provincia. (GDL, 6/07/1745).

[...] o que elles viraõ indica estar por ora abandonado o *projecto* de **invasaõ**. (GDL, 1/10/1805).

c) Uma ação inesperada e repentina

[...] pelo receyo em que nos tem sempre estas *repentinias* **invasõens**. (GDL, 7/09/1715).

Nesta cidade se vay dispondo tudo o que pode ser util a sua defensa, como se esperassemos nella alguma **invasaõ repentina**. (GDL, 21/09/1715).

d) Uma atividade realizada com vigor, energia

[...] & que se fizera a **invasaõ** com *tanto vigor*, que em menos de huma hora, hum batalhaõ sueco foy totalmente desfeyto, naõ escapando ninguem delle de morto, ou prisioneyro. (GDL, 7/09/1715).

[...] huma Naçam tam poderosa, que se acha com os braços livres *para empregar todas as suas forças* contra este Reyno, [...] para emprender huma **invasam geral** por mar, e por terra [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] contou somente com a *energia da sua resistencia*; mas assim que forão obrigados a abandonar a esperança de **invasaõ** [...]. (GDL, 22/02/1800).

A ideia de vigor também aparece associada à unidade **combate**, como mostram os seguinte excertos:

Pela ultima posta de Zamofeia se recebeu a nova de ter havido hum **combate muy vigorozo** entre as Tropas Stanilistas [...]. (GDL, 6/01/1735).

Durou o **combate** *sempre com hum fogo muy vivo* de parte a parte até depois do Sol posto [...]. (GDL, 6/04/1745).

Foi o **combate** *vigoroso*, e sanguinolento; e disputada com exesperaçam a victoria [...]. (GDL, 9/01/1755).

[...] e effectivamente os primeiros tiverão que dar costas depois de hum *forte* **combate**, em que experimentarão consideravel perda [...]. (GDL, 6/01/1795).

A unidade **combate** é ainda frequentemente associada à ideia relacionada à sua duração:

[...] e, depois de hum **combate** *de hora e meia*, o tomou, não sem que nos custasse a perda de hum homem morto e dous feridos de perigo. (GDL, 2/04/1805).

Depois de hum **combate** *de 4 horas*, teve de render se a fragata Inglesa; mas pouco depois foi a pique [...]. (GDL, 2/04/1805).

Começou o **combate** as 9 e meia da manha, e *durou 3 horas* a tiro de pistola. (GDL, 1/10/1805).

Depois d'hum **combate** *de 5 horas*, a artilheria dos rebeldes cahio em poder das tropas Republicanas [...]. (GDL, 3/07/1795).

O cotexto da unidade **escaramuça** apresenta duas particularidades: a qualificação da ação como sendo de menor importância e repetitiva, como mostram os exemplos:

[...] tem havido *frequentes* **escaramuças** entre os dous partidos; mas os confederados não puderão ategora *emprender cousa alguma de consideração* por falta de artelharia grossa. (GDL, 21/09/1715).

Os destacamentos, que os Generaes dos Aliados fizeram para os territorios de Bolonha, e Ferrara, tem *muitas vezes* **escaramuças** com os Hussares Imperiaes. (GDL, 7/04/1735).

Corre aqui ha dias a voz de ter havido hum *pequena* **escaramuça** entre as tropas eleitoraes de moguncia, e as do bispo principe de Wurtzburg [...]. (GDL, 19/02/1750).

6.7 A construção do referente guerra nos discursos

Nos subcorpus formado a partir de textos que contêm a unidade lexical **guerra**, constituído conforme foi explicado em 3.1, encontram-se 251 ocorrências dessa unidade, das quais 191 referem o conjunto de ações militares. As outras ocorrências constituem sintagmas que designam cargos, equipamentos usados em combates e instâncias governamentais, que não foram considerados na seleção dos textos para a formação do subcorpus.

Tanto a extensão do *corpus* inicial quanto a sua constituição limitou a possibilidade de se trabalhar com a noção de momento discursivo, pois aquele é composto por textos não sequenciais e em intervalos médios de cinco anos, o que não permite o acompanhamento das formas de se tratar um mesmo acontecimento. Optou-se, então, pela verificação das ideias recorrentes associadas à unidade lexical **guerra** na *Gazeta de Lisboa*, pelo estudo das conotações mais frequentemente ligadas a ela e das unidades lexicais que referem situações contrárias a essa atividade.

6.7.1 As ideias associadas ao referente guerra

Nessa seção é realizado um levantamento das ideias que são relacionadas à unidade **guerra** na sequência discursiva, não limitada ao entorno mais próximo (mesma frase ou parágrafo), mas ao enunciado. Foram encontradas 11 noções e representações recorrentes que revelam as maneiras de ver a **guerra** na época estudada e que agregam traços de significação à unidade.

6.7.1.1 Ideia de algo que poderia ser evitado

A associação frequente da palavra **guerra** a algo que poderia ser evitado demonstra e reafirma a carga negativa contida nela, uma vez que se costuma evitar algo que se considera desagradável ou perigoso. Esse sentido pode ser apreendido nas acepções do verbo evitar encontradas nos dicionários da época, como o de Bluteau, que o define: “livrar-se do encontro [...] de algum perigo iminente ou futuro”. Evitar também está ligado à ideia de poupar, proteger de algo prejudicial. Esses sentidos aparecem nos textos da *Gazeta de Lisboa* quando a unidade lexical se refere a algo iminente, quando se relatam as negociações que antecedem o início dos combates, como pode ser observado nos seguintes excertos⁸⁴:

[...] tem escrito a varias cortes para *evitar* a guerra [...]. (GDL, 2/03/1730).

[...] que ha de *evitar* as calamidades, e a confusão de huma guerra [...]. (GDL, 9/03/1730).

⁸⁴ Em todos os exemplos do corpus reproduzidos nessa seção, os destaques em itálico são nossos e indicam o elemento observado na análise.

A ideia da **guerra** como um acontecimento que pode ser evitado a representa como algo que dependeria da vontade de apenas um dos lados envolvidos na questão, que poderia ser resolvido por meio de uma negociação ou da intercessão de alguma instância superior (como o Papa, por exemplo), como pode ser verificado em:

[...] para o *despersuadir de fazer guerra* a Persia [...]. (GDL, 2/03/1730).

[...] parecia *disposto a maquinar* huma guerra civil em Polonia [...].(GDL, 2/11/1715).

[...] que a Emperatriz da Russia *fomenta secretamente a guerra* da Persia [...].(GDL, 7/04/1735).

[...] a Emperatriz, que *fomente tacitamente a guerra* da Persia [...].(GDL, 7/04/1735).

[...] para *mostrar o seu ressentimento nos faz a guerra* [...].(GDL, 18/02/1740).

[...] contra toda a esperança da Coroa de Suecia *emprenda fazer a guerra* a Emperatriz [...].(GDL, 19/05/1740).

[...] para *evitar*, que nam entre sem precisam na presente guerra [...].(GDL, 7/04/1735).

[...] de *querer* Thomas Kouli Khan *emprender huma nova guerra* contra Turquia [...].(GDL, 10/03/1740).

[...] o Gram Senhor *intenta fazer a guerra* a Thomas Kouli Khan [...].(GDL, 10/03/1740).

[...] de ter originariamente *provocado a guerra* [...].(GDL, 21/02/1800).

[...] esta definitivamente *tomada* no Continente *a resolução de entrar em guerra* [...].(GDL, 1/10/1805).

[...] que a guerra *foi emprehendida por* aquelle monarcha sem ser animada da parte de sua magestade [...].(GDL, 7/02/1810).

O ponto de vista que considera a **guerra** como resultado de uma decisão parcial baseada na vontade unilateral fica mais evidente nos extratos seguintes, que contêm unidades como *resolver*, *tomar resolução*, *estar inclinado a*:

[...] que se *resolver a declarar a guerra* ao grão senhor [...].(GDL, 28/09/1715).

[...] como se estivesse na vespera *de entrar em alguma guerra* [...].(GDL, 18/02/1740).

[...] para *tomarem resolução final sobre o partido*, que devem seguir nesta guerra [...].(GDL, 25/02/1740).

[...] tem resolvido *observar huma perfeita neutralidade* nesta guerra [...].(GDL, 25/02/1740).

[...] *nam esta ja inclinada a entrar em guerra* com a Russia [...].(GDL, 10/03/1740).

[...] tem resolvido *nam querer interessarse em nenhuma das guerras*, que possam succeder em Europa [...].(GDL, 10/03/1740).

[...] os Janizaros, que tumultosos *pedem se continue a guerra* [...].(GDL, 17/03/1740).

[...] que houve entre a plebe, e os soldados huma *disputa sobre a guerra* da Russia [...].(GDL, 5/05/1740).

[...] da *resoluçam*, com que ElRey seu amo *esta de continuar a guerra contra* a Rainha de Hungria [...].(GDL, 6/07/1745).

6.7.1.2 Ideia de algo que não pode ser evitado

Contraditoriamente, como objeto de discurso, a **guerra** também é mostrada como um acontecimento inevitável. Impedir a ocorrência da guerra demandaria um poder superior ao dos homens, ela era encarada como algo que os governantes se veriam obrigados a empreender para assegurar o bem comum, o que seria seu papel e, assim, justificaria as suas consequências. Citam-se alguns exemplos que ilustram essa construção um pouco ilógica do referente, em comparação com os excertos expostos anteriormente:

[...] desta negação *redundaria infallivelmente a guerra* [...].(GDL, 2/11/1715).

[...] que so lhe *ordenam* fazer a guerra contra os Infieis [...].(GDL, 4/02/1740).

S. Mag. Catholico *se vira obrigada a entrar em guerra* com a Gram Bretanha [...].(GDL, 4/02/1740).

Desde que a guerra com a Grão-Bretanha *se julga inevitavel* [...].(GDL, 3/07/1795).

A Austria entrou na guerra, mas foi somente *quando julgou impossivel conservar a paz*. (GDL, 14/02/1810).

6.7.1.3 Ideias de potência e vigor

Considerada inevitável ou não, os discursos mostram que a **guerra** era vista como uma atividade necessária para garantir o bem da nação e, portanto, era preciso que os países empenhassem nela todas as suas forças. Associadas à unidade lexical **guerra**, as ideias de potência e vigor, entendidas como “força do corpo ou do espírito, energia”⁸⁵, a relacionam com a honra e o orgulho das nações envolvidas, ao sentimento nacionalista.

⁸⁵ Conforme definições dadas por Bluteau e Moraes.

Uma vez que se viram “obrigados” a entrar em guerra, por ordem divina ou defesa de interesses próprios ou do bem geral, os países tinham de mostrar disposição e usar todas as suas forças para obterem um resultado positivo. Citam-se os seguintes excertos do *corpus*:

[...] parecem *incansaveis* nas suas preparaçoens de guerra [...]. (GDL, 9/02/1730).

[...] ao tempo que a Europa se achava embaraçada com huma guerra *tam activa* [...].(GDL, 6/01/1735).

[...] as preparaçõens da guerra da parte da Europa, se vam continuando *com a mesma diligencia* [...].(GDL, 7/04/1735).

[...] que determina *augmentar mais* o estado da guerra [...].(GDL, 11/02/1740).

[...] com a ocasião da presente guerra, que se quer continuar com o *todo o vigor possivel* [...].(GDL, 3/03/1740).

As preparaçõens de guerra se continuam *com mais vigor, que nunca* [...].(GDL, 6/04/1745).

[...] os preparativos de guerra proseguem *com grande ardor*. (GDL, 12/12/1790).

[...] continua o nosso governo a preparar-se para a guerra, a fim de proseguir nas hostilidades *com vigor* [...].(GDL, 7/02/1800).

[...] se fazem preparos com huma *actividade reduplicada* para renovar a guerra [...].(GDL, 8/02/1800).

[...] para o *vigoroso* proseguimento da guerra [...].(GDL, 21/02/1800).

6.7.1.4 Ideia ligada à duração

Embora a **guerra** fosse considerada como uma atividade necessária para garantir o bem geral das nações, e por requerer o uso de todas as forças (incluindo não apenas a força física e espiritual, mas também econômica), ela é frequentemente ligada nos discursos à preocupação sobre a sua duração. Nos textos defende-se a ideia de que a persistência e a sobrevivência financeira durante a guerra eram fatores mais importantes para um desfecho favorável que o número de soldados e o poder do exército. Exemplos:

[...] em quanto *durar* a guerra [...].(GDL, 28/09/1715).

[...] pensão que a guerra *não durara muito tempo* [...].(GDL, 4/01/1785).

[...] a *continuação da guerra* do continente, e a situação interna de diversos países da Europa [...].(GDL, 5/02/1790).

[...] prometteo positivamente que, *acabada que fosse a guerra*, havia de celebrar [...].(GDL, 5/02/1790).

[...] sofre por effeitos d'huma guerra, em que *ha dous annos a esta parte* tem gasto avultadissimas sommas [...].(GDL, 19/02/1790).

[...] para que a campanha *do anno que vem* seja *a ultima* desta guerra [...].(GDL, 4/02/1800).

[...] tive a bem que, *em quanto duraria* presente guerra [...].(GDL, 6/02/1810).

6.7.1.5 Ideia ligada a questões econômicas

A duração geralmente prolongada das guerras gerava uma preocupação econômica, expressa de maneira recorrente no *corpus*, o que também compõe o referente discursivo, como pode ser observado abaixo:

[...] sofre por effeitos d'huma guerra, em que *ha dous annos a esta parte* tem *gasto avultadissimas sommas* [...].(GDL, 19/02/1790).

Para supprir as *despezas* que exige o proseguimento da guerra, mandou o grão senhor que todos os seus vasallos levassem a casa da moeda os seus trastes de ouro e prata [...].(GDL, 9/02/1790).

[...] e a paz com alguns Paizes vizinhos fara em breve diminuir as *avultadissimas despesas* da guerra [...].(GDL, 6/01/1795).

Na verdade grande parte da nossa *renda* presente nasce da guerra [...].(GDL, 14/02/1810).

[...] e que esta grande contenda se podera terminar *pela despesa d'alguns milhões*, e não pela effusão de sangue. (GDL, 4/01/1785).

6.7.1.6 Ideia ligada a consequências negativas

Além dos prejuízos econômicos, a **guerra**, mesmo sendo considerada necessária para a nação, é representada nos discursos como algo negativo e que tinha consequências prejudiciais e catastróficas, como a perda de autonomia e de territórios, a fome e a proliferação de doenças.

Não são raras as ocorrências do *corpus* em que essa unidade aparece associada a verbos como **padecer**, **sentir**, **sofrer** e **recear**. Os três primeiros têm em comum o traço relacionado à experimentação de algo geralmente negativo, que oferece dor física ou moral.

Recear, relacionado a medo, apreensão e preocupação, também reitera o pensamento de algo que causa danos.

Nos textos, a unidade **guerra** também é continuamente relacionada a elementos nominais de conotação depreciativa, como **perigo**, **infausto**, **acidente** e **triste efeito**, como pode ser visto nas ocorrências seguintes:

[...] as *consequencias* que podem produzir os infaustus principios desta guerra [...]. (GDL, 5/10/1715).

[...] como se este *padescesse* ja huma guerra declarada [...]. (GDL, 5/07/1725).

[...] para desviar os *perigos* da guerra [...]. (GDL, 6/01/1735).

[...] *sentem* extremamente os *tristes effeitos* da guerra [...]. (GDL, 7/04/1735).

[...] prevenir-se contra os *accidentes*, que ainda *podem resultar* da presente guerra. (GDL, 7/07/1735).

[...] ja parece, que *receando as consequencias* da guerra com huma Naçam tam poderosa [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] havendo igualmente *padecido os effeitos* da guerra, e os estragos do mal contagioso [...]. (GDL, 25/02/1740).

Quaes serão *as consequencias* desta guerra? (GDL, 6/02/1790).

[...] *soffre por effeitos* d'huma guerra, em que ha dous annos a esta parte tem gasto avultadissimas sommas [...]. (GDL, 19/02/1790).

6.7.1.7 Ideia de morte e crueldade

A perda de vidas humanas de maneira violenta também é ideia recorrente relacionada à unidade **guerra** nos textos e, portanto, constitui o referente. Percebe-se que em algumas ocorrências, os relatos parecem ser mais objetivos e tentavam atenuar o ponto de vista da crueldade, falando da **perda de homens**, enquanto outras descrições retratam a violência, denunciando o derramamento de **sangue**, como pode ser visto nas transcrições a seguir:

Tem-se averiguado *haver perdido* o Exercito Imperial nesta ultima guerra de Turquia 36U homens [...]. (GDL, 10/03/1740).

A *perda* dos inimigos foy ao menos igual a nossa. Isto he, o que asseguram os officiaes, que se acharam nesta acçam. (GDL, 6/04/1745).

Acharam-se 1U400 mortos no campo, e a *nossa perda* consiste so em hum Capitam, hum Tenente, e perto de 60 Dragões, ou soldados de cavalo. (GDL, 6/07/1745).

A *nostra perda* he so de 2 tenentes, e 22 homens, o Coronel recebeu huma contuzam em hum braço, que lhe nam embaraçou a manobra [...]. (GDL, 6/07/1745).

[...] havendo tido nestas escaramuças 120 até 130 feridos, e perto de 180, entre mortos, e *perdidos*; dos quaes todos os dias vem chegando alguns. (GDL, 6/04/1745).

[...] se soube *haver perdido* no ataque hum Capitam, hum tenente de Granadeiros, e 50 soldados entre mortos, e feridos. (GDL, 5/10/1745).

[...] e que esta grande contenda se podera terminar pela despeza d'alguns milhões, e não pela *effusão de sangue*. (GDL, 4/01/1785).

[...] conjuntura em que os ottomanos se achão, pelas *muitas perdas* que tem soffrido [...]. (GDL, 12/02/1790).

[...] abrir para alli offerecer com os seus concidadaos o sacrificio que pode expiar os crimes da guerra, e o *sangue que ella tem feito verter*. (GDL, 4/02/1800).

6.7.1.8 Ideia de derrota

Não apenas a perda de vidas, mas a derrota e a consequente subtração de territórios, de liberdade e de autonomia estão entre os riscos ligados ao referente **guerra**. Dessa forma, a repetição da ideia de derrota também constitui esse referente no discurso, como mostram os excertos:

[...] que dezejam muyto restaurar o que *tem perdido* na Europa. (GDL, 9/02/1730).

[...] onde elle se havia refugiado, depois *da perda* da ultima batalha [...]. (GDL, 16/02/1730).

[...] mas lhe procurara tambem um equivalente em *satisfaçam da perda*, que podera padecer na invasam [...]. (GDL, 6/07/1745).

[...] he consolidar a sua convenção com o Eleitor de Baviera, ou conquistar as provincias, que a sua Casa *tem perdido*. (GDL, 5/04/1785).

Posto que seja de crer que *as perdas* dos turcos [...]. (GDL, 12/12/1790).

[...] ao mesmo passo que *acabavão de perder* a praça de Choczim. (GDL, 12/12/1790).

[...] o que bem mostra *as perdas*, que a navegação mercante de Suecia soffre por effeitos d'huma guerra [...]. (GDL, 19/02/1790).

[...] a casa d'Austria *perdeo* a Gallitzia occidental [...]. (GDL, 9/02/1810).

[...] não se pode duvidar do que teria feito, se *se tivesse perdido* alguma batalha importante. (GDL, 9/02/1810).

Austria soffreo huma *derrota*, mas *naõ estava perdida*; tinha hum armisticio. (GDL, 14/02/1810).

6.7.1.9 Ideia de um fato situado no tempo e no espaço

Por ser considerada um tipo de ação de grande importância e de grandes consequências, a unidade **guerra** também adquire nos discursos o significado de algo que é situado no tempo e no espaço e que serve como um marco, como referência. Revelam essa característica os seguintes empregos:

[...] como se houvessemos de entrar em alguma *nova guerra* [...]. (GDL, 12/10/1715).

[...] que tem servido neste Reyno, e a Catalunha *na ultima guerra* [...]. (GDL, 5/04/1725).

[...] que lhes foraõ confiscadas no tempo *da ultima guerra* [...]. (GDL, 4/10/1725).

[...] que estes tomaraõ aos Cantoens catholicos *na ultima guerra* que houve na Helvecia [...]. (GDL, 2/03/1730).

[...] *ao tempo que* a Europa *se achava embaraçada* com huma guerra tam activa [...]. (GDL, 6/01/1735).

[...] prevenir-se contra os accidentes, que ainda podem resultar *da presente guerra* [...]. (GDL, 7/07/1735).

[...] ordenada por ElRey com a *ocasiam da presente guerra* [...]. (GDL, 3/03/1740).

[...] por quanto elles *se achão actualmente* em guerra declarada [...]. (GDL, 4/01/1785).

[...] a mayor parte das Tropas, que *nesta ultima guerra* se empregaram na Europa [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] via motivo para crer, que esta *se achava em guerra* com a Toscana [...]. (GDL, 3/02/1750).

[...] *durante a ultima guerra*, tinham os inglezes tomado muitos navios genovezes nas costas de Toscana [...]. (GDL, 3/02/1750).

Potencias com quem a Republica Franceza *se acha em guerra* [...]. (GDL, 3/04/1795).

[...] das Potencias que *se achão em guerra* com a Republica [...]. (GDL, 3/04/1795).

6.7.1.10 Ideia de identificação das partes adversárias

Embora com menos frequência, pelos usos da unidade lexical **guerra** percebe-se que se pode relacionar o referente aos lados nela envolvidos. Os usos das preposições **contra**, **de**, **com** e **entre**, e suas relações com as unidades lexicais que referem ações militares já foram

mostrados em 6.6.1, “O cotexto da unidade guerra”. Aqui o que se pretende destacar é que os empregos dessas preposições, que podem demandar um ou mais argumentos, também situam o referente, relacionando-o com as partes envolvidas. Da mesma forma que os sintagmas “a presente guerra” e “a última guerra” determinam o referente em relação ao tempo, “a guerra contra x” ou “a guerra de y” o delimitam segundo os envolvidos em sua realização. São alguns exemplos:

[...] as direcções da *guerra contra* Veneza [...]. (GDL, 14/09/1715).

[...] se mostra tranquilla pelo que toca a *guerra de* Turquia [...]. (GDL, 6/01/1735).

[...] havia feito alguma suspençam de armas entre as *Potencias, que estam em guerra* [...]. (GDL, 7/04/1735).

[...] ter recusado ao principio desta guerra fazer causa commum *com as duas cortes imperiaes* serão como hum meio de reprezalia de guerra a respeito da Inglaterra [...]. (GDL, 12/02/1790).

6.7.1.11 Ideia de missão ligada à religião

Menos explicitamente, a **guerra** é, algumas vezes, entendida e justificada como uma missão divina, cujos resultados não dependem apenas da dedicação dos homens e dos esforços dos governos, mas de um poder e de uma vontade superiores, como pode ser visto em:

A guerra havemos de continuar *no caminho do senhor*, a quem *rogo* de dia e de noite que *nos conceda a victoria* [...]. (GDL, 6/02/1790).

6.7.2 A conotação da unidade

Como acaba de se mostrar, várias ideias relacionam-se à unidade lexical **guerra** nos seus cotextos e contribuem para a formação desse referente no discurso da *Gazeta de Lisboa*. Além desses sentidos associados, o uso recorrente de algumas adjetivações, de sintagmas adjetivais e de substantivos de conotação negativa também atua na constituição do referente no discurso, embora esse funcionamento seja menos frequentemente observado nos textos. Os adjetivos ou sintagmas adjetivais empregados quase sempre atribuem conotações depreciativas e pejorativas à unidade **guerra**, enfatizando suas consequências negativas.

A associação de **guerra** a unidades como **infeliz**, **funesta** e **destrutiva** enfatiza a ideia de dano, prejuízo, perda e desgraça. A ligação com **calamidade**, acrescenta as noções de gravidade e de algo de grande proporção, como pode ser visto nas seguintes ocorrências:

[...] e deixava o Emperador na consideração de S.Mag. as *funestas consequencias* que podia ter esta empresa [...]. (GDL, 6/01/1735).

Outras pessoas porém, lembradas da *infeliz guerra* que tivemos ultimamente com a Russia, recebem muito hum rompimento com esta formidável vizinha [...]. (GDL, 5/07/1785).

A guerra sera na verdade *sanguinosa*. (GDL, 2/10/1795).

[...] quando o primeiro consul da republica tem pessoalmente dado tantas provas do seu ardente desejo de por fim as *calamidades* da guerra [...]. (GDL, 22/02/1800).

Por toda a parte implora a voz das nações e da humanidade que se acabe huma guerra, assinalada ja por tão grandes *calamidades*, e cuja prolongação ameaça a Europa com hum abalo universal, e com *males irremediaveis*. (GDL, 22/02/1800).

[...] que então he que começara huma guerra da *especie mais destructiva* para os francezes, e mais segura para os hespanhoes [...]. (GDL, 9/02/1810).

Em algumas passagens, aparecem adjetivos que qualificam a **guerra** quanto a uma tipologia, assinalando uma diferenciação ou dando destaque a uma de suas características, como em:

Cada vez são maiores os indícios de haver huma *guerra quasi geral* para a primavera que vem. (GDL, 12/02/1790).

Não podemos adoptar os expedientes summarios da guerra *moderna*. (GDL, 14/02/1810).

6.7.3 As ideias contrárias

Encontram-se no *corpus* unidades que revelam ideias contrárias à palavra **guerra**, sem serem obrigatoriamente os antônimos diretos dela, como **paz**, mas frequentemente associadas a essa. Essas unidades são **inteligência**, **amizade** e **harmonia**, as três de conotação positiva.

No subcorpus encontram-se 11 ocorrências de **inteligência**, 20 de **amizade** e 7 de **harmonia**, a maioria delas em referência à situação de entendimento entre duas nações, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

Por estes meynos se tem posto hum fundamento para apartar todas as precedentes antipathias, e mas *intelligencias* entre os reynos da Grã Bretanha, e Hespanha [...]. (GDL, 9/03/1730).

O socego sucede as perturbaçoens, e as hostilidades cessam com o restabelecimento de huma boa *intelligencia* [...]. (GDL, 5/05/1740).

[...] recebemos a noticia, de haver huma grande negociaçam entre aquella Corte, e a de Suecia, em ordem a renovar, e estabelecer huma boa *amizade* entre estas duas Coroas [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] o Marquez de Valori declarou em nome delRey de Prussia a Sua Mag. Poloneza: "Que esperava, e desejava ver restabelecida brevemente a boa *amizade* antre ambas as duas Cortes [...]. (GDL, 6/04/1745).

[...] que esta diferença nam podia servir de impedimento a restabelecer a boa *harmonia* entre as Cortes de Vienna e Madrid [...]. (GDL, 4/02/1740).

[...] e dedicar-se sem perda de tempo a effectuar o restabelecimento da paz e da boa *harmonia* entre a republica franceza e a Inglaterra. (GDL, 22/02/1800).

Em relação à unidade **inteligência**, o uso mais frequente encontrado no *corpus*, com o sentido de “estado de concordância entre/ relação entre”, não aparece nos dicionários da língua portuguesa da época, mas figura no dicionário francês *Le Littré* (1863), que reflete o estado da língua francesa clássica, entre os séculos XVII e XIX, da seguinte maneira: “estar em boa ou má inteligência com alguém, ter com ele boas ou más relações” (tradução nossa)⁸⁶.

Uma definição bastante próxima aparece no *Dictionnaire de L'Académie Française* (6ª edição, 1832-5): “amizade recíproca, acordo, união de sentimentos” (tradução nossa)⁸⁷. No *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil* (1895), de Antonio José de Carvalho e João de Deus (a primeira edição é de 1870), consta no verbete **inteligência**: “intelecto, entendimento; conhecimento; sentido, interpretação, acepção; espírito; acordo; destreza, perícia” (grifo nosso). Vê-se, assim, que os dicionários da língua portuguesa do século XVIII e do início do século XIX ignoravam a acepção “relação de acordo ou entendimento entre duas partes”, embora esta fosse bastante utilizada na *Gazeta de Lisboa*.

Pelas ocorrências do *corpus* se vê que **amizade** e **harmonia** são usadas com esse mesmo sentido, e as três unidades podem ser consideradas como parassinônimas, pois apresentam em comum o sema [+concordância]. Na verificação das acepções das unidades que constituem este microcampo lexical nos dicionários da época da *Gazeta de Lisboa*, a unidade **harmonia** apresenta a ideia de “proporção/simetria” e “boa paz e amizade”. Para a

⁸⁶ No original: «Être en bonne, en mauvaise intelligence avec quelqu'un, avoir avec lui de bonnes, de mauvaises relations».

⁸⁷ O texto original é « Il signifie aussi, Amitié réciproque, accord, union de sentiments. *Ils sont, ils vivent en bonne intelligence, en parfaite intelligence. Il est survenu un démêlé qui a rompu leur intelligence. La meilleure intelligence subsiste entre ces deux cabinets. Il ne règne plus entre eux la même intelligence.* ».

unidade **amizade**, os dicionários de Bluteau e Moraes citam, respectivamente, “reciproco amor de benevolencia, fundada em boa razão, & virtude [...]” e “amor, benevolência, que sentimos em favor de alguém”, com o traço [+afetividade].

Outro fato que chama a atenção é que as três unidades são mais frequentemente empregadas na *Gazeta de Lisboa* acompanhadas por adjetivos, como **boa**, **má**, **perfeita**, **mútua**, que demonstra a intenção de reafirmar a conotação positiva das unidades, o que, para um falante atual do português, parece ser um pleonismo.

Percebe-se que a opção pelo uso dessas unidades para se tratar da paz revela a intenção de marcar as ideias de concordância, pacto, mas também de simetria na relação e de afetividade, e não apenas a ausência de conflitos. O estudo das unidades de sentido contrário a **guerra** revela que, além de representar a situação de conflito entre dois ou mais países e uma ação militar, o referente **guerra** também contém as ideias de discórdia e inimizade, acepções registradas por Bluteau nessa entrada.

Vista como desacordo ou falta de harmonia, a **guerra** é entendida como algo que poderia ser negociado; pensada em termos de inimizade, ela se aproximaria das relações pessoais que demandam, além de concordância, afeição e simpatia. Esses semas confirmam a ideologia absolutista, que tem como principal representante o rei Luís XIV da França, a quem durante muito tempo se atribuiu a frase “o Estado sou eu”.

Os resultados das análises até aqui apresentadas complementam os estudos realizados nas seções 6.3 e 6.6.1 desse trabalho e mostram que, no discurso da *Gazeta de Lisboa*, **guerra** também pode atualizar os semas [+/- evitável], [+necessário], [+potência], [+demorado], [+/- rentável], [+mortal], [+prejudicial], [+de grande proporção], [+risco de fracasso], [+referencial no tempo] e [+plurilateral], que foram apreendidos por meio da verificação das recorrências e associações nos textos.

6.8 Análise no intradiscurso

O intradiscurso contém elementos relacionados à história e a outros momentos discursivos que são importantes para a apreensão dos sentidos das palavras nos discursos. Pelo intradiscurso pode-se buscar a coerência argumentativa do discurso, uma vez que nesse nível, em sua própria estrutura semântica, existem conceitos subentendidos que podem confirmar uma ideologia ou apontar para uma tendência, atitude ou pensamento.

O estudo do intradiscurso compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva. É nessa sequência que os objetos de discurso, elaborados no interdiscurso, são materializados na enunciação. Entende-se, de acordo com Courtine (1981, p. 36), que é no intradiscurso que o interdiscurso se consolida, pois nesse nível os objetos de discurso são retomados na forma de pré-construídos, estabelecendo relações de sentido linearizadas na sequência textual.

Moirand (2007b, p. 96-98) afirma que no fio horizontal do discurso se inscrevem, muitas vezes clandestinamente, “palavras já ditas, sentidos já enunciados, dizeres anteriores, posições enunciativas”, que remetem aos fios verticais do interdiscurso. Segundo essa autora, na sequência textual podem ser observadas características intertextuais, como o uso de aspas e de itálico, características intratextuais, como nos discursos citados e na correferência, e características intradiscursivas, que reenviam à história e à memória, assim como diferentes formas de alusão.

Entre os elementos que podem ser observados nesse nível da análise estão, segundo Moirand (2007a, p. 15-16), as recorrências, repetições e reformulações de palavras, construções sintáticas e maneiras de dizer. Pode-se destacar, entre as categorias descritivas analisáveis: a) palavras resultantes do ato de nominação; b) verbos introdutórios de citações e menções, em que se inscrevem dizeres anteriores ou de outros sujeitos; c) citações que aparecem entre aspas, que inserem explicitamente outros dizeres na sequência do texto; d) alusões a outros pontos de vista ou a outros discursos. Essas categorias atualizam os falares que circulam, mas “somente sua combinação no fio da sequência ou no ‘todo’ do enunciado, permite estudar os funcionamentos dialógicos dos gêneros discursivos atualizados pelas unidades empíricas analisadas” (MOIRAND, 2004, p. 205).

Além disso, para se expor os diferentes funcionamentos dialógicos é necessário, segundo essa autora, apoiar-se em categorias emprestadas das teorias indicial e pragmática da enunciação, como, por exemplo, as marcas de pessoa e de tempo, os tipos textuais e os atos de linguagem.

Sabe-se que cada um dos elementos observados e brevemente analisados nessa seção mereceria um estudo mais aprofundado, mas limita-se a pesquisa nessa etapa à identificação e a uma reflexão inicial sobre eles, uma vez que o objetivo desse trabalho é a verificação do conteúdo ideológico do vocabulário político-militar e a observação das relações desse vocabulário com o discurso e o gênero, pois acredita-se que tanto um quanto o outro influenciam e atuam decisivamente na seleção lexical no momento da enunciação.

Expõem-se a seguir as análises realizadas a partir de elementos relacionados, na sequência discursiva, à unidade lexical *guerra*:

6.8.1 Quem é autorizado a falar sobre a guerra

Nos contextos em que a unidade **guerra** aparece, quase sempre é citada a fonte da informação, o que mostra haver uma tentativa de dar credibilidade ao que é relatado. Na maioria das vezes, as fontes citadas são correspondências provenientes de diversas localidades, mas encontram-se falares oficiais, em que uma autoridade valida a informação, relatos de testemunhas não identificadas dos acontecimentos e citação de trechos de textos retirados de gazetas de outras localidades. Naquela época, as gazetas desempenhavam um importante papel na circulação de falares e, por serem ligadas aos governos, que permitiam sua impressão e controlavam seu conteúdo, tinham um valor de autoridade e de legitimidade.

A expressão das fontes de informação nos textos da *Gazeta de Lisboa* pode ser classificada da seguinte maneira:

6.8.1.1 Citação de fontes postais

Trata-se da atribuição do conteúdo informado a cartas provenientes de outras regiões. Na seção 4.2, expôs-se que o início da atividade da imprensa foi motivado pela criação do sistema de correios, o que justifica ter sido essa a principal fonte de informação dos primeiros jornais impressos.

Deve-se considerar que as cartas recebidas nem sempre eram emitidas por pessoas autorizadas e que muitas vezes o remetente não é identificado pelo jornal. A publicação se limita a mencionar a cidade ou país de origem, o que compromete a credibilidade da informação. No subcorpus, em apenas um caso se expõe claramente o informante, como pode ser visto no último exemplo da relação abaixo:

Por *cartas de Pariz* de 26 de agosto, *se avisa que [...]* S. mag. tendo particular cuydado em aliviar os seus povos dos tributos que tinhaõ pela occasiaõ da guerra [...]. (GDL, 21/09/1715).

Escreve-se de Moscovia, que [...] vendo, que desta negaçãõ redundaria infallivelmente a guerra [...]. (GDL, 2/11/1715).

As cartas de Sale nos dizem, que tem ja cessado tambem as guerras civis no reyno de Marrocos [...]. (GDL, 16/02/1730).

Por cartas de Mequines de 14 deste mez se teve a noticia que todo o reyno de Marrocos ficava em paz, e quietação havendo cessado as guerras civis [...]. (GDL, 16/03/1730).

As cartas de Lithuania dizem que o Principe Wiesnowiecki [...] se retirou com tanta precipitação para Lublin, que deixou desamparadas tres Companhias Polonezas, que ficaram prisioneiras de guerra [...]. (GDL, 6/01/1735).

As [cartas] do Palatinado da Russia confirmam [...] e acrescentam, que corre alli a voz, de que o mesmo Conde se mostrava resoluta a fazer demissam do mando do Exercito; por nam poder ja tolerar as fadigas da guerra [...]. (GDL, 6/01/1735).

As cartas de Roma nos dizem, que o Principe de Lobkowitz [...] perguntando se se havia feito alguma suspenção de armas entre as Potencias, que estam em guerra [...]. (GDL, 7/04/1735).

Por cartas, que chegaram de Cadiz temos a noticia, de haver entrado naquelle porto hum navio, despachado expressamente pelo Governador de Havana com avisos para a Corte de Madrid [...] Acrescentava mais, [...] e que algumas pessoas [...] tinham avisado aquelles habitantes, de estar ja publicada a guerra entre os Inglezes, e os Hespanhoes [...]. (GDL, 18/02/1740).

As cartas de Turin dizem, que ElRey de Sardenha [...] faz hum grande ajuntamento de viveres, e provimentos de guerra em algumas Provincias visinhas. (GDL, 3/03/1740).

Alguns negociantes Estrangeiros, que vivem nesta Cidade, receberam cartas de Constantinopla, nas quaes se refere, que as voces que se espalharam de querer Thomas Kouli Khan emprender huma nova guerra contra Turquia [...]. (GDL, 10/03/1740).

Recebeuse hum correio de Mons. de Nolcken, Residente desta Corte em Petrisburgo; e depois deste tempo parece que a Corte nam esta ja inclinada a entrar em guerra com a Russia [...]. (GDL, 10/03/1740).

[...] se haviam recebido cartas de Persia, que diziam, que o Schach Nadir pertendia mover novamente a guerra contra o Imperio Turco [...]. (GDL, 24/03/1740).

Segundo os avisos, que chegaram a quella cidade, por hum correio despachado pelo principe de Galliczin, [...] se teme ali muito, que o sultam dos turcos, e o gram mogor queiram aproveitar-se das guerras civis [...]. (GDL, 10/02/1750).

As cartas d'Alexandria contém o seguinte: A reconciliação d'Ibrahim-Bey com Murat-Bey, como se havia previsto, não durou muito tempo: por quanto elles se achão actualmente em guerra declarada. (GDL, 4/01/1785).

[...] eis aqui o extracto d'huma carta de Vienna: A grande questão; teremos nos guerra? [...]. (GDL, 4/01/1785).

Segundo algumas cartas de Vienna [...] Parece por outra parte, que se quereria encubrir os preparativos d'huma guerra inevitavel: e a vista das novas contradictorias que correm, tanto aqui, como em Vienna e Paris, he bem de suppor que motivos secretos fação com que premeditadamente se mantenha a actual fluctuação. (GDL, 5/04/1785).

Extracto d'huma carta de Jassy na Moldavia de 22 de dezembro de 1789: [...] em termos que affiançavão a sinceridade das disposições, em que a porta esta de terminar, pela paz mais vantajosa

que as circumstancias possam permittir, huma guerra, que a tem posto na maior consternação [...]. (GDL, 20/02/1790).

É importante registrar que se encontra na gazeta considerável terminologia relacionada ao serviço postal, o que mostra a importância dessa atividade para o jornalismo impresso recém-nascido. Observa-se, por exemplo, não apenas o uso da unidade *carta*, mas também *nota*, *expresso*, *relação* e *edicto*, que ilustram a variedade de documentos que circulavam por esse meio. Também o serviço de correspondência era chamado de *correyo* e de *posta*, esta última designação testemunhando a influência da cultura e das línguas italiana e francesa.

6.8.1.2 Citação das fontes oficiais

Partes de discursos de pessoas políticas e de documentos oficiais são frequentemente reproduzidos pela *Gazeta de Lisboa*, complementando ou detalhando as notícias publicadas. Percebe-se que nesses casos, há uma passagem do discurso político para o midiático, e o primeiro passa a integrar o segundo.

Em algumas situações, o redator da gazeta deixa claro se tratar de uma tradução ou de uma versão em português. Quanto ao uso de marcas como aspas, dois pontos e parênteses, que será mais detalhado posteriormente, observa-se que não é sistemático. Também os tipos de construções sintáticas (frases muito longas, muitas vezes cortadas por orações subordinadas e relativas) frequentemente dificultam a identificação do coenunciador. Por isso, nos exemplos citados abaixo, optou-se por suprimir partes dos textos, priorizando-se a referência a quem é o responsável pelas falas citadas.

[...] foy *elrey* a camera dos pares da Grã Bretanha [...] e havendo mandado chamar os communs, *fez* a ambas as cameras o *discurso seguinte* [...]: Esta negociação [...] que ha de evitar as calamidades, e a confusão de huma guerra [...]. (GDL, 9/03/1730).

[...] o *Conde de Seylern*, Vice-Chancellor da Corte, lhe fez *huma pratica, que continha em substancia* Que Sua Mag. Imp. desejava muito, que os negocios da conjuntura presente podessem permittir algum alivio aos seus fieis Vassallos; mas que a guerra [...]. (GDL, 6/01/1735).

O *Conde de Harrach*, respondendo com Marechal do paiz a este *discurso disse*: Que os fieis Estados de Sua Mag.Imp. conveniente a defenderse, para desviar os perigos da guerra, que se tinha começado no Imperio [...]. (GDL, 6/01/1735).

O *Memorial*, que a *Camera dos Senhores deu a ElRey* a 4 do mez passado, *traduzido na lingua Portugueza diz o seguinte*: [...] V. Mag. olha para o seu verdadeiro interesse, empregando as suas

incansaveis diligencias, para evitar, que nam entre sem precisam na presente guerra [...]. (GDL, 7/04/1735).

O Gram Duque (*diz a Corte de França*) he nosso inimigo jurado, e antes queremos padecer todas as calamidades da guerra, do que consentir que este Principe chegue a ser Imperador. (GDL, 6/04/1745).

O *Residente*, que ElRey, e a Republica tem em Constantinopla, *despachou hum Correyo* ao Palatino de Kiovia, para lhe dar parte, de que o Gram Vizir lhe havia segurado, que S. A. Ottomana esta muy satisfeita da exactidam, com que esta Republica observou a neutralidade, durante a guerra [...]. (GDL, 24/03/1740).

Fez-se a *publicaçam da paz* entre esta Corte, e o Sultam dos Turcos no dia 25 de Fevereiro [...]; o *seu theor he o seguinte*: [...] A guerra se tem acabado com huma paz feliz. O socego sucede as perturbaçoens, e as hostilidades cessam com o restabelecimento de huma boa intelligencia [...]. (GDL, 5/05/1740).

[...] a *Rainha de Hungria*, mandou fazer pelos seus Ministros ao de Prussia a *seguinte declaraçam* [...] se esperava, se lhe dissessem em confiança as disposições, em que esta Corte se achava, em ordem as diversas Potencias, que estam em guerra. (GDL, 6/07/1745).

Hoje *foi s. m.* de estado a camara alta, e *abrio o parlamento com huma graciosa falla*, na qual mostrou que desde que concorrera a mesma assemblea, a continuação da guerra do continente [...]. (GDL, 5/02/1790).

Decreto imperial, ou Hatticherif, que o *grão-senhor dirigio ao caimacan*, ou governador de Constantinopla, para dar a saber que estava de animo de ir pessoalmente a campanha. Caimacan bax .

Quaes serão as consequencias desta guerra? [...] A guerra havemos de continuar no caminho do senhor, a quem rogo de dia e de noite que nos conceda a victoria [...]. (GDL, 6/02/1790).

[...] *Tallien* [Membro da Convenção] pelo contrario, insistindo na urgencia de recolher huma grande parte dos assignados, *disse*: [...] a paz com alguns Paizes vizinhos far em breve diminuir as avultadissimas despesas da guerra. (GDL, 6/01/1795).

[...] *Carta circular*, pela qual noticião a resolução em que estão de conceder ao Imperador hum donativo gratuito de 7 milhões de florins, como hum socorro para a continuação da guerra. (GDL, 3/04/1795).

[...] *publicarão os Commissarios Francezes* huma *Proclamação*, pela qual confiscão todos os bens moveis e immoveis, navios, mercadorias, dividas, e toda a casta de effeitos pertencentes a vassallos de Potencias com quem a Republica Franceza se acha em guerra. (GDL, 3/04/1795).

Aqui chegou os dias passados hum correio de Petersburgo com a *Ratificação do Tratado* entre a Grão-Bretanha e a Russia, pelo qual esta se liga a fornecer huma consideravel força assim maritima como terrestre para o proseguimento da guerra. (GDL, 3/07/1795).

O recado que o *secretario d'estado lord Grenville* *apresentou a camara alta* a 22 do mez passado da parte do rei, *he do theor seguinte*: "[...] para o vigoroso proseguimento da guerra [...]" (GDL, 21/02/1800).

[...] lhes dirigio o *general conde de Meerfeld*, em nome do arquiduque Carlos, *huma proclamação* na data de 9 de dezembro, pela qual *lhes annuncia* "que [...] gozarão de todos os direitos da guerra [...]". (GDL, 15/02/1800).

Anteriormente *publicou aqui o mesmo general*, na data de 29 de novembro, *huma proclamação [...], pela qual annunciava* "[...] Os diversos regimentos serão commandados por officiaes piemontezes, [...] prestarão a elle commandante em chefe, e aos seus officiaes, juramento de fidelidade por todo o tempo que possa durar a guerra. (GDL, 18/02/1800).

6.8.1.3 Fontes insuficientemente identificadas

Encontra-se nos textos, ainda, a menção a testemunhas oculares dos fatos que são noticiados como fontes das informações. Supõe-se se tratar de políticos menos importantes, opositores dos governos, compatriotas vivendo no exterior, religiosos e espiões, como pode ser visto nas ocorrências a seguir:

Por hum navio inglez [...] se tem noticia, de [...] que armaraõ em guerra [...]. (GDL, 2/11/1715).

Outras noticias accrescentaõ [...] que tudo parecia disposto a maquirar huma guerra civil em Polonia [...]. (GDL, 2/11/1715).

Tem-se aviso das fronteiras do Indostan, [...] officios do graõ turco, mandando huma embaixada ao graõ mogor, para o despersuadir de fazer guerra a Persia. (GDL, 2/03/1730).

Os avizos da fronteira continuaõ a noticia, de que os turcos parecem incansaveis nas suas preparaçoens de guerra [...]. (GDL, 9/02/1730).

Nam se tem divulgado a sua materia [de hum *Correyo recebido de Madrid*]; mas *ha quem affirme* em confidencia que este Secretario teve Ordem para declarar "que S. Mag. Catholico se vira obrigada a entrar em guerra com a Gram Bretanha [...]". (GDL, 4/02/1740).

Alguns avisos de Pariz nos dizem, que o Principe de Lichtenstein [...] declarara a ElRey em huma audiencia particular [...] porque S. M. Imperial tem resolvido observar huma perfeita neutralidade nesta guerra que ha entre a Gram Bretanha, e ElRey Catholico [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] e *segundo as inteligencias*, que esta Corte entretem *naquelle Paiz* [...] Com *este aviso* se ajuntou hum destes dias o Divam, no qual se resolveu, que a mayor parte das Tropas, que nesta ultima guerra [...]. (GDL, 17/03/1740).

As noticias, que chegam de Paizes muy distantes, sempre se devem ler com cautela pela incerteza, e variedade, com que muitas vezes se escrevem [...]. Agora *differem muito as cartas, que se receberam do Exercito Persiano*, do que as antecedentes *tinham assegurado; desmentindo* aquella execranda aççam [...]. *Tambem asseguram as mesmas cartas* haver Thamas Kouli Khan feito entrada publica em triunfo [...] e foy a que deu motivo a toda a presente guerra [...]. (GDL, 24/03/1740).

Os ultimos avisos da Ilha de Corsega dizem [...] que os cahos da milicia faziam fortes instancias com o Dey para o persuadir a restaurar Oram, em quanto a guerra se acha aceza entre a Hespanha, e a Inglaterra. (GDL, 12/05/1740).

A vista das *noticias, que acabamos de receber de França, e segundo outros avisos*, que confirmão varias circumstancias relativas a actual conjunctura, assenta-se que a guerra he presentemente mais provavel do que a paz [...]. (GDL, 4/01/1785).

Todas as notícias de Paris confirmão que aquella Capital esta a ponto de testemunhar huma crise [...]. Em Paris era voz constante a data das ultimas noticias que Nantes se achava em huma situação por extremo critica [...]. Em huma carta daquella Cidade de 18 d'Agosto se lê o seguinte: [...] Parece que os Realistas não tem que esperar clemencia alguma. (GDL, 2/10/1795).

6.8.1.4 Citação de fontes jornalísticas

Textos de jornais de outras localidades também são reproduzidos pela *Gazeta de Lisboa* e funcionam como fonte crível das notícias relatadas, como é encontrado nos exemplos:

Na *Gazeta da Corte* [Vienna], que hoje sahio, se lê o artigo seguinte: "[...] Mais abaixo no Rhin farão a guerra as tropas russianas independentemente das austriacas. [...]". (GDL, 21/02/1800).

As *Gazetas de Paris*, cujas datas chegam até o 1 do corrente, e as de *Hollanda* até 4, concordão com as que havíamos recebido no principio da semana passada em dizer que esta definitivamente tomada no Continente a resolução de entrar em guerra [...]. (GDL, 1/10/1805).

A Pomerania Sueca não foi vendida a Russia, como o annunciaraõ varias *Gazetas*, nem sera occupada por ora por tropas Russianas. (GDL, 1/10/1805).

6.8.2 Como são apresentadas as falas

Nessa seção, busca-se identificar não apenas a transcrição das falas de outros enunciadores, mas também a inserção nos textos de posicionamentos do próprio redator do jornal. Esses dizeres foram observados a partir dos seguintes elementos: a) os verbos introdutórios de falas; b) os tipos de discursos citados ou relatados; e c) rastros da atividade metadiscursiva.

6.8.2.1 Os verbos introdutórios de falas (*verba dicendi*)

Na categoria dos verbos declarativos, que introduzem falas de coenunciadores, encontram-se no subcorpus falar, dizer, responder, declarar, comunicar, pronunciar, alegar e anunciar, que apesar de apresentarem certa proximidade semântica, não assumem os mesmos significados em todas as ocorrências, por possuírem traços de significação distintos.

Segundo Moirand (2010, p. 60), os *verba dicendi* não são simples introdutores de dizeres, mas participam amplamente das imagens difundidas. Para Maingueneau (2004, p. 143-144), uma das funções desses verbos é indicar que houve um ato de fala, o que justifica a inclusão no texto do discurso citado. Esse autor afirma que, geralmente, esses introdutores de discurso não são neutros, mas trazem consigo um enfoque subjetivo, porque “[...] a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado” (MAINGUENEAU, 2004, p. 151).

Pelas ocorrências do *corpus* e pelas acepções desses verbos encontradas nos dicionários, observa-se que enquanto **falar** e **dizer** têm como foco a ação verbal, o ato de se dizer alguma coisa, e aparentam ser mais neutros ideologicamente, em **responder** está subentendida a existência de um discurso anterior. O uso de **alegar** mostra que o discurso tem o objetivo de justificar algo por meio de argumentos.

Os verbos **anunciar**, **declarar**, **comunicar** e **pronunciar** possuem em comum o sentido “tornar público”, que acrescenta a ideia de solenidade e de algo oficial, falado por uma fonte autorizada. Com o uso desses verbos, apaga-se um pouco a ideia de interação e entende-se que se trata de um dizer que foi objeto de reflexão, decidido anteriormente e só então divulgado verbalmente.

O estudo dos *verba dicendi* fornece dados relevantes para a caracterização do discurso da *Gazeta de Lisboa*. Verifica-se, por exemplo, que o de maior frequência é **declarar**, com 14 ocorrências, tanto em formas compostas quanto flexionadas (**mandar declarar**, **tinha declarado**, **declarou**). **Dizer**, que é geralmente mais empregado em relatos e narrativas de acontecimentos, apresenta 8 ocorrências introduzindo falas de coenunciadores (tanto em discursos diretos quanto indiretos).

Pode-se relacionar esse uso ao funcionamento do jornal que, assim como as gazetas de outros países, só podia ser publicado por meio de uma autorização real e tinha o caráter de jornal oficial. Mas também ao contexto social e político da época, em que a sociedade exaltava o poder da monarquia. O fato de no *corpus* os *verba dicendi* serem empregados prioritariamente na introdução de discursos de fontes oficiais (reis, ministros, religiosos e nobres), confirma tais afirmações, como mostram os exemplos:

O Conde de Harrach, respondendo com Marechal do paiz a este discurso disse: [...]. (GDL, 6/01/1735).

A este tam affectuozo Memorial dos Pares do Reino, respondeu Sua Mag. o seguinte [...]. (GDL, 7/04/1735).

[...] a Imperatriz *mandou declarar* ao Baram de Mardefeldt, que se Sua Mag. Prussiana declarasse guerra ao Rey de Polonia, pelo motivo de haver dado tropas a Rainha de Hungria, podia entender que a tinha declarado contra a Russia; [...]. (GDL, 7/01/1745)/

[...] o Marquez de Valori *declarou* em nome delRey de Prussia a Sua Mag. Poloneza: "Que esperava, e desejava ver restabelecida brevemente a boa amizade [...]. (GDL, 6/04/1745).

[...] ao que Sua Mag. Poloneza *respondeu*. Que ninguem no Mundo desejava mais do coraçam ver esta amizade renovada [...]. (GDL, 6/04/1745).

O consul de Genova, que reside em Liorne, chegou aqui no fim do mez passado, para apresentar hum memorial a regencia [...]. *Alega* em primeiro lugar, "que ignorava absolutamente, que o imperador tinha concluido hum tratado [...]. (GDL, 3/02/1750).

Aos membros da camara baixa *disse* s. m. que ja tinha dado ordem para que lhes fosse apresentado hum mappa das sommas necessarias para as despezas deste anno [...]. (GDL, 5/02/1790).

Outro sim nos *he ordenado communica* vos que os esforços de s. magestade pela protecção de Portugal tem sido poderosamente ajudados pela confiança que tem posto o principe regente em s. magestade, e pela cooperação do governo do reino, e do povo daquelle paiz. (GDL, 7/02/1810).

Por meio desses dados, pode-se entender que para o jornal, apenas as falas de pessoas autorizadas mereciam ser explicitadas em suas páginas. A diferenciação das formas de apresentação desses discursos é mostrada a seguir.

6.8.2.2 Os discursos relatados

O que se chama aqui de discurso relatado engloba tanto falas de coenunciadores expressas nos enunciados por meio do discurso direto quanto pelo indireto. Isso se deve ao fato de relatar, verbo do qual o adjetivo é derivado, poder significar ao mesmo tempo “expor por meio de escrita ou oralmente; narrar, expor, referir” e “introduzir, inserir”.

Esse termo parece ser mais preciso que “citado” ou “reportado”, também encontrados em textos de pesquisadores brasileiros como tradução do francês *discours rapporté*. Em português, o verbo citar, apesar de possuir a ideia de transcrição, reprodução, não satisfaz plenamente a necessidade da tradução da expressão, por também conter a noção de mencionar, que pode referir algo vago. Reportar, menos usado no português atualmente, não traz a ideia de registro escrito ou oral, apenas as relacionadas aos verbos aludir, referir e citar, e também é mais vago que relatar.

Vale registrar que a instabilidade terminológica existe mesmo em traduções de obras de grandes autores, como Maingueneau (2004), em que se encontra, numa mesma seção, as expressões discurso relatado e discurso citado.

Em textos originais de pesquisadores franceses também aparece uma diversidade de designações, que podem variar segundo a opção teórica do autor ou a tentativa de classificação, como: *relaté*, *porté*, *déporté*, *déplacé* e *cité*, entre outros.

Reportar, reformular, retomar, repetir, transpor, parafrasear são os verbos que se encontra mais frequentemente para descrever o ato linguístico produzido no discurso reportado. Relatar e tomar são menos correntes. Eles se inscrevem numa vontade de desmistificar o discurso reportado como relato de uma fala original. Seu emprego visa igualmente deslocar a nomenclatura que não reflete a complexidade dos fatos linguísticos, semânticos e pragmáticos em jogo no discurso reportado. (ROSIER, 1999, p. 56, tradução nossa⁸⁸).

Opta-se nesse trabalho pela designação discurso relatado, considerada mais fiel ao conceito, mesmo correndo o risco de ambiguidade no português. A tradição gramatical de língua portuguesa geralmente associa esse sintagma apenas aos discursos indiretos, enquanto os discursos diretos também são chamados de discursos citados (ambas as designações são relacionadas aos usos mais comuns na língua das unidades relatar e citar).

Para Maingueneau (2004, p. 139), o discurso relatado constitui uma enunciação sobre outra enunciação, em que dois acontecimentos enunciativos são postos em relação, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante.

No jornal estudado, os discursos relatados são apresentados tanto em forma de discursos diretos (geralmente seguidos por dois pontos e aspas), como também em discursos indiretos (por meio de orações subordinadas: “disse que...”, “comunicou que...”).

Conforme assinala Maingueneau (2004, p. 149), discurso direto e discurso indireto são dois modos de citação independentes um do outro, que funcionam segundo esquemas enunciativos próprios. Para esse autor, o discurso citante sempre deve: a) indicar que houve um ato de fala (por meio de verbos introdutórios, por exemplo); e b) marcar a fronteira que o separa do discurso relatado (com o uso de dois pontos, travessões, aspas e itálico, que

⁸⁸ O texto original é « Rapporter, reformuler, reprendre, répéter, transposer, paraphraser sont les verbes que l'on rencontre le plus fréquemment pour décrire l'acte linguistique à l'œuvre dans le discours rapporté. Relater ou porter sont moins courants. Ils s'inscrivent dans une volonté démystificatrice du discours rapporté comme rapport d'une parole originale. Leur emploi vise également à bousculer la nomenclature qui ne reflète pas la complexité des faits linguistiques, sémantiques et pragmatiques en jeu dans le discours rapporté. »

delimitam a fala do outro). É a tendência a satisfazer mais a uma dessas exigências que geralmente caracteriza o tipo de discurso relatado.

No subcorpus observa-se que em 26 ocorrências os verbos introdutórios vêm antes de discursos indiretos e, em apenas 10 ocorrências eles antecedem discursos diretos.

A) Discurso direto

O uso do discurso direto demonstra a preocupação do enunciador em reproduzir fielmente as palavras usadas pelo coenunciador. Para Maingueneau (2004, p. 140), além de eximir o enunciador de qualquer responsabilidade em relação à fala citada, o discurso direto “ainda simula *restituir as falas* citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação”.

Esse autor afirma que o uso do discurso direto está frequentemente ligado ao gênero do discurso em questão ou às estratégias de cada texto. Pelo uso desse tipo de discurso relatado, pode-se ter como objetivos: a) criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; b) distanciar-se, pois o enunciador não está de acordo com o que é dito ou porque ele quer explicitar sua adesão respeitosa ao dito (nos casos de citação de autoridades); e c) mostrar-se objetivo, sério.

Independentemente da motivação de seus empregos, sempre se deve levar em consideração que o discurso direto é “apenas a encenação de uma fala atribuída a outra fonte de enunciação, e não é a cópia de uma fala ‘real’” (MAINGUENEAU, 2004, p. 143). Trata-se de um fragmento da fala original, sobre o qual o enunciador do discurso citante pode dar um enfoque pessoal. Citam-se alguns exemplos de ocorrências retiradas do subcorpus:

Delmas, depois de comunicar algumas victorias dos Exercitos da Republica, *disse*: Estas façanhas são a melhor resposta [...]. (GDL, 6/01/1795).

Tallien pelo contrario, insistindo na urgencia de recolher huma grande parte dos assignados, *disse*: Conheço que a seu tempo se verificar a esta medida [...]. (GDL, 6/01/1795).

Em consequencia destas representações se deo *lhes da parte* do Eleitor a resposta seguinte: Carlos Theodoro, Eleitor, etc. Amados e Fieis: nos nos temos feito informar do que nos haveis representado [...]. (GDL, 5/04/1785).

[...] mas ha quem affirme em confidencia que este Secretario teve Ordem *para declarar* "que S. Mag. Catholico se vira obrigada a entrar em guerra com a Gram Bretanha [...]. (GDL, 4/02/1740).

[...] não pode evitar que ao cabo desta viva discussão *declarasse* a assemblea nacional de Polonia "que o direito de votar nas dietinas compete exclusivamente aos nobres [...]. (GDL, 13/02/1790).

[...] huma proclamação na data de 9 de dezembro, pela qual lhes *annuncia* "que o dito principe tomou o corpo, por elles formado, debaixo da sua protecção [...]. (GDL, 15/02/1800).

Vê-se nesses excertos que os verbos introdutores são seguidos por dois pontos ou aspas, que marcam a passagem de nível da enunciação. Nos três ultimos exemplos, apesar do uso das aspas há também a presença de **que** depois do verbo, marca de discurso indireto, em que geralmente não se utiliza marcação tipográfica, como pode ser visto a seguir.

B) Discurso indireto

Por meio do discurso indireto se faz uma paráfrase do que foi dito, ou seja, a fala do outro é reconstruída pelo enunciador, que exerce certa influência sobre o que é dito. Isso porque a fala do coenunciador passa pelo filtro do enunciador, que precisa adaptá-la ao texto, modificando, por exemplo, estruturas gramaticais como os tempos verbais e alguns pronomes, mas também estruturas lexicais. Por permitir essa interferência do enunciador, o discurso indireto pode ser usado como estratégia para mudar o conteúdo desses dizeres, resumindo-os, por exemplo.

Maingueneau (2004, p. 149) afirma que, com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras de traduzir as falas citadas, pois não são relatadas as palavras exatas do coenunciador, mas o *conteúdo do pensamento*. A maior ocorrência desse tipo de discurso relatado no *corpus* mostra que, ao preferir reproduzir os dizeres alheios com suas palavras, o redator ou os coenunciadores poderiam inserir neles seus pontos de vista. Citam-se algumas ocorrências:

[...] ao que Mons. Van Hiy *disse*; que so o que se temia em Hollanda era [...]. (GDL, 25/02/1740).

He verdade (*disse* elle mais) que poderei eu antes da minha morte ser privado das funçoens de Ministro [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] mas o Baram de-Mardefeldt fez aqui vocalmente huma declaração, que foy recebida por escrito no mesmo tempo, em que elle a *pronunciava*: que ElRey seu amo [...]. (GDL, 6/07/1745).

Nestes termos, *disse*, parecia ser indispensavelmente necessario tomar logo as convenientes medidas para impedir a exportação, e facilitar a importação [...]. (GDL, 5/02/1790).

Doulcet informando a Assembleia a este respeito em nome da Junta-da-Publica-Segurança, *disse* que o Terrorismo por pouco tempo tinha conservado alçada a sua horrível testa em Toulon. (GDL, 3/07/1795).

[...] foy conduzido nos coches do Conde, que lhe *falou* [...] que se descobriram, tanto que este Ministro entrou [...]. (GDL, 7/01/1745).

Mons. Nepluew *respondeu* ao Gram Vizir, por boca do Interprete mayor Giga, (que assistiu a esta conferencia) Que informaria logo a Sua Mag. Imp. da Russia [...]. (GDL, 7/04/1735).

Sua Emin. lhe *respondeu*, que se elle o pudera fazer ha hum anno, certamente o tivera feito [...]. (GDL, 25/02/1740).

Erão ellas porém tão pouco admissiveis, que o principe lhe *declarou* que, a elle não ter outras instrucções, era inutil a sua vinda, e que sem mais demora podia partir de Jassy. (GDL, 20/02/1790).

S. mag. [...] foy servido por resolução de 17 do corrente, *mandar declarar* a junta dos tres estados, que no anno que vem se não lançasse o usual [...]. (GDL, 21/09/1715).

[...] o Gram Vizir mandou chamar Mons. Nepluew, e na conferencia, que com elle teve, lhe *declarou*, Que o Gram Senhor por certas circunstancias estava persuadido [...]. (GDL, 7/04/1735).

[...] o Principe de Lichtenstein, Embayxador do Emperador naquella Corte, *declarara* a ElRey em huma audiencia particular, que todas as vozes, que se tem espalhado de huma nova negociaçam, que se faz em Vienna, sam falsas [...]. (GDL, 25/02/1740).

[...] que *declarou* em nome daquelle Principe, que sem embargo de se sentir a negaçam do que pertendia, determinava conservar huma boa inteligencia com o Sultam. (GDL, 12/05/1740).

Sua Alteza Eleitoral *mandou declarar* pelo Conde de Thiring a todos os Ministros estrangeiros, que aqui residem: Que o seu intento he nam aceitar nenhuma composiçam sem o beneplacito das Potencias suas aliadas. (GDL, 6/04/1745).

[...] assegura que aquelle Ministro *declarara* na primeira audiencia a ElRey, que ninguem no Mundo era capaz de poder restabelecer o socego no Imperio Germanico [...]. (GDL, 6/04/1745).

[...] a Rainha de Hungria, *mandou fazer* pelos seus Ministros ao de Prussia *a seguinte declaraçam*. O Baram de-Mardefeldt, Ministro Plenipotenciario de Prussia, se deve lembrar ainda das diligencias [...] para fazer cessar as perturbações, que ao presente oprimem a Europa, e particularmente a Alemanha. (GDL, 6/07/1745).

[...] *declarou* depois, que ja a fazia por huma ordem expressa delRey seu amo; [...]. (GDL,

A cerca do negocio de Liege he aqui constante *haver* elrei de Prussia ultimamente *declarado* que havia de mandar retirar as suas tropas daquelle principado [...].(GDL, 6/07/1745).

Erão ellas porém tão pouco admissiveis, que o principe lhe *declarou* que, a elle não ter outras instrucções, era inutil a sua vinda, e que sem mais demora podia partir de Jassy. (GDL, 20/02/1790).

[...] e *declarando* com ingenuidade que o rei não tem o menor intento de prescrever a França a forma do seu governo. (GDL, 21/02/1800).

Bonaparte *tinha declarado* que o fado da Austria dependia de huma unica batalha. (GDL, 14/02/1810).

Tenho a maior satisfaçã em *communicar-vos* que s.m. houve por bem approvar huma medida, que julguei se hum dos primeiros deveres da minha missã [...]. (GDL, 8/02/1810).

6.8.2.3 Elementos do metadiscurso

É possível identificar a fala direta do redator da gazeta aos leitores em situações em que ele procura dar explicações sobre a distribuição das notícias nas páginas do jornal. Esse tipo de segmento, que se refere ao próprio discurso, é chamado de metadiscurso.

O metadiscurso é definido como um elemento da interação que tem “o papel de facilitar a comunicação, sustentar a posição do autor e construir uma relação com o público” (MORAES, 2005, p. 74). Segundo essa autora, o metadiscurso não é um recurso estilístico, mas faz parte dos contextos em que ocorre, e permite que “os escritores expressem suas atitudes em relação ao conteúdo proposicional do texto e em relação aos seus leitores”.

Em algumas ocorrências do subcorpus, a inclusão de elementos metadiscursivos é realizada por meio do uso de parênteses, funcionamento que será tratado posteriormente, em 6.8.6. Em outras duas ocorrências ele é inserido diretamente na sequência textual, em circunstâncias em que o redator explica que vai apresentar a tradução de um texto para o português, que pode ser visto em:

O Memorial, que a Camera dos Senhores deu a ElRey a 4 do mez passado, *traduzido na lingua Portugueza* diz o seguinte [...]. (GDL, 7/04/1735).

Em huma Folha publica do Imperio se lê o Artigo seguinte, que *transcreveremos como simples traductores*, sem dar por certa a sua authenticidade [...]. (GDL, 5/04/1785).

Por meio desses exemplos percebe-se que o redator marca a sua presença no texto, orientando de algum modo a interpretação do que está publicando. Na primeira ocorrência citada, verifica-se que a informação metadiscursiva que introduz a transcrição de um texto oficial explicita a intenção do redator de assegurar a autenticidade do mesmo, informando se tratar de uma tradução para a língua portuguesa.

No segundo caso, ao contrário, a informação veiculada metadiscursivamente objetiva atenuar a responsabilidade do redator, diminuindo o comprometimento dele com o conteúdo que é apresentado. O sintagma “transcreveremos como simples traductores”, evidencia a discordância ou a dúvida do redator em relação ao texto que traduziu, o que se confirma pela parte posterior da frase, que contém a informação: “sem dar por certa a sua authenticidade”.

Além dessa interferência direta do autor no texto, o metadiscurso também pode ser evidenciado por outros tipos de construções, entre elas os usos de pronomes de primeira

pessoa e de pronomes possessivos (o que será abordado na seção seguinte desse trabalho). Porém, a construção discursiva da *Gazeta de Lisboa*, marcada por ampla heterogeneidade, não permite, na maioria dos casos, a identificação das origens dos falares. Os empregos dos pronomes não marcam necessariamente o discurso do redator da gazeta, mas possivelmente dos informantes do jornal. Acredita-se que a não identificação dos locutores, que caracterizaria uma fala de tendência mais objetiva, seja fator constituinte dos gêneros em estudo e contribua, num sentido mais amplo, para a construção discursiva do referente **guerra** no discurso da imprensa escrita daquela época.

Além dos casos de usos de parênteses e das duas ocorrências acima transcritas que mencionam a tradução para o português, é possível observar a participação efetiva do enunciador nos discursos em outras poucas situações, como em:

Outras muytas merces fez s. mag. de que *em outra occasião se fara memoria*. (GDL, 21/09/1715).

O filho do conde de s. Vicente *de que ja se fez memoria em hua das precedentes*, foy bautizado domingo 20 do passado com o nome de Joaõ. (GDL, 2/11/1715).

O emprego do sintagma “fazer memória” nessas duas ocorrências remete a uma informação publicada anteriormente ou que o será posteriormente, evidenciando a presença do redator da gazeta nos textos. Isso se deve ao fato de a unidade **memória** também ser utilizada na época como sinônimo de narração, relatório, informação confirmada pela verificação dessa entrada no dicionário de Moraes, onde se encontra a definição “memorias: escritos de narrações politicas”.

6.8.3 Omissão e generalização dos coenunciadores

Embora fosse praticada pela gazeta a identificação, mesmo que muitas vezes imprecisa, das fontes de informação, há muitas ocorrências em que se observa a omissão de tais dados. Essa omissão pode ser percebida de duas formas: pelo uso de generalizações do tipo “dizem que”, “parece que”, “corre a notícia que”, entre outras, e pelo emprego de verbos na forma impessoal. Em ambos os casos, além de dar caráter indefinido à fala, tal estratégia tem como efeito discursivo distanciar o que é enunciado do enunciador (o redator da gazeta), camuflando-o e, assim, não o comprometendo com o conteúdo enunciado.

Outro efeito das generalizações e do uso de verbos nas formas impessoais é assinalar o conhecimento popular, não-oficial mas consensual, que pode ser aceito como verdade por resultar de um conhecimento compartilhado por um grupo. Trata-se de um conhecimento superficial e subjetivo, adquirido por meio da experiência e da socialização, muitas vezes fundamentado por observações, suposições e boatos.

Para Indursky (1989, p. 99-100), a representação do locutor impessoal, em que esse aparentemente se apaga, é uma estratégia pela qual esse locutor “fantasma” assume a palavra e fala investido do poder que lhe confere o conhecimento. A enunciação se reveste de verdade apresentada como irrefutável.

A não especificação dos dizeres permite ao enunciador, segundo Rosier (1999, p. 162), atribuir as informações a um outro anônimo, de consciência coletiva. E essa atribuição coletiva das falas sustenta o próprio discurso do enunciador, pois, se os outros dizem, é porque é verdade.

Esses tipos de práticas discursivas encontrados no subcorpus podem ser classificados em dois grupos:

A) Generalização

Dizem que [...] como se este padecesse ja huma guerra declarada [...]. (GDL, 5/07/1725).

Dizem que para entreter as suas tropas destras no exercicio da guerra [...]. (GDL, 2/03/1730).

Corre aqui a noticia, de haver o Almirante de Inglaterra Haddock mandado dizer [...] que so lhe ordenam fazer a guerra contra os Infieis [...]. (GDL, 4/02/1740).

Aqui corre a noticia, [...] que se receya alguma guerra na Italia. (GDL, 4/02/1740).

Dizem, que sua Mag. Imp. depois de huma guerra tam pezada, dezeja dar algum descanso aos seus vassallos [...]. (GDL, 10/03/1740).

Dizem que o animo do Sultam he fazer a guerra com todas as suas forças a quelle Principe [...]. (GDL, 12/05/1740).

Parece por muitas circunstancias, e pelos muitos Correyos, que reciprocamente passam de Turin para Vienna, que se tratam entre as duas Cortes de certas dispozições, concernentes a conservacao dos seus Estados respectivos, na Italia, no cazo que sobrevenha alguma nova guerra. (GDL, 2/10/1755).

[...] actualmente os rumores, de guerra parecem estar suffocados pelos de paz [...]. (GDL, 4/01/1785).

Dizem que em consequencia do restabelecimento da boa intelligencia entre as duas cortes imperiaes esta ajustado fazerem todos os esforços, para que a campanha do anno que vem seja a ultima desta guerra [...]. (GDL, 4/02/1800).

B) Uso da forma impessoal

Corre a noticia de que [...]. Tambem se diz que [...] ha poucos dias que houve entre a plebe, e os soldados huma disputa sobre a guerra da Russia [...]. (GDL, 5/05/1740).

[...] de que *se entende* que que a guerra com Inglaterra esta muy vizinha começa a entenderse que se resolvera a declarar a guerra ao grão senhor como se houvessemos de entrar em alguma nova guerra, mas não se discorre o motivo [...]. (GDL, 7/09/1715).

Fala-se em que a França [...] tem determinado não falar na restituição das terras, que estes tomaraõ aos Cantoens catholicos na ultima guerra [...]. (GDL, 2/03/1730).

O nuncio do papa, *conforme se assegura* [...] tem escrito a varias cortes para evitar a guerra [...]. (GDL, 2/03/1730).

Assegura-se, que determina augmentar mais o estado da guerra, o que se podera ver brevemente. (GDL, 11/02/1740).

Tem-se averiguado haver perdido o Exercito Imperial nesta ultima guerra de Turquia 36U homens [...]. (GDL, 10/03/1740).

[...] *se começa a divulgar* agora, que o Gram Senhor intenta fazer a guerra a Thomas Kouli Khan [...]. (GDL, 10/03/1740).

Aqui se tem recebido dos Estados Austriacos varias commissões, *que indicão* huma guerra proxima. (GDL, 7/01/1785).

[...] no caso que aja guerra, *diz-se geralmente que* a França este anno tera somente exercitos d'observação [...]. (GDL, 5/04/1785).

6.8.4 O uso de pronomes possessivos de primeira pessoa

Observa-se o uso da primeira pessoa nos textos da gazeta, tanto representando a fala de coenunciadores, quanto, supõe-se, a do redator do jornal. Supõe-se, porque a fala do jornal não é explícita, salvo nos casos em que trata da tradução para o português de cartas ou de falas de pessoas de outros países e quando há a explicação sobre a distribuição do conteúdo, como foi mostrado no item 6.8.2.3. Em outros casos, mesmo quando há referência metalinguística, não fica claro se a ressalva é feita pelo jornal ou apenas reproduzida do texto de origem.

Sabe-se que o uso dos pronomes de primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural, marca a subjetividade no discurso, personalizando-o e o identificando. Porém, o uso no

plural pode apresentar diferentes efeitos de sentido, pois com o emprego do “nós”, o sujeito da enunciação é “socializado”.

6.8.4.1 Uso da primeira pessoa do plural

O uso do pronome possessivo **nosso** pode ser parafraseado, ao menos, de quatro maneiras: “o que nos pertence” (nossa casa), “o que provém de nós” (nossas intenções), “a que nós pertencemos” (nosso país), “que nos cabe” (nosso trabalho). Pode, ainda, como registra o dicionário Houaiss⁸⁹, marcar afetividade, como em *nosso grande mestre*.

Nos dicionários da época encontramos:

Bluteau – “O que nos pertence. O que tem qualquer gênero de relação comnosco. [...]. He dos nossos. He da nossa casa [...]. He nosso. He da nossa terra [...]. Palavras proprias da nossa lingua, correntes na nossa terra. [...] Não he esta moça, como as da nossa terra [...]. Arvores da nossa terra [...]. Julgouse a demanda em nosso favor. [...] Por nossa culpa nos convem que nos façamos maos.” (BLUTEAU, 1712-1728, p. 750, v. 5)

Moraes – “Que é comum a todos aquelles, de quem um falla: [...] nosso pai Adão, i.é, o pai de nós todos. § Saudades nossas, i.é, de nós. Nesse sentido dizemos: ‘dai-lhe saudades nossas;’ i.é, que temos delle. ‘diz, que saudades nossas o atormentão’: i.é, as que elle tem de nós: o conteisto tira o equivoco. Deus é nosso pai, e padre nosso; equival a pai de nos, que não se diz, senão quando queremos modificar o attributo nosso, com algum adjectivo: ‘Deus é pai de nos todos’.” (SILVA, 1813, p. 348, v. 2)

Os pronomes possessivos **nosso(a)(s)** apresentam, ao todo, 172 ocorrências no subcorpus, encontradas principalmente em falas de autoridades, como pode ser visto na sequência:

A) Fala de autoridades

⁸⁹ Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa (versão 3.0), 2009.

Nesses casos, o pronome possessivo **nosso** representa a nação e seu uso marca a fala de uma autoridade, que se inclui nesse **nós** como cidadão, com interesses em comum, como o bem geral e a prosperidade do país, por exemplo. Julga-se necessário, nesses casos, explicitar os coenunciadores (as fontes da informação) e, por isso, opta-se pela transcrição das ocorrências em tabelas e pelo destaque dos pronomes em itálico⁹⁰:

Ocorrência	Fonte
[...] e credito das presentes medidas, e das suas forças unidas, para o mantimento das <i>nossas</i> mutuas estipulaçoens. Todos os precedentes tratados, e convençoens feitos com Hespanha a favor do <i>nosso</i> commercio, e navagação ficam renovados, e confirmados. Naõ somente se tem restabelecido o exercicio livre, e naõ interrompido pelo que toca ao futuro do <i>nosso</i> commercio [...]. [...] naõ se pode duvidar de nenhuma maneira que pela fiel execuçaõ dos <i>nossos</i> reciprocos empenhos se naõ estabeleça [...].	GDL 9/03/1730; Gran Bretanha. Londres, 24 de janeiro. Discurso do elrey da Gran Bretanha para a camera dos pares e dos communs.
[...] dizem que a dezanove deste mez sahiram da villa de Castilblanco os reys, e principes <i>nossos</i> senhores [...].	GDL 16/03/1730; Hespanha. Madrid, 28 de fevereiro. Cartas da corte.
[...] nam pode o <i>nosso</i> reconhecimento deixar de atribuir a extraordinaria vigilancia, e attençam de V. Mag. o bem do seu povo [...]. [...] e que nam faltaremos nunca a fazer todas as <i>nossas</i> diligencias, para destruir a esperança dos que chegarem a presumir, que podem tirar ventagens de nos com praticas semelhantes. [...] rogamos humilissimamente a V. Mag. queira aceitar as fortissimas asseveraçoens, que lhe fazemos, de que em consequencia da <i>nossa</i> constante fidelidade, do <i>nosso</i> amor para com V.Mag. e da <i>nossa</i> firme perseverança em apoiar o verdadeiro interesse do <i>nosso</i> paiz.	GDL 7/04/1735; Gram Bretanha. Londres 1 de março. Memorial da Camera dos Senhores para ElRey, traduzido na lingua Portugueza.
Todo o Mundo esta inteiramente informado do que as <i>nossas</i> fronteiras tem padecido por huma larga serie de annos com as entradas dos Turcos, e dos Tartaros [...] e levando cativos hum grande numero dos <i>nossos</i> subditos. [...] que nam puderam todas as <i>nossas</i> instancias ter o	GDL 5/05/1740; Russia, Petrisburgo, 5 de março. Proclamaçam da Emperatriz.

⁹⁰ Nas transcrições foi mantida a grafia original.

effeito dezejado de as suspender, e de prevenir huma guerra declarada. [...] para procurar inteira segurança aos <i>nossos</i> fieis vassalos [...]. [...] e assistencia, e com o valor das <i>nossas</i> Tropas, nam somente afastamos os inimigos das <i>nossas</i> fronteiras [...]. Por esta paz se acham as <i>nossas</i> fronteiras de tal sorte cobertas [...]. [...] <i>nosso</i> Imperio se acha livre de cumprir as promessas tam prejudiciaes, e tam pouco honrosas, que nelle se haviam estipulado. Muitos milhares dos <i>nossos</i> subditos [...]. Pella mesma paz se concedem aos <i>nossos</i> subditos ventagens, e prerogativos no commercio mais consideraveis, do que nunca se concederam no Imperio Ottomano, nam falando em outras varias condiçoens, que nella se tem estipulado, com gloria, e ventagem <i>nossa</i>, do <i>nosso</i> Imperio, e dos <i>nossos</i> subditos [...].	
O Gram Duque (diz a Corte de França) he <i>nosso</i> inimigo jurado, e antes queremos padecer todas as calamidades da guerra, do que consentir que este Principe chegue a ser Imperador.	GDL 6/04/1745; Dresda 27 de Fevereiro. Reprodução de informação da corte da França.
Quaes serão as consequencias desta guerra? Dos <i>nossos</i> exercitos tem desaparecido o valor, o zelo da religião, e a honra [...]. Os <i>nossos</i> antecessores, que com tantas victorias se assignalarão não erão homens como nos? Ja sabeis o que daqui se tem seguido: tudo são effeitos dos <i>nossos</i> peccados. Se acontecer, o que deos não permita, que o <i>nosso</i> imperio chegue a vacillar, não sou eu so quem ha de experimentar esta calamidade [...]. Pela gloria da <i>nossa</i> religião devemos fazer hum grande esforço: Deos nos assistira, e nos vingara dos <i>nossos</i> inimigos. Soffrer que os infieis nos humilhem, he descredito para a <i>nossa</i> religião, e para o <i>nosso</i> imperio.	GDL 6/02/1790, 2º supplemento. Decreto imperial do grão-senhor para o governador de Constantinopla.
Era a unica fortaleza, que parecia querer resistir ainda contra o <i>nosso</i> exercito victorioso [...]. [...] pelos prodigios de valor das <i>nossas</i> tropas, memoravel e unica nos annaes da gloria e da historia	GDL 18/02/1800; Italia. Turin 28 de dezembro. Proclamação do general Melas.

militar. A admiração da patria e a gratidão dos <i>nossos</i> concidadãos, que com tanto zelo e constancia soffrerão, e tiverão parte connosco nas privações e trabalhos da guerra, nos indemnizão em parte os perigos que corremos [...].	
Toda a <i>nossa</i> enxarcia ficou cortada, perdemos a verga da gavea, ficando pela maior parte muito maltratadas as <i>nossas</i> vergas e mastros. [...] tocou a sua proa na <i>nossa</i> popa a estribordo, e nesta posição ficamos 3 cuartos de hora [...]. Por <i>nossa</i> parte se procurou cortar a retirada aos navios que ficavaõ na retaguarda; porém o vivissimo fogo das baterias, que jogavaõ bombas e balas, impedio que se realizasse a <i>nossa</i> tentativa.	GDL 1/10/1805; Gram Bretanha Londres, 10 de setembro. Carta do Capitão Baker escrita a bordo da Fenis, publicada pelo Almirantado.
Qualquer que seja o inconveniente temporario, e parcial, que haja resultado das medidas, que foraõ dirigidas pela França contra aquelles grandes mananciaes da <i>nossa</i> força, e prosperidade [...]. A inveterada hostilidade do <i>nosso</i> inimigo continua a ser dirigida contra este paiz com não diminuida animosidade, e violencia.	GDL 7/02/1810; Grã-bretanha. Londres, 23 de janeiro. Camara dos lords. Leitura da fala do lord chancellor arcebispo de Cantorberia na sessão do parlamento.
Entretanto a Inglaterra vendo <i>nossos</i> exercitos occupados na Alemanha, e sempre mal informada, apesar das enormes despesas que consagra a espionagem, persuadia-se que as <i>nossas</i> tropas veteranas tinhaõ deixado a Hespanha [...]. Mas a grande influencia dos acontecimentos de 1809 sobre a face do mundo chama ja a <i>nossa</i> attenção.	GDL 7/02/1810; França. Paris, 23 de dezembro. Brevissimo resumo da situação do imperio.
Não vimos, nos <i>nossos</i> dias, o Papa acolher na sua capital, e nos seus portos os inglezes, que deste asilo agitavaõ o reino de Napoles, e o reino de Italia, distribuiaõ dinheiro, e punhaes aos assassinos, que degolavaõ <i>nossos</i> soldados nos valles das Calabrias? Convencido destas verdades consagradas pela historia de todos os tempos, e pela <i>nossa</i> propria experiencia, o imperador não podia tomar, senão hum de dous partidos [...].	GDL 9/02/1810; França. Paris, 23 de dezembro. Continuação da exposição da situação do imperio.
[...] não duvidava que isto se devesse imputar as ignorantes instrucções dos ministros, e não ao proprio general; na <i>nossa</i> victoria nem fizemos prisioneiros, nem tomamos artilheria; mas o inimigo fez prisioneiros. [...] pois quando se fizer a paz, não sabemos onde se	GDL 14/02/1810; Grã-bretanha. Continuação das noticias de Londres de 24 de janeiro. Sessão do parlamento, Camera dos lords.

recolha a metade das <i>nossas</i> esquadras.	
Ou como hum crime aos ministros britanicos o enviarem as <i>nossas</i> tropas a ser emulas da sua fama?	

Quadro 13 - Ocorrências do *corpus* de falas de autoridades em que aparece o pronome nosso.

B) Fala de origem não identificada

Marcadas pelo uso dos verbos nas formas impessoais, essas ocorrências apresentam o pronome **nosso** com o sentido da propriedade coletiva, do que pertence à nação como um todo, ou seja, a todos e a cada um.

Observa-se que esse tipo de emprego é, na *Gazeta de Lisboa*, mais característico de textos narrativos e de situações em que o coenunciador não é identificado, reforçando o sentido “socializado”.

Ocorrência	Fonte
[...] sendo o mayor inimigo que ategora encontraraõ as <i>nossas</i> tropas, a extrema sede que padeceraõ pela grande falta de agua.	GDL 14/09/1715 Turquia. Adrianopla, 29 de junho
[...] o mesmo fez a d. Luis de Miraval <i>nosso</i> embayxador em Hollanda [...].	GDL 7/09/1715 Hespanha. Madrid, 23 de agosto
[...] os meynos de restabelecer promptamente o socego em Polonia, a fim de retirar as <i>nossas</i> Tropas daquelle Reino [...].	GDL 6/01/1735 Russia, Petrisburgo, 9 de novembro
[...] para as reforçar as que se ham de embarcar nos <i>nossos</i> portos [...].	GDL 3/03/1740 Gram Bretanha. Londres, 19 de janeiro
[...] e move outro Exercito para as <i>nossas</i> fronteiras; o que nos faz temer, querer a tomar por interpreza o Castello de Nagou [...].	GDL 17/03/1740 Turquia. Constantinopla, 8 de dezembro
Corre aqui a lista da artelharia, que as <i>nossas</i> Tropas ganharam na ultima batalha [...].	GDL 19/05/1740 Russia. Petrisburgo, 31 de março
Vendo os inimigos estes 3 corpos tam mal tratados, sem a <i>nossa</i> infantaria haver entrado ainda na peleija [...]. Acharam-se 1U400 mortos no campo, e a <i>nossa</i> perda consiste so em hum Capitam, hum Tenente, e perto de 60 Dragões, ou soldados de cavalo.	GDL 6/07/1745 Silesia. Breslavia, 24 de mayo
O governador de Pultowa mandou avisar a <i>nossa</i> corte, de se haver manifestado o contagio em varios lugares da Ukania poloneza [...].	GDL 10/02/1750 Petrisburgo, 13 de dezembro

[...] a Convenção concluída a 31 d'Agosto do anno proximo passado com a Corte Imperial, e ratificada e assignada da <i>nostra</i> parte a 3 de Janeiro seguinte [...].	GDL 5/04/1785 Haia, 10 de março
Cada dia se originão rumores diferentes; e os <i>nostros</i> Estadistas ja não sabem em que hão de assentar.	GDL 5/04/1785 Bruxellas, 11 de março
O <i>nosso</i> monarca mandou suspender na Hungria até segunda ordem a medição das terras para o novo plano de tributos [...].	GDL 5/04/1785 Paris, 15 de março

Quadro 15 - Ocorrências do *corpus* de falas de origem não identificada com o pronome *nosso*.

C) Fala que marca reverência e/ou submissão

Nessas ocorrências, o emprego dos pronomes possessivos no plural revela uma prática social, que tem o objetivo de marcar a subordinação. Na época, o uso de pronomes possessivos para tratar de pessoas da realeza e do clero era obrigatório, um forma de tratamento que enfatizava as diferenças entre as classes sociais e demonstrava a submissão da maioria da população à aristocracia.

No estudo da *Gazeta de Lisboa* percebe-se que esses empregos apresentam, ao longo do tempo, uma diminuição de uso: são mais frequentes nas edições entre 1715 e 1750 que a partir de 1780. Também se nota que, em alguns casos, há uma dificuldade em se diferenciar esses usos dos citados logo anteriormente, como, por exemplo, em *nosso monarca* (citado acima) e *nosso arcebispo* (nos exemplos abaixo). A classificação foi feita com base no contexto: no primeiro caso, fala-se *nosso monarca* como se fala *nosso exército*, ou hoje, *nosso presidente*, *nosso país*, *nostra seleção de futebol*. No segundo caso, *nosso arcebispo*, o uso de “nosso” qualifica o personagem citado, e o pronome possessivo não fornece a ideia de algo compartilhado (posse de todos), mas de uma fala respeitosa.

Ocorrência	Fonte
A 8 em que compriu annos o Gram Duque <i>nosso</i> Soberano [...]. [...] com a ocasião de cumprir annos o Principe Carlos de Lorena, irmam do <i>nosso</i> Soberano.	GDL 4/02/1740 Florença, 19 de dezembro
[...] foy a Rainha <i>nostra</i> Senhora com a Senhora Princeza visitar a sua Capella na Igreja Parroquial de Nossa Senhora dos Martyres [...].	GDL 11/02/1740 Portugal, Lisboa 1 de fevereiro

A preza que o <i>nosso</i> Principe fez nesta Conquista he inexplicavel [...].	GDL 24/03/1740 Persia. Hispahan, 30 de outubro
[...] antehontem fez o cardial Spinelli, <i>nosso</i> arcebispo, a funçam de lhe aplicar o sacramento do bautismo [...].	GDL 3/02/1750 Italia. Napoles, 9 de dezembro
Na terça feira 16 do corrente festa de S. Januario, <i>nosso</i> protector, se expoz segundo o costume anual a veneração do povo a cabeça deste glorioso martyr [...].	GDL 17/02/1750 Napoles, 27 de dezembro

Quadro 14 - Ocorrências em que o pronome *nosso* aparece em falas que expressam reverência.

6.8.4.2 Usos da primeira pessoa do singular

Os pronomes possessivos na primeira pessoa do singular são menos frequentes na *Gazeta de Lisboa*, com apenas 36 ocorrências no subcorpus. Observa-se que o uso de *meu(s)* e *minha(s)* é exclusivo de falas de fontes oficiais, sobretudo reis, nobres e religiosos, como pode ser visto nos seguintes excertos⁹¹:

Ocorrência	Fonte
Esta negociação se ha tratado, e concluido com huma perfeita união, harmonia, e fidelidade entre mim, e os <i>meus</i> alliados [...]. [...] estou seguro, que o <i>meu</i> parlamento não faltara em me sustentar, e assistir em huma causa tam justa [...]. [...] o interesse immediato dos <i>meus</i> reynos, preferindo-o a todas as outras considerações [...]. [...] nenhuma concessão se tem feito em <i>meu</i> prejuizo, nem dos <i>meus</i> subditos. [...] tenho dado ordens para se fazer immediatamente a reducção de hum grande numero das <i>minhas</i> tropas, e para desarmar huma grande parte da <i>minha</i> armada.	GDL 9/03/1730. Gran Bretanha. Londres, 24 de janeiro. Discurso de elrey a camera dos pares e dos commons da Grã Bretanha.
[...] o dever, e o affecto do <i>meu</i> povo, em que eu descanço, em todos os sucessos acrecentaram hum grande pezo as minhas diligencias. O interesse, que mostrais tomar no sucesso das <i>minhas</i>	GDL 7/04/1735. Gram Bretanha. Londres, 1 de março. Resposta de Sua Mag. ao memorial dos Pares do Reino.

⁹¹ Aqui também se opta pela transcrição das ocorrências em uma tabela, com o objetivo de facilitar a visualização das falas e dos coenunciadores a elas relacionados.

negociaçoens, unido com os Estados Geraes para a renovaçam da tranquillidade publica, me he muito agradavel; nam negligenciarey da <i>minha</i> parte nada do que puder contribuir para hum bem tamanho [...].	
He verdade (disse elle mais) que poderei eu antes da <i>minha</i> morte ser privado das funçoens de Ministro [...].	GDL 25/02/1740 Hollanda. Haya, 22 de janeiro. Dialogo do Cardeal de Fleury com Mons Van Hiy, Embaixador dos Estados geraes, na Corte de França.
O <i>meu</i> Ministro em Vienna lhe annunciara igualmente que as <i>minhas</i> tropas vão tambem por-se em movimento [...].	GDL 4/01/1785 Paris, 14 de dezembro. Citação de resposta do Rei da Prussia ao descontentamento do Imperador sobre procedimentos dos Holandezes
Renuncio toda a pompa e fausto, e estou disposto a sacrificar o <i>meu</i> socego pessoal, não desejando mais do que vingar o damno feito ao <i>meu</i> povo. [...] quiz ir a campanha na frente do <i>meu</i> exercito; mas não o houverão por conveniente. He <i>minha</i> vontade (e para isso dirijo ao ceo as mais fervorosas orações) não embainhar o alfange, em quanto não obtiver a mais ampla satisfação. Espero com a graça do omnipotente, e com a protecção do profeta, que sejam ouvidas as <i>minhas</i> orações [...].	GDL, 6/02/1790. Decreto imperial do grão-senhor ao governador de Constantinopla
[...] o sentimento da mais perfeita estima e do mais ardente affecto, que professo no <i>meu</i> coração as valerosas tropas, que tive a honra e a gloria de conduzir a tantas victorias assinaladas [...]. Igualmente rogo a todos os officiaes, que recebem os <i>meus</i> agradecimentos sinceros pelo seu valor [...]. [...] dedicarei em especial <i>minha</i> attenção aos hospitaes, e darei as ordens mais terminantes, para que os feridos sejam tratados com o maior cuidado que possivel for [...].	GDL 18/02/1800 Italia. Turin, 28 de dezembro. Proclamação do general Melas annunciando o repouso ao seu exercito
Recebei, mylord, a segurança da <i>minha</i> alta estima.	GDL, 22/02/1800 Noticias de Londres do 1º de fevereiro Carta de Carlos Mauricio Talleyrand, ministro dos negocios estrangeiros em Paris, ao lord Grenville, ministro dos negocios estrangeiros em Londres.

[...] eu fui servido determinar por <i>meu</i> real decreto de 24 de agosto do anno corrente [...].	GDL 6/02/1810 Hespanha. Badajoz, 25 de janeiro. Real decreto do principe regente D. João.
Reposta. Mui senhor <i>meu</i>. Fazendo presente aos senhores governadores do reino a communicacão official, que v.s. me dirigio [...]. [...] me ordenaõ que em seu nome, e de s. a. r. o principe regente de Portugal, <i>meu</i> amo, agradeça a v.s. os seus bons officios [...]. [...] s.m. houve por bem approvar huma medida, que julguei se hum dos primeiros deveres da <i>minha</i> missaõ [...]. [...] a <i>minha</i> opiniaõ particular me faz considerar sempre esta medida como indispensavel [...].	GDL 8/02/1810 Lisboa, 23 de janeiro de 1810. Resposta do senhor d. Miguel Pereira Forjaz ao senhor J. C. Villiers
Eu vos tenho dito assaz para mostrar a <i>minha</i> opiniaõ a respeito do estado da Hespanha a final [...].	GDL 9/02/1810 Grã-bretanha. Noticias de Londres de 24 de janeiro. Extracto de huma carta de Cadix de 26 de dezembro (London chronicle, nº 7973).

Quadro 16 - Ocorrências dos pronomes possessivos de primeira pessoa no subcorpus guerra.

Diferentemente dos pronomes possessivos no plural, as formas no singular representam apenas a posse de quem fala, não podendo essa ser estendida à ideia do todo (com o sentido de nação ou país). Por meio dos exemplos que acabam de ser citados, vê-se que as construções **meus aliados**, **meu parlamento**, **meu povo**, **meu exército**, **meus súditos**, **meu decreto**, **meus reinos**, **meu ministro** e **minhas tropas** são exclusivas dos discursos de reis. Seu emprego comprova e reafirma as ideias de propriedade e de poder das monarquias absolutistas da época.

Em duas ocorrências, **senhor meu** e **meu amo**, ambas ditas pelo senhor d. Miguel Pereira Forjaz (9º Conde da Feira), percebe-se a prática de uma fala respeitosa, quase obrigatória (como código de conduta social), em que estão fortemente presentes as ideias de submissão à monarquia, mesmo (e sobretudo) por parte de outros membros da nobreza.

Nas demais ocorrências, entre elas **minha morte**, **meu coração**, **meus agradecimentos**, **minha missão** e **minha opinião**, o pronome possessivo marca a ideia de algo relacionado à pessoa que fala, mais que a noção de posse, adquirindo, em alguns casos, nuances afetivas (em **meu coração** e **meus agradecimentos**).

6.8.5 Outros usos das aspas

Além de marcar a transcrição supostamente fiel dos discursos de autoridades, como foi mostrado em 6.8.2.2, as aspas são um recurso utilizado na *Gazeta de Lisboa* para marcar também a reprodução de partes de documentos escritos. De acordo com Maingueneau (2004, p. 147), “o recurso às aspas está ligado à vontade de colocar em evidência as *próprias palavras* de um enunciador particular”. Entre os outros usos das aspas verificados no textos do jornal, destaca-se a reprodução de proclamações, que representa quase a metade dessas ocorrências, como pode ser visto abaixo:

No mesmo dia apareceu tambem *huma Proclamaçam* da Emperatriz, na qual communica esta alegre noticia [...] o seu theor he o seguinte. “ [...], pela graça de Deos Emperatriz [...]; pelo que o Santo nome de Deos seja bemdito, e louvado para sempre. Feita em Petrisburgo a 25 de Fevereiro de 1740.” (GDL, 5/05/1740).

[...] lhes dirigio o general conde de Meerfeld, em nome do arquiduque Carlos, *huma proclamação* na data de 9 de dezembro, pela qual lhes annuncia "que o dito principe tomou o corpo, por elles formado, debaixo da sua protecção , e lhes da formalmente a denominação de milicias provinciaes, de sorte que os individuos, que delle fazem parte, gozarão de todos os direitos da guerra, e de todas as prerogativas que daqui se derivão." (GDL, 15/02/1800).

[...] *a proclamação*, por onde o general Melas annuncia este repouso ao seu exercito, he do theor seguinte. Quartel general de Borgo S. Dalmazzo, 5 de dezembro de 1799. "Os triunfos assinalados, que se alcançarão a 4 e 5 de novembro proximo passado [...] de novo animarei a vossa coragem, estando certo de que o repouso vos conduzira a novas victorias, e vos fornecera occasião de colher novos louros. - (Assinado) Melas". (GDL, 18/02/1800).

Anteriormente publicou aqui o mesmo general, na data de 29 de novembro, *huma proclamação* concernente a reorganização das tropas piemontezas, ou a sua incorporação no exercito austriaco, pela qual annunciava "que por cuidado seu forão as tropas piemontezas igualadas as imperiaes [...]; e concede-se tres mezes para este effeito aos que estão em paiz estrangeiro." (GDL, 18/02/1800).

Na Gazeta da Corte, que hoje sahio, *se lê o artigo seguinte*: "Hontem houve hum conselho de estado e militar [...] e o arquiduque Carlos levava comsigo 20U homens do seu exercito d'Alemanha". (GDL, 21/02/1800).

O recado que o secretario d'estado lord Grenville apresentou a camara alta a 22 do mez passado da parte do rei, he do theor seguinte: "Jorge rei. Havendo os subsidios concedidos no principio da presente sessão sido calculados para supprir so os primeiros mezes do anno [...] e a concluir d'hum modo seguro e honroso a grande contenda em que s.m. se acha empenhado." (GDL, 22/02/1800).

O seu *real decreto* se acha concebido nos termos seguintes: "D. Joaõ por graça de deos, principe regente de Portugal [...]. O principe nosso senhor o mandou pelos ministros abaixo assignados do seu conselho e da sua real fazenda = José Maria de Lara; em Lisboa a 15 de dezembro de 1809. = Luiz de Sousa Brandaõ de Menezes o fez escrever. " (GDL, 6/02/1810).

Em *huma Folha publica do Imperio* se lê o Artigo seguinte, que transcreveremos como simples traductores, sem dar por certa a sua authenticidade: "O voato d'huma troca de paiz, em que as Cortes de Vienna e Munich havião convido, tem ganhado, a pezar de todas as suas inverosimilhanças, hum

credito tão extenso [...] de sorte que julgarão dever fazer a este respeito representações muito vivas para saber de S. A. Eleitoral, se o dito voato era bem ou mal fundado”. (GDL, 5/04/1785).

Além das proclamações, decretos e reproduções de textos de outros jornais, em duas ocorrências se verifica o uso de aspas na apresentação de discursos dos quais não se tem certeza sobre a veracidade. Na verdade, a não identificação das fontes nesses dois casos pode representar situações em que é preciso manter o sigilo sobre elas (talvez por motivos políticos, o que é comum na imprensa), mesmo essas sendo confiáveis e autorizadas a falar sobre o assunto, o que justificaria o uso das aspas.

Nam se tem divulgado a sua materia; mas *ha quem affirme em confidencia* que este Secretario teve ordem para declarar "que S. Mag. Catholico se vira obrigada a entrar em guerra com a Gram Bretanha [...] que esta diferença nam podia servir de impedimento a restabelecer a boa harmonia entre as Cortes de Vienna e Madrid". (GDL, 4/02/1740).

Dizem, que a resposta dos senadores de Luca tem respondido, "que estam infinitamente longe de quererem emprender a menor couza [...] se nam queira opor a hum comercio tam preciso, e muito menos sendo esta obra feita no territorio da republica”. (GDL, 3/02/1750).

6.8.6 O uso de parênteses

Segundo Pétillon-Boucheron (2003, p. 3) o uso de parênteses corresponde a uma operação enunciativa de adição, pois permite a ramificação do dizer. Assim, os parênteses, que têm poder isolante, permitem a articulação vertical da mensagem em diferentes níveis. Eles inserem, de acordo com Anis (1988, p. 136-137), um elemento exterior à continuidade sintática e à coerência enunciativa, como precisões e comentários, e cuja leitura não é obrigatória para a compreensão da frase de base. Trata-se de informação acessória, sempre subordinada a uma parte do texto, separada e organizada.

Pétillon-Boucheron, que dedicou um livro exclusivamente ao estudo dos usos de parênteses e travessões na língua francesa, afirma que raramente os sinais de pontuação são objeto de pesquisas sistemáticas. Ao traçar a história dos trabalhos sobre tais sinais gráficos, essa autora observa que os mais significativos se baseiam nas noções de função e tipos de uso, entre eles: comentário, adição e apresentação de planos narrativos.

Na *Gazeta de Lisboa*, observa-se que o uso de parênteses pode corresponder a nove objetivos enunciativos distintos, listados na sequência, seguidos pelas ocorrências encontradas no subcorpus:

6.8.6.1 Explicação ou observação sobre uma palavra do texto

Publicou-se outro Edicto delRey, pelo qual se institue hum novo Tribunal (ou Conselho) de Commercio, o qual se compoem de hum Presidente [...]. (GDL, 4/02/1740).

Os Haydamakis, (ou vagabundos) que aproveitando-se da consternaçam, em que tinham posto aos Camponezes as dezordens da guerra, [...]. (GDL, 24/03/1740).

[...] onde lhe fez presente, e aos mais Officiaes Russianos, que com elle se achavam, de Castans, (ou sobretodos) muito magnificos. (GDL, 24/03/1740).

[...] daquelle dia por diante poderiam conferir com o Gram Chancellor, e Vice-Chancellor juntos, todas as Sestas feiras, e separadamente todas as Terças (feiras). (GDL, 7/01/1745).

[...] e fizerão victoriosos aos odgeackes (corpos militares). As tropas se desalentão, e fogem de todas as partes aonde as envião. Os mirzaskeris (cavallaria asiatica) faltos de regra e disciplina, commettem nos acampamentos [...]. (GDL, 6/02/1790).

Nesses exemplos, veem-se explicações sobre unidades lexicais e traduções de unidades de outras línguas, estas últimas muito provavelmente inseridas pelo próprio redator do jornal, acreditando que seus leitores desconhecessem a língua de origem.

O texto em que aparece a unidade **Haydamakis** é da cidade de Varsóvia, na Polônia (GDL 24/03/1740), e trata da fase posterior ao acordo de paz entre Rússia e Turquia, relativo à Guerra Austro/Russo-Turca, de 1735-1739, quando tropas ainda ocupavam terras da Ukrania. A opção por manter a unidade lexical da língua do texto original mostra a intenção de marcar a diferença cultural, mas também dá uma ideia de afastamento geográfico em relação ao acontecimento noticiado.

Pode-se chegar a uma conclusão semelhante sobre o uso da unidade **Castans**. O texto, proveniente de Hamburgo, na Alemanha (GDL 24/03/1740), reproduz conteúdo de cartas da Polônia que narram o encontro do governante turco com um general russo, o qual aquele presenteou com a vestimenta em questão. Quanto às unidades **odgeackes** e **mirzaskeris**, essas aparecem em um texto de 6/02/1790, em que é reproduzido um Decreto imperial do Grão-senhor (sultão⁹²) ao governador de Constantinopla.

Em todos esses casos, a manutenção da unidade da língua de origem assinala a diferença das culturas orientais e do leste europeu em relação à portuguesa. Dessa forma, o redator da gazeta marca a proveniência do texto e assinala as diferenças culturais expressas pelas línguas, apontando os termos correspondentes em português.

⁹² Segundo o **Dicionário UNESP do português contemporâneo** (2004, p. 690).

6.8.6.2 Explicação sobre a origem da informação

As que estão promptas a marchar para o mesmo paiz (segundo huma lista, que se ve nesta corte) são as seguintes [...]. (GDL, 2/03/1730).

Para esta expediçam se fretaram (segundo se assegura) 150 navios de transporte, [...]. (GDL, 18/02/1740).

He verdade (disse elle mais) que poderei eu antes da minha morte ser privado [...]. (GDL, 25/02/1740).

O Gram Duque (diz a Corte de França) he nosso inimigo jurado [...]. (GDL, 6/04/1745).

[...] mas o povo hespanhol, os paisanos, e os lavradores permanecerão, e ultimamente triunfarão. (London chronicle, nº 7973). (GDL, 9/02/1810).

Mais raramente, encontram-se ocorrências do uso de parênteses para explicitar a origem da informação que é dada. Em grande parte das ocorrências que têm essa mesma finalidade, a informação faz parte da sequência textual, sem o uso dos parênteses. Nos casos citados acima, seu uso parece ter pouca funcionalidade e eles poderiam ser suprimidos. Por meio desses exemplos, percebe-se que o uso dos parênteses pode ter uma função mais explicativa que informativa, reafirmando a origem dos relatos.

6.8.6.3 Contextualização do que é dito

[...] os cossarios salentinos haviaão tomado 9 navios inglezes [...] & o francez (que he huma embarcação pequena) [...]. (GDL, 2/11/1715).

[...] e nesta idea tem ajustado com os Estados Geraes das Provincias unidas, (antigos, e naturaes Aliados da Coroa Britannica) as medidas mais convenientes para a renovaçam da tranquillidade publica. (GDL, 7/04/1735).

Antehontem, que foy o primeiro dia deste anno, segundo o estilo velho, (observado ainda neste Reyno) se vestiu a Corte de gala, e Suas Magestades receberam os cumprimentos ordinarios de bons annos [...]. (GDL, 10/03/1740).

[...] e ao seu filho mais velho (que tem 17 annos de idade) fez Cavalleiro da Ordem de Santo Alexandre [...]. (GDL, 5/05/1740).

[...] mas que pouco depois foy atacada a sua retaguarda (que se compunha do Regimento de Courassas de Gesler, e de hum de Dragões do Principe Luiz-de-Wirtemberg) por hum grosso de Hussares [...]. (GDL, 6/07/1745).

[...] que o papa mandou fazer ao Cantam de Friburgo (catholico romano) de lhe conceder alguns centos de reclutas para reforçar a guarda esguizara [...]. (GDL, 19/02/1750).

Tambem a regencia de Genebra deu a 29 do mez passado a mons. de Champeaux, que foy muitos annos residente de França naquella cidade (e se despediu para ir com outra comissam do seu rey), huma magnifica medalha de ouro. (GDL, 19/02/1750).

Que para melhor proteger o commercio, toda a somma, que o total da renda hereditaria do Reino (depois de deduzidas todas as restituções de direitos, pagamentos, ou premios, que se devão pagar em especie ou por desconto) puder produzir annualmente alem da somma de 656U lib.ester. em cada anno de paz [...]. (GDL, 5/04/1785).

Continua-se ainda a crer que o Imperador vira brevemente aos Paizes-Baixos, e que os seus grandes designios serão conhecidos depois do parto, sua augusta Irma (o qual se espera qualquer dia). (GDL, 5/04/1785).

A capitulação de Coni (praça que nunca dantes foi tomada) concluida entre o tenente general principe de Lichtenstein [...]. (GDL, 4/02/1800).

[...] Paris 24 de nivoso do 8º anno (14 de janeiro de 1800). (GDL, 22/02/1800).

[...] composta do arcebispo de Cantorberia, lord chancellor, conde Camden (lord presidente), conde de Aylesford (mordomo mor) e conde de Dartmouth (camareiro mor). (GDL, 7/02/1810).

[...] e dos corpos de caçadores (propriamente exercito da primeira linha). (GDL, 8/02/1810).

Determinou-se em consequencia a memoria de agradecimentos sem divisaõ. (Isto he, sem se tomarem novos votos.) [...]. (GDL, 14/02/1810).

O objetivo do uso de parênteses nesses exemplos é o de contextualizar a informação que é dada, ou seja, oferecer dados históricos (**antigos e naturaes Aliados, praça que nunca dantes foi tomada, catholico romano**), sociais (**observado ainda neste Reyno**) ou características físicas ou pessoais (**que he huma embarcação pequena, que tem 17 annos de idade**) do que é dito.

Parece ter também um objetivo didático, pois visa esclarecer sobre costumes e fatos da realidade, que contribuem para a compreensão da notícia, como em **Isto he, sem se tomarem novos votos, propriamente exercito da primeira linha, depois de deduzidas todas as restituções de direitos**.

Dessa forma, o uso dos parênteses marca a presença do redator do jornal como mediador, fornecendo dados extras e explicando os contextos quando ele julga necessário intervir para facilitar a leitura do que publica.

6.8.6.4 Posicionamento em relação ao assunto tratado

Aqui se entende, que este ajuste (na presente conjuntura tam favoravel aos seus interesses) se deve a intervenção do gram turco. (GDL, 2/03/1730).

[...] ElRey de Prussia lhe tinha manifestado (e que em outras ocasiões nam deixara de lhe dar provas da sua atença) nos tem ordenado que declaremos que pois que as conjunturas [...]. (GDL, 6/07/1745).

Que a introdução de generos das Indias-Occidentaes crus ou refinados na Grande-Bretanha por meio da Irlanda (menos que não seja debaixo d'adequadas regulações e restricções) seria seguida dos mais perniciosos efeitos [...]. (GDL, 5/04/1785).

Se os desejos porém de s.m. britanica (na conformidade das suas asseverações) tendem, de acordo com os da republica franceza, ao restabelecimento da paz [...]. (GDL, 22/02/1800).

[...] effeito admiravel da simplicidade das molas, e de movimentos de huma ordem rigorosa, e da exactidão dos calculos (e dos roubos immensos, que tem feito, e fez por toda a Europa), em cujo detalhe s. m. mesmo não se despreza entrar. (GDL, 5/02/1810).

(Aqui se segue hum brevissimo resumo, com as grandes exaggerações do costume, a cerca da guerra da Austria) Diz no fim do artigo: [...]. (GDL, 7/02/1810).

Hum joven principe austriaco, o mesmo que commandava em Ulm em 1805, tão arrogante como ignorante na arte da guerra, não soube, com 40U homens, senão deixar-se vencer pelo principe Poniatowski, que capitaneava 13U. (E tão vencido fora, que tomou Varsovia com quasi todo o ducado deste nome, e marchava sobre Thorn, quando os successos do Danubio o obrigaraõ a largar suas conquistas). (GDL, 9/02/1810).

[...] (este longo e nauseoso artigo, em que Bonaparte pretende corar a sua usurpação dos estados romanos, não precisa de commentario. Veja-se a correspondencia authentica dos ministros de S. Santidade com os agentes e generaes francezes, de que ja annunciamos dous numeros). Continuar-se-ha. (GDL, 9/02/1810).

Nas ocorrências acima citadas, a presença do enunciador é mais intensamente percebida, pois há a expressão explícita de opiniões e pontos de vista. Como já foi dito anteriormente, é preciso levar em consideração que nem sempre se pode considerar essas opiniões como sendo do redator do jornal, pois acredita-se que ele também reproduzia comentários que já constavam nos textos que ele recebia de outras regiões.

De qualquer forma, a opção por reproduzir tais comentários demonstra que o jornalista, no mínimo, não os questionava e que poderia até concordar com eles.

Nesses segmentos entre parênteses, verifica-se a recorrência de emprego de unidades que indicam excesso (**taõ/tam, immensos, grandes exaggerações**) e de conotação pejorativa (**nauseoso, usurpação, roubos**), o que prova que os responsáveis por tais comentários tinham posição contrária ao que relatavam ou aos personagens de suas narrações.

6.8.6.5 Comentário sobre a situação de fala

[...] e assim se aplicou antes da sua partida (e com alggum calor) a falar sobre esta materia aos Ministros de S.A.P. que ficaram muy admirados de semelhantes officios [...]. (GDL, 11/02/1740).

Em apenas uma ocorrência aparece o comentário sobre o ambiente situacional do acontecimento narrado. Nesse caso, no texto publicado em 11/02/1740, proveniente da Hollanda, destaca-se a eloquência da fala do Marquez de Fenelon (Embaixador delRey Christianissimo), que era contrário à formação do exército e ao armamento de navios holandeses, e fez questão de expressar seu descontentamento por meio de uma fala “calorosa”. Pelo texto do jornal, não é indicado o autor do comentário, nem a fonte da informação, que aparece em forma de narração com sujeito impessoal.

Comentário semelhante aparece em outra ocorrência, sem o uso de parênteses:

A vista do *calor*, com que da parte delRey de Prussia se *falava* neste negocio, se devia crer, que a complacencia, com que esta Corte se queria encarregar da mediaçam, com que se solicitava, completaria inteiramente a intençam, e o desejo de Sua Mag. Prussiana [...]. (GDL, 6/07/1745).

6.8.6.6 Comentário do coenunciador sobre a própria fala

He minha vontade (e para isso dirijo ao ceo as mais fervorosas orações) não embainhar o alfange, em quanto não obtiver a mais ampla satisfação. (GDL, 6/02/1790).

[...] em todo o tempo, em que seus exercitos forem dispersos, e as suas principaes cidades tomadas (eu anticipo estes successos), a França esta taõ longe de ter conquistado a Hespanha [...]. (GDL, 9/02/1810).

Nesses casos, o uso dos parênteses tem a função de dar ênfase à fala do coenunciador, reiterando sua presença na enunciação. Nota-se o emprego de verbos em primeira pessoa, o que dá caráter subjetivo ao texto, explicitando se tratar de um discurso individual.

6.8.6.7 Comentário sobre a distribuição do conteúdo no jornal

A esta resposta se segue a substancia da Convenção mencionada. (Por-se-ha no segundo Supplemento). (GDL, 5/04/1785).

Esta segunda carta, datada a 14 de janeiro, he pouco mais que huma réplica justificatoria as insinuações da nota do lord Grenville, (transcrita no 2§ supplemento n.4). (GDL, 21/02/1800).

[...] (por falta de lugar fica para outra folha a resposta dada a esta nota). (GDL, 22/02/1800).

Nessas ocorrências verifica-se a presença do redator da gazeta, e o uso dos parênteses tem objetivo informativo e explicativo, indicando onde o leitor pode encontrar mais detalhes sobre a notícia. No último exemplo, o redator justifica a ausência do complemento da informação devido à falta de espaço na publicação.

6.8.6.8 Detalhamento sobre características do texto reproduzido

Feito em Coni a 3 de dezembro de 1799. (Assinado) Gioanni, principe de Lichtenstein [...]. (GDL, 4/02/1800).

[...] e vos fornecera occasião de colher novos louros. - (Assinado) Melas”. (GDL, 18/02/1800).

[...] Recebei, mylord, a segurança da minha alta estima. (assinado) Carlos Mauricio Talleyrand. (GDL, 22/02/1800).

[...] Tenho a honra de ser, &c. (assignado) J. C. Villiers. (GDL, 8/02/1810).

Palacio do governo em 25 de janeiro de 1810. (assignado) d. Miguel Pereira Forjaz. (GDL, 8/02/1810).

Em todas essas ocorrências, o que é apresentado entre parênteses é a informação de que o documento reproduzido continha a assinatura da pessoa que o emitiu, o que leva a crer que o redator tenha tido acesso a esses papéis.

O uso dos parênteses, nesses casos, agrega ao texto certa autenticidade, em primeiro lugar por informar que se trata de um papel assinado e, em segundo lugar, por demonstrar que o jornal é testemunha dessa autenticidade.

6.8.6.9 Reprodução de elementos da situação oral

Ha defeitos na constituição deste paiz, que devem ter enfraquecido sua energia: mas o nome britanico sahio puo da experiencia. (escuta! escuta!). (GDL, 14/02/1810).

Em apenas uma ocorrência há entre parênteses a reprodução de elementos da linguagem oral. O *escuta! escuta!* mostra que o coenunciador, no momento da enunciação, chamava a atenção para si. Pode-se entender que ele proferia suas palavras num ambiente conturbado e que precisava conquistar a adesão de sua plateia, ou então, que usava as exclamações para dar ênfase ao que dizia, tentando seduzir os ouvintes. O uso dos parênteses nesse caso tem a função de marcar a presença de traços da oralidade do discurso relatado.

6.9 Análise no interdiscurso

O interdiscurso é, segundo Paveau (2010, p. 3-4), estreitamente articulado com o intradiscurso, com o qual forma um sistema. Por isso, é preciso compreender o interdiscurso como um meio-termo entre o discurso produzido e os discursos que circulam e que produzem efeitos sobre o primeiro.

De acordo com Moirand (2003a, p. 85), a memória interdiscursiva trata da inscrição, em certas formas linguísticas, da memória de momentos discursivos anteriores, e é constituinte do sentido social que é dado aos acontecimentos. O objetivo principal da análise do discurso é, segundo essa autora, verificar os efeitos de sentido que se instituem no ponto de encontro entre o que está sendo dito na sequência linguística e a rede de sentidos socioculturais e ideológicos existentes do interdiscurso, que vêm da memória e da história.

Esse posicionamento reafirma a ideia de Pêcheux (1975, p. 178) de que há sob o texto uma realidade planejada, que faz parte de um "funcionamento ideológico" prévio. Para ele, ao analista cabe verificar o itinerário instaurado pelo processamento dos efeitos de sentidos e apreender-lhe o ideológico preso à realidade desenvolvida durante o agrupamento das enunciações nos enunciados.

Nas seções anteriores desse trabalho foram realizadas, entre outros estudos, análises com o objetivo de descrever o funcionamento e os sentidos assumidos pelas unidades lexicais responsáveis pela nomeação em discurso de ações políticas e militares relacionadas a **guerra**, com especial atenção ao estudo dessa unidade no discurso da *Gazeta de Lisboa* no século XVIII.

O objetivo agora é relacionar o funcionamento observado por meio dessas análises com a situação social da época e com dados históricos, na tentativa de mostrar de que forma as crenças, pensamentos e visões de mundo do século XVIII são expressos nas páginas desse

jornal. A intenção é identificar e expor os outros discursos que estão inseridos transversalmente no discurso jornalístico da época.

No contexto histórico-social do século XVIII, sabe-se que a Europa era dominada por regimes monárquicos absolutistas, que foram consolidados entre os séculos XVI e XVII. Nesse período, importantes pensadores e filósofos tentaram justificar o poder absoluto dos monarcas. No século XVI, Bodin (1577) construiu uma teoria em que entendia a república no sentido de coisa pública, de Estado. Para ele, a república seria a comunidade humana em que aparece a soberania, representada pela monarquia de direito divino.

A partir do século XVII o absolutismo se desenvolveu na França graças à ação de Richelieu, principal ministro do rei Luís XIII, contra os poderes feudais. Considerado um dos fundadores do Estado moderno naquele país, ele lutou pelo fortalecimento do poder real, pois defendia a ideia de que apenas a potência era necessária para o Estado. Segundo sua teoria, a pessoa do rei se confundia com o Estado, e aquele não deveria aceitar nenhuma oposição e nem compartilhar seu poder.

Quem tem a força frequentemente tem a razão em matéria de Estado [...]. Os interesses públicos obrigam os que têm a conduta Estados a governá-los de modo que eles possam não somente protegê-los de qualquer dano que se possa evitar, mas também da apreensão que eles poderão ter” (RICHELIEU; HILDESHEIMER, 1995, p. 293, tradução nossa⁹³).

A ideia de que o objetivo do Estado era defender e assegurar o interesse público é constantemente reafirmada nos textos do periódico estudado, em passagens que indicam que as decisões e ações dos reis e imperadores visavam o bem geral da nação, como pode ser visto nos seguintes excertos:

O nosso magistrado attendendo ao *bem publico*, tem tomado huma resolução muy favoravel a boa iconomia das familias; deffendendolhes o demaziado luxo nas mulheres, e filhos; e prohibindolhes o uso de joyas, e de rendas de flandres, que excederem de cruzado a vara, porque nestes ornatos despendiam a mayor parte dos cabedaes, e especialmente nas funções dos cazamentos, com que pouco a pouco se hiaõ arruinando todas. (Alemanha, Hamburgo, 6 de janeyro. GDL, 9/02/1730).

E a fim que os *meus subditos* possaõ recolher brevemente os *fructos* desta vantajosa paz [...]. (Gran Bretanha, Londres, 24 de janeiro. GDL 9/03/1730).

O interesse, que mostrais tomar no sucesso das minhas negociaçoens, unido com os Estados Geraes para a *renovaçam da tranquillidade publica*, me he muito agradavel; nam negligenciarey da minha

⁹³ No original : « Qui a la force a souvent la raison en matière de l’Etat [...]. Les intérêts publics obligent ceux qui ont la conduite des Etats à les gouverner en sorte qu’ils puissent non seulement les garantir de tout mal qui se peut éviter, mais encore de l’appréhension qu’ils en pourront avoir ».

parte nada *do que puder contribuir para hum bem tamanho* [...]. (Gram Bretanha. Londres, 1 de março. GDL, 7/04/1735).

Renuncio toda a pompa e fausto, e estou disposto a *sacrificar o meu socego pessoal*, não desejando mais do que *vingar o damno feito ao meu povo*. (Decreto imperial do grão-senhor ao governador de Constantinopla. GDL 6/02/1790).

Concluo s. m. esta falla, rogando ao seu parlamento que proseguisse nas suas deliberações com o mesmo zelo que até aqui havia mostrado *pelo bem publico*. (Londres, 21 de janeiro. GDL, 5/02/1790).

A concepção de monarquia de Luis XIV, maior ícone do absolutismo, foi inspirada em Richelieu, que acreditava que o rei era a única pessoa que poderia exercer o poder, pois somente ele conhecia as razões do Estado, vistas como um mistério divino.

Na mesma época, Bossuet (1709, p. 258) afirmava: “ Deus fez os reis e príncipes seus tenentes na terra, para tornar sua autoridade sagrada e inviolável” (tradução nossa⁹⁴). Esse religioso defendia o “direito divino”, pregava que a monarquia tinha origem divina, e que caberia aos homens aceitar as decisões reais, sem as questionar. “[...] o poder dos reis é sagrado [...] não há nada melhor fundado na palavra de Deus, que a obediência que é devida por princípio de religião e de consciência às potências legítimas” (BOSSUET, 1709, p. 259, tradução nossa⁹⁵).

Algumas falas de reis e imperadores citadas pelo jornal reafirmam a crença de que a monarquia era ligada à vontade divina, por exemplo:

[...] huma Proclamaçam da Emperatriz, na qual communica esta alegre noticia a todo o seu Imperio, e lhe recomenda de as graças a Deos por este beneficio; o seu theor he o seguinte. “ [...], *pela graça de Deos Emperatriz, e Soberana de todas as Russias*. (Russia, Petrisburgo 5 de Março, GDL, 5/05/1740).

[...] e continuar em *concedernos a sua graça para conservaçam do nosso Imperio*, e dos nosso subditos [...]. (idem).

Entre as obras literárias de conteúdo político que se destacam nesse cenário, está *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1513), que defendia o Estado como um fim em si mesmo, afirmando que os soberanos poderiam utilizar-se de todos os meios que garantissem a conquista e a continuidade do seu poder. “[...] um principe inimigo do povo não pode nunca estar seguro [...]” (MAQUIAVEL, 1513/2009, p. 111).

⁹⁴ O texto original é : «Dieu a fait les rois & les princes ses lieutenans sur la terre, afin de rendre leur autorité sacrée & inviolable. »

⁹⁵ No original : « [...] la puissance des rois est sacrée [...] il n’y a rien de mieux fondé sur la parole de Dieu, que l’obéissance qui est due par principe de religion & de conscience aux puissances legitimes. »

Também se destaca Thomas Hobbes, autor de *Leviatã*, para quem os homens legavam ao soberano o direito de os proteger contra a violência e, sendo assim, a monarquia seria justificada pelo consenso social. Do ponto de vista político, era necessário um Estado forte para controlar e disciplinar a sociedade.

A ideia de que a guerra era um mal necessário para o bem público, inspirada muito provavelmente nessas obras e de outros pensadores renascentistas, também é recorrente:

[...] foy elrey a camera dos pares da Grã Bretanha [...] sem outra idea mais, que ha de *evitar as calamidades, e a confusão* de huma guerra [...]. (Gran Bretanha. Londres 24 de janeiro. GDL 9/03/1730).

[...] Sua Mag. Imp. desejava muito, que os negocios da conjuntura presente podessem permittir *algun alivio aos seus fieis Vassallos*; mas que a guerra, que se faz a S.Mag. pede que se augmentem as suas forças [...]. (Vienna 20 de novembro. GDL, 6/01/1735).

Apesar de criticado, o absolutismo era aceito por alguns filósofos sob a forma de despotismo esclarecido, justificado pelo pensamento de que o Estado absoluto era submisso à razão, que deveria tudo governar. Os déspotas esclarecidos usavam sua autoridade absoluta para fazer as reformas necessárias ao progresso e de acordo com a bondade dos indivíduos. Mas era preciso agir de modo autoritário, porque as pessoas eram consideradas incapazes de entender o sentido do progresso. O absolutismo esclarecido conduzia a uma racionalização dos meios de poder e à redução da influência da aristocracia. O racionalismo, que procura estabelecer caminhos para alcançar determinados fins em nome do interesse coletivo, é explícito no *corpus* em algumas circunstâncias, como em:

[...] fazemos reflexam nas reiteradas provas, que V.Mag. tem dado, e de que nos temos tantos exemplos, de haverem sido sempre o direito, a *razam*, e a prudencia, a *regra dominante das suas acçoens* [...]. (Gram Bretanha. Londres, 1 de março. GDL, 7/04/1735).

Os estudos das unidades lexicais relacionadas ao campo político-militar na *Gazeta de Lisboa*, dos cotextos dessas unidades e do intradiscurso revelam e confirmam o panorama ideológico geral da Europa no século XVIII. A verificação de obras lexicográficas da época também contribui para a apreensão dessa ideologia, como pode ser visto, por exemplo, pela seleção das abonações que integram os verbetes dessas unidades.

Em seu dicionário, para a palavra **guerra**, Moraes cita exemplo retirado do livro *Chronicas dos Reis de Portugal* (parte 2), de 1642, de Duarte Nunes de Leão, jurista, gramático e historiador português, que reuniu em um repertório as ordenações e leis extravagantes, por ordem do rei D. Sebastião. Na abonação, reproduzida na sequência, a

unidade é relacionada a seu antônimo, paz: “Os povos de Portugal requererão ao Senhor Rei D. João I que não casasse, nem fizesse paz, nem guerra sem consentimento de todos, porque serão estas coisas que pertencião a todos.” (SILVA, 1813, p. 107, v. 2).

Ao abonar a unidade por meio da relação com seu antônimo, o dicionarista optou por complementar as informações da frase definitiva, que descreve a guerra como um ato hostil para prejudicar ou vencer o inimigo. Mas ele deixou de lado ocorrências da palavra na língua (inclusive em outras obras o mesmo autor citado na abonação) que ajudariam a defini-la como oposição entre nações ou como um conjunto de ações militares de enfrentamento. Além disso, a abonação selecionada por Moraes refere a guerra como um ato cuja realização pode apenas ser decidida pelo rei, visto como representante dos desejos dos “povos de Portugal”.

No dicionário de Bluteau é citada para a palavra **guerra** uma definição dada pelo autor holandês Gerardus Joannes Vossius (1645): “He huma execução de vontades discordes, entre principes, Estados ou Republicas, que não admittindo razoens, só com armas se decide”. Dessa abonação se apreendem traços já identificados anteriormente: a guerra entendida como uma ação subordinada à vontade (desejo, capricho) de um ou de ambos os adversários envolvidos na questão, e o sentido de desinteligência (discórdia, inimizade), que também a aproxima das relações pessoais que demandam concordância, afeição e simpatia.

Um outro exemplo é a abonação escolhida por Moraes para a palavra **operação**: “Deus ministrador das virtuosas operações”, retirada, segundo o autor, do livro *Crónica do Imperador Clarimundo*, publicado pela primeira vez em 1522. No verbete, a abonação é antecedida pela frase: “as operações militares ou políticas”, sem maiores explicações sobre seu sentido nesse contexto. Retirada de um romance de cavalaria português de bastante prestígio, escrito por João de Barros, a abonação relaciona a ação militar a Deus, o que explicita a crença da ligação do poder monárquico e das atitudes dos reis à vontade divina.

A religiosidade, principalmente em Portugal, orientava a conduta dos reis e cidadãos e sua importância política é constantemente afirmada na *Gazeta de Lisboa*, seja justificando os poderes absolutistas, seja ligada à motivação das guerras, como em:

[...] fazer mais efficaç e execução dos empenhos em que entrarão as potencias contratantes da quadruple aliança, ha lugar de se presumir com muita razaõ, que este feliz principio fara dentro de pouco tempo perfeita, e completa a grande obra da purificação geral. (Gran Bretanha. Londres, 24 de janeiro. GDL 9/03/1730).

Estamos determinados a fazer, com que todo o Mundo reconheça, que estamos verdadeiramente persuadidos, de que o *mantimento da nossa Religiam*, e das nossas liberdades, *depende da segurança da subsistencia de V. Mag. e do seu governo*; e de se continuar a suessam Protestante na Real familia de V. Mag. e que nam desejamos nada com tanto ardor, como transmitir com a *protecçam da Divina*

providencia estas inextimaveis benções, sem nenhuma diminuiçam a nossa posteridade. (Memorial dos Pares do Reino para ElRey; Gram Bretanha, Londres, 1 de março, GDL 7/04/1735).

[...] o que era muito contra os *Estatutos da sua Religiam*, que so lhe ordenam *fazer a guerra contra os Infieis*, e livrar os mares de Corsarios; que esperava, que Sua Emin. quizesse emendar esta dezordem, porque de outro modo entraram as naus Britannicas na consideraçam de tratar aos Maltezes como Pyratas. (Italia, Napoles 29 de dezembro. GDL 4/02/1740).

Queira o supremo arbitro do universo encher de felicidade neste mundo, e no outro aquelles, que permanecerão *fieis no caminho da religião*, [...] e que se busquem, e proponhão os melhores meios de alcançar vingança dos *inimigos da religião*. (Decreto imperial do grão-senhor para o governador de Constantinopla. GDL 6/02/1790.)

Pela *gloria da nossa religião* devemos fazer hum grande esforço: *Deos nos assistira*, e nos vingara dos nossos inimigos. A guerra havemos de continuar *no caminho do senhor*, a quem rogo de dia e de noite que nos conceda a victoria: e vos, *pelo amor de deos*, cumpri com a vossa obrigação [...]. (idem)

Nos expozeraõ que, levados assim do zelo pela observancia das *leis da religião e da igreja*, como do paternal amor aos soldados, [...] houvessemos nos, *por autoridade da Sé apostolica*, de dispensar com os exercitos no *preceito ecclesiastico* da abstinencia de carne em dias prohibidos. (Lisboa 2 de fevereiro. GDL 2/02/1810).

[...] ella não podia deixar de conhecer os serviços feitos pelo imperador a *religião*; mas este motivo de reconhecimento, que devia ser efficaz para o *chefe da igreja* [...]. (França. Paris 23 de dezembro. GDL 9/02/1810).

Nunca o imperador reconhecera o direito da tripla coroa; não reconhece senão a *missão espiritual* dada por *Jesu Christo* aos pastores da *igreja*, e que tão pura e tão santamente desempenharaõ S. Pedro e os seus mais piedosos successores, com grande *proveito da religião*. (França. Paris 23 de dezembro. GDL 9/02/1810).

Ainda são expressos na gazeta outros pensamentos que podem ser relacionados à religião, como a ideia de que Deus nunca abandona seu povo, presente na Bíblia em Deuteronômio 31,6:

Deos, que *nam dezampara nunca aos que nelle confiam*, acaba agora de cumprir os nossos desejos. A guerra se tem acabado com huma paz feliz. (Russia, Petrisburgo 5 de março. GDL, 5/05/1740).

Ou a ideia da penitência pelos pecados cometidos:

Ja sabeis o que daqui se tem seguido: *tudo são effeitos dos nossos peccados*. (Decreto imperial do grão-senhor para o governador de Constantinopla. GDL 6/02/1790.)

E a menção a um archi-inimigo, personagem presente desde as mitologias grega e romana até a Bíblia, por exemplo, na história de Caim e Abel:

O Gram Duque (diz a Corte de França) he nosso *inimigo jurado*, e antes queremos padecer todas as calamidades da guerra, do que consentir que este Príncipe chegue a ser Imperador. (Dresda 27 de fevereiro. GDL, 6/04/1745).

Por meio dessas ocorrências é possível observar alguns dos diferentes discursos que estão inscritos “clandestinamente” (cf. Moirand, 2007b, p. 96-98) no discurso da imprensa portuguesa do século XVIII. Trata-se de alusões a outros pontos de vista ou a outros discursos que reaparecem para enfatizar a ideologia dominante.

7 OS GÊNEROS DA GAZETA DE LISBOA NO SÉCULO XVIII

Os gêneros devem ser considerados, segundo Beacco (2004, p. 153), como entidades discursivas de geometria variável. Ele afirma que as “cristalizações” linguísticas que os caracterizam parecem ser mais salientes nos gêneros discursivos relacionados a esferas profissionais, científicas ou técnicas, o que é o caso do discurso jornalístico.

Na seção 5.1 desse trabalho, intitulada “Os gêneros jornalísticos no século XVIII”, foram mostradas algumas características dos textos encontrados nos jornais europeus dos séculos XVII e XVIII. Destaca-se, por exemplo, uma ligeira proximidade com o gênero epistolar, pelo fato de as notícias virem acompanhadas da indicação da localidade de origem e da data de emissão, e por abordarem vários assuntos em um só texto, embora os jornais fossem destinados a um conjunto de leitores, sem permitir a interação direta com o enunciação, como acontece com as cartas.

Verifica-se nas gazetas a presença de textos com características narrativas, expositivas, descritivas e argumentativas. A maioria das informações é apresentada de forma bastante resumida, com o objetivo de fazer saber apenas o essencial. Um dos gêneros identificados é o **resumo de notícias**, realizado por meio de uma única frase, que buscava responder às perguntas quem?, o quê?, quando? e onde?, considerado o gênero jornalístico elementar daquela época. Caracterizado por uma sequência de informações telegráficas, o resumo dava conta do acontecimento, dos envolvidos, dos motivos, do local e da temporalidade, com função parecida com a das notas e chamadas na imprensa atual. São exemplos os trechos:

O principe de Kouraxin embayxador extraordinario de s. mag. czariana partio ante hontem desta corte, por haver recebido ordem do czar seu amo, de passar logo ao exercito confederado, que sitia Stralsund. (Paiz baxo, Haya, 8 de agosto. GDL, 7/09/1715).

O Duque de Montemar, que tinha ido a Leorne ver as Tropas que chegaram de Barcelona, se acha ja restituído a esta Corte. (Italia, Florença, 20, de fevereiro. GDL, 7/04/1735).

O rei de Saxonia, indo de volta para os seus estados, chegou a Strasburgo a 17 huma hora depois do meio dia 23. (França, Paris, 20 de dezembro. GDL, 3/02/1810).

Quando o acontecimento pedia um relato mais detalhado, vários parágrafos eram dedicados para tratar do assunto. Esses **relatórios informativos**, frequentemente cronológicos, constituíam um segundo gênero jornalístico, que tinha a função de responder também às questões como? e por quê?. Mais descritivos, os textos desse gênero incluíam detalhes da situação do acontecimento, como mostra o excerto:

Diariamente recebemos dos Presídios d'Abruzzo noticias desagradaveis de roubos, que ahi se commettem, e do numero de scelerados, que infestão essas partes. Consta que são mais de 300, todos bem armados, e capitaneados por hum desertor. Consta mais que este Chefe allista continuamente novos salteadores, dando a cada hum, logo que assenta praça, dous sequoens, alem do seu sustento quotidiano, e parte nos furtos. Estes malfeitores tem causado hum geral terror nas sobreditas Provincias, e o nosso Ministerio intenta enviar ahi hum Corpo d'Infanteria e Cavallaria para os dissipar. (Napoles, 30 de novembro. GDL, 4/01/1785).

Encontra-se também na *Gazeta de Lisboa* o gênero **informativo-publicitário**, em textos que aparecem fisicamente separados das narrativas de acontecimentos, na página final de cada edição, mas com conteúdo textual próximo ao de notícias de prestação de serviços. Com o objetivo de promover o consumo de um produto ou serviço, esse gênero é caracterizado por textos na forma de um relatório resumido, com a descrição do que se oferecia, onde se poderia encontrá-lo e, na maioria das vezes, as condições para adquiri-lo, como pode ser visto em:

Advertencias. Sahio novamente impressa a pratica criminal para todos os ministros, officiaes de justiça, advogados, e todas as mais pessoas que julgaõ, e ligitaõ em causas crimes. Vende-se na Officina Ferreiriana na rua dos Galegos junto ao Carmo. (GDL, 16/03/1730).

Sahiu a luz hum livro intitulado: Caminho para o ceo pela devoçam da senhora, composto por Joam Teixeira de Sampayo e Sexas Coelho, padroeiro da capela mor de S. Francisco de Vila do Conde. Contem novenas para todas as invocações de N. Senhora, e he muy util aos seus devotos. Vende-se na cidade do porto em casa de Manuel Pedroso, em Braga na de Joam Pedroso, em Coimbra na de Jose Gaspar Teixeira, e em Lisboa na loja de Francisco Gonçalves na rua nova.

Imprimiu-se segunda vez outro intitulado: Brados do desengano contra o profundo sono do esquecimento, tomo primeiro, autora Leonarda Gil da Gama, natural da serra de Cintra. Vende-se em casa de Luis de Moraes, mercador de livros, na praça da Palha, onde se achara tambem a obra intitulada: Dialogos de varia historia, composto por Pedro de Mariz, e acrecentados nesta ultima impressam até a vida do augustissimo rey d. Joam V, nosso senhor.

Tambem se imprimiu segunda vez hum intitulado: Advertencias aos modernos, que aprendem os officios de pedreiro, e carpinteiro, seu autor Valerio Martins de Oliveira. Vende-se em casa de Antonio da Silva ao arco de Jesus junto a S. Nicolao, nos livreiros da rua nova, e na cidade do Porto em casa de Manuel Pedroso Coimbra. (GDL, 3/02/1750).

Um esboço do gênero **crítica de arte** é encontrado nesse periódico, em relatos sobre a apresentação de óperas, em que se observa um novo uso da adjetivação no jornalismo da época, com função avaliativa, mas ainda ligada ao enaltecimento. Nesses textos também se observa uma certa proximidade com o **colunismo social**, quando são descritos detalhes do evento e são citadas as pessoas que o prestigiaram, como no exemplo:

Na vila de Santarém celebrou a Academia Scalabitana a 2 do corrente a sua decima quinta sessam, dedicada, como havia disposto, a saudosa memoria do illustrissimo, e excelentissimo senhor marquez

de Valença d. Francisco Paulo de Portugal a Castro. Foy nella presidente, recitando em hum panegyrico funebre, elegante, e erudito as virtudes moraes, e as acções mais heroicas deste marquez, o m. r. p. mestre fr. Manuel de S. Bernardo, religioso da provincia de S. Francisco de Portugal, ex-guardiam do convento da sua ordem na mesma vila, qualificador do Santo Oficio, examinador das tres ordens militares, consultor da bula da Santa Cruzada, e leitor da sagrada theologia na cadeira de Vespera. Recitaram-se nesta conferencia admiraveis, e infinitas poesias latinas, e portuguezas a todos os assumptos, distinguindo-se muito nestas ultimas o academico Felix da Silva Freire, assistido sempre de hum perene, e discreto entusiasmo, como manifestam as muitas, e plausiveis obras, que tem feito. Houve hum luzidissimo, e numerozo concurso de nobreza, ministros, prelados, e religiosos, e tanta quantidade de versos, que se nam puderam acabar de ler em toda a tarde, e em grande parte da noite. (Lisboa, 12 de fevereiro. GDL, 12/02/1750).

Também próximos do colunismo social, relatos sobre a saúde e as atividades religiosas e de lazer dos reis e príncipes são constantes na *Gazeta de Lisboa*:

Suas Magestades Catholicas passaraõ para o Real sitio de Santo Ildefonso, donde Domingo foraõ visitar a milagrosa Imagem de N. Senhora de Robledo. (Hespanha, Madrid, 20 de junho. GDL, 05/07/1725).

O rey de Sardenha, nosso soberano, logra ao presente saude perfeita, e continua a sua assistencia na casa real de Campo da Veneria, donde vem de quando em quando a esta cidade, como fez antehontem, que declarou publicamente o casamento de serenissimo duque de Saboya, seu filho primogenito, com a serenissima infanta dona Maria Antonia, irmam do rey catholico. (Turin 20 de dezembro. GDL, 3/02/1750).

Discursos institucionais, como a transcrição de proclamações, decretos, sessões parlamentares, tratados e comunicações oficiais, ou parte deles, também integram o primeiro periódico português, como pode ser visto em:

Publicou-se hum decreto do conselho de estado, no qual ordena sua magestade que todos os que mandarem as casas da moeda deste reyno ouro, ou prata em patacas, ou de qualquer outro modo vindo de paizes estrangeiros ate o valor de 10U libras, se lhes pagarão ate o primeiro de julho proximo 4 dinheiros por cada libra como se da aos que trocã moedas. (França. Pariz, 21 de janeyro. GDL, 16/02/1730).

Este ministro tem declarado aos desta corte, que s. mag. russiana mandara publicar hum edito a 15 deste mez; pelo qual se ordenara, que todos os vassallos de Suecia, que tem alguma pertençaõ, ou demanda por causa dos bens que possuem na Estonia, ou Livonia poderaõ recorrer para este effeito ao senado da Russia [...], e que em quanto a liberdade do commercio dos suecos, nos portos russianos do mar Balthico, esta se regulara na conformidade dos tratados de paz, e aliança concluido entre estas duas coroas nos annos de 1721 e 1724. (Suecia. Stockholm, 28 de dezembro. GDL, 23 de fevereiro de 1730).

Proclamação do rei de França Luiz XVIII dirigida aos Francezes: “Privando-vos d’hum Rei, cujo Reinado inteiro se passou em prizão, mas cuja infancia offerecia ja suffientes fundamentos para crer que elle viria a ser hum digno successor do melhor dos Reis [...]. Ao principio commettestes os vossos interesses a pérfidos Representantes, os quaes, trahindo a confiança que nelles haviéis posto, e violando os juramentos que havião prestado, abrirão o caminho para a sua rebelião contra o seu rei”. (GDL, 3/10/1795).

Nos jornais do século XVIII havia predominância de assuntos políticos, principalmente os relacionados à diplomacia, às relações internacionais e à vida social da realeza e da nobreza. Era dado espaço a questões de interesse comercial, como informações sobre a movimentação dos portos, e também eram publicadas notícias sobre crimes e execuções e sobre ocorrências miraculosas. Na hierarquia de interesses do jornal, os assuntos políticos vinham seguidos pela vida social da nobreza, por questões de interesse comercial, por notícias sobre mortes ou milagres.

Grande parte dos textos apresentava expressões de respeito e palavras elogiosas ao tratar de pessoas da nobreza e do clero, demonstrando conformismo, o que deveria ser quase imposto à sociedade da época absolutista e também ao jornal, que funcionava em regime de privilégio, revelando o controle que lhe era imposto pela censura.

Todas essas características observadas na *Gazeta de Lisboa* se referem aos elementos fundamentais dos gêneros citados por Bakhtin: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Mas, segundo Moirand (2007c, p. 93), eles correspondem mais à concepção de texto que de discurso.

Por isso, essa autora propõe que o estudo dos gêneros seja realizado numa perspectiva realmente discursiva, a partir de um modelo dialógico que coloque a enunciação no centro da constituição dos gêneros e a intertextualidade no centro do esquema da comunicação. Para ela, no estudo dos gêneros é preciso relacionar o que é interno (a estrutura do enunciado) ao seu exterior (o contexto extraverbal).

Nessa perspectiva, observa-se que a pouca precisão na descrição das fontes de informação é marcante no jornal português, como foi mostrado na seção 6.8.3 desse trabalho, que trata da omissão e generalização dos coenunciadores. Uma parcela relevante das informações veiculadas não tem origem atribuída a uma pessoa ou instituição que seria autorizada a divulgá-la, o que confere caráter impessoal aos textos ou indica se tratar de um conhecimento consensual, aceito como verdade, embora não confirmado, o que na imprensa de hoje não seria aceitável (salvo raras exceções) e implicaria a perda de credibilidade do veículo de comunicação.

Essa prática, que mostra que o interesse estava mais no que se dizia e não em quem dizia o quê, revela uma heterogeneidade mostrada e ao mesmo tempo sugerida e imprecisa. Considerando uma contextualização ampla, conforme proposto por Moirand (2007c, p. 103), a imprecisão em relação às fontes de informação e a publicação de rumores são características dos gêneros da imprensa do século XVIII, ligadas ao contexto sócio-histórico absolutista.

Do que pode ser considerado um tipo de “cristalização” característico dos gêneros da *Gazeta de Lisboa*, ou seja, as fórmulas e estratégias discursivas recorrentes, que diferenciam um gênero dos demais, o que mais chama a atenção é o uso de expressões de generalização como “corre a voz”, “espalha-se a notícia”, entre outras que estão presentes na maioria dos textos desse jornal.

Dentre essas expressões, destacam-se as formadas por **correr** + **voz**, que têm quase 80 ocorrências no *corpus*, como pode ser visto no quadro abaixo, com dados obtidos por meio da ferramenta *concordances et inventaires distributionnels* do programa *Léxico 3*:

Roma 20 de julho . Desvaneco-se a **voz** que estes dias passados **corria** nesta corte audiencia publica de s . mag . imp. **Corre voz** que a republica offerece meter hua grande grande numero de barris de polvora. **Corre voz** , que a guarnição de egea em Morea se ha & começa a entenderse que com aquella **voz** encobre outro designio differente . Ante agosto . Ha dias que nesta corte **corre a voz** de se haver descoberto que no porto de Havre o emperador , que lha concedeo ; & **corre voz** que este ministro voltara brevemente a Pariz Stralsund a 21 de agosto. A qui **correo voz** que elrey de Suecia se havia embarcado na pelo graõ vizir ; mas em Modon **corria voz** , que aquella praça se sentia muy apertada em hua audiencia a S . Santidade . **Corre voz** que no primeyro Consistorio que houver , contribuiçoens que lhes pertencem . **Corre voz** que o Czar de Moscovia chegara as costas para executar a sua commissão . **Corre a voz** de que o Semanario Romano se pora brevemente o Estio proximo na Jutlandia , e **corre a voz** que não passara de Walli , ou de Falster entes com o gram senhor , como ja **correo voz** , antes sua alteza lhes assegurou agora a varios conselhos de estado ; e **corre a voz** de que pretende conseguir certo grande negocio y capitaõ tenente . Tem - se espalhado a **voz** de que o emperador da Russia vira a este m senhor . Genova 4 de fevereyro . **Corre voz** que o gram duque tem resolutio tomar a soldo pçoens de muitas pessoas ricas , e **corre voz** que manda aparelhar dous navios para dar lavia ; e acrescentam , que **corre alli a voz** , de que o mesmo Conde se mostrava resolutio a posta em estado de defensa ; e **corre a voz** , que o Arcebispo Patachich , Patriarca socegadas nos seus quartéis ; mas **corre a voz** , que o General Wallis deu ordem a todos uças com os Hussares Imperiaes . **Corre a voz** , que o Marechal de Broglio ira a França pertencentes a Coroa da Russia . **Corre a voz** , que a Emperatriz ira este Veram ver as quartel General ; que tambem desvaneco a **voz** de que o Baram de Wuttgenau os Imperiaes , segundo tem **corrido a voz** intentavam passar para empreender alguma ainda nos quartéis de refresco ; mas he **voz** geral , que o Exercito se formara brevemente a substancia se nam penetrou ; e so pela **voz** , que depois deste tempo **corre** , se supoem hum corpo de 20U homens . **Corre a voz** , que se esta trabalhando em hum Tratado as Cortes de Vienna e Madrid ". **Corre a voz** , que esta ajustado o casamento do Conde nas suas terras. Tambem aqui **corre a voz** , que o famoso Thamas Kouli Khan , depois aliviar mais de despesas os litigantes . A **voz** de se tem espalhado de querer o Governo deu ocasiam a **correr** na Helvecia aquella **voz** . Aviza - se de Leorne , que o Mestre de nem marchou para o Danubio , como **correu voz** , so se avançou até Jaffy , donde voltou De Cassel se avisa , **correr alli a voz** , de estar concluindo hum Tratado de Subsidio da Praça de Gaeta ; e continuase a **voz** , de se achar pejada a Rainha . Reedificaram despachos sam importantissimos ; e **corre a voz** , que consistem particularmente sobre as sem terem em que trabalhar . **Corre a voz** , que se tem expedido ordens ao Almirante e estas ordens parece , que confirmam a **voz** , que **corre** de nam haver sido o Almirante que alli se acham ; porém reforça - se a **voz** , de que se suspenderam todos os aprestos rço proximo ; e acrescentam **correr** alli a **voz** , que se trabalha com a mesma diligencia parto , e teve algumas sezoens . **Corre a voz** , que o Gram Duque de Toscana tem resolvido

de Dezembro ; mas ao mesmo tempo **corre** a **voz** , de que tem elle entrado em novos designios aos seus Estados ; mas continua-se a **voz** , de que o Principe Eleitoral de Baviera militares em melhor forma. **Corre** a **voz** , que o Feld Marechal Conde de Wallis sera a mayoria de 145 votos contra 95. He **voz** geral , que se propora brevemente na Camera formar este Veram na Italia ; e **corre** a **voz** , de que tambem se formara hum no Reyno a tarde ; e que logo começara a **correr** a **voz** ; de que intentava invadir o Imperio Ottomano tas de Hanover, **corre** naquella Cidade a **voz** de haver entrado o Conde de Palfy na Silesia duque ; e assim fica reputada por falsa a **voz** , que **correu**, de que aquelle Monarca a abandonado Loano , e Albenga ; e **corre** a **voz**, que tambem abandonaram Oneglia , por se antonamento ao primeiro aviso ; e que he **voz** geral , que se poram em movimento e a regular o Estado Militar. **Corre** a **voz** , de que 6U homens de tropas Bavaras passaram fortemente Tortona . Havia **corrido** a **voz** de haverem chegado a Sarzana 150 homens que acham cerceados . Tem-se renovado a **voz** , que ja **correu** em outro tempo , de que zam actualmente saude perfeita . **Corre** a **voz** , de que madama a delphina se sente pejada desterrado. Renova-se aqui geralmente a **voz** , de que hum filho terceiro do rey de Polonia huma soma tam consideravel . **Corre** a **voz** , de que madama a infanta se acha pejada 17 de janeiro . **Corre** aqui ha dias a **voz** de ter havido huma pequena escaramuça entre da nossa visinhança . **Corre** aqui a **voz** ha dias , que hum certo principe protestante fazem juntos 15 batalhoens . Aqui **corre** a **voz** que tambem no mez de Junho faremos outro das suas Commissoens . Aqui **corre** a **voz** de que o Rey de Prussia forma ao prezente que pode obter da de Vienna . Aqui **corre** **voz** que se armava huma pequena Esquadra bem depressa ser reforçados . Aqui he **voz** constante o haver elrei de Dinamarca assegurado dos auspicios de s . m . prussiana . A **voz** que **corre** he que actualmente se esta negoçando forão do mesmo sentimento. Aqui he **voz** constante que em Mohilow e Polock se achão dos seus vassallos indigentes. **Corre** **voz** que varios regimentos holandezes formão 12 de Novembro. Aqui **corre** agora huma **voz** de paz , Dizem que o Minstro de Dinamarca da parte do Corpo - Germanico. Esta **voz** mal se compadece com outra que **corre** ao força armada , para fazer calar aquella **voz** a que ella deve a sua existencia , e intimidar nas Camaras Municipaes . - Em Paris era **voz** constante a data das ultimas noticias que o mais assignalado valor . A ser certa a **voz** que **corre** , os Realistas tem usado da mais cia com o caimacan , na qual , segunda a **voz** que **corre** , lhe communicou hum novo plano o de Viena , cujos despachos , segundo a **voz** que alli **corria** , erão relativos a negociações osições de paz ao governo francez . Esta **voz** porém precisa de confirmação . Sahirão a o Imperador . Berlin 27 de Novembro . He **voz** constante que o Enviado Turco , Argiropolo cartas , se espalhou em Berlin huma **voz** de que varios Regimentos acabavão de receber Esquadra do Almirante Nelson . Segundo a **voz** que agora **corre** , não soffre duvida que reino , pelos pontos de Almaden , **corre** **voz** que a verificou sem artilheria , e sem munições Petersburgo 22 de novembro . A qui **corre** **voz** , que s . m . imperial intenta partir dentro fica differida até a paz geral . **Corre** **voz** que os principados de Fulda , e Erfurth

Quadro 17 - Coocorrências das unidades voz e correr no *corpus* da *Gazeta de Lisboa*.

A unidade **voz** tem entre suas acepções no dicionário de Bluteau: “fama que corre, rumor”, que condiz com o sentido encontrado na gazeta. Pelas ocorrências do *corpus*, percebe-se que é uma expressão que varia muito pouco, sendo mais frequente o uso do verbo **correr** no presente seguido pela unidade **voz**, embora haja ocorrências com **vozes**, mais frequentemente associada ao verbo **espalhar**:

em sem demora aos seus postos ; porém as **vozes** , que se tinham **espalhado** sobre este projecto huma audiencia particular , que todas as **vozes**, que se tem **espalhado** de huma nova de Pariz se nos assegura , que todas as **vozes**, que se tem **espalhado** dos grandes armamentos Constantinopla , nas quaes se refere , que as **voces** que se **espalharam** de querer Thomas Kouli para Gablio , o que faz entender que as **vozes** que se **espalharam** dos designios do General sua alt . eleit . haverem-se **espalhado** **vozes**, de que faz algumas disposições em prejuizo Constantinopla , que desmentem todas as **vozes**, que maliciosamente se **espalharam** em varias Pereira de Campos , **espalhando**-se nas **vozes** do publico que elle na commissão de que Florença 9 de Janeiro . Segundo as **vozes** que **correm**, a Regencia recebeu cartas da eceberam de Corsega , se desvaneceram as **voces**, que tinham **corrido**, de se achar prezo dizem ter pouco , ou nenhum fundamento as **vozes**, que **correm** de alguns designios , que hão

Quadro 18 - Coocorrências das unidades vozes e espalhar/correr no *corpus* da *Gazeta de Lisboa*.

Outra variante, usada com a mesma finalidade, é a expressão formada por **correr** + **notícia**, menos frequente e também pouco variável, com 9 ocorrências no *corpus*:

empreza de Stralsund ; mas como **corre** a **noticia** , de que s . mag . sueca defende pessoalmente suas mãos . Veneza 21 . de setembro . A **noticia** que **corre** da vitoria , que a nossa armada stantinopla 1 de dezembro . Aqui **corre** a **noticia** de que as armas ottomanas tem alcançado estiveram no seu dominio ; e até **corre** a **noticia** de haver elle dito , que esperava meter se fez a vela para Leorne . **Corre** aqui a **noticia** , de haver o Almirante de Inglaterra Haddock , irmam do nosso Soberano . Aqui **corre** a **noticia** , de que S . A , Real esta contratando com ocupavam no Condado de Temeswar . **Corre** a **noticia** de que duas gales do Gram Senhor , que Napoles 9 de dezembro . Foy intempestiva a **noticia** , que **correu** do nacimiento da princeza ção entre ella e a de Stockholmo . Outra **noticia** que tem **corrido** ultimamente , he vendido

Quadro 19 - Coocorrências das unidades notícia e correr no *corpus* da *Gazeta de Lisboa*.

Com a unidade **notícia** coocorrem outros verbos, sendo os mais frequentes dar, receber, chegar, ter, trazer, mandar e confirmar, o que revela o formato menos rígido dessa expressão generalizadora em relação às compostas pela unidade **voz**.

Outras ocorrências frequentes de formas que exprimem generalização e imprecisão encontradas na *Gazeta de Lisboa* são com verbos nas formas impessoais, como:

Nam falta quem diga que
 Começa-se a dizer (mas nam se sabe bem com que fundamento)
 Dizem que...
 Continua-se em dizer que...
 De que resulta o dizerse ...
 Os ultimos avisos dizem que...
 Tambem temos avisos certos de...
 Aviza-se de ...
 Assegura-se ... mas tambem se diz que....
 Aqui se assegura que...
 Continua-se a assegurar que...
 Torna-se a falar da...
 Fala-se em...
 De que se tem falado
 Querem alguns que...
 Tem-se averiguado ...

Quadro 20 - Expressões com verbos na forma impessoal encontrados no *corpus* da *Gazeta de Lisboa*.

Assim como o emprego de verbos na forma impessoal, essas expressões generalizadoras distanciam o que é enunciado do enunciador, não o comprometendo com o conteúdo enunciado. Essas duas estratégias sugerem se tratar do relato de um fato aceito como verdadeiro. Dessa forma, o enunciador atribuiu as informações a um outro, anônimo, que sustenta seu próprio discurso.

Embora Beacco (2004, p. 114) afirme que o caráter instável seja a maior dificuldade para a identificação das características dos textos que atualizam um mesmo gênero, a apresentação das notícias por meio de expressões generalizadoras parece ser uma regularidade que indica formas linguísticas prototípicas dos gêneros que constituem o discurso da *Gazeta de Lisboa*. Considera-se a presença desse tipo de expressão, que introduz informações não confirmadas oficialmente, como um traço distintivo do gênero jornalístico daquela época, diferenciando-o dos gêneros atuais da imprensa, que privilegiam a publicação de dados provenientes de fontes autorizadas, oficiais e/ou confiáveis.

Essas generalizações funcionam como formas fixas que caracterizam os textos jornalísticos daquela época, quase na mesma medida em que a fórmula “era uma vez...” marca o gênero conto. Sabe-se que nem todo conto começa com “era uma vez...”, mas se essa expressão aparece, logo se considera o texto um conto.

Segundo Moirand (2007c, p. 93), os gêneros da imprensa se caracterizam também pela utilização diferenciada que fazem dos discursos de outros, pelos traços de intertextualidade ou de interdiscursividade que os atravessam. Para estudar as diferentes formas de atualização dos

gêneros, é preciso seguir rastros de operações de referência, de predicação e de enunciação deixados na superfície do texto e suas distribuições, repetições e combinações no fio horizontal, na sequência textual. O modelo dialógico da enunciação visa explicar os funcionamentos discursivos a partir do que está inscrito na materialidade da sequência discursiva e um de seus focos é o estudo do ato de citar.

Como foi mostrado em 6.8.1, “Quem é autorizado a falar sobre a guerra”, e em 6.8.2, “Como são apresentadas as falas”, os falares citados e identificados encontrados no *corpus* são originários de fontes oficiais (reis, príncipes, nobres, políticos e religiosos), o que confere autenticidade ao acontecimento que é narrado. O emprego prioritário dos *verba dicendi* na introdução de discursos de fontes oficiais confirma que, para o jornal, apenas as falas de pessoas autorizadas mereciam ser explicitadas.

Na transcrição desses dizeres predomina o uso do discurso indireto, que permite uma maior influência do enunciador, que adapta as falas de outros a seu texto. O discurso direto, ao contrário, demonstra a preocupação do enunciador em reproduzir fielmente as palavras do coenunciador, dissociando as duas situações de enunciação.

O uso da primeira pessoa é frequente, sobretudo com pronomes possessivos, que aparecem quase sempre nas falas citadas de autoridades. Há poucos casos em que a primeira pessoa é usada pelo redator do jornal, que também recorre ao uso de metáforas para sinalizar, discretamente (e raramente), o posicionamento da gazeta sobre um assunto. Observa-se ainda a comunicação direta do redator com o leitor em ocasiões em que aquele questiona a veracidade da notícia que está publicando, ou faz uma ressalva para que este a interprete com olhar crítico. Em todos esses casos, os textos adquirem um caráter subjetivo, que os aproxima dos gêneros opinativos.

A imprensa apresenta, de acordo com Moirand (2007c, p. 96): a) textos de enunciação objetivada, que compreendem os textos informativos, notas, enquetes, cronologias, glossários, tabelas e gráficos; e b) textos de enunciação subjetivada, que incluem os comentários, editoriais, desenhos e análises. A partir dessa observação, essa autora define os gêneros que são observados na imprensa contemporânea segundo as diferentes formas de atualização do dialogismo:

1) gêneros de informação – se caracterizam pela dimensão textual explicitamente mostrada, em que o intertexto é às vezes mostrado e situado;

2) gêneros didáticos – apresentam frequentemente um texto particular, um dialogismo que se caracteriza pelo apagamento de marcas do empréstimo a outros discursos (dialogismo intertextual oculto) e pela inscrição de dizeres antecipados dos destinatários (dimensão interacional do dialogismo);

3) gêneros de comentário – funcionam mais com alusões que com citações e mostram frequentemente traços de heterogeneidade sugerida (evocada).

Pelos dados observados, vê-se que há na *Gazeta de Lisboa* tanto os textos ditos de enunciação objetivada (resumos de notícias, relatórios, anúncios publicitários, transcrição de decretos e proclamações), quanto os de enunciação subjetivada (as quase-críticas de arte, os relatos sobre a vida social), que atualizam os gêneros de informação e de comentário.

Por meio desse estudo e da comparação com outras gazetas e até com a imprensa contemporânea, percebe-se que os gêneros jornalísticos fazem parte de um saber comum, que era, inclusive, compartilhado pelos redatores de jornais de outras nações. Isso confirma a afirmação de Kabatec (2004), de que as tradições discursivas são transferíveis de uma língua para outra, o que estaria ligado à sua universalidade. Os dados confirmam que o gênero é uma entidade linguística, cultural e sócio-histórica, ou seja, um objeto verbal distinto e uma forma sócio-histórica de estruturação da comunicação social que permite apreender o sentido social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propostas de realização de estudos lexicais em perspectiva discursiva vêm, aos poucos, ganhando espaço nos estudos linguísticos, motivadas principalmente pela própria concepção teórica da Lexicologia e também pela prática lexicográfica, que privilegiam a consideração dos contextos e dos usos das unidades lexicais. O desenvolvimento da Lexicologia Política, precursora da Análise do Discurso, indica já há algum tempo a necessidade de criação de novas formas de análise e da adoção de pontos de vista distintos para a obtenção de resultados mais completos.

Por outro lado, principalmente no Brasil, a grande aceitação e disseminação dos estudos em análise do discurso acabaram por relegar a Lexicologia a um papel secundário nos estudos linguísticos. Um dos objetivos atingidos por meio dessa pesquisa é assinalar a importância da solidariedade entre essas duas áreas, complementares e necessárias para os estudos sobre os sentidos dos enunciados. Partilha-se o ponto de vista de Matoré (1953, p. 63), para quem a palavra não está isolada na consciência, mas faz parte de um contexto que, em parte, a determina.

Além de buscar analisar o conteúdo ideológico expresso por meio das unidades lexicais do vocabulário do primeiro jornal periódico impresso em língua portuguesa, essa tese também propôs destacar as estratégias linguísticas e discursivas que são concebidas socialmente, pelas quais os usuários de uma língua explicitam as suas opiniões e visões de mundo compartilhadas por meio do léxico.

Para isso, esse trabalho buscou articular teorias e métodos consagrados da Lexicologia e da Semântica Lexical a propostas desenvolvidas no atual cenário da escola francesa da Análise do Discurso, considerando elementos da Teoria da Enunciação e o conceito de dialogismo. Considera-se que, por carregarem a memória de usos anteriores, as palavras têm uma dimensão intertextual que determina seu emprego de acordo com as circunstâncias enunciativas. O dialogismo está inscrito nas palavras, e a escolha das unidades da língua usadas na enunciação é negociada na interação entre a realidade e o sentido, que é construído por meio da circulação de informações na sociedade.

Para dar conta das análises no modelo proposto, foi preciso realizar pesquisas sobre a situação histórica e sobre o nascimento do jornalismo impresso na Europa e, em especial, em Portugal, que contribuíram para um maior entendimento sobre o funcionamento do discurso da imprensa no século XVIII e sobre os empregos das unidades lexicais da língua nesse discurso. O absolutismo, o regime de privilégio em que se produzia o jornal, a circulação de

informações por meio postal e a importância política, econômica e social dada à atividade militar são características essenciais da imprensa dos anos 1700, que a formataram e definiram seu conteúdo e suas prioridades.

A situação de Portugal no contexto europeu, que de protagonista dos grandes descobrimentos nos séculos anteriores passou a coadjuvante da nova realidade e da reconfiguração dos estados no século XVIII, também teve influência sobre a atividade jornalística da época. Esse país era, muitas vezes, lembrado apenas por sua posição estratégica de porto do Atlântico e pelas riquezas produzidas em suas colônias, fato que denuncia os interesses capitalistas da época e a voracidade das potências em provarem sua superioridade sobre as demais nações. A submissão de Portugal pode ser observada também no funcionamento da língua, que incorporou estrangeirismos e modos de falar, e no jornalismo, que reproduzia o modelo da imprensa de outros lugares, assimilando ideologias por meio da tradução dos textos.

O estudo da *Gazeta de Lisboa* no século XVIII ratifica a importância e a necessidade de um maior conhecimento sobre a língua portuguesa daquela época, pois muitas das práticas linguísticas, que naquele momento passaram a fazer parte do português, permanecem até hoje. A investigação sobre o vocabulário e o discurso da imprensa deu acesso ao conhecimento dos modos de pensar e de se comunicar daquele período, em que foi moldada parte da maneira como os atuais falantes da língua portuguesa enxergam, lidam e expressam os fatos e os elementos da realidade da qual fazem parte.

A primeira etapa da pesquisa linguística foi dedicada às análises de nível micro, das palavras ou construções, e de nível meso, das sequências textuais. O levantamento dos dados quantitativos do *corpus* mostrou a riqueza e complexidade do material estudado e evidenciou a marcada hierarquia da sociedade: as unidades com maior número de ocorrências são as relacionadas à corte ou ao reino, à administração, à designação de títulos e cargos e à política externa e militar. A alta frequência de emprego do adjetivo **grande** e do substantivo **corte** mostra muito sobre a época, em que se vivia sob regimes monárquicos absolutistas. O tema preferencial do periódico, a atividade militar, também confirmado pelo estudo quantitativo, ressalta a importância política e econômica das guerras para os estados.

Se os primeiros resultados da análise quantitativa mostraram algumas das principais características do vocabulário empregado na *Gazeta de Lisboa*, a observação dos dados de frequência no subcorpus composto apenas por textos em que aparece a palavra **guerra** contribuiu de maneira relevante para as análises, mostrando as associações preferenciais e as coocorrências discursivas que atuam na construção dos referentes nos discursos. Nos textos

em que aparece a unidade **guerra**, entre as palavras de maior frequência há menos unidades relacionadas ao domínio militar que no *corpus* inicial, no qual se esperava encontrar vocabulário menos especializado que o do subcorpus. Isso mostra que quase todos os setores da vida política e social daquela época, retratados pelo jornal, eram impregnados pela terminologia militar, o que destaca, mais uma vez, a importância dessa atividade.

Bastante relevantes para a organização política e econômica da Europa no século XVIII, as **guerras** eram a forma pela qual os países afirmavam, com o uso de armas, seu poderio e soberania. Elas eram vistas como uma necessidade política, para proteger e aumentar a prosperidade econômica, política e social dos estados. Com 411 ocorrências, a palavra **guerra** é a 12ª mais frequente do *corpus*, e em 191 das ocorrências ela refere o conjunto de ações militares praticadas entre duas ou mais nações quando em situação de desacordo ou de disputa. Trata-se da designação de um acontecimento de ordem política que engloba diversas ações militares, que se desenvolvem no decorrer do tempo e de acordo com estratégias bem definidas. A palavra **guerra** se refere a um amplo conjunto de ações realizadas em etapas sucessivas, que vão da falta de acordo sobre uma questão, a disputas armadas e acordos de paz.

O estudo das relações de significação das unidades agrupadas em campos léxico-semânticos permitiu que se estabelecesse um novo estatuto para a palavra **guerra**, cujo sentido é construído nos discursos por sua relação com todas as demais unidades que integram os campos analisados. A opção pela análise dessa unidade separadamente das outras se deve ao fato de ela ter a potencialidade de atualização de quase todos os semas que compõem as unidades lexicais dos dois campos léxico-semânticos. Não apenas hierárquica, a relação de **guerra** com as unidades dos campos estudados pode ser definida em termos de meronímia e de cronologia, pois além da relação de parte-todo há também uma relação de anterioridade-posterioridade.

As definições encontradas nos dicionários da época não dão conta de todos os sentidos que a palavra **guerra** pode assumir nos textos da *Gazeta de Lisboa*. Elas lhe atribuem os traços de significação [+inimizade], [+discórdia], [+com armas] e [+com objetivos], que também podem ser apreendidos pela leitura dos textos em que ela é empregada. Ainda pela comparação das ocorrências dessa unidade no *corpus* com as definições dos dicionários da época, método aplicado a todas as unidades em estudo, foram recuperados outros semas que podem ser atualizados por ela nos discursos.

Por ser considerada tanto como fato político e diplomático quanto militar, a unidade **guerra** pode atualizar nos discursos também os traços [+político], [+diplomático] e [+militar].

Referindo uma atividade marcada por ações em que há o enfrentamento de exércitos de forma violenta e objetiva, em ações coordenadas que seguem determinadas estratégias, o significado da unidade **guerra** também pode conter os semas [+entre exércitos], [+violento] e [+com estratégias]. Vista como uma consequência da falta de acordo entre duas partes, que demonstram contrariedade e rivalidade com o objetivo de derrotar o adversário, a unidade atualiza em alguns textos os traços: [+contrariedade], [+rivalidade], [+para vencer], [+de conquista], [+de ocupação], [+disputa de poder], [+resolução de divergências], [+resistência], [+de grande importância] e [+localizado].

Outra característica importante dessa unidade é que ela também é frequentemente usada na denominação de acontecimentos político-militares específicos, como Guerra dos Sete Anos e Guerra de Sucessão Espanhola, por exemplo. Ela não apenas designa e refere tais tipos de eventos, como também os nomeia.

Como afirma Mortureux (2001, p. 95) a análise pela abordagem estruturalista não dá conta de todos os usos de uma palavra, mas destaca particularidades dos discursos em relação à sua situação de enunciação e as variações entre o significado e a designação. Além dos 20 traços de significação apresentados acima, outros 15 semas diferenciais, subentendidos em alguns contextos, compõem o significado da palavra **guerra**. Eles foram apreendidos pelo estudo do cotexto, o ambiente textual próximo da unidade, e pela verificação de outros elementos do intradiscurso. Pelo estudo quantitativo do entorno preposicional, vê-se que há um equilíbrio nos discursos na caracterização desse referente como um conjunto de ações de oposição (contra) ou recíprocas (com), que revelam a possibilidade de atualização dos semas [+oposição], [+reciprocidade]. A análise da posição sintática em que a unidade é empregada evidenciou o traço [-agentividade], e a verificação das ideias recorrentes associadas à unidade mostrou a presença dos semas complementares [+/-evitável], [+necessário], [+potência], [+demorado], [+/-rentável], [+mortal], [+prejudicial], [+de grande proporção], [+risco de fracasso], [+referencial no tempo], [+plurilateral] e [+desinteligência]. Tais dados provam a complexidade da construção desse referente no discurso jornalístico do século XVIII, semiotizado através da materialidade linguístico-discursiva. Um acontecimento como uma guerra é um referente complexo, que em discurso pode atualizar apenas alguns de seus traços, segundo a intenção do enunciador. Ao colocar em evidência algumas dessas facetas em detrimento de outras, o enunciador “ilumina”, no sentido dado por Grize (2004, p. 42), o objeto do discurso, “colorindo”-o em função de pré-construídos.

As outras unidades estudadas foram submetidas ao mesmo processo de análise, com o objetivo de descrever seu funcionamento em discurso, e mostraram ter sentido mais

facilmente acessível. As do primeiro campo léxico-semântico estudado, que expressam a falta de entendimento entre dois países ou nações, são caracterizadas pelos semas [+falta de acordo] e [+rivalidade]. **Contenda, desavença, diferenças, disputa, dissensão e oposição** apresentam muitos traços em comum, e em diversas ocorrências podem ser consideradas parassinônimas.

O que diferencia as unidades **disputa** e **oposição** das demais é a possibilidade de atualizarem o sema [+de caráter militar], adquirindo o sentido de um confronto físico e não apenas existente no nível das opiniões. A unidade **oposição** é a única que apresenta o traço [+contrariedade], que além de exprimir a defesa de um ponto de vista não-coincidente, de uma situação de falta de concordância e de divergência de opiniões, contém a ideia de resistência, de impedimento à realização de alguma ação. Os empregos da unidade **diferenças** a aproximam bastante do sentido mais frequente de **oposição**, como a etapa preliminar de um desentendimento que pode vir a se apresentar como um confronto mais importante.

O confronto físico ou verbal é mais frequentemente representado nos discursos pelas unidades **disputa, contenda e desavença**. As três referem a etapa seguinte a uma situação de **oposição**, em que se tenta resolver um desentendimento, e atualizam nos discursos os traços [+rivalidade], [-contrariedade] e [+necessidade de resolução]. Quando se trata de um desentendimento marcado por hostilidades, esse é referido por meio da palavra **dissensão**. Percebe-se claramente a relação cronológica entre as unidades desse campo, que designam situações que antecedem a tomada de decisão de se fazer uma **guerra**.

A análise do cotexto das unidades lexicais desse campo mostra que predominam no entorno nominal palavras ligadas à área administrativa, havendo menor quantidade de coocorrências ligadas à terminologia militar. A preposição mais recorrente nos entornos dos elementos desse campo é **entre**, seguida por **com**, que reforçam a ideia de algo realizado simultaneamente entre dois lados, pela presença do sema [+reciprocidade].

As unidades que expressam falta de entendimento são geralmente relacionadas nos contextos à perturbação da tranquilidade, que pode evoluir para um confronto de maiores proporções. Em algumas ocorrências, **disputa** e **oposição** referem ações menores, ligadas à evolução das tropas nos campos de batalha, que fazem parte de estratégias de combate, enquanto a palavra **oposição** é frequentemente ligada à ideia de debate na esfera administrativa. Às unidades **dissensão** e **diferenças** é associada a ideia de algo que precisa ser acertado, e **diferenças** é relacionada à disputa de terras ou a falta de entendimento sobre os limites de territórios. A palavra desse grupo que apresenta maior polissemia é **contenda**, que

nos textos pode designar: algo de grande importância política; uma ação da qual decorre perda financeira; uma ação em que é preciso tomar partido; e uma ação que acontece no mar.

As 15 palavras que integram o campo léxico-semântico das ações militares designam nos discursos ações que fazem parte de uma **guerra**, que podem ser realizadas em diferentes momentos do conflito militar e de acordo com os objetivos dos adversários envolvidos. Todas elas ora designam uma ação que parte da situação (o país de onde se origina o texto publicado na gazeta), ora tratam de ato efetuado pelo inimigo, não havendo empregos preferenciais diferenciados para cada uma dessas situações.

Sete unidades referem ações que são realizadas por iniciativa de apenas um dos lados envolvidos em uma disputa militar e que têm o objetivo de surpreender o inimigo para vencê-lo ou para obter alguma vantagem sobre ele: **acometimento**, **assalto**, **ataque**, **invasão**, **conquista**, **expugnação** e **tomada**. As quatro primeiras contêm a ideia de algo inaugural, possuindo em comum o sema [+inicial], e podem ser utilizadas como sinônimas na maioria dos contextos, enquanto as outras três apresentam coincidência dos traços [-inicial] e [+apoderamento].

Os semas prioritários que agrupam as unidades desse campo são [+militar], [+unilateral] e [+violento]. A unidade **acometer** é a que mostra um maior distanciamento das outras do grupo e não apresenta ocorrências na forma nominal, o que prova a existência de restrições em seu emprego. Maior proximidade semântica é verificada entre as unidades **assalto**, **ataque** e **invasão**, que apresentam grande coincidência de semas que podem ser atualizados em discurso, como [+repentino], [+apoderamento], [+ocupação], [+expulsão do adversário] e [-contra alvo animado], este último potencial apenas para **ataque**.

Seis unidades desse campo léxico-semântico, **batalha**, **choque**, **combate**, **conflito**, **escaramuça** e **peleja**, dão nome nos discursos a ações militares que ocorrem por iniciativa dos dois ou mais lados envolvidos na questão. Com exceção de **conflito**, que assim como **guerra** também pode designar ações que envolvem nações, essas unidades são empregadas para tratar de operações realizadas entre exércitos. Elas apresentam entre si relação de co-hiponímia, pois referem um tipo de ação militar bilateral, sendo esse seu hiperônimo.

Apenas **batalha** e **combate** possuem em seu semema a atualização dos semas [+militar], [+com armas], [+com todas as forças] e [+/-de grande importância], mas elas se diferenciam pelo fato de **combate** também ser usada na forma verbal, combater, e por funcionar como hiperônimo de **peleja**, **escaramuça**, **choque** e **conflito**, representando ideia mais genérica. **Batalha** pode ser usada para designar tanto uma ação entre exércitos ou entre parte deles, e é empregada para tratar de enfrentamentos mais marcantes ou decisivos.

Combate, por outro lado, refere um episódio de uma **batalha**, que é uma parte de uma **guerra**. Dessas relações entre as unidades, apreende-se o traço semântico diferenciador [+/-de grande importância], que indica a relevância das consequências da ação referida nos discursos.

A unidade **conflito** pode ser usada tanto para tratar de uma situação de falta de entendimento, quanto do enfrentamento militar que decorre desse desacordo, mas também apresenta ocorrências em que assume sentido mais genérico, aproximando-se das unidades do terceiro subcampo léxico-semântico, formado por **ação** e **operação**. Essas duas unidades lexicais atualizam nos discursos os semas [+militar] e [+/-violento], também recorrentes nas outras unidades do campo, e podem funcionar como parassinônimas, mas observa-se que **operação** é mais usada quando se pretende destacar a existência de uma estratégia. A unidade **ação** assume sentido mais amplo, e pode designar qualquer atividade ou evento militar e, dessa forma, é o hiperônimo de todas as unidades desse campo léxico-semântico. Vê-se que, assim como afirma Rey-Debove (1998, p. 123), o traço que identifica um campo léxico-semântico tem uma função designativa que serve, em discurso, de anáfora lexical, ou seja, o hiperônimo é usado para designar o que designa o hipônimo.

A maioria dos substantivos que aparecem no cotexto dessas unidades, é relacionada à área militar, embora tenha sido verificada predominância de unidades referentes à administração no entorno de **invasão/invadir**, e um certo equilíbrio temático no cotexto de **conquistar**. Nota-se nesse grupo, ainda, a preferência pelo uso de sintagmas formados com o infinitivo, com exceção dos verbos **tomar** e **pelejar**, que apresentam mais ocorrências nas formas flexionadas.

Nos entornos das unidades que designam ações militares unilaterais, verifica-se que a preposição mais utilizada é **de**, seguida por **em** e **contra**, que indicam o alvo da ação que é praticada e reforçam o traço [+unilateralidade]. A preposição mais recorrente no cotexto das unidades que referem ações militares bilaterais, é **entre**, e a segunda mais empregada é **com**, ambas indicadoras de reciprocidade e bilateralidade, tratam as ações como sendo praticadas igualmente por ambos os lados da disputa. Nos textos em que as unidades desse campo léxico-semântico são empregadas, as ideias de perda, destruição e morte são recorrentes.

Os dados obtidos por meio das análises aqui apresentadas mostram que as associações de ideias, coocorrências e recorrências são reveladoras de práticas discursivas que constituem e delimitam os sentidos das unidades. Vê-se que o sentido é construído por meio da circulação de informações na sociedade, e a seleção lexical explicita a interação entre a realidade e os sentidos, assinalando o conhecimento de uma comunidade, que é renovado na interação

discursiva. Confirma-se a afirmação de Siblot (2007, p. 30) de que a prática linguística está inserida na continuidade de uma cadeia de práticas diversificadas, das quais ela tira as informações que servem para elaborar o conteúdo semântico das categorias lexicais.

A análise realizada em nível macro engloba todo o enunciado e o gênero do discurso. Na primeira categoria, foi realizado um estudo do interdiscurso, que indicou a presença de alusão a outros discursos que circulavam na época, reafirmando os ideais do absolutismo, a concepção da monarquia de direito divino como representante do interesse coletivo, a ideia de guerra como um mal necessário para o bem comum, a ligação entre a monarquia, a guerra e a religião e a ideia de penitência dos pecados.

O estudo realizado sobre os gêneros comprovou a existência de um condicionamento entre discurso, gênero e vocabulário, mostrando que a linguagem usada nos textos depende dos gêneros do discurso convocados, que delimitam as possibilidades combinatórias das formas linguísticas na comunicação. Esse estudo confirma a posição de Ilari e Cunha Lima (s/d, p. 6), para quem as palavras são escolhidas a partir do vocabulário limitado do gênero.

Foram identificados na *Gazeta de Lisboa* três gêneros principais: o **resumo de notícias**, em que os fatos eram apresentados de forma bastante resumida, o **relatório informativo**, mais descritivo e com detalhes da situação do acontecimento, e o **informativo-publicitário**, que promove o consumo de um produto ou serviço. Aparecem também um esboço do gênero **crítica de arte**, com uso da adjetivações com função avaliativa, mas ligada ao enaltecimento, e há textos que se assemelham ao **colunismo social**, que narram eventos sociais ou dão conta do estado de saúde e das atividades religiosas e de lazer dos monarcas e nobres, além de **discursos institucionais**, como a transcrição de proclamações, decretos, sessões parlamentares, tratados e comunicações oficiais, ou parte deles.

Uma ligeira proximidade com o gênero epistolar caracteriza os textos desse jornal, também marcado pelo uso de termos laudatórios. A particularidade do discurso jornalístico português do século XVIII é a pouca precisão na descrição das fontes de informação, o que confere aos textos um caráter impessoal e mostra que o interesse estava no que era dito. Ligada ao contexto sócio-histórico absolutista, a imprecisão das fontes e a publicação de rumores emergem nos textos do jornal especialmente por meio do emprego de expressões de generalização recorrentes e estabilizadas, como “corre a voz” e “espalha-se a notícia”, entre outras. Essas expressões, assim como o emprego de verbos na forma impessoal, distanciam o que é enunciado do enunciador, não o comprometendo com o conteúdo enunciado.

Atendendo aos interesses do modelo dialógico da enunciação, o estudo dos falares citados e identificados encontrados no *corpus* mostrou que eles eram originários de fontes

oficiais (reis, príncipes, nobres e religiosos), confirmando que, para o jornal, apenas as falas de pessoas autorizadas mereciam ser identificadas e explicitadas. A presença desses coenunciadores nos textos do jornal também é marcada pelo uso de pronomes possessivos de primeira pessoa, que nesse discurso podem exprimir coletividade (nosso país), submissão (nosso monarca) ou posse (meu povo, meus súditos). A análise dos gêneros na *Gazeta de Lisboa* mostrou que, através dessa entidade linguística, cultural e sócio-histórica, pode-se apreender o sentido social.

Por meio do estudo do vocabulário político e do discurso jornalístico do século XVIII, essa tese prova que os sentidos são constituídos em discurso por meio da construção dos referentes, que é baseada nas possibilidades do sistema lexical, em práticas linguísticas compartilhadas pela comunidade e em conhecimentos coletivos. A ideologia se mostra sempre presente no discurso da imprensa, atuando na escolha dos elementos do léxico usados para nomear os referentes em discurso, pois esta é condicionada em parte pelos gêneros e pelas práticas discursivas associadas às palavras, que juntas apontam para a visão de mundo dos participantes do discurso e da sociedade da época.

Muitas das ideias relacionadas às unidades selecionadas na *Gazeta de Lisboa* são características daquela época e não integram os discursos da imprensa ocidental atual, como por exemplo, a visão da guerra como algo rentável ou necessário para o bem comum, ou como uma ação que visa a posse e anexação de territórios. Entretanto, em textos jornalísticos recentes da imprensa brasileira, por exemplo os que tratam da atual crise na Líbia, verifica-se o emprego recorrente das mesmas unidades que eram usadas há 200 anos, no primeiro periódico português. Essa observação, feita a título de curiosidade, mostra que há certa regularidade e “cristalização” lexical relacionada ao tema, tipo de discurso e gênero. Conclui-se que a ideologia é expressa pelos elementos do vocabulário em discursos realizados e em gêneros historicamente definidos, e com o passar do tempo, ela integra a memória das palavras, cristaliza-se e passa a fazer parte do léxico.

Por terem sido desenvolvidos a partir de correspondências, os gêneros jornalísticos do século XVIII priorizavam as informações que circulavam em cada região, independentemente de serem fornecidas por fontes confiáveis ou pessoas autorizadas. O importante era publicar o que estava sendo dito, a informação que se espalhava, mesmo se tratando de rumores ou boatos, pois a imprensa não tinha a intenção de ser fiel à realidade, nem de publicar o que era verdadeiro, o que condiz com as visões de mundo de uma sociedade que não conhecia a democracia e a liberdade.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM Verhoeven. Verbete consultado em Wikipédia.org. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Abraham_Verhoeven>. Consulta em 30 jan. 2010.

ALMEIDA, J. O. Voltaire e um episódio da história de Portugal. In: **Mediações**: Revista de Ciências Sociais. Londrina: UEL, 2004, p. 37-52.

ANIS, J. **L'écriture**: théories et descriptions. Paris : Éditions Universitaires; Bruxelas: De Boeck, 1988.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988, 4ª ed.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ernestina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2ª ed.

BALDINGER, K. **Teoria semántica**: Hacia una semántica moderna. Madrid: Alcalá, 1970.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: **Anais do II Simpósio Latino-Americano de Terminologia**. I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www.riterm.net/actes/2simposio/barbosa2.htm>>.

BEACCO, J.-C. Trois perspectives linguistiques sur la notion de genre discursif. In: **Langages**. Les genres de la parole. Paris: Armand Colin, 2004-1, n° 153.

BEHRINGER, W. La « révolution des communications » au début des temps modernes. Mots-clé pour une systématisation. In: **Francia** – Forschungen zur westeuropäischen Geschichte, 2007. Disponível em: <<http://www.perspectivia.net/content/publikationen/francia/francia-retro/34-2-2007/0155-0194>>. Consulta em 20 set. 2010.

BELATTO, L. F. B. O Tratado de Methuen: interpretações e desmistificações. In: **Klepsidra** – Revista virtual de História. Janeiro – Março de 2006, n° 27. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra4/methuen.html>>. Consulta em 10 dez. 2010.

BELO, A. A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito. In: **Análise Social**. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Lisboa. Lisboa, 1999, v. 34,

nº 151-152, p. 619-637. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799295R1gOI5ej4La97VE7.pdf>>. Consulta em 10 set. 2007.

_____. Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2004, v. 10, nº 22, s./p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000200002>. Consulta em 10 set. 2007.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral**. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, 4ª ed., vol. 1.

BÍBLIA Sagrada. Antigo e Novo Testamentos. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993, 2ª ed.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. In: **Filologia e linguística portuguesa**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. DLCV-FFLCH-USP. São Paulo, 1998, nº 2, p. 81-118.

_____. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIZZOCCHI, A. **Léxico e ideologia na Europa Ocidental**. São Paulo: Annablume, 1997.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1985, 2ª ed.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico [...]**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

BODIN, J. **Les six livres de la Republique**. 1577. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=-iA8AAAAcAAJ&pg=PP5#v=onepage&q&f=false>>. Consulta em 12/02/2011.

BOLLINGER, E. Annus Christi. In: **Dictionnaire historique de la Suisse**. On-line, publicado em 11/02/2008. Disponível em: <<http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F43367.php>>. Consulta em 20 set. 2010.

BONOMI, F. **Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana** (2004-2008). Disponível em: <<http://www.etimo.it/>>. Consulta em 22 set. 2010.

BORBA, F. S (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOSSUET, J.-B. **Politique tirée des propres paroles de l'Ecriture Sainte**. Ouvrage posthume. Paris: Pierre Cot, 1709. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=3D4Pz6g8dKwC&dq=Jacques-B%C3%A9nigne%20Bossuet&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>>. Consulta em 10 fev. 2011.

BRANCA-ROSOFF, S. Le mot quartier à l'épreuve du corpus Frantext. In: BRANCA-ROSOFF, S.; LEIMDORFER, F. **Langage et Société**. Espaces urbains: analyses lexicales et discursives. Paris : Fondation Maison des sciences de l'homme, 2001, n° 96.

_____. Approche discursive de la nomination/dénomination. In: CISLARU, G. et al. **L'acte de nommer**: Une dynamique entre langue et discours. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 13-22.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, 2ª ed.

_____. O léxico na perspectiva discursiva. In: ALVES, I. M. et al. (org.). **IV Colóquio Os estudos lexicais em diferentes perspectivas**. Caderno de resumos. São Paulo, 2009, p. 82-96. Disponível em: <<http://fflch.usp.br/dlc/neo/livros/IVCOLOQUIO.pdf>>. Consulta em 13 jun. 2010.

CALDEIRA, J. **A nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, A. J.; DEUS, J. **Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil**. Porto: Lopes &C.; Rio de Janeiro: Frederico Augusto Schmidt, 1895, 6ª ed.

CATTANI, A. I Tasso fondatori del servizio postale europeo. In: **Museo dei Tasso**. Disponível em: <<http://www.museodeitasso.com>>. Consulta em 22 jan. 2011.

CEPIK, M. A. C. **Serviços de inteligência:** agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. Tese de doutorado em Ciência Política, apresentada ao IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsites/upload/60/Servi%C3%83%C2%A7os%20de%20Intelig%C3%83%C2%AAncia.pdf>>. Consulta em 19 mar. 2010.

CHARAUDEAU, P. L'analyse lexico-sémantique, recherche d'une procédure d'analyse. In: **Cahiers de Lexicologie**. Paris: Didier-Larousse, 1971 -1, vol. XVIII, p. 3-28.

CHAU, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1993, 36ª ed.

CHISS, J.-L.; FILLIOLET, J.; MAINGUENEAU, D. **Introduction à la linguistique française**: Notions fondamentales - phonétique, lexique. Paris: Hachette, 2001, t. I.

COLLINOT, A.; MAZIERE, F. **Un prêt à parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

COURTINE, J-J. Analyse du discours politique. In: **Langages**. Paris: Larousse, 1981, n° 64.

CUSIN-BERCHE, F. Sens et contre sens: du cotexte au contexte. In: **Revue de sémantique et pragmatique**. Orléans: Université d'Orléans, 1997, n° 1, p. 135-146.

_____. **Le management par les mots**: étude sociolinguistique de néologie. Paris: L'Harmattan, 1998.

_____. **Les mots et leurs contextes**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2003.

DICCIONARIO de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Imprenta de Francisco del Hierro, 1726 (A-E); 1732 (D-F). Disponível em: <<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtllle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0.>>>.

DICIONARIO da Língua Portuguesa. In: **Infopédia enciclopédias e dicionários**. Porto: Porto Editora, 2003-2011, on-line. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/>>>.

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. Paris : Veuve de Jean Baptiste Coignard, 1694, 1ª ed. Disponível em: <[>](http://portail.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/PREMIERE/premiere.fr.html)>.

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. Paris : Veuve B. Brunet, 1762, 4ª ed. Disponível em: <[>](http://portail.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/QUATRIEME/quatrieme.fr.html)>.

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. Paris: J. J. Smits et Ce., 1798, 5^a ed. Disponível em: <<http://portail.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/CINQUIEME/cinquieme.fr.html>>.

DICTIONNAIRE de l'Académie Française. Paris: Imprimerie et Librairie de Firmin Didot Frères, 1835, 6^a ed. Disponível em: <<http://portail.atilf.fr/dictionnaires/ACADEMIE/SIXIEME/sixieme.fr.html>>.

DIJK, T. A. v. Politique, idéologie et discours. In: **Semen.** Catégories pour l'analyse du discours politique. On-line, 2006, n° 21, s./p.. Disponível em: <<http://semen.revues.org/document1970.html>>. Consulta em 05 dez. 2008.

DUBOIS, J. **Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872.** A travers les œuvres des écrivains, les revues et les journaux. Thèse pour le doctorat en Lettres présenté a la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Paris. Paris: Larousse, 1962.

_____. Lexicologie et analyse d'énoncé. In: **Cahiers de Lexicologie.** Formations et aspects du vocabulaire politique français XVII^e-XX^e siècles. Paris: Didier-Larousse, 1969 – 2, v. 15, p. 115-126.

_____. et al. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 2001, 8^a ed.

DUMOURIEZ, C. F. P. **Etat présent du royaume de Portugal.** Hamburgo: P. Chateaufort, 1797, 2^a ed.

EAGLETON, T. **Ideologia.** Uma introdução. Trad. de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Editora Unesp / Editora Boitempo, 1997.

ELUARD, R. **La lexicologie.** Paris: PUF, 2000.

FÉRAUD, J.-F. **Le dictionnaire critique de la langue française.** Marseille: Jean Mossy Père et Fils, 1787-1788. Disponível em: <<http://portail.atilf.fr/dictionnaires/FERAUD/index.html>> e em: <<http://books.google.com.br/books?id=0kRDAAAAYAAJ&dq=Dictionnaire%20critique%20de%20la%20langue%20fran%C3%A7aise%20de%20Jean-Fran%C3%A7ois%20F%C3%A9raud&hl=pt-br&pg=PP9#v=onepage&q&f=false>>.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Ática, 1995, 4^a ed.

FLEURY, S.; SALEM, A. et al. **Léxico 3**. Outil de statistique textuelle. Paris: Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, SYLED – CLA2T, 2001. Disponível em: <<http://www.cavi.univ-paris3.fr/Ilpga/ilpga/tal/lexicoWWW/lexico3.htm>>.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1969.

GAZETTE d'Amsterdam. Jornal holandês, que existiu entre 1663 e 1796. Foi consultada a edição de 1750, disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=bRkEAAAAYAAJ&dq=Amsterdam%201750&pg=PT1#v=onepage&q&f=false>>.

GAZETTE de Cologne. Consultada a edição de 1785, disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=CJFHAAAAYAAJ&dq=Gazette%20%2B%20Cologne%20%2B%201785&pg=PT261#v=onepage&q&f=false>>.

GAZETTE de France. Periódico criado por Théophraste Renaudot, publicado entre 1631 e 1915. Foram consultadas as edições de 1772, disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=RCgDAAAAYAAJ&dq=gazette&pg=PA7#v=onepage&q&f=false>>; de 1775, disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=wyoDAAAAYAAJ&dq=gazette&pg=PA1#v=onepage&q&f=false>>; e de 1786, disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=RSgDAAAAYAAJ&dq=Gazette%20de%20France%201786&pg=PA55#v=onepage&q&f=false>>.

GAZETA de Lisboa. **Dados históricos**. Ficha da obra. Biblioteca Nacional de Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-gazeta_de_lisboa.html>. Consulta realizada em 5 set. 2006.

GECKELER, H. **Semántica estructural y teoría del campo léxico**. Madrid: Editorial Gredos, 1976.

GIL, B. D. **Quem mandou você gostar?** Um estudo léxico-semântico do amor-paixão em letras de música preferenciais de alunos do ensino médio (SP). Tese de doutorado em semiótica e linguística geral. FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

_____. O amor no léxico de canções populares. In: **Estudos linguísticos**. São Paulo, 2006, n° XXXV, p. 402-411.

GONÇALVES, M. F. A variação lexical no discurso metalinguístico de setecentos: apontamentos sobre o arcaísmo. In: MURAKAWA, C.; GONÇALVES, M. F. **Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GRIZE, J. -B. Le point de vue de la logique naturelle. In : DOURY, M.; MOIRAND, S. (orgs.). **L'argumentation aujourd'hui**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 35-43.

GROSSE, E.-U. Evolution et typologie des genres journalistiques. In: **Semen**. On-line, 2001, n° 13. Disponível em: <<http://semen.revues.org/2615>>. Consulta em 17 dez. 2010.

GUIRAUD, P. **A semântica**. Trad. Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

HAFFEMAYER, S. **L'information dans la France du XVII^e siècle**: la gazette Renaudot de 1647 à 1663. Paris: Honoré Champion, 2002.

HAROCHE, C., HENRY, P., PECHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: **Langages**. Épistémologie de la linguistique. Paris: Didier; Larousse, 1971, n° 24, p. 93-106. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608>. Consulta em 22 mar. 2010.

HRBEK, A. **Vier Jahrhunderte Zeitungsgeschichte in Oberitalien**. Text-, sprach- und allgemeingeschichtliche Entwicklungen in der „Gazzetta di Mantova“ und vergleichbaren Zeitungen. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1995. Resenha da tese. Disponível em: <<http://www.ub.uni-konstanz.de/kops/volltexte/2000/593/pdf/lueg3010.pdf>>. Consulta em 23 out. 2010.

ILARI, R.; CUNHA LIMA, M. L. Algumas ideias avulsas sobre a aquisição do léxico. In: **Institutionen for Spanska, Portugisiska och Latinamericastudier**, Stockholm Universitet. Página pessoal do professor. S/d. Disponível em: <http://www.ispla.su.se/ml_bilagor02.asp?src=41&sub=73&intSida=95&perId=103&perSida=832>. Consulta em 20 jul. 2010.

INDURSKY, F. Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações no ato de argumentar. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1971, 5ª ed..

KABATEC, J. Sobre a historicidade dos textos. Trad. José da Silva Simões. In: **Revista Linha d'água**. São Paulo: DLCV-FFLCH-USP, 2004, n° 17, p. 160-167. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/linhadagua/images/arquivos/LD/17/traducao2004.pdf>>. Consulta em: 15 set. 2010.

KINTZ, J. P. Regards sur l'histoire de l'Alsace XVI^e-XX^e siècles. In: **Fédération des Sociétés d'Histoire et d'Archéologie d'Alsace**. On-line, 2008. Disponível em: <www.alsace-histoire.org>. Consulta em 11 nov. 2010.

KLEIBER, G. Dénomination et relations dénominales. In: **Langages**: La dénomination. Paris: Larousse, 1984, n° 76, p. 77-94. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458726x_1984_num_19_76_1496>. Consulta em 04 abr. 2009.

LABROSSE, C. Patrie, peuple, nation dans les gazettes de 1785. In: RÉMI-GUIRAUD, S.; RÉTAT, P. **Les mots de la nation**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996, p. 233-244.

LARRIVÉE, P. Qu'est-ce que la sémantique peut dire du sens lexical? In: **Langages**. Représentations du sens lexical. Paris: Armand-Colin, 2008, n° 172, p. 3-13.

LITTRÉ, É. **Dictionnaire de la langue française**. Paris: Hachette, 1863-72. Disponível em: <<http://francois.gannaz.free.fr/Littre/accueil.php>>.

LYONS, J. **Semântica estrutural**. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MACEDO, J.B. Methuen. In: SERRÃO, J. **Dicionário de história de Portugal**. Rio de Janeiro: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. 3, p. 48-55.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004, 3^a. ed.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Trad. José Antônio Martins. São Paulo: Hedra, 2009, 2^a ed.

MARCONDES, D. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1992, 2^a ed.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais. Definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARTIN, R. **Pour une logique du sens**. Paris: PUF, 1983. 2^a ed.

MATORÉ, G. **La méthode en lexicologie**. Paris: Didier, 1953, 2^a ed.

_____. **Le vocabulaire et la société du XVI^e siècle**. Paris: PUF, 1988.

MAYAFFRE, D. **Paroles de président**. Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la V^e République. Paris: Champion, 2004.

MAZIERE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **L'analyse du discours**. Histoire et pratiques. Paris: PUF, 2005.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1921.

MEL'ČUK, I.; CLAS, A.; POLGUÈRE, A. **Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire**. Ottignies-Louvain-La-Neuve (Belgique): Duculot, 1995.

MESSNER, D. 'Morrer' entre 1715 e 1850: O projecto da 'Gaceta de Lisboa'. In: **Gramática e Humanismo**. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2005. Disponível em: <<http://www.uni-salzburg.at/pls/portal/docs/1/541653.DOC>>. Consulta em: 20 set. 2007.

MOIRAND, S. Les lieux d'inscription d'une mémoire interdiscursive. In: **Le langage des médias - discours éphémères?** Paris: Harmattan, 2003a, p. 83-111.

_____. Quelles catégories descriptives pour la mise au jour de genres du discours? In: **Actes de la journée "Les genres de l'oral"**, du 18 avril 2003, ICAR - Interactions, Corpus, Apprentissages, Représentations, Unité Mixte de Recherche UMR 5191 (CNRS / Université Lumière Lyon 2 ; ENS de Lyon – INRP). Bron (France), 2003b. Disponível em: < http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees_genre.htm >. Consulta em 20 fev. 2009.

_____. De la nomination au dialogisme: quelques questionnements autour de l'objet de discours et de la mémoire des mots. In: **Dialogisme et nomination**. Actes du III^e colloque jeunes chercheurs. Montpellier: Praxiling; Université Paul-Valéry, 2003c, p. 27-61.

_____. Le dialogisme, entre problématiques énonciatives et théories discursives. In: **Cahiers de praxématique**. Aspects du dialogisme. Montpellier: Presses universitaires de la Méditerranée, 2004, n° 43, p. 189-220.

_____. **Les discours de la presse quotidienne**: observer, analyser, comprendre. Paris: PUF, 2007a.

_____. Comprendre la construction discursive des événements dans la presse imprimé et la presse en ligne. In: **Colloque Formación y Investigación en lenguas extranjeras y traducción**. Organisé par Lenguas Vivas. Buenos Aires, 2007b (no prelo).

_____. Le modèle du cercle de Bakhtine à l'épreuve des genres de la presse. In: **Linx**. Nanterre (France): Centre de recherches linguistiques de Paris 10, 2007c, n° 56, p. 91-108.

_____. Le choc des discours dans la presse française: de la crise des banlieues à celle des universités (novembre 2005, mars 2006). In: FORNASIERO, J.; MROWA-HOPKINS, C. **Explorations and Encounters in French**. Selected essays from the inaugural conference of the Federation of associations of teachers of french in Australia (july 2006). Adelaide (Australía): University of Adelaide Press, 2010, p. 35-75. Disponível em: <<http://www.adelaide.edu.au/press/titles/explorations/Explorations-Ebook.pdf>>. Consulta em 17 fev. 2011.

MORAES, L. S. B. **O metadiscorso em artigos acadêmicos**: variação intercultural, interdisciplinar e retórica. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientadora: Lúcia Pacheco de Oliveira. Rio de Janeiro: PUC, 2005. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0115439_05_Indice.html>. Consulta em 15 jan. 2011.

MORTUREUX, M. F. **La lexicologie entre langue et discours**. Paris: Armand Colin, 2001.

MOUNIN, G. **Linguistique et philosophie**. Paris: PUF, 1975.

MURAKAWA, C. de A. A. D. Raphael Bluteau: marco na lexicografia portuguesa dos setecentos. In: _____.; GONÇALVES, M. F. **Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

_____. **Antônio de Moraes Silva**: Lexicógrafo da Língua Portuguesa. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2006.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, v. 2.

NICOT, J. **Thresor de la langue françoise, tant ancienne que moderne**. Paris: David Douceur, 1606. Disponível em: < <http://portail.atilf.fr/dictionnaires/TLF-NICOT/index.htm>>.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005, 3ª ed.

PAICE, E. **A ira de Deus**. A incrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755. Trad. Márcio Ferrari. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010.

PALMER, F. R. **A semântica**. Lisboa: Edições 70, 1979.

PAVEAU, M. A. Interdiscours et intertexte. Genealogie scientifique d'une paire de faux jumeaux. In: **Linguistique et littérature**: Cluny, 40 ans après. Besançon (France): PUFC, 2010, p. 93-105. Disponível em: < <http://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00473985/fr/>>. Consulta em 28 jan. 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

PEREIRA, V. L. C. Tradições discursivas no português do Brasil: as origens do editorial jornalístico na imprensa paulistana. In: **Revista Linha d'água**. São Paulo: DLCV-FFLCH-USP, 2007, n° 20, on-line. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/linhadagua/images/arquivos/LD/20/pereira2007.pdf>>. Consulta em: 19 set. 2010.

PERES, D; CERDEIRA, E. **História de Portugal**: Edição monumental (1928-1981). Porto: Portucalense Editora, 1934 , v. 4.

PETILLON-BOUCHERON, S. **Les détours de la langue**. Étude sur la parenthèse et le tiret double. Leuven (Belgique): Peeters, 2003.

POLGUÈRE, A. **Lexicologie et sémantique lexicale : Notions fondamentales**. Quebec: Les Presses de l'Université de Montréal, 2003.

POPKIN, J. D. La presse et la politique étrangère de l'Ancien Régime à la Révolution. In: DURANTON, H.; RETAT, P. (org.). **Gazettes et information politique sous l'Ancien Régime**. Saint-Etienne: Publications de l'Université, 1999, p. 281-289.

POTTIER, B. Du très général au trop particulier. In: **Travaux de linguistique et de littérature**. Paris: Klincksieck, 1963, v. 1.

_____. Vers une sémantique moderne. In: **Travaux de linguistique et de littérature**. Strasbourg: 1964, v. II-1, p. 107-138.

_____ et al. **Estruturas linguísticas do português**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1975, 3ª ed.

_____. **Théorie et analyse en linguistique**. Paris: Hachette, 1991.

_____. **Sémantique générale**. Paris: PUF, 1992.

PRUVOST, J. **Les dictionnaires français**. Outils d'une langue et d'une culture. Paris: Ophrys, 2006.

REMI-GUIRAUD, S. Le micro-champ lexical français peuple, nation, état, pays, patrie. In: _____.; RÉTAT, P. **Les mots de la nation**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996, p. 19-39.

REY-DEBOVE, J. Problèmes de sémantique lexicale. In: Pottier, B (ed.). **Sémantique et logique**. Paris: J. P. Delarge; Editions Universitaires, 1976, p. 167-182.

_____. **La linguistique du signe**. Une approche sémiotique du langage. Paris: Armand Colin, 1998.

RICHELIEU, A. J. P.; HILDESHEIMER, F. **Testament politique de Richelieu**. Paris: Librairie Droz, 1995. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=gKbKe4nXPzMC&lpq=PP1&hl=fr&pg=PP11#v=onepage&q&f=false>>. Consulta em 11 fev. 2011.

RIO-TORTO, G. O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. In: ATHAYDE, M. F. (coord.) **Estudos sobre léxico e gramática**. Cadernos do Cieg. Coimbra: Centro Internuniversitário de Estudos Germanísticos, 2006, nº 23, p. 11-34.

ROSIER, L. **Le discours rapporté**. Histoire, théories, pratiques. Paris; Bruxelas: De Boeck & Laurier, 1999.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972, 4ª ed.

SIBLOT, P. De la dénomination à la nomination. Les dynamiques de la signifiante nominale et le propre du nom. In: **Cahiers de praxématique**. Linguistique de la dénomination. Montpellier: Presses universitaires de la Méditerranée - Université Paul-Valéry Montpellier III, 2001, n° 36, p. 189-214.

_____. Nomination et point de vue: la composante déictique des catégorisations lexicales. In: CISLARU, G. et al. **L'acte de nommer**: Une dynamique entre langue et discours. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007, p. 26-38.

SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, J. Q. G. **Gênero discursivo e tipo textual**. Belo Horizonte: Scripta, 1999, v. 2, n° 4, p. 87-106.

TAMBA, I. **La sémantique**. Paris: PUF, 1998, 4^a ed.

TODOROV, T. **Mikhaïl Bakhtine, le principe dialogique**. Paris: Seuil, 1981.

TOGEBY, K. Grammaire, lexique et sémantique. In: **Cahiers de Lexicologie**. Paris: Didier, 1965 – 1, v. 6.

TOURNIER, M. **Des mots sur la grève**. Propos d'étymologie sociale. Lyon : ENS Editions, 1992, v. 1.

_____. Les discours sociopolitiques et l'analyse lexicométrique. In: BOYER, H. **Sociolinguistique**. Territoire et objets. Lausanne: Delachau; Niestlé, 1996, p. 179-213.

ULLMANN, S. **Semântica**: Uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, 4^a ed.

VARÓ, E. A.; LINARES, M. A. M. **Dicionário de lingüística moderna**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004, 2^a ed.

VENIARD, M. **La nomination d'un événement dans la presse quotidienne nationale**. Une étude sémantique et discursive: la guerre en Afghanistan et le conflit des intermittents dans Le

Monde et Le Figaro. Université Sorbonne Nouvelle – Paris III (UFR de Linguistique et Phonétique Générales et Appliquées). Tese de doutorado. Dezembro de 2007.

VILELA, M. **Gramática de valências**: Teoria e aplicação. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa** - versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

VOGELS, S. **Blog de notícias Aedling**. Antuérpia (Bélgica). Disponível em: <<http://aardling.com/vierhonderd-jaar-kranten-abraham-verhoeven-en-de-nieuwe-tijdinghen/>>. Consulta em 22 fev. 2010.

WAN World Association os Newspapers. **Newspapers: a brief history**. Disponível em: <http://www.wan-press.org/article.php3?id_article=2821>. Consulta em 13 dez. 2010.

ŽIŽEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

OBRAS CONSULTADAS

ABIVEN, K. Citation des paroles d'autrui dans les cercles mondains au XVII^e siècle: formes et stratégies de la circulation des discours. In: **Communications du IV^e colloque international Discours rapporté, citation et pratiques sémiotiques**. Nice: Revues électroniques de l'Université de Nice-Sophia Antipolis, 2010. Disponível em : <<http://revel.unice.fr/symposia/cidit/index.html?id=383>>. Consulta em 07 fev. 2011.

BACOT, P. et al (coord.). **Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010)**. Revue Mots. Les des langages du politique. Lyon: ENS Éditions, 2010, n° 94.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo**. São Paulo: Global, 1981.

_____. Relações de significação nas unidades lexicais. In: **Anais do 1º Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1998.

_____. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUIERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2001.

BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1989, 2ª ed.

_____. **Estruturas léxicas do português: uma abordagem generativa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BELY, L. **Les relations internationales en Europe – XVII^e-XVIII^e siècles**. Paris: PUF, 1992.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1974, vol. 2.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: FIORIN, J. L.; BARROS, D. L. P. (orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Mikhail Bakhtin**. Ensaios de Cultura 7. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 11-28.

_____. **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005.

BRANCA-ROSOFF, S.; TORRE, V. Observer et aider : l'écrit des assistantes sociales dans les "demandes d'intervention". In: **Recherches sur le français parlé.** Université de Provence, 1993, p. 115-135, n° 12.

_____. Le mot comme notion hétérogène. In: **Langues et langage.** Aix-en-Provence (France): Publications de l'Université de Provence, 1998, n° 7, p. 7-39. Disponível em: <http://www.cavi.univ-paris3.fr/ilpga/ed/dr/drsb/articles/79b_le_mot_BRANC.pdf>. Consulta em 24 abr. 2008.

COSERIU, E. **Teoría del lenguaje y lingüística general.** Madrid: Gredos, 1967; 1969.

_____. **Princípios de semântica estrutural.** Madrid: Gredos, 1977.

_____. **Lições de linguística geral.** Trad. de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

DIJK, T. A. v. De la grammaire de textes à l'analyse socio-politique du discours: un itinéraire de recherche. Trad. Pierre Oudart. In: **Le français dans le monde.** Le discours: enjeux et perspectives. Paris: Hachette, 1996, p. 16-29.

_____. **Cognição, discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer.** São Paulo: Cultrix, 1977.

DUPOUEY, P. **Choisir de juste mot.** Travailler le vocabulaire de la culture générale. Paris: Ellipses, 2006.

FUCHS, C. Variations discursives. In: **Langages.** La mise en discours. Paris: Larousse, 1983, n° 70, p. 15-33. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1983_num_18_70_1150>. Consulta em 20 out. 2010.

GALISSON, R. Pour une méthodologie de l'enseignement du sens étranger. In: **Études de linguistique appliquée.** Paris: Didier, 1973, n° 11.

_____. Entrer en language/culture par les mots. Esquisse d'un modèle d'organisation et de description des contenus lexico-culturels d'enseignement/apprentissage. In: **Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1991.

_____. Culture et lexiculture. Pour une approche dictionnaire de la culture partagée. In: **Hommage à Bernard Pottier**. Paris: Klincksieck, 1988, v. 1.

GANTET, C. **Guerre, paix et construction des Etats**, 1618-1714. Paris: Seuil, 2003.

GENOUVIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e ensino de português**. Coimbra: Almedina, 1974.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: **Comunicação, mídia e consumo**. Comunicação e análise do discurso. São Paulo: ESPM, 2007, v. 4, n° 11, p. 11-25. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/issue/view/11/showToc>>. Consulta em 27 jan. 2011.

GREIMAS, A. J. **Análise do discurso em ciências sociais**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1966.

_____. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1973.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Librairie Larousse, 1975.

HAENSCH, G. et al. **La lexicografia: de la lingüística teorica a la lexicografia practica**. Madrid: Gredos, 1982.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. de J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

ILARI, R.; GERALDI, W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2004, 10ª ed.

KABATEC, J. **Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas**. On-line: 2004. Disponível em: <<http://www.uni-tuebingen.de/kabatek/discurso/>>. Consulta em: 14 set. 2010.

_____. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al. (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro: Novos dados, novas análises**. Salvador: Edufba, 2006, v. VI, tomo II. Disponível em: <<http://www.uni-tuebingen.de/kabatek/discurso/>>. Consulta em: 15 set. 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation**. De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1999, 4^a ed.

KLEIBER, G. Histoires de livres et volumes. In: **Langages**. Paris: Armand-Colin, 2008, n° 172, p. 14-29.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LEECH, G. **Semántica**. Madrid: Alianza Editorial, 1985, 2^a ed.

LEHMANN, A.; MARTIN-BERTHET, F. **Introduction à la lexicologie**. Sémantique et morphologie. Paris: Dunod, 1998.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1979.

MAIA, C. de A. Alguns aspectos da língua portuguesa nos sermões do Pe. António Vieira. In: GIL, A.; THIELEMAN, W. (eds.). **Die Rhetorik António Vieiras**. Bonn: Romanistischer Verlag, 2005, p. 125-149.

MAINGUENEAU, D. Réseaux d'associations et mots clés en analyse du discours. In: **Cahiers de Lexicologie**. Paris: Klincksieck, 1982, v. 1, n° 40, p. 3-10.

_____. Sémantique « globale » et idéologie. Le discours « doux » de l'humanisme dévot face au jansénisme. In: **Mots**. Les langages du politique. L'oeuvre de Robert-Léon Wagner. Vocabulaire et idéologie. Analyses automatiques. Lyon: ENS Éditions; Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1983, n° 6, p. 79-98. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1983_num_6_1_1097>. Consulta em 22 jan. 2009.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes; Editora da UNICAMP, 1997, 3^a ed.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. L'idéologie : une notion bien embarrassante. In: **Contextes**. L'idéologie en sociologie de la littérature. On-line, 2007, n° 2. Disponível em: <<http://contextes.revues.org/index189.html>>. Consulta em 18 mar. 2009.

MARANDIN, J.-M. Distribution et contexte dans une description lexicale. In: **Cahiers de Lexicologie**. Paris: Honoré Champion, 1984, v. 1, n° 44, p. 137-149.

MESSNER, D. O dicionário dos dicionários portugueses e o corpus da Gaceta de Lisboa. In: **Actas do XI Encontro Nacional da Associação de Língua Portuguesa de Linguística**. Lisboa: 1996, vol. II, p. 173-179. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/docs/actas-11-encontro-apl-1995_vol2.pdf>. Consulta em: 20 set. 2007.

MOIRAND, S. Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse. In: **Semen**. Besançon (França): Presses Universitaires de Franche-Comté, 2006, n° 22, p. 45-59. Disponível em: <<http://semen.revues.org/document2798.html>>. Consulta em 24 mai. 2008.

_____. Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. In: **Corela - Cognition, discours, contextes**. En ligne, 2007d. Disponível em: <<http://corela.edel.univ-poitiers.fr/index.php?id=1567>>. Consulta em 2 fev. 2010.

MOREL, M. Entre a estrela e o satélite. In: **Observatório da Imprensa**. On-line, 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/alm010720032.htm>>. Consulta em 25 abr. 2010.

MORTUREUX, M. F. La dénomination. Approche socio-linguistique. In: **Langages**. La dénomination. Paris: Larousse, 1984, n° 76, p. 95-112.

_____. Néologismes journalistiques. In: ANIS, J.; ESKENAZI, A.; JEANDILLOU, J. -F. **Le signe et la lettre**. En hommage à Michel Arrivé. Paris: L'Harmattan, 2002.

MOUNIN, G. (dir.). **Dictionnaire de la linguistique**. Paris: PUF, 1974.

_____. **Introduction à la sémiologie**. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

NEVES, M. H. de M. **Guia de usos do português**: Confrontando regras e usos. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NOVAIS, F. **Portugal e o Brasil na crise do antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, A. M.P.P.; ISQUIERDO, A. N. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2001.

PAIS, C. T. O percurso gerativo da enunciação: produtividade léxica e discursiva. In: **Conferência**. Revista do Departamento de Linguística da UNESP/Assis. Assis, 1995, v. 3, p. 162-181.

_____. Conceptualização, denominação, designação: relações. In: **Revista Brasileira de Linguística**. São Paulo: Plêiade, 1997, v. 9, p. 221-240.

_____. Conceptualização, Interdiscursividade, Arquitexto, Arquidiscorso. In: **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, 2002, nº 23.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: **Langages**. Paris: Didier; Larousse, 1975b, nº37, 9º ano, p. 7-80. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1975_num_9_37_2612>. Consulta em: 20 out. 2009.

_____.; _____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 3ª ed.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

RASTIER, F. Éléments de théorie des genres. In: **Texto!** Paris: Institut Ferdinand de Saussure, 2001. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier_Elements.html>. Consulta em 22 nov. 2010.

RICHELIEU, A. J. P.; PETIOT, C.-B.; PETIOT, A. **Mémoires du cardinal de Richelieu**, sur le règne de Louis XIII, depuis 1610 jusqu'à 1619. Foucault, 1823. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=EtXOzvYQOFQC&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>>. Consulta em 11 fev. 2011.

SIBLOT, P. Inférence et réglage du sens ou l'inscription du réel dans l'objet linguistique. In: TYVAERT, J.-E., **Lexique et inférence(s)**. Actes du VII^e Colloque International de Linguistique (14-16 de novembro de 1991). Études publiées par le Centre d'Analyse

Syntaxique de l'Université de Metz, Faculté des Lettres et Sciences Humaines. Paris: Klincksieck, 1991.

_____. Nomination et production de sens: le praxème. In: **Langages**. Langue, praxis et production de sens. Paris: Larousse, 1997, n° 127, p. 38-55.

SIDERI, S. **Comércio e poder**: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas. Lisboa: Ed. Cosmos, 1970.

STEPHENS, M. History of Newspapers. In: **Collier's Encyclopedia**. Disponível em: <<http://www.nyu.edu/classes/stephens/Collier%27s%20page.htm>>. Consulta em 11 nov. 2010.

TAMBA, I. **Le sens figuré**. Paris: PUF, 1981.

TODOROV, T. et al. **Semiologia e linguística**. Seleção de ensaios da revista "Communications". Petrópolis: Vozes, 1971.

TORRES, J.R. (ed.) Portugal. **Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico**. Lisboa: edição on-line, 2000-2010, v. 3 (1907), p. 1048-1051. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/joao5.html>>. Consulta em 10 nov. 2010.

TOURNIER, M. **Des mots en politique**. Propos d'étymologie sociale. Lyon: ENS Editions, 1997, v. 2.

_____. **Des sources du sens**. Propos d'étymologie sociale. Lyon: ENS Editions, 2002, v. 3.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

ULLMANN, S. **Language y Estilo**. Madrid: Aguilar, 1968.

VENIARD, M. Anaphores lexicales en contexte d'hétérogénéité énonciative et effets pragmatiques associés. In: **Communications du IV^e Ci-dit - Colloque international** (Nice 11-13 juin 2009). Nice (França): Université Nice Sophia Antipolis, 2010. Disponível em: <<http://revel.unice.fr/symposia/cidit/index.html?id=686>>. Consulta em 28 dez. 2010.

VILELA, M. **Estruturas léxicas do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

_____. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

WARTBURG, W. **Problemas e métodos da linguística**. Trad. Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difel, 1975.

ANEXOS

Num. 5.

25

GAZETA DE LISBOA.

Sabbado 7. de Setembro de 1715.

ITALIA.

Roma 20. de Julho.

DESVANECEO-SE a voz que estes dias passados corria nesta Corte, de que o Conde de Galláz Embayrador Cesareo se recolhia antes da sua entrada publica à Viena, onde S. Mag. Imp. o chamava para o empregar em outro negocio de grande importancia: porque em 5. do corrente teve audiencia muy dilatada de S. Santidade, & se assegura aprestar com a mayor pressa tudo o necessario para apparecer em publico dia de S. Anna, esperando Roma ver triunfar na sua entrada publica a magnificencia deste Ministro, que para aquella função parece ter convertido em prodigalidade a despesa. Tambem S. Santidade deu estes dias audiencia ao Marquez de Fontes Embayrador de Portugal, & ao de Veneza. O Abbade del Maro voltou de Turim com mais amplas instrucções para tratar o ajuste das differenças, que ha entre esta Curia, & o Tribunal da Monarquia no Reyno de Sicilia. Entende-se que as negociações, q se fazem para accommodar as que ha com a Corte de Castella, se tem adiantado tanto, que brevemente poderão versé concluidas. Falla-se muyto do casamento do Duque de Braciano cõ a Senhora Olimpia, filha primogenita do Principe Borghese, & para se effectuar, se espera (conforme se diz) a approvação de S. Mag. Imp.

Anconia 4. de Julho.

AS nossas prayas estão continuamente infestadas de Corsarios Turcos. Ultimamente fizeraõ nellas hum desembarque, & chegarão até o porto da Cidade de Recanati, & por evidente milagre da Santissima Imagem da Senhora de Loreto: escapou da escravidão hum grande numero de gente: o mesmo perigo correrão os Eminentissimos Cardiaes Tanara, & Olivieri entre Catolica & Recanati, livrando-os delle a velocidade das suas carruagens; porém não tiveram esta fortuna 20. pessoas, que passavaõ pór Cefanatico para hũa fey-ra, & dalli foraõ levados cativos pelos inimigos: O Cardial Tanara cuidando na defenfa das costas, & de todas as mais do Estado Ecclesiastico, mandou a Roma hum papel, que fez sobre as tropas, & milicias necessarias para a sua defenfa, de que se espera a reposta com impaciencia, pelo receyo em que nos tem sempre estas repentinas invações.

Veneza 27. de Julho.

Os avisos do General Delfino encamalhados por Otranto dizem que elle estava a se fazer à vela com a armada naval da Republica para o Archipelago, por haver recebido noticia de que os Turcos haviam desembarcado na Ilha de Tine hum das Cycladas, conhecida antigamente cõ o nome de Tenos, & sem embargo da resistencia das nossas tropas, que a guarnecião se fizeram senhores della. Outras noticias, que depois chegaram dizem, que depois da tomada desta Ilha padecera a Armada Otomana hum grande empestade q de lar votou muytos navios, de q se mandavaõ sete para Negroponte. A nossa armada se compoem de 25. naos de guerra, 24. Galeas, 2. Galeassas, & muytas Galeotas, cujo numero se aumentará brevemente com a chegada de 4. Galeas do Papa, & 3. de Malta, que chegarão a Corfu Ilha da Republica no mar Jonio, & ficavaõ fazendo-se à vela. O Exercito Turco está acampado junto a Corintho: o da Republica perto de Dernitz, havendo levantado trincheyras, & construido alguns fortins, para disputar a passagem do Rio Cetina aos inimigos: que algus avisos fazem subir ao numero de 60. mil. Os nossos Embayxadores na Corte de Viena tem ordem para instarem com S. Mag. Imp. nes queyta largar hũ corpo de dez mil homẽs para aumentar as nossas forças.

E

POLO-

POLONIA.

Vársovia 27. de Julho.

Esta Corte se acha com alguma tranquillidade; porque as noticias, que chegam de Volhinia, assegurão haverse acalmado a agitação da nobreza daquelle Paiz; & as que vem das fronteyras de Podolia, conferem todas na quietação com que vivem na quella parte as tropas Turcas. Estas circumstancias confirmão a verdade dos confidentes avisos que S. Mag. recebeu, de que os designios del Rey de Suecia eraõ fazer huma invasão neste Reyno, favorecido dos mal contentes delle; & do auxilio das armas Otomanas, para que despojado S. Magestade desta Coroa, se puzesse no throno ao Rey Estanislão; & os Suecos, Polacos, & Tarcos voltassem unidos ás suas armas contra os Estados de Moscovia; satisfeito nesta vingança o resentimento que conserva da perda da batalha de Pultouwa, & como isto se havia ajustado em Bender, as tropas Turcas, & os parciais de Estanislão que estavão à vigia para medir os seus passos pelo movimento dos de Suecia, vendo que este Principe se acha embarçado para executar este projecto, & cercado em Stralsund por dous Reys, que não são p'sso almente os seus exercitos, não se resolvem a entrar em acção de hostilidade antes de saber o successo daquelle sitio; & atõ que se ficará S. Mag. nesta Corte: & entã tanto fez marchar as tropas de Saxonia do Palatinado de Gracotia, onde estavão em quartéis para as Províncias de Sendomiria, & de Lublin: & outra para a Lutzacia inferior, donde se entende passarão a reforçar o exercito confederado na Pomerania: tambem o Principe de Repom se move para as costas de Prussia com o pé de exercito Moscovita que governa. Vão chegando muytos Senadores dos Palatinados do Reyno para se acharem nas Cortes, que S. Mag. tem convocados querendo ajustar nellas os meyos de por em fôcego as inquietas que o perturbão; & considerat se se deve entrar na aliança, que novamente propõem a Republica de Veneza.

A-B-E-M-A-N-H-A.

Viena 27. de Julho.

O Conde de Luo Embaxador de S. Mag. Christianissima frequenta o Paço todos os dias; ainda q̃ incognito. Os Senhores Morozini, & Grèmani Embaxadores extraordinarios de Veneza fizeram a sua entrada publica a 23. do corrente cõ muita magnificencia, & a 25. tiveram audiencia publica de S. Mag. Imp. Corte voz q̃ a Republica offerece meror hũa grande somma de dinheyro no banco desta Cidade; se S. Mag. Imp. se resolver a quebrar a paz cõ os Turcos, & parece q̃ sem a promessa deste interesse poderião conseguir este designio; pois cõ a noticia de que todos os dias vão crescendo as tropas Turcas nas fronteyras de Hungria, manda S. Mag. Imp. reforçar o seu exercito naquello Reyno, achando se já acampado entre as Praças de Essex, & Petervaradin; & para aquella parte se tem feyto conduzir daqui pelo Danubio hum grande numero de tendas, & outros pertences; & munições de guerra. Dizem que passão 12 mil Tarcos a Dalmacia para reforçar o exercito Turco naquella fronteyra.

Do Campo sobre Stralsund a 27. de Julho.

O Exercito confederado de Dinamarca, Prussia, & Saxonia, chegou a este campo a 19. deste mez, & logo investio a Praça, começando no mesmo dia a fazer algumas obras para se cobrir de fogo das baterias que os Suecos têm feyts nas suas trincheyras, o qual foytaõ terrivel; que os Saxons forão obrigados a retirar o seu quartel para lugar mais distante. A 27. se deu principio ás linhas de circunvallação; formando 11. grandes redutos para a sua defenfa. A 18. sahiraõ da Praça 6. Esquadroens de Cavallaria Sueca resolutos a atacar o quartel dos Dinamarquezes, & arruinar toda a obra das linhas por aquella parte; mas o Duque de Wirtemberg General do exercito Dinamarquez, mandou recebello pelo Coronel Falkenbrugg com 4. esquadroens de Dragoens, ordenando que outros quatro os seguissem para os socorrer, parecendo lhes necessario. Encontrarã se com os inimigos, & depois de disputarem por fiozamente hums & outros o seu valor, começã os Suecos pouco a pouco a perder o terreno; & forão precisados a recolherse com grande confusão; havendo os

seguida

27
 seguido os Dinamarquezes com a espada na mão até a sua contra escarpa, sem embargo do fogo da sua artilharia, & mosquetaria, que toda descarregarão em soccorro dos que se retiravam. Nesta acção ficaram onze Suecos prisioneiros com alguns cavallos, & houve alguns mortos. Dos Dinamarquezes se contaõ 15. entre mortos, & feridos. A 19. & 20. se aperfeiçoarão as linhas de circumvallação; a 21. chegou junto a Greipsualde a flotilha, mandada pelo Almirante Susted, de que El Rey de Prussia mandou logo aviso a S. M. Dinamarqueza; a 22. se encontrou este Almirante com a armada Sueca, a qual depois de hum leve combate se retirou a Danziç, aonde está quasi situada pelos Dinamarquezes. Chegão todos os dias desertores da Praça, & espera-se todas as horas com muyta impaciencia a artilharia grossa; & a esquadra da armada Dinamarqueza fará fazer o cerco pela parte do mar.

Hamburgo 2. de Agosto.

Algũas cartas de Stockolm avisão haver chegado da Praça de Stralsund àquella Corte o Conde de Vander Nath com o testamento de S. Mag Sueca, no qual (conforme se diz) declara por successor nos seus Estados, fallecendo sem filhos, o Duque de Holstia Carlos Frederico seu sobrinho, filho da Princesa Heduvige Sophia sua irmã, o qual se acha com quinze annos de idade. Os avisos da Pomerania dizem que o Exército confederado havia resolydo fazer hum destacamento de cinco mil Dinamarquezes, & tres mil Prussianos para se embarcarem em huma esquadra de naos de guerra de Dinamarca, que com nummenin chamaõ a flotilha, para a distinguir da armada grande, & fazerem hum desembarque na Ilha de Rugen, com os cinco mil homens que andão embarcados naquella esquadra; porque podendo conseguir a sua conquista facilitará muyto a empreza de Stralsund; mas como corre a noticia, de que S. Mag Sueca defende pessoalmente aquella Ilha com bastantes tropas, muytos duvidão da execução deste designio. A noticia que se havia divulgado de que a Ilha de Ruden foy tomada pela armada Dinamarqueza, se reconhece haver sido fingida, pois as ultimas cartas nos dizem se conserva ainda na obediencia de Suecia; & se acha defendida com 40. ou 60. peças de artilharia, & com 6. ou 7. fragatas de guarda costa. As esquadras de guerra Inglesa, & Hollandesa, q̃ entrarão no mar Balthico comboyando os navios mercantiz das suas nações chegãõ a 21. a Dantzic Cidade da Prussia Poloneza; & alguns avisos dizem que hirão correr as costas da Pomerania emquanto as embarcações da sua conserva, que estão cartegando nos portos de Riga, & de Revel, Cidades da Livonia, se poem em estado de se fazer à vela para os seus Paizes. Esgreve-se de Petarbourg, que a Armada do Czar de Moscovia sahio já ao mar; mas que S. Mag. Czariana se não pudera embarcar nella por se achar com huma queyxa, que o obrigou a ficar em Crosot. O successo do encontro das armadas Sueca, & Dinamarqueza, de que já no correio passado se fez aviso, se conta por diferentes maneyras: dizendo os Parciaes de Suecia, que os Dinamarquezes ficãõ totalmente destruidos; & os de Dinamarca, que as armadas não chegãõ a combaterse. Nesta confusão he sempre preciso esperar noticias neutras, que descubraõ a verdade.

Por cartas escriptas do Campo de Swina a 31. de Julho se avisa que o destacamento que fez o exercito Confederado para hir expugnar a Ilha de Uzedom com 1.500. Infantes, & 8. esquadrecens, se havia posto em marcha, & passara o Rio Swina a Cavallaria a nado, a Infantaria em barcas, & que se fizera a invasão com tanto vigor, que em menos de huma hora, hum batalhão Sueco foy totalmente desfeito, não escapando ninguem delle de morto, ou prisioneiro. O resto das tropas Suecas se retirou ao Forte de Penamunder, onde forãõ seguidos pelos Confederados, que nesta expedição não haviaõ perdido mais que 40. homens, além de 10. cavallos que se asogãõ na passagem do Rio: accrescenta-se q̃ se tinhaõ ouvido naquella manhã muytos tiros de artilharia, de que se infere que os Confederados estãõ investindo aquella Forte.

P A I Z . B A X O .

Haya 8. de Agosto.

Os avisos de Amsterdam dizem haverem entrado naquelle porto 24. navios da India Oriental ricamente carregados de especiarias, de roupas, & de sedas, vindo a 7. de Bavria, & 7. da Ilha de Ceilaõ. O Principe de Kourakin Embayxador extraordinario de S. M. Czaria

28

Czariana partio ante hoitem desta Corte, por haver recebido ordem do Czar seu amo; de passar logo ao exercito confederado, que sitia Stralsund. D. Luiz de Miraval Embaxador de Castella, teve hum longa conferencia com o Conselheyro Pensionario Heinfias primeyro Ministro desta Republica, & Conferente ordinario dos Ministros estrangeyros, na qual alli- stio tambem o Duque de Ossuna, & a 4. passou a viver nas casas, que aqui chamao o Palacio de Hespanha, por haver sido compradas pelos Reys de Castella para morada dos seus Embay- xadores. O Barão de Heems Ministro de S. Mag. Imp. assegura publicamente que todas as noticias que tem corrido na Europa, de se tratar em Brussellas por mediação de França hum ajuste das differenças, que entre si tem SS. MM. Imperial, & Catholica, sobre a successão de Hespanha, erao totalmente falsas; & que os meyoys desta negociação, estaõ ainda tam pouco sazoados que elle recebêra ordens da Corte de Viena, para evitar o concorrer com o Em- bayxador de Castella em nenhuma parte. O Conde de Konigseck, de quem se dizia tratava o referido ajuste com o Cavalleyro de Roussi, se espera por instantes de Inglaterra; & com a sua vinda se tornarão a continuar as conferencias com os nolllos Deputados, & com o Gene- ral Cadogan sobre os limites da nossa barreyra.

Os Conselheyros Deputados dos Estados de Hollanda, & de Westfria, tem seyto adver- tir a todos os interessados nas fortas, que se ordenarão por ordem da Republica da impor- tancia de seis milhoens, que estas se haõ de tirar no dia 5. de Setembro sem falta, & se fecha- rão no dia 14. do corrente, depois do qual se não admittirá mais dinheyro.

Bruxellas 5. de Agosto.

MOnf. Le Blanc voltou de Paris a Donckerque provido de grossas sommas de di- nheyro para acabar a obra do Canal de Mardick, & segundo as cartas da quella Praça se trabalha nella com todo o vigor. Na tarde de 30. do passado prendêraõ nesta Ci- dade o Marquez de Pallenti Coronel de hum Regimento de Dragoens das tropas desta Paiz, & o levãrão ao forte de Montecrey; & falla-se differentermente da causa desta prizaõ. Passou por esta Cidade hum correyo de Viena com cartas para o Conde de Konigseck, que se espera aqui por instantes de Inglaterra.

GRAN BREITANHA.

Londres 27. de Julho.

SAbbado a 7. de Julho entre as 7. & 8. horas da tarde o Porteyro da vara negra, nã con- formidade das ordens dadas no dia antecedente pela Camera dos Senhores, se meteo com o Conde de Oxford em hum coche, & o conduzio á Torre, onde o entregou ao Official, a quem se comette a guarda dos prezos de semelhantes crimes. A Condessa sua mulher com alguns parentes, & criados o acompanhãrão até a Torre onde a Condessa ficou fazendo-lhe companhia. Não obstante que esta diligencia se fez com segredo & cautela; & os coches se encaminhãrão por algumas ruas exquizitas, logo se ajuntou algum povo que os seguio, & quando voltãrão da Torre era já em tanto numero, que se arreverão a gritar, *Viva Ormond, Oxford, & a Reyna sua*, & começaram a quebrar as vidraças de algumas casas, sem que se pudessent prender mais que tres ou quatro destes amotinados. Os frequentes tumultos, que tem havido neste Reyno desde pouco tempo a esta parte fizerão cuydar na Camera dos Co- muns em passar hum Decreto para os evitar, & castigar rigorosamente os tumultuosos, fa- zendo sobre esta materia hũa representação a S. Mag. B. persuadindo-lhe quizesse satisfazer as perdas que algumas pessoas padecêrão por causa dos motins; porq̃ toda a despeza que S. Mag. fizesse lhe seria satisfeyta dos primeyros subsidios, que o Parlamento lhe acordasse. Quarta feyra 31. do passado foy ElRey à Camera dos Senhores com as ceremonias costumadas, & fazendo alli chamar os Communs, approvou os actos feytos contra os tumultos, & para levantar milicias, & outros; & logo fallando com todos, lhes agradeceu o zelo, que mostra- vaõ ter do seu serviço, & dos interesses da Coroa, & da Nação.

Neste mesmo dia se resolveo passar hum Decreto, para dar authoridade a ElRey para poder prender todas as pessoas que S. Mag. susceytar, poderão constipar contra a sua Pessoa Real.

29

& contra o seu governo; suspendendo por tempo de oito mezes a Ley de *Habeas corpus*, que lhe limita este poder: Toda a Camera geralmente mostrou tanto zelo da segurança do S. Mag. & de prevenir a invasão, de que o Reyno se acha ameaçado, que até os Ministros Toris foraõ do mesmo parecer, dizendo, *Que este caso não era para se disputar entre os dous partidos, que nelle deviaõ ser unanimes, & sacrificar os seus bens, & as suas vidas pelo serviço del Rey, pelo mantimento da Religião, & pelas suas liberdades.*

Esta semana chegou hum segundo proprio de Pariz, despachado pelo Conde de Stairs, que se espeta aqui todas as horas. S. Mag. fez chamar o Lord maire com todos os Officiaes das Ordenanças, & lhes deu parte dos avisos q̃ havia recebido da invasão, q̃ os inimigos da Coroa pretendem fazer nestes Reynos, & lhes recomendou cuydassem muyto na segurança; & conservação desta grande Cidade em nome da qual o Lord maire, & mais Officiaes segurarão a S. Mag. que empregariaõ os seus bens, & as suas vidas pelo seu Real serviço, & offeretcerão de fornecer dentro de 24. horas hum milhaõ de libras esterlinas. As Ordenanças de Londres, & de Westminster começaraõ hoje a se pôr em armas. Foraõ dimittidos dos seus empregos os Generaes Web, Rofs, Stewart, Sybourg, o Lord Windfor, o Coronel seu irmão, & outros Officiaes. O Conde de Gallway soy provido no governo da Ilha de Wight, que vagou pela demissão do General Webb. Passaraõ-se ordens para que todos os Catholicos Romanos moradores nos portos do mar assim neste Reyno como em Irlanda se retirem dez milhas ao interior do Paiz.

FRANCIA.

Pariz 6. de Agosto.

Sua Mag. logra tam boa saúde; que na semana passada andou montado a cavallo 3. para 4. horas, passando mostra ao Regimento Real, assistindo tambeem neste sesto a Senhora Duquesa de Berry, & muitas Damãs em traje de Amazonas. Este Regimento Real soy augmentado com oytto companhias, & se compoem ao presente de tres mil homens, os quaes foraõ mandados acampar em Marly, & começaraõ por ordem de S. Mag. o trabalho de arrazar a montanha de Lusiene, que fica entre Marly. & Versailles; não só por ostentar a grandeza do seu Real espirito, mas para fazer passar para os jardins de Versailles hum braço da Riberira, sem dependência das maquinas com que fazem lubrignã della a aquella montanha.

Sua Mag. sem determinação de convocar de sua authoridade hum Conellio nacional para reformação de alguns abusos. Os Duques de Ormond, & de Leeds, o Cavalleyro Windham, & outros Cavalheiros Ingleses receosos de que o odio de seus inimigos pudesse antepelar a sua razão, se retiraraõ de Inglaterra, & chegarão a esta Cidade; onde foraõ muyto bem recebidos do Marquez de Torcy Secretario de Estado, & de todos as Senhores da Corte: Escreve-se de Toulon, que naquelle porto se estaõ armando 12. naos de guerra, sem que se divulgue o negocio a que se destinão.

HESPAÑA.

Madrid 23. de Agosto.

Tem-se seyto ayiso de Napoles aos Senhores Castelhanos, que tem estados naquelle Reyno, para que mandem cuydar delles; & fazer a cobrança dos seus rendimentos, de que se infere que a paz entre esta Coroa, & o Imperio se acha muyto adiantada. Sua Mag. confinou ao Marquez de Monteleon o seu ordenado de Embayxador no assento dos negros; o mesmo fez a D. Luis de Miraval nosso Embayxador em Hollanda; & agora se mandaraõ dar no mesmo assento 1000. dobroens ao Duque de Ossuna para a despesa da sua jornada; porém os Ingleses não querem aceitar estas livranças, de que se entende que a guerra com Inglaterra está muyto vizinha. Por cartas de Cadiz se sabe, que hum patacho Francez de 30. toneladas chamado a Gale de Cadiz, montado de 4. canhoens com 12. homens de equipage, pelesiu à vista daquelle porto por tempo de duas horas contra hum galeta de Tangere, da qual se livrou pelo muyto valor; & destreza de Monf Litzier seu Capitão, que estava resoluto a vender cara a sua liberdade, & que hum navio Inglez chegado dois dias depois aquelle porto refere, que antes de sair de Tangere, vira recolher a dita galeta.

30
 tam mal tratada, que logo se mandara desarmar, & enalhar em terra, que não tinha mais que cinco peças de artilharia; mas que era guarnecida de 140. homens, de que levava 40. mortos, & muytos feridos.

PORTUGAL

Lisboa 7. de Setembro.

Sua Mage. que Deos guarde, foy servido nomear a Sebastião Pessanha de Andrade Promotor do Santo Officio de Erros, para Arcebispo de Goa. Tambem nomeou Ministros para o Tribunal da Junta do Tabaco, para Deputados ao Doutor Belchior da Cunha Brochado Conselheiro da Fazenda, Antonio de Beja de Nogueira Desembargador do Paço, Reta Procurador da Fazenda Real no dito Tribunal o Doutor Lopo Tavares de Araujo Desembargador dos Aggravos; & para Conservador o Doutor Manoel Fernandes Varges Desembargador da Casa da Supplicação desta Cidade, Auditor que foy do Exercito em Catalunha. D. Joseph Maria Leonardo de Castro filho unico do Marquez de Cascaes D. Manoel Joseph de Castro falleceu em 30. do passado com pouco mais de hum anno de idade, & sentimento geral de toda a Corte, por ser muy desejado ha muyto tempo, & não terem outro successor na sua casa, havia nacido a 26. de Julho do anno de 1714. & foy sepultado na Igreja de S. Francisco em hum dos jazigos de seus Avós. No mesmo dia pario a Excellentissima Condeza da Galheta com bom successo hum filha.

Por avisos de Salêl de 12. de Agosto, se sabe haverem sahido daquelle porto dous navios armados de 16. peças, & de 150. homens cada hum, para andarem a corso nos nossos mares, & que ainda se estavam aprestando outros. Hum navio inglez, chegado de Hamburgo a 28. do passado refere, que arribando a Portsmouth, donde sahio ha 15. dias, vira estar aquelle porto 48. horas fechado para fazer marinheiros para as naos de guerra, que a toda a pressa se estão armando em Inglaterra.

Na Gazeta passada se fez relação dos Officiaes mayores, que S. Magest. que Deos guarde nomcom para haverem de ficar na reforma geral do seu exercito, & como nella se declaravaõ as Provincias em que haviaõ de ficar somente os Coronéis, por se não ter ainda foyto repartição dos Officiaes subalternos, que pestencam a cada Coronel, se dá agora notícia na forma seguinte.

Coroneis. Tenentes Coroneis. Sargentos mayores.

Cavallaria da Cortê.

Antonio de Miranda Henriques.	Duarte Soárez da Gama Pereira.	Manoel da Costa Pimentel.
Facinto Borges de Castro.	D. Luis Botelho.	João Cordeyro Fialho.

Infanteria da mesma.

Antonio de Brito de Monizes.	Afonso de Torres da Sylva.	Sebastião de Seixas da Fonseca.
Pedro Gonçalves da Camara.	Joseph Cactano de Meyreles.	Alvaro Joseph de Seixas de Sou- to mayor.
D. João da Sylveira.	Manoel Ribeyro Malafaya.	Thomas de França de Lis...
Alvaro Pereira de Lacerda.	Thomé Figue de Bulhoens.	Thomas Henriques de Figueyre- da.
Ignacio Xavier Vieira Mazono.	Antonio Serrão Diniz.	Domingos do Amaral Valente.

Caval-

Coroneis. Tenentes Coroneis. Sargentos mayores. ^{3^{le}}

Cavallaria do Alentejo.

Conde das Arcas D. Thomás de Noronha.	Leonarda de Torres.	D. Lourenço de Amorim.
Manoel Lobo da Sylva.	João Soares Pegado.	Manoel da Costa.
André de Azevedo.	Joseph Pimenta Estuça.	Antonio da Rocha Pacheco.
Martim Affonso Mexia.	João de Roxas de Vasconcellos.	Antonio Lobo da Cunha.

Infanteria.

Rodrigo Cesar da Menezes.	Domingos Barbosa da Costa.	Manoel Freyre de Brito.
Conde da Erceyra Dom Luiz Camões de Menezes.	Antonio da Sousa Correa.	Pedro Adonteyro do Macedo.
D. Luis Manoel.	Affonso Carrasco.	Francisco Teyxeyra de Macedo.
D. Filippe de Alarcão.	João de Oliveyra da Fonseca.	Fernando de Mesquita.
D. Fernando de la Cueva.	Pantaleão Teyxeyra Laal.	Manoel de Abreu da Mota.
Francisco de Azevedo & Sylva.	Pedro Mendez.	Antonio da Sylva Furtado.
Alfredo Caldeyra.	João Gomes de Abreu Barbosa.	Joseph da Costa.

Cavallaria da Beyra.

Antonio da Cunha Santo-mayor.	D. Joseph Gomes Belorado.	Francisco Joseph Surments.
Gonzalo Pires Bandeyra.	Manoel Nunes Leytao.	Luis Fialho.

Infanteria.

Manoel Esteves Pezo.	Diogo da Mata Chaves.	Pantaleão de Oliveyra.
Joseph Delgado.	Bento Pereyra de Castro.	João da Costa Freyre.

Cavallaria de Traz dos Montes.

Blippe de Sousa de Carvalho.	Antonio Botelho Mourão.	Luis Machado.
Lebassião da Cunha Souto-mayor.	Antonio Pinheyro de Magalhães.	André Requena.

Infanteria.

Gonzalo Teyxeyra de Mesquita.	Duarte Teyxeyra Chaves.	Francisco Alvaros Velho.
Luis Vabia Monteyro.	Manoel Homem Póças.	Antonio Coelho de Sousa.

Infanteria para o Minho.

Josinho Lopes Tavares.	Francisco Xavier Pereyra.	Pedro Pinto.
Joseph de Adello.	Simão dos Santos.	Schaffião Pinto.

Coro

32

Coroneis.

Tenentes Coroneis.

Sargentos mayores.

Infanteria para o Algarve.

Joseph da Fonseca.

João Fernandes Nabo.

Luiz Pegado da Sylva.

Manuel Freyre de Andrade.

Gaspar Vellozo.

Manoel Rebello de Mendonça.

Os mais postos de Capitães para bayxo deyxon S. Mag. a eleição delles aos Governadores das Armas das Províncias, por terem mais individuaes noticias dos lens serviços, para haverem de fazer as nomeações com aquelle acerto, com que costumão obrar sempre no serviço do dito Senhor.

S. Mag. foy servido reformar as Védorias da artilharia juntando á do Exercito, os Officiaes pertencentes a este corpo, & mandou se reformallem em todas as Províncias as Tropas de meyo alqueyte, as companhias de Pê de Castello, & as guarnições das Praças que d'antão não estavam aggregadas a Regimentos, como tambem os artilheiros que não tinham tempo

Faz-se aviso ás pessoas curiosas da lingua Francexa haver chegado a esta Corte ha pouco tempo, hum estrangeyro appellidado De Ville neuve. Francex de nascimento, natural da Cidade de Paris, o qual falha linguas Latina, Alemão, Italiana, Castellana, & Portugueza; & tem hum methodo muyto facil para ensinar em pouco tempo a toda a sorte de pessos, ainda ás de cinco ou seis annos, as que quizerem servir-se da seu prestimo se podem encaminhar a casa de Manoel Diniz livreyro na rua da Cordoaria velha.

Na Officina Real Deslandesiana se imprimião este anno de 1715. as hyras seguintes. Tratado Analytico, & Apologetico, sobre os provimentos dos Bispos da Coroa de Portugal, livro de folha, Author Manoel Rodrigues Lemos, Collegial, que foy no Collegio Real de S. Paulo na Universidade de Coimbra; & Lente de Cadeyra de Decreto na mesma Universidade, Desembargador da Casa da Supplicação, & Deputado da Fazenda, & Estado da Rainha nossa Senhora, & depois Fundador, & Preposito da Congregação do Oratorio da Cidade do Porto; vende-se na Portaria da mesma Congregação desta Cidade.

Matthæus Explanatus, livro de folha quarto tomo fim da obra; Author Fr. Manoel da Bicação Pontével, Religioso da Ordem de S. Domingos, vende-se na Portaria do mesmo Convento.

Cirurgia Reformada, dous tomos em hum só volume de folha, Author o Licenciado Feliciano Almeida Cirurgião do número da Casa de S. Mag. Vende-se em casa do mesmo Author na rua da Alalaya, & na rua Nova em casa de Manoel Vaz Tazarro.

Expurgatorio Theologicæ Moralis, livro de quarto. Author o P. Manoel Sanchez Clerico Presbytero do habito de S. Pedro. Vende-se em casa do mesmo Author na rua dos Oureiros.

Tacito Portuguez, livro de quarto, Author Luiz de Ceyto Felix. Vende-se na mesma Officina na rua da Figueyra.

Rosa de Nazareth nas Montanhas de S. Christo, livro de quarto, Author o Padre Alexandr de Gusmão da Companhia de Jezu. Vende-se na rua nova de Almada em casa de Felis Zorita. Vende-se tambem no Collegio em casa de Manoel Diniz.

Sermões varios, livro de quarto, Author Fr. Joseph de Oliveira Bispo que foy de Angola.

Fortificação Moderna, livro de quarto, traduzido de Francex no idioma Portuguez.

Cirurgia Completa, livro de oitava, Author Mons. Le Clerc, traduzido de Francex em Portuguez por João Vigier, vende-se em sua casa, & em casa de Felis Zorita.

Em LISBOA, Com as licenças necessarias, & Privilegio Real, novamente concedido a Antonio Correa de Lemos.

Vende-se em casa de Manoel Diniz livreyro à Cordoaria Velha.